



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**

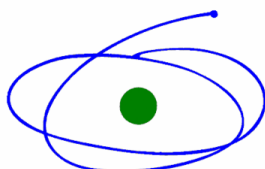
**CENTRO DE HUMANIDADES**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA - POSLA**

**MESTRADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA**

**RENAN DA PONTE CASTELO BRANCO**

**SOROPOSITIVIDADES: (CARTOGRAFANDO) PERFORMATIVIDADE E  
PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE HIV-POSITIVA NA *REDE***



**C A P E S**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2016**

**RENAN DA PONTE CASTELO BRANCO**

**SOROPOSITIVIDADES: (CARTOGRAFANDO) PERFORMATIVIDADE E  
PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE HIV-POSITIVA NA *REDE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

Área de concentração: Linguagem e Interação

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Castelo Branco, Renan da Ponte.

Soropositividades: (cartografando)  
performatividade e produção de subjetividade HIV-  
positiva na Rede. [recurso eletrônico] / Renan da  
Ponte Castelo Branco. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do  
trabalho acadêmico com 182 folhas, acondicionado  
em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade  
Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa  
de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza,  
2016.

Área de concentração: Linguagem e Interação.

Orientação: Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira.

1. HIV/AIDS. 2. Cartografia. 3. Performatividade.  
4. Subjetividade. 5. Agenciamentos. I. Título.

RENAN DA PONTE CASTELO BRANCO

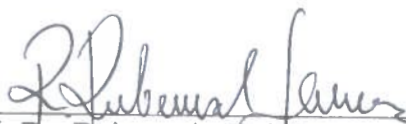
SOROPOSITIVIDADES: (CARTOGRAFANDO) PERFORMATIVIDADE E  
PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE HIV-POSITIVA NA REDE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

Área de Concentração: Linguagem e Interação

Aprovada em: 29/10/2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira (Orientador)  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profa. Dra. Ada Beatriz Gallicchio Kroef  
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof. Dr. João Batista Costa Gonçalves  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

## AGRADECIMENTOS

Por toda a inteligência e sensibilidade, agradeço ao meu amigo e orientador Ruberval Ferreira. Este trabalho é fruto do nosso encontro, e isso já é razão suficiente para que eu sinta por ele um carinho muito especial. Pela liberdade potencializada, obrigado: a amizade é um modo muito bonito de pensar e viver.

A minha mãe, Vania Ponte, e a minha irmã, Thiciana da Ponte. Pelo amor que *é*, mas toma para si a ousada tarefa de falar (e fazer) a si próprio.

Ao Pedro Andrade. Pelo sorriso, pela beleza, pelo estar junto. Por produzir grande parte do alento existente neste mundo: *Cherish the joy of always having you here by my side.*

Ao Urik Paiva. Por toda a partilha e por estar sempre por perto. Minha voz aqui reverbera muito de você. *A velha amizade esboça um país mais real, um país mais que divino, masculino, feminino e plural.* Evoé!

Ao João Miguel Lima. Por toda a delicadeza e sabedoria. Pelo ouvido atento e pelas palavras sensíveis. E, sobretudo, pela ajuda indispensável nos instantes finais da dissertação.

A Auri Castelo Branco. Pela *fraternura* e por ser tão cúmplice de toda essa jornada.

A Ethel de Paula. Pela poesia, pela cerveja providencial e pelo Caetano a jorrar uma intensa luz sobre meu coração-pensamento.

A Rachel Oliveira. Pela praia. Pela risada. Pelo Coração Selvagem.

A Thaysa Cavalcante. Pela paixão alegre que vivemos no mestrado.

A Alekandra Holanda. Pela dança nos dias de agonia dissertativa.

Ao Benedito Ferreira. Pela graça infinita e pelas canções do *Sigur Rós*.

Ao Jony Kellson. Pelo Deleuze e Guattari, pelos afe(c)tos alegres e pelas doses generosas de entusiasmo que tanto entornei.

A professora Ada Kroef. Pelos comentários tão potentes e sensíveis na qualificação. Pela travessia-Cariri, em setembro de 2015. Por gentilmente ter aceitado participar da banca examinadora.

Ao professor João Batista. Pela gentileza em também ter aceitado o convite para integrar a banca.

A professora Deisimer Gorczewski. Por tanto ter alimentado este trabalho com seus comentários na qualificação e por suas indicações de leitura.

A professora Giselle Gallichio. Pelo magnetismo, pelas leituras indicadas e por ter levado minhas ideias *além*.

A Wilma Farias. Pela delicadeza em ter me apresentado à cartografia e também pelos caderninhos em que esse pesquisar foi sendo linha a linha tecido.

A professora Helenice Araújo Costa. Por tanto me inspirar na vida e na pesquisa, desde a graduação.

A professora Arminda Serpa. Pelas asas e abismos.

Ao coordenador do POSLA, professor Wilson Carvalho. Pela sensibilidade com que entendeu e acolheu as demandas deste trabalho.

Pelos encontros sempre tão potencializadores, agradeço aos amigos de mestrado: Rodrigo Viana, Meysse Mara, Marco Vasconcelos e Elayne Gonçalves.

Pela hospitalidade com que me acolheram em seus lares na perambulação frutífera a que o mestrado me impulsionou, agradeço às amigas: Jacqueline Almeida, pelo Rio de Janeiro; Tania Lima, por Natal; Inaê Soares, pelo Recife; e Juliana Diógenes, por São Paulo. Aos meus padrinhos Graça e Airtton Frota (*in memoriam*), agradeço por me fazerem redescobrir uma delicadeza e um aconchego tão amoroso na velha Sobral.

Pelos *contágios* e encontros transformadores, agradeço a todos os participantes dessa pesquisa que integram a *Rede*.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida.

“O vírus do amor  
dentro da gente  
beira o caos  
quarenta e dois graus  
de febre contente”

(Rita Lee – Roberto de Carvalho)

## RESUMO

Para além de um acontecimento de contorno médico-sanitário, a AIDS também se delineou como uma epidemia investida por muitas significações. É, portanto, também uma epidemia de pujante caráter linguístico-discursivo, como fazem atentar autores como Daniel (1991) e Sontag (2007). Proponho, com essa dissertação, cartografar o processo de produção da subjetividade soropositiva em uma *Rede* de pessoas vivendo com HIV/AIDS do estado do Ceará. Para isso, tomo como limiar a articulação entre os conceitos de *atos de fala*, de Austin (1990), e *palavras de ordem*, de Deleuze e Guattari (1995b). Ambos os discursos orientam-se rumo a uma performatividade, questionando o primado da representação e indicando, como contrapartida, uma visão de linguagem como ato, agenciamentos: uma linguagem que *atua*, sobremodo, na confecção de corpos e subjetividades, demandando uma proposta (anti)metodológica que não vise a representar objetos “já dados” de antemão, mas a acompanhar processos em seu caráter de composição permanente. Tomando isso por pressuposto, a cartografia desponta como uma atitude de pesquisa possível. Ao curso do cartografar, demarquei na *Rede* a irrupção de três agenciamentos: o ativismo, a arte e a clínica. A partir desses *relevos*, pude indicar alguns vetores de força que, nesse campo, exercem influxo na fabricação da subjetividade soropositiva. Com isso, a soropositividade passa a ser vista, aqui, não apenas como um diagnóstico, mas como um fazer performativo que encarna diversos processos micropolíticos ao entrar em contato com esse ambiente institucional.

**Palavras-chave:** HIV/AIDS. Cartografia. Performatividade. Subjetividade. Agenciamentos.



## ABSTRACT

In addition to being an event of medical and sanitary contour, AIDS has also been outlined as an epidemic invested by diverse meanings. It is, therefore, an epidemic of vigorous linguistic and discursive character, as highlighted by authors Daniel (1991) and Sontag (2007). I propose with this Master's thesis to map the process of seropositive subjectivity production in a *Network* of people living with HIV/AIDS in the state of Ceará, Brazil. To do this, I take as a threshold the relationship between the concepts of *speech-acts*, by Austin (1990), and *order-words*, by Deleuze and Guattari (1995b). Both concepts are oriented towards performativity, questioning the primacy of representation and indicating, in return, a vision of language as an act, as assemblages. Language that *acts* considerably in the making of bodies and subjectivities, demanding a proposal of (anti)methodology which does not aim to represent objects given 'beforehand'. Instead, aims to follow processes of permanent composition. Taking this understanding as a presupposition, cartography emerges as a possible attitude of research. In the cartographic process, I outlined the irruption of three assemblages in the *Network*: activism, art and clinic. From these *territories*, I was able to indicate vectors that, in this field, exert influence in the making of seropositive subjectivity. Seropositivity is thus seen not merely as a diagnosis, but also as a performative 'doing' that embodies diverse micropolitical processes as it develops in this institutional environment.

**Keywords:** HIV/AIDS. Cartography. Performativity. Subjectivity. Assemblages.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Frente do panfleto da RNP+/CE .....	14
Figura 2 - Verso do panfleto da RNP+/CE.....	14
Figura 3 - Listagem das fontes de estigma relacionadas ao HIV/AIDS .....	38
Figura 4 - Grade hjelmsleviana de acordo com Deleuze e Guattari .....	85
Figura 5 - Agenciamento no plano do conteúdo na RNP+.....	111
Figura 6 - Agenciamento no plano da expressão na RNP+.....	111
Figura 7 - "Socorro ao São José": a denúncia como ato de fala ilocucionário .....	118
Figura 8 - Postagem de Nelson no <i>Whatsapp</i> .....	132
Figura 9 - Inter-relação dos agenciamentos através da Máquina abstrata.....	154

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>A EPIDEMIA: POLÍTICAS.....</b>	<b>20</b>
2.1	MACROPOLÍTICA E IDENTIDADE.....	20
2.2	LIMIARES DA PESQUISA SOCIAL COM HIV/AIDS.....	22
2.3	CONTRA A SOBERANIA DO SIGNIFICANTE-AIDS: HERBERT DANIEL E UMA (POSSÍVEL) LEITURA LINGUÍSTICO-DISCURSIVA DA EPIDEMIA .....	29
<b>2.3.1</b>	<b>Acerca da terceira epidemia .....</b>	<b>35</b>
2.4	AIDS, HOMOSSEXUALIDADE E DESEJO: UMA MICROPOLÍTICA DO CONTÁGIO.....	39
2.5	AIDS E SUAS METÁFORAS: A DOENÇA E SEUS SIGNIFICADOS .....	44
<b>2.5.1</b>	<b>A guerra, a invasão, a poluição: a peste.....</b>	<b>46</b>
<b>2.5.2</b>	<b>As metáforas e os territórios subjetivos da soropositividade.....</b>	<b>50</b>
<b>3</b>	<b><i>AQUI ESTAMOS NÓS, TURISTAS DE GUERRA.....</i></b>	<b>55</b>
3.1	A CARTOGRAFIA E O CARTÓGRAFO.....	55
3.2	DA HABITAÇÃO: PROCEDIMENTOS .....	58
3.3	DE ONDE SURTIU A PESQUISA? .....	63
3.4	DO APORTAR NA REDE.....	64
3.5	UMA PRIMEIRA LINHA DE FUGA .....	67
3.6	CAMPO DE AFECÇÃO, CAMPO DE CONTÁGIO.....	70
<b>4</b>	<b>UMA PRAGMÁTICA DOS AGENCIAMENTOS: ATOS DE FALA, PALAVRAS DE ORDEM, PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE.....</b>	<b>77</b>
4.1	DA LINGUAGEM-ESTRATO À PRAGMÁTICA AGRAMATICAL DE DELEUZE E GUATTARI.....	77
4.2	O QUE É UM AGENCIAMENTO? .....	83
4.3	EM TORNO DA PERFORMATIVIDADE .....	89
<b>4.3.1</b>	<b>O acontecimento-Austin .....</b>	<b>89</b>
4.3.1.1	Austin e a visão performativa da linguagem .....	91
4.4	ATOS DE FALA COMO <i>PALAVRAS DE ORDEM</i> : SENTENÇA DE MORTE E GRITO DE FUGA.....	96
4.5	PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE, SUBJETIVAÇÃO E SINGULARIZAÇÃO SUBJETIVA.....	102
<b>5</b>	<b>O AGENCIAMENTO-RNP+ .....</b>	<b>111</b>

5.1	<b>RELEVO Nº 1: O ATIVISMO</b> .....	112
5.1.1	<b>O agenciamento ativista</b> .....	112
5.1.2	<b>“Socorro ao São José”: o ativismo entre a molaridade e a molecularidade...</b>	116
5.1.3	<b>Burburinho</b> .....	120
5.1.4	<b>O ativismo em desalinho</b> .....	122
5.1.5	<b>Whatsapp</b> .....	130
5.1.5.1	30 de novembro de 2015 – contestação e resistência .....	131
5.1.6	<b>Soropositivos e soronegativos</b> .....	134
5.2	<b>RELEVO Nº 2: AGENCIAMENTO ARTISTA</b> .....	140
5.2.1	<b>11 de junho de 2015 – Devir-artista</b> .....	142
5.2.1.1	Qual é a sua graça? .....	145
5.2.2	<b>13 de agosto de 2015 – Potências da distração</b> .....	147
5.2.3	<b>Cineclube</b> .....	150
5.3	<b>RELEVO Nº 3: AGENCIAMENTO CLÍNICO</b> .....	153
5.4	<b>1º DE DEZEMBRO DE 2015 – DIA MUNDIAL DA LUTA CONTRA A AIDS, PRAÇA DO FERREIRA</b> .....	159
5.4.1	<b>O ativismo militante, mais uma vez</b> .....	163
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	166
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	170
	<b>APÊNDICES</b> .....	176
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	177
	APÊNDICE B – PROTOCOLOS DE TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO .....	178
	<b>ANEXOS</b> .....	179
	ANEXO A – CARTA DE PRINCÍPIOS DA RNP+/BRASIL.....	180
	ANEXO B – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS .....	181

## 1 INTRODUÇÃO

Desenhe-se o rudimentar quadro diegético: um homem de aproximadamente quarenta e cinco anos dirige-se a um posto de saúde e solicita fazer o exame *ANTI-HIV*. No Brasil, hoje, 2016, há predominância do chamado *teste rápido*, que, em uma fração de dez a quinze minutos, *diagostica* em terminologia biomédica: amostra *não reagente* ou *reagente* para HIV. Caso se ateste o primeiro termo, o homem deverá, como é possível, “respirar aliviado”; o(a) enfermeiro(a) ou assistente social responsável pela leitura do exame poderá enunciar algo como “melhor assim” ou, em caso de o homem sumariamente descrito ter atravessado alguma situação de risco, proclamar em voz entre maternal e austera: “previna-se”, “evite passar por semelhante situação novamente”. Mas caso o teste declare o segundo termo, nosso personagem imaginário, embora sabidamente factual, além da genérica expressão *homem*, poderá também ser predicado por um feixe de novas designações: *soropositivo*, *paciente*, *pessoa vivendo com HIV/AIDS* (PVHA); ou, para usar uma expressão bastante grosseira e estigmatizada — e, em função disso, rechaçada pela maioria dos movimentos sociais que, ao longo dos anos oitenta e noventa, se organizaram visando à detenção do *mal* —, *aidético*.

Já pensando no achaque implicado pela constatação do vírus no sangue, a depender do Centro de Testagem Anônima (CTA), o incipiente *soropositivo* poderá receber aconselhamento, sendo orientado a procurar uma Unidade Básica de Saúde (UBS) a fim de ser consultado por um médico que prescreverá uma bateria de exames visando a um esquadrinhamento do estado de saúde do *paciente*. Em alguns casos, tendo em vista um hipotético quadro de “boa saúde”, mensurada nas réguas biomédicas a partir do número satisfatório de *linfócitos-CD4* e do baixo nível da *carga viral*, não se recomenda o imediato tratamento com a terapia *antirretroviral* (ARV). Em caso contrário, o médico indicará o uso sistemático dessa medicação, elaborando uma programação disciplinar composta por escalas diárias de ingestão dos comprimidos, associando-as às atividades cotidianas do paciente. Em presumível tom autoritário, poderá ainda ressaltar que qualquer interrupção da terapia lhe deverá ser prontamente comunicada, *proibindo* a substituição das drogas sem o seu consentimento.

Se este a que chamamos simplesmente *homem* habita a cidade de Fortaleza (CE), é provável que possa realizar sua terapia no Hospital São José (HSJ), o mais destacado espaço hospitalar público no enfrentamento de doenças infectocontagiosas, como assim

o é considerada a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS ou SIDA). Por uma ordem incalculável de pretextos, ao perambular por este hospital, o paciente poderá esbarrar com um membro da *Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS* (RNP+), organização não governamental (ONG) do interesse dessa cartografia. O *rediano* com que se defrontou o homem poderá convidá-lo a participar de um encontro mensal da *Rede*, elencando algumas palavras-chave como *ativismo*, *apoio*, *cidadania* e *solidariedade*. Ao fim da conversação, poderá o veterano soropositivo entregar ainda o panfleto abaixo, contendo certas informações preciosas para o caso de o seu interlocutor — possivelmente ainda abatido e se sentindo turvo face à nova realidade em configuração — simpatizar com o convite.

**Figura 1 - Frente do panfleto da RNP+/CE**



**Figura 2 - Verso do panfleto da RNP+/CE**



A essa altura, o leitor pode estar interessado em saber por que optei por disparar o texto introdutório através da historieta narrada. Justifico-me. Este me pareceu um recurso narrativo conveniente e possível, uma vez traçando um tipo de percurso frequente nos relatos dos diversos personagens reais que de alguma maneira constelam esse trabalho cartográfico. São diversas pessoas que trazem em comum o fato de que, assim como o fictício personagem, ao saberem do resultado positivo para HIV, devieram *soropositivos*. Realiza-se nesse instante o que Deleuze (2011b), em *Lógica do Sentido*, descreve como uma *transformação incorporal*, um acontecimento margeando a superfície dos corpos; um *efeito* que, no entanto, não se confunde com a corporalidade, suas misturas, ações e paixões<sup>1</sup>. A soropositividade, termo que remonta à discursividade biomédica, é, enquanto diagnóstico, um *ato de fala* (AUSTIN, 1990) ou uma *palavra de ordem* (DELEUZE; GUATTARI, 1995b) a forjar uma nova subjetividade. Subjetividade essa atravessada por uma complexidade de linhas enredadas a *agenciamentos* diversos.

É através dos agenciamentos — simultaneamente, *coletivos de enunciação e maquínicos do desejo*<sup>2</sup> —, que se desencadeiam os processos de produção de subjetividade<sup>3</sup>. E em cada sigla de espaço social por onde vagueia, o anônimo<sup>4</sup> personagem é subjetivado e se subjetiva como soropositivo: seja no HSJ, nos *Serviços de Atenção Especializada em HIV/AIDS* (SAE) ou na *Unidade de distribuição de medicamentos* (UDM); seja, finalmente, na RNP+, onde se depara com regimes de expressão e conteúdo diferentes dos que até então vira nos espaços anteriores. A peculiaridade está em que, aqui, o paciente pervaga por entre *relevos* diversos constituídos por agenciamentos ativistas, artísticos, clínicos e disciplinares que afluem na composição da subjetividade soropositiva.

O objetivo que, em caráter sumário, engatilhou essa pesquisa foi: “Cartografar o processo de produção das *soropositividades* na Rede Nacional de Pessoas Vivendo com

---

<sup>1</sup> A distinção entre corpos e transformações incorporais (DELEUZE, 2011b) é retomada no tópico 4.4: “Atos de fala como *palavras de ordem*: sentença de morte e grito de fuga”.

<sup>2</sup> Cf. Deleuze; Guattari, 1995a, 1995b, 2014; Guattari, 1992; e Guattari; Rolnik, 2013.

<sup>3</sup> Para uma discussão mais detalhada, ver tópico 4.5: “Produção de subjetividade, subjetivação e singularização subjetiva”.

<sup>4</sup> O filósofo Zourabichvili (2004, p. 10), ao comentar o conceito de agenciamento em Deleuze e Guattari, afirma que se “o agenciamento é individuante, fica claro que ele não se enuncia do ponto de vista de um sujeito preexistente que lhe poderia ser atribuído; logo o *próprio* está na medida de seu anonimato, e é por esse motivo que o devir singular de alguém concerne de direito a todos”. Enxerto essa citação aqui para justificar, pois, a escolha do anonimato desse personagem com que introduzi este capítulo.

HIV/AIDS<sup>5</sup> (RNP+/CE)”. E, sem dúvida, este permaneceu sendo o “gatilho” das conversações ensejadas por essa cartografia. Apercebi-me ao longo da travessia, no entanto, de que não seria possível cartografar a “integralidade” dessa subjetividade, uma vez que, como descrito a partir da narração iniciática, esta é produzida pela conjugação de um corpo amplo de instituições e discursos. Além disso, a própria noção de “integralidade” mostrou-se algo presunçosa, na medida em que negligencia o caráter processual da subjetividade em sua dimensão de “diferença, disparidade, disparação” (DELEUZE, 2006, p. 118). No que toca ao “objeto” dessa pesquisa, o conceito de produção de subjetividade resvala na ideia de que a soropositividade não se limita à constatividade ou à aferição de um diagnóstico, mas é também matéria de *performance* em relação a que — como discuti a partir das leituras de Ottoni (1998) e Pinto (2009) em torno de Austin<sup>6</sup> (1990) — a linguagem assume um papel interventivo, actancial e produtor estratégico.

Parte desse pressuposto da performatividade — enquanto visada filosófica que questiona radicalmente o paradigma da representação, aproximando a linguagem de domínios que a ela outrora se furtavam, como o corpo e a subjetividade — a demarcação do conceito pluralizado de *soropositividades*. Cabe assinalar que não se trata aí de designar uma gama de identidades afetadas pelo vírus ou pela síndrome, a exemplo de *gays*, mulheres ou idosos. Abordada por esse prisma, tal expressão remeteria a uma tomada macropolítica da epidemia de AIDS<sup>7</sup>. Diversamente, proponho introjetar uma mirada micropolítica (DELEUZE; GUATTARI, 2012a) sensível para acompanhar os processos de produção da subjetividade soropositiva em conexão com os agenciamentos através dos quais esta é fabricada. A cartografia, vale ressaltar, é um “antimétodo” ou uma “pragmática” que não se propõe a representar estados de coisas ou “dados”, mas a realizar um traçado com as linhas de composição dos processos (KASTRUP; PASSOS; ESCÓSSIA, 2010). Trata-se não de uma história, mas de uma *geografia* que não pontua senão movimentos e repousos; lentidões e velocidades ou, em suma, *afectos*.

---

<sup>5</sup> Coextensivamente ao objetivo da pesquisa estão as seguintes questões, designando a RNP+/CE como espaço a ser cartografado: (i) como a soropositividade é produzida no contexto dos encontros da referida ONG/AIDS?; (ii) como a linguagem atua nesse processo?; (iii) qual a influência desses encontros na fabricação da soropositividade?

<sup>6</sup> Acerca do poder performativo da linguagem, ver tópico 4.3.1.1: “Austin e a visão performativa da linguagem”.

<sup>7</sup> Acerca da diferença entre macropolítica e micropolítica, ver capítulo segundo: “A epidemia: políticas”.



E como se deu o acompanhamento do processo de produção de subjetividade na RNP+/CE? Como a subjetividade é fabricada por agenciamentos transitórios, faz-se necessário seguir o trajeto geográfico que estes concretizam. Para acompanhá-los, tomei como limiar a articulação entre os conceitos de atos de fala e palavras de ordem, aqui considerados indissociadamente, como personagens conceituais complementares. Ambas as teorizações salientam uma visão performativa da linguagem, entretanto o conceito deleuze-guattariano (1995b) possibilita demarcar tanto *sentenças de morte* — quando a palavra de ordem atua na criação de contornos claros e estáveis — quanto *gritos de fuga* — quando a sentença é ressignificada, desterritorializada — que se tramam em cada agenciamento delineado.

No capítulo segundo, “A epidemia: políticas”, empreendo uma incursão sobre a extensa literatura de pesquisa social acerca do HIV/AIDS. Mormente apegadas a expedientes teóricos como identidade e representação, detenho-me sobre tais produções com o fim de contrapô-las à perspectiva cartográfica. Em seguida, aproximo-me de autores como Perlongher (1987) e Daniel (1991), sobre cujas inteligibilidades para a epidemia de AIDS se insinua uma visada micropolítica e linguístico-discursiva que muito alimenta essa cartografia. Além destes, também adentro na discussão de Sontag (2007) em torno do processo de metaforização da AIDS, analisando a relação deste com os territórios subjetivos da soropositividade demarcados na habitação de campo na RNP+/CE.

No capítulo terceiro, “*Aqui estamos nós, turistas de guerra...*”, tracejo uma breve resenha do conceito de cartografia em Deleuze e Guattari (1995a), descrevendo-o como uma proposta “antimetodológica” que visa a acompanhar processos de produção de subjetividade. Na esteira disso, relato as motivações que me ensejaram à pesquisa; os procedimentos de que lancei mão no cartografar; e o momento de minha primeira embarcação, no ano de 2013, nessa ONG/AIDS. Ademais, também descrevo, em diálogo com meu diário de campo e com as entrevistas que realizei com os redianos, uma tensão interna que se instalou no grupo — a “diáspora” massiva da maioria dos seus jovens para urdir uma nova grupalidade —, acontecimento que indexicaliza processos de centralização e burocracia relevantes para uma análise dos vetores de força que implicam em efeitos de subjetividade nesse campo.

No capítulo quarto, “Uma pragmática dos agenciamentos: atos de fala, palavras de ordem, produção de subjetividade”, realizo um pouso sobre as narrativas teóricas convocadas para pensar com esse campo subjetivo. Debato a princípio os conceitos de pragmática e agenciamentos em Deleuze e Guattari (1995a; 1995b) para, em seguida, deter-me sobre a performatividade austiniana (1990) e sua tomada por estes filósofos da diferença na composição do conceito de palavras de ordem. Discutido isso, resenho os conceitos de produção de subjetividade, subjetivação e singularização subjetiva em Deleuze (2013a; 2013b), Guattari (1992), Guattari e Rolnik (2013) e Foucault (1996; 2014b; 2014c).

No capítulo quinto, “Agenciamento-RNP+”, traço um desenho dos *relevos* que irromperam com maior ou menor constância ao longo da travessia cartográfica. Três agenciamentos alçaram aqui o estatuto de relevo: o agenciamento ativista (*relevo n° 1*); o agenciamento artista (*relevo n° 2*) e o agenciamento clínico (*relevo n° 3*). Em cada território existencial, assinalo os atos de fala/palavras de ordem que atuam na sua confecção, demarcando seus pontos de *reterritorialização* e de *desterritorialização* (DELEUZE; GUATTARI, 1995a; 1995b).

Não me orientei, aqui, por uma leitura cronológica do diário de campo. Diversamente, a fim de apresentar ao leitor os acontecimentos mais relevantes do meu trajeto, realizei um trabalho de *edição* e *colagem*, extraindo e enxertando fragmentos desse conjunto de textos a cuja escrita que me dediquei de modo intensivo durante o cartografar. Do mesmo modo, também procedi assim em relação às entrevistas da pesquisa. Nesse trabalho, como era de se esperar, por razões que remontam à própria necessidade de instituir um “ponto final” para a dissertação, alguns acontecimentos foram descartados. A despeito disso, espero ter urdido uma tessitura multivocal que possibilite (a quem porventura se defrontar com esse texto) acompanhar perspectivas diversas do “*estar-na-Rede*”: desde seus focos de “liderança” até suas fissuras; suas vozes dissonantes, suas *conversas afluentes*, seus *burburinhos* cuja potência reside no próprio anonimato de que são portadores.

Essa cartografia ver-se-ia inviabilizada sem o aporte de uma linguística aplicada de talhe *transgressivo* (PENNYCOOK, 2006) que se pauta pela *desaprendizagem* (FABRÍCIO, 2006) de um *modus operandi* tradicionalista de pesquisa sobre linguagem. No solo dessa *indisciplina*, como a tem caracterizado Moita Lopes (2006), a linguagem

não é dissociada do mundo social, mas entendida como um domínio inextricável à política e à ética, sendo um elemento-chave à compreensão das muitas tensões que atravessam o social contemporâneo. Enquanto inteligibilidade de caráter crítico, esse modo de fazer linguística aplicada questiona, enfim, a separação entre teoria e prática, entendendo que, se a linguagem é *prática social*, deve ser analisada nos contextos reais em que se efetua, não desconsiderando o universo sociocultural dos falantes (RAJAGOPALAN, 2003).

Contemporizados esses pressupostos, entendo este trabalho como uma crítica à linguagem levada a termo desde a designação dos conceitos aqui trazidos à baila até a análise dos agenciamentos emersos em campo. A cartografia, então, não diz respeito apenas aos instantes em que me refiro diretamente à embarcação na RNP+/CE, mas se desenvolve igualmente nas discussões teóricas que convoco. Em todo caso, trata-se do modo como me relaciono com esses discursos, devorando suas matérias de expressão para pensar com a produção de subjetividade soropositiva. Antropofagia e criação<sup>8</sup>. Essa cartografia é, portanto, um agenciamento povoado de muitas vozes: dos participantes da pesquisa, dos autores convocados e, é evidente, da minha própria voz *contagiada* por essa legião de encontros.

Convido-o, leitor, a multiplicar os encontros desse texto-agenciamento, conectando essas vozes a outras vozes em um movimento epidêmico, propagador, *contagioso*.

---

<sup>8</sup> Vem de Rolnik (2014) a assimilação entre a cartografia e a antropofagia.

## 2 A EPIDEMIA: POLÍTICAS

### 2.1 MACROPOLÍTICA E IDENTIDADE

De há muito, tem-se teorizado acerca das implicações macropolíticas da epidemia de HIV/AIDS. Por *macro*, entenda-se a política de constituição do plano dos territórios. Conforme Rolnik (2014), os territórios, visíveis a olho nu, são da ordem de um **mapa**<sup>9</sup>, não de uma cartografia (*micropolítica*). Menciona a autora a esse respeito que:

**O mapa só cobre o visível.** Aliás, de todo o processo de produção do desejo, só nesse plano há visibilidade: é o único captável a olho nu. Também só nesse plano é que a individuação forma unidades e a multiplicidade, totalizações. [...] a segmentação operada por essa linha dura vai recortando sujeitos, definidos por oposições binárias do tipo homem/mulher, burguês/proletário, jovem/velho, branco/negro, etc.; ela vai recortando ao mesmo tempo objetos, unidades de tempo... (p. 60 – grifos da autora)

A linha territorial tem consistência finita, visível e consciente. Ela é finita, pois percorrem sobre e sob o território afetos, intensidades, velocidades e fluxos que decretam o seu fim. Operam-se sobre a sua *segmentação dura* “grandes cortes perfeitamente designáveis” (p. 52). Deleuze e Guattari (2010a), em *O Anti-Édipo*, comentam que toda máquina desejan<sup>10</sup> supõe processos simultâneos de **corte-fluxo**.

Longe de se opor à continuidade, o corte a condiciona, implica ou define aquilo que ele corta como continuidade ideal. É que, como vimos, toda máquina é máquina de máquina. A máquina só produz um corte de fluxo se estiver conectada a outra máquina que se supõe produzir o fluxo. Sem dúvida, esta outra máquina, por sua vez, é na realidade corte, mas ela só o é em relação a uma terceira máquina que produz idealmente, ou seja, relativamente, um fluxo contínuo infinito. (p. 55)

<sup>9</sup> A fim de evitar confusões epistemológicas, destaco que o *mapa*, para Rolnik (2014), equivale ao *princípio de decalque* de Deleuze e Guattari (1995a), que realizam uma distinção entre o mapa (cartografia) e o decalque (territórios sujeitos à representação) no texto *Rizoma*. No que concerne à pesquisa social, enquanto a cartografia relaciona-se à micropolítica, como uma “analítica das formações do desejo no campo social” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 149), a macropolítica relaciona-se a um paradigma representacional, que se volta à apreensão de estruturas e de estados de coisas (KASTRUP; BARROS; ESCÓSSIA, 2010).

<sup>10</sup> Entenda-se *desejo*, aqui, como “produção de real social” (ROLNIK, 2014, p. 58), e não pela leitura psicanalítica que o dimensiona como falta, vontade, necessidade. O desejo não se relaciona a um sujeito, mas a máquinas ou *agenciamentos maquínicos de desejo* em liame com *agenciamentos coletivos de enunciação* (Cf. GUATTARI, 1992).

Em um trabalho de revisão de literatura, pude perceber que a maior parte das teorizações sobre a epidemia de HIV/AIDS volta-se para a sua dimensão macropolítica — ou seja, para os “cortes” em detrimento dos “fluxos”. Ao dizer isso, não desconsidero em absoluto a extraordinária relevância intelectual de escritos como os de Parker (1991, 2000), Parker e Aggleton (2001), Pollak (1990) e Valle (2002), mas aponto neles certa fixação pelos territórios “bem delineados” do sujeito e seus corolários identitários: classe, sexo, idade, profissão, raça, etc. Mesmo que, no caso de Parker e Aggleton, se advogue uma visão fragmentária e cambiante da *identidade* — como pleiteada, por exemplo, por Hall (2011, p.13), que descreve este conceito como uma “celebração móvel formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados culturalmente” — entendo, com Kroef (2010), que essa noção constitui um dos pilares de reprodução da **lógica capitalística**. Para Hall, a diferença é deduzida a partir da oposição com a igualdade ou a similitude; para Deleuze, Guattari e Foucault<sup>11</sup>, afirma a autora, “a diferença é afirmada como uma positividade, uma vez que não compõe nenhum par e consiste em intensidades que produzem singularidades possíveis de serem traçadas por uma cartografia e por uma genealogia” (KROEF, 2010, p. 13).

Diversamente de Hall, Deleuze e Guattari não assimilam a subjetividade à identidade. Quando, para aquele, a subjetividade, relacionada à identidade, diz de “determinadas posições de sujeito a serem ocupadas pelos indivíduos” (p. 10); para estes, a subjetividade tem “natureza industrial, maquina”, sendo “essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 33). Na perspectiva desses autores, a **subjetividade capitalística** estabelece “tenebrosas transações<sup>12</sup>” com as identidades, na medida em que estas se constituem como uma captura de componentes heterogêneos, estereotipando-os “através de sobrecodificações, isto é, da produção de significados reduzidos e limitados, a fim de garantir a reprodução da lógica dominante, da lógica do capital” (KROEF, 2010, p. 18). Além disso, é

---

<sup>11</sup> Reside exatamente aí, no tratamento conferido à diferença, um dos pontos nevrálgicos da divergência epistemológica entre os Estudos Culturais, a que Hall se vincula, e a filosofia da diferença deleuze-guattariana. Pontua Kroef (2010) que a diferença na obra desses filósofos é uma “zona de ruptura teórica” (p. 13) que possibilita pensar outramente as diversas questões contemporâneas. Quando absorvida pela lógica capitalística, a diferença “é tornada distinção, ou seja, é transformada em bem distintivo, demarcador das hierarquizações e indicativo de prestígio, simulando uma mobilidade social e produzindo uma variada gama de formas de controle” (p. 14).

<sup>12</sup> BUARQUE, Chico. **Vai Passar**. Intérprete: Chico Buarque. In: Pelas Tabelas. Universal Music, 1984. 1 CD.

possível afirmar que “a produção de identidades é uma estratégia de controle porque opera através do esquadramento, da seleção de elementos característicos e da diferença opositiva” (p. 19).

Voltar-se-á à problemática da subjetividade ainda em outros capítulos deste percurso cartográfico. Espero com esses breves comentários ter logrado justificar minha decisão por não operar com o tão regular, no âmbito dos estudos sociais sobre AIDS, conceito de identidade. Em suma, a identidade está em remissão a uma lógica macropolítica, mais centrada na representação dos territórios, das formas *a priori*; do que no acompanhamento dos “movimentos invisíveis e imprevisíveis da terra”, os “movimentos do desejo”, “que vão transfigurando, imperceptivelmente, a paisagem vigente” (ROLNIK, 2014, p. 62), referentes a uma *micropolítica*.

Deve-se, no entanto, e de antemão, ressaltar que entre a macro e a micropolítica “não há uma oposição distintiva, que dependa de um princípio lógico de contradição” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 149). Asseveram Deleuze e Guattari (2012, p. 99) que “tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo *macropolítica e micropolítica*”. Isso implica em que: “O molecular, como processo, pode nascer no macro. O molar pode se instaurar no micro.” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 150).

A esse respeito, ver-se-á que, na RNP+/CE, ao mesmo tempo em que há a confecção de práticas progressistas no plano macropolítico — discurso institucional focado em categorias positivamente valoradas como “ativismo”, “cidadania”, “solidariedade” e “apoio” —; coexistem, no “*pedaço de imanência micropolítico*” (ROLNIK, 2014), processos de liderança, centralização e burocracia no modo como se organiza internamente. Essa contradição, não forjando “opressores e oprimidos” no âmbito intra-grupal, deflagra alguns focos de resistência que articulam uma relação outra com os atos de fala/palavras de ordem de modo a incubar novos agenciamentos coextensivos à Rede, como descreverei ao curso da dissertação.

## 2.2 LIMIARES DA PESQUISA SOCIAL COM HIV/AIDS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Tendo argumentado — juntamente com Deleuze e Guattari (1995a), Kroef (2010) e Rolnik (2014) — em torno de por que não convoco a noção de identidade para

pensar com a produção de subjetividade soropositiva nesse trabalho cartográfico, exponho nesse tópico algumas linhas que norteiam a pesquisa social do HIV/AIDS. Demarco, em uma exígua revisão de literatura — dado não ser possível abranger todo o conjunto de inteligibilidades voltadas para a epidemia em sua manifestação social — três eixos analíticos que balizam algumas das discussões sobre a soropositividade. Obviamente, tais categorias não traduzem o estado da arte geral da pesquisa social sobre AIDS, e nem mesmo contemplam o conjunto das temáticas desenvolvidas por seus autores; elenco-as aqui de modo sumário, e algo didático, a fim de indicar alguns limiares da produção intelectual focada nas políticas da epidemia. Estes são: a) as respostas governamental e comunitária; b) a identidade e c) AIDS e imprensa.

#### **a) As respostas governamental e comunitária**

Há um considerável espectro de trabalhos enfatizando as inter-relações da epidemia com amplos fatores políticos e econômicos que condicionaram a disseminação do vírus, focalizando tanto a resposta governamental quanto a comunitária.

O trabalho sociológico de Parker e Camargo Jr. (2000), a partir da análise dos dados epidemiológicos do que entendem como “as várias epidemias coexistentes no Brasil” (p.1), observa uma progressiva feminilização, pauperização, juvenilização e interiorização resultantes das abissais desigualdades da sociedade brasileira. Tendo em vista tal conjunção de fatores, os autores preconizam uma incorporação integrada, pelas políticas de prevenção, “das várias dimensões que determinam as diferenciadas vulnerabilidades à epidemia, dependendo, portanto, de transformações sociais substantivas” (ibid.).

É sobre o conceito de *vulnerabilidades* — que no presente embasa as atividades de prevenção do PN/AIDS e Hepatites Virais, tendo substituído noções hoje obsoletas, e de teor discriminatório, como as de *grupo de risco* e *comportamento de risco* —, para que se volta Parker (2000) ao discutir mobilização comunitária, transformação social e *empowerment* (empoderamento) diante do HIV/AIDS. O trabalho pautado por essa ideia acarretou na disseminação de um ponto de vista mais multidimensional que pensa o risco de alguns indivíduos e grupos dentro de uma problemática sócio-histórica e estrutural mais ampla. Como enfatiza Parker (p. 103),

[...] esse conceito expandido de fatores sociais que colocam alguns indivíduos e grupos em situações de maior vulnerabilidade permitiu-nos começar a perceber

mais plenamente como a desigualdade e a injustiça, o preconceito e a discriminação, a opressão, exploração e violência da sociedade aceleram a disseminação da epidemia em países pelo mundo afora. [...] Assim, concentrando nossa atenção na questão da vulnerabilidade social, conseguimos compreender mais claramente as consequências, no tocante à infecção pelo HIV/AIDS, do estigma sexual e da discriminação tão frequentemente enfrentados por homens *gays* ou prostitutas, das relações de poder e opressão de gênero tão frequentemente enfrentadas por mulheres, ou da marginalização socioeconômica enfrentada pelos pobres.

Em publicação intitulada *Will to live: AIDS therapies and the politics of survival*, Biehl (2007) analisa “os sistemas de valor e os fatores políticos e econômicos subjacentes ao PN/AIDS”, de modo a “identificar os novos arranjos de poder (nacionais e globais) cristalizados nessa política, na sua articulação e implementação<sup>13</sup>” (p. 4). Realizando um trabalho etnográfico em algumas ONG/AIDS brasileiras — tais como o Grupo Pela Vidda (Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS – GPV), o GAPP-SP (Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS), a CAASAH-Salvador (Casa de Apoio e Assistência do Vírus HIV/AIDS), entre outras —, o autor descreve os efeitos da implementação da política de distribuição universal dos ARVs sobre os indivíduos e as instituições populares. Há nesse trabalho uma inflexão não só para a macropolítica, mas também para “as micropolíticas e desejos que investem a política antirretroviral, tornando a sobrevivência possível<sup>14</sup>” (ibid.). Sua escrita, com efeito, mostra-se bastante sensível aos processos de constituição subjetiva correlatos à epidemia, produzindo acesso a “diferentes tipos de evidência” (p. 405). Em certo sentido, o trabalho de Biehl guarda algumas ressonâncias com uma cartografia, na medida em que este pesquisador prefigura que ao invés de

especificar uma rota, o antropólogo demarca territórios desconhecidos e acompanha as pessoas, movendo-se por entre elas. No campo, eventos inesperados acontecem a todo o momento, e novas relações de causalidade são criadas. [...] Como todo mapa humano, a evidência aqui é feita de impasses, limiares, grandes avanços e delimitações sobre o chão — vidas e campos sociais em trânsito.<sup>15</sup> (p. 406)

<sup>13</sup> “Throughout this book, I examine the value systems and the political and economic factors underlying the Brazilian AIDS policy, and identify the novel power arrangements (both national and global) that are crystallized in the policy, in its articulation and implementation.” (BIEHL, 2007, p. 4 – tradução minha)

<sup>14</sup> “I also inquire into micro-politics and desires that invest ARVs, making survival possible.” (BIEHL, 2007, p. 4 – tradução minha)

<sup>15</sup> “Rather than specify a route, the anthropologist demarcates uncharted territories and tracks people moving through them. In the field, unexpected events happen all the time and new relations of causality are created. [...] Like every human map, the evidence here is made of impasses, thresholds, breakthroughs, and enclosures on the ground—lives and social fields in transit.” (BIEHL, 2007, p. 406 – tradução minha)



Ao assimilar o “campo” à imagem do “trânsito”, o antropólogo aproxima-se das grupalidades às quais etnografa em sua potência de recomposição permanente, adotando um olhar sensível para traçar mapas das relações entre as esferas macro e micropolítica (sendo Deleuze e Guattari autores com os quais também estabelece conversações), demarcando, a partir daí, alguns índices de transformação social e política. Para isso, como assinala, é imperativo desvencilhar-se da procura exclusiva por “leis gerais e sequências ordenadas” (p. 3) em favor de uma postura que “contemple o inesperado” (ibid.) como parte indissociável do real social.

### **b) A identidade**

Como adiantado no tópico anterior, o conceito de identidade vem sendo largamente incorporado, desde os anos noventa, nas diversas pesquisas sociais que tomam o HIV/AIDS por objeto de discussão. Elenco a seguir algumas produções que adotam essa ferramenta conceitual como ponto de partida para pensar o campo das individualidades/coletividades agregadas em torno da epidemia.

Pollak (1990), em clássica obra de nome *Os homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia*, enfoca a luta homossexual frente à epidemia de AIDS. Além de voltar-se para a ação institucional de controle e prevenção, também documenta os conflitos pessoais e coletivos de identidade e comportamento e a disputa ideológica ativada pela emergência da epidemia na França. No capítulo primeiro, resultado de pesquisas realizadas junto a leitores da revista *Gay Pied Hebdo*, analisa as formas de gestão do que designa por “identidade indizível”. As entrevistas que realizou assimilaram a AIDS à identidade homossexual, apontando o *status* sorológico como determinante para a vida pessoal, enquanto elemento intrínseco à “crise de identidade” experienciada pelos mais debilitados com o vírus. No capítulo “A experiência da doença”, o autor descreve as reações de muitos “homófilos” (*homophile*) à diagnose do HIV, analisando identidade e risco. Com isso, aborda as inquietações que a AIDS acarretou aos homossexuais, tanto no sentido do estabelecimento de políticas de detenção do vírus, quanto na necessidade de reafirmação de uma “identidade homossexual” enquanto estratégia de manutenção de um modo de ser.

Na paisagem epidêmica brasileira, Valle (2002), discutindo “os processos de formação identitária na sua relação com as formas de mobilização civil e associação voluntária no contexto da epidemia” (p. 179), analisa o campo do que classifica como

*identidades clínicas*, fundamentadas na experiência da doença e da saúde. Em uma análise de cunho ao mesmo tempo histórico e etnográfico, o autor investiga como tais processos são constituídos a partir da confluência de ordens culturais e sociais distintas: imprensa, estruturas de saúde e formas de organização civil. Sua etnografia desbrava o que ele chama de *mundo social da AIDS*: “prédios, hospitais, laboratórios, centros de testagem, ONGs, grupos gays, agências governamentais, entidades religiosas, etc.” (p. 180-181). Merece destaque o estudo de caso que realizou no GPV-Rio de Janeiro. O autor documenta que, a despeito de sua “afiliação elástica, flexível, que inclui pessoas soropositivas, soronegativas e não testadas” — justificada pela “filosofia solidária” dessa ONG, cujo direcionamento aponta para a abolição de uma “política identitária” em face de ideais como “harmonia” e “universalidade” —, a *convivência* do grupo era também marcada pela “performance de disputas e de diferença” (p. 197): “Nesse sentido, a lógica da sociabilidade pode ser caracterizada pela forma em que a *convivência* é associada a diferenças, hierarquia, distinções e poder” (ibid.). Percebe-se, a partir disso, que, assim como em Biehl (2007), também se articula, em Valle (2002), o exercício de um olhar micropolítico direcionado às grupalidades HIV/AIDS<sup>16</sup> — embora, com efeito, esse último trabalho não se constitua teórico-metodologicamente como uma cartografia, e encerre sob a designação genérica de “identitários” os processos de ordem molecular dos grupos etnografados.

Também seguindo o direcionamento identitário, trabalhos vinculados à psicologia, à antropologia e à linguística aplicada focalizam diferentes percepções da soropositividade, como por exemplo: a experiência feminina da doença (SALDANHA, 2003; MARTIN, 1997); a homossexualidade e a soropositividade na trajetória de um herdeiro (ZAMBONI, 2012); e as práticas de prevenção entre travestis profissionais do sexo (BORBA, 2010). A despeito das sutis ou intensas especificidades e diferenças teóricas que apresentam entre si, é válido ressaltar que tais produções, em larga medida, lançam mão da etnografia como metodologia de pesquisa com o mundo social da AIDS. Essa designação, de certo modo, já aponta para um entendimento da soropositividade como práticas sociais/institucionais formadoras de sujeitos, despojando essa

---

<sup>16</sup> Malgrado tenhamos diferenças no referente aos métodos adotados, o trabalho de Valle (2002) inspirou sobretudo essa cartografia, uma vez sendo uma produção preocupada em problematizar o campo das grupalidades forjadas no/pelo HIV/AIDS. Sua inclinação para as *identidades clínicas* aproxima-se à minha preocupação em torno da produção de subjetividade soropositiva na RNP+/CE.

“identidade” de uma essencialização que a flagraria como uma suposta realidade preexistente à *performance* ou aos *agenciamentos*.

### c) AIDS e imprensa

O reconhecimento de que a imprensa assumiu papel preponderante no engendramento de “representações culturais” e “mapas cognitivos para grupos e indivíduos, afetados ou não pela AIDS” (VALLE, 2002, p. 182) estimulou uma série de produções intelectuais voltadas para a relação entre AIDS e imprensa.

A mídia tem papel importante e singular ao construir um fenômeno que está para ser compreendido pela primeira vez por grupos e atores sociais (Herzlich; Pierret, 1989). Reconhecida como fonte confiável, baseada em  *fatos* e na  *verdade*, ela tem desempenhado papel pedagógico decisivo na construção de representações culturais da AIDS, sobretudo sua associação com discursos e ideias da biomedicina. (VALLE, 2002, p. 182)

Partindo do pressuposto de que “A AIDS é a primeira doença da mídia”, Spink et. al. (2001) destacam que a imprensa cumpriu dois importantes papéis: de um lado, “anunciou o aparecimento de um novo fenômeno no campo da patologia”; e, de outro, “desenhou progressivamente seus contornos e, sobretudo, operou a passagem das informações sobre a doença do domínio médico e científico para o registro social” (p. 852). Além da AIDS enquanto fenômeno biomédico, haveria o que os autores entendem como *AIDS-notícia*<sup>17</sup>. Para analisá-la, valeram-se do contexto de produção das matérias da mídia jornalística, focalizando tanto “sua materialidade (a visibilidade em função do número de matérias, localização do jornal e espaço ocupado), como as regras de construção expressas por profissionais diretamente envolvidos nesse processo” (p. 853). Com isso, constataram uma crescente “setorização da AIDS-notícia em grupos específicos” (p. 861) — mulheres, gestantes, adolescentes etc. —, a reboque da mudança de feição da epidemia, como descrito outrora com Parker e Camargo Jr. (2000). Ademais, com os avanços terapêuticos que implicaram em melhores condições de vida para os seus portadores, a AIDS perdeu nas matérias jornalísticas o acento trágico que lhe foi característico na ocasião de seu surgimento; como consequência,

---

<sup>17</sup> Para Spink et al. (2001, p. 853): “A AIDS-notícia antecede a epidemiologia propriamente dita, assumindo papel fundamental na emergência do chamado *fenômeno social da AIDS*”. Além disso, ponderam, com Herzlich e Pierret (1992), que “foi a imprensa que, de certo modo, fez existir a AIDS para o conjunto da sociedade”, integrando-a ao cotidiano das pessoas (ibid.).

perdeu também o “ineditismo” que lhe dava estatuto de “pauta quente” (ibid.), jargão jornalístico para eventos de caráter urgente.

Fundamentada em uma discussão sobre linguagem inspirada na semiótica de A. J. Greimas e na psicanálise lacaniana, Soares (1998) investiga como o jornal *Folha de São Paulo* engendrou diferentes percepções para a doença e o doente em matérias publicadas durante a década de noventa. Em suas análises, a autora constatou a articulação de três elementos destacados em termos linguísticos e narrativos nas matérias analisadas: Estado, ciência e homossexualidade. O Estado aparece como agente de controle — aquele que “analisa”, “define”, “cancela”, “atende”, “repassa”, “cede”, “garante”, “exclui”, “introduz”, “resolve”, “proíbe” (p. 62). A ciência é associada ao discurso religioso — aquela que garante a “busca”, o “encontro”, a “salvação”, a “esperança”. Já a propósito da homossexualidade prevalece um discurso moral, como comenta no seguinte excerto:

O discurso prevalecente no grupo homossexualidade é o discurso moral, o que estabelece uma certa relação de conjunto entre as matérias nele reunidas. Em relação à AIDS, a principal imagem associada aos homossexuais é a de *culpa*. Nas matérias, aparecem como aqueles que “são presos”, “falsificam”, “mantiveram”, “relacionam-se”, “sofrem”, “morrem”, “adoecem”, “fazem marra”, “definham”, “pegam”, “passam”, “facilitam”, “contaminam”, “são condenados”, “não usam”. (p. 63)

Haveria, a partir disso, a sustentação da dicotomia *mal x bem*, em que a ciência, sob o esteio de um “vínculo religioso<sup>18</sup>”, se conformaria em uma posição redentora ao portar o *milagre*, a *bênção*, a *sanção positiva* da abolição da doença (p. 71). Tem-se que ao mesmo tempo em que se configura como fenômeno contemporâneo, a AIDS reacende pavores ancestrais; e os *media* assumem nesse ato posição fulcral, uma vez que constroem “comunidades imaginárias” ao selecionar histórias, palavras e imagens para “contar o mundo”.

Na área da linguística aplicada, Lima (2014) também investiga a construção das representações do portador do vírus HIV em publicações de *Folha* referentes ao ano de 1983, quando a AIDS passou a ser noticiada pelo veículo; e de 2013, ano em que a

---

<sup>18</sup> A partir de texto de Jacques Derrida (1995) intitulado *La Religione*, Soares (1998, p. 68) comenta: “A ciência — em relação à AIDS — parece estar articulada como uma espécie de *religião*. Conserva, portanto, todas as características de uma religião, o que não quer dizer que haja uma substituição da religião como fé em Deus pela religião como culto à ciência (ou à teletecnociência de Derrida); há, sim, pontos de contato entre os dois processos (a religião e a ciência), principalmente no que se refere ao mistério — ligado a um *não-saber* — e à crença — crer mesmo *sem conhecer*.”

pesquisa foi desenvolvida. Tomando como aporte teórico-metodológico a Análise Crítica do Discurso (ACD), o linguista aplicado analisa diversos “sentidos representacionais” implicados a este objeto discursivo: i) a representação social do preconceito; ii) a representação da doença; iii) a representação do doente; iv) a representação do vírus; v) a representação do tratamento; e iv) a representação de haitianos e hemofílicos. Embora nos detenhamos sobre materialidades linguístico-discursivas e narrativas conceituais distintas ao abordar a problemática da AIDS na mesma área de estudos, convergimos quanto a uma visão de linguagem como ação: para ele, no sentido da construção de “representações”; para esta cartografia, no sentido de uma produção de subjetividades que não se conforma a um pensamento da representação, mas a um pensamento da *diferença*.

### 2.3 CONTRA A SOBERANIA DO SIGNIFICANTE-AIDS: HERBERT DANIEL E UMA (POSSÍVEL) LEITURA LINGUÍSTICO-DISCURSIVA DA EPIDEMIA

Incide sobre a AIDS, como uma luz que não elabora contornos, indefinidos fluxos de problematizações sociais que ela parece reunir; como um lago — ou um abismo — que recebe muitos afluentes nascidos em locais muito diferenciados. (Herbert Daniel)

*A noite era suja, escura e não prometia nada de exaltante* no momento em que Herbert Daniel e Richard Parker<sup>19</sup> (1991) lançaram-se à escrita de “*aids*: a terceira epidemia: dois olhares se cruzam numa noite suja”. Ainda no período inicial da epidemia, quando todos os olhares se voltavam prenhes de perplexidade e alarmismo para o “mal”, Herbert Daniel buscava discernir o que se escamoteava por meio do soturno significante AIDS/SIDA. Indagava-se o ativista à agônica época de 1986: Que segredos oculta a *Esfinge*? A quem de direito estaria destinada a *resolução* desse suposto Enigma?

Àquela altura, Daniel apontava para a complexidade relacionada ao que se estava articulando em torno da sigla AIDS. Sem desconsiderar o caráter inegavelmente desafiador da epidemia em sua dimensão “médica”, presumia-lhe não somente enquanto

---

<sup>19</sup> Deter-me-ei, nesse momento do texto, apenas no ponto de vista de Herbert Daniel acerca dos múltiplos processos subjacentes à epidemia. No tópico seguinte, debruço-me sobre a visão, por assim dizer, mais sociológica, de Richard Parker.

realidade sanitária, mas também como manifestação sociocultural. “A AIDS, certamente, tem a cara da cultura da sociedade onde se desenvolve”, indicavam Daniel e Parker (1991, p. 10). Tem-se que tal forma de mirar o fenômeno epidêmico estabelece como urgente e imprescindível uma compreensão da **dimensão linguístico-discursiva**<sup>20</sup> a ele implicado. E essa dimensão, alertou Daniel, não se isolando em sua especificidade, precisa ser vista como correlacionada ao feixe de problematizações que se articulam em torno do significante AIDS:

Percebe-se que o que está sendo problematizado atrás da sigla não é *uma* ou *a* doença, ou doenças. São inumeráveis equações, um caos de problematizações (e não de “problemas” ou “coisas”, “dados” e fatos”). Essas problematizações não convergem nem divergem; simplesmente, estão difusas e integralmente em movimento de diferenciações possíveis. (p. 83)

No texto *A AIDS é um tigre... de papel higiênico*, Daniel argumenta, em escrita de punho enérgico e urgente, no sentido de que não haveria *algo* por detrás da tão propalada sigla. Insistia ele na dimensão mitológica disso a que se chama *epidemia*<sup>21</sup>: “A AIDS é um mito! Como diriam os chineses dos bons tempos, “é um tigre de papel” (p. 82). O próprio autor reconheceu que tal afirmação poderia ser lida como retórica polemista, entretanto o que tencionava apontar com isso era que, embora sendo a AIDS “uma doença grave, transmissível e mortal” (ibid.), ela não deveria ser encarada como um “enigma”. Daniel denunciava uma espécie de “volúpia informativa”, intensamente atizada pela mídia global, que constituiria uma “incontestável unanimidade” (p. 81) em torno de que subjazeria à doença uma *razão*, uma *intenção* e, por fim, uma *revelação* (p. 87). O problema desse consenso era a pressuposição de que haveria efetivamente *uma resposta* a ser dada a *um problema*, geometrizando a complexidade desse fenômeno em um “espaço euclidiano, racional, com dimensões bem delimitadas” (p. 83).

No que tange à relação entre a epidemia e a linguagem, a preocupação do escritor voltava-se para o nome da doença, o significante AIDS, que, segundo ele, não designava algo específico; não *informando* nada, portanto. Com isso, Daniel parece se

---

<sup>20</sup> Entendo que essa dimensão linguístico-discursiva atravessa também os outros trabalhos que compõem a revisão de literatura dessa dissertação. Nesse momento, entretanto, quero chamar a atenção para o fato de que é, com autores como Daniel (1991) e Sontag (2007), que essa dimensão da epidemia passou a ser explicitamente assinalada, razão por que confiro aqui maior destaque a essas produções.

<sup>21</sup> E, para fundamentar sua afirmação, Daniel faz referência, dentre outros autores, a Félix Guattari, que, segundo o ativista, teria dito a propósito do crescimento da epidemia: “penso que o exponencial é o desenvolvimento dentro da cabeça! É uma história coletiva” (DANIEL, 1991, p. 82).

aproximar de Deleuze (2011b) quando este aborda, a partir de Lévi-Strauss, o conceito de *significante flutuante*:

[...] dadas duas séries, significante e significada, há um excesso natural da série significante, uma carência natural da série significada. Há necessariamente “um *significante flutuante*, que é a servidão de todo pensamento finito, mas também a caução de toda arte, toda poesia, toda invenção mítica e estética” — acrescentemos: toda revolução”. Há, além disso, de outro lado, uma espécie de *significado flutuado*, dado pelo significante “sem ser, por isso, conhecido”, sem ser, por isso, fixado ou realizado. (p. 52)

Se se entende por AIDS essa “casa vazia” (p. 53) aludida por Deleuze, condição do significante enquanto série excedente, pode-se delinear melhor (isso que entendo como) a visão linguístico-discursiva da epidemia esboçada por Daniel (1991), para quem dentro do significante AIDS há tão somente

[...] a complexidade de um vazio de onde se pode criar, inventar tudo, aquele conjunto de infinitas dimensões sociais de onde parte a fundação imaginária da sociedade: ali onde não há determinação nem acaso, liberdade nem opressão, porque dali saem todas as forças trágicas da possibilidade de inventar. (p. 83)

Não se referia o autor a uma “gênese mística” coextensiva ao “nome da AIDS”, mas, possivelmente, a um *agenciamento*<sup>22</sup> a envolver o território social com o espaço “desterritorializado” de onde nasce a sociedade. E, a respeito desse campo pré-territorial, sublinha: “nesse espaço não há dentro ou fora, abaixo ou acima, etc.” (ibid.). Tomo de empréstimo este conceito deleuze-guattariano em tal momento do texto, visto conceder ele matéria de expressão a um movimento de pensamento que se articula em Daniel, e encontra forte sustentação naqueles filósofos: é frequente nos textos desse guerrilheiro<sup>23</sup> e ativista — que, embora não fosse filósofo de formação, como Guattari, é arrebatado por um *devir-filósofo* em muitos de seus escritos — uma inflexão para os fluxos que escapam às formas estratificadas; voltando-se para a multiplicidade em

<sup>22</sup> Como assinala Zourabichvili (2004, p. 9) a propósito do agenciamento: “Dir-se-á portanto [...] que se está em presença de um agenciamento todas as vezes em que pudermos identificar e descrever o acoplamento de um conjunto de relações materiais e de um regime de signos correspondente”.

<sup>23</sup> Nos anos 1970, no apogeu da ditadura militar brasileira, Herbert Daniel integrou grupos clandestinos de resistência, como o VAR Palmares e o Colina, junto a Carlos Lamarca e a atual presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Ele regressou ao país no ano de 1981, sendo o último exilado do regime militar instaurado em 1964 a ser anistiado. Escreveu os livros *Meu corpo daria um romance*, *Passagem para o Próximo Sonho* e *Vida antes da morte*. Morreu em 1992, no Rio de Janeiro, em consequência de doenças oportunistas causadas pela AIDS. (Disponível em: <<http://memoriamhb.blogspot.com.br/>> Acesso em 15 fev. 2016).

detrimento da representação e da identidade<sup>24</sup>. Em outras palavras, era-lhe imperativo não apenas propugnar pela sobrevivência, mas reivindicar algumas doses de vitalidade face à inexorabilidade fatalista da morte — atitude que sustentou a formulação do “*Viva a Vida*”, *slogan* cuja primeira entoação remonta a Daniel, quando da fundação do *Grupo Pela Vida*, tendo ganhado ampla ressonância ainda nos anos oitenta nas diversas ONG/AIDS do Brasil, inclusive na RNP+, onde, como pude tomar nota ao curso da cartografia, essa palavra de ordem é entoada frequentemente ao fim de cada reunião mensal.

Há nos textos de Daniel um vigoroso apelo de combate contra a “morte civil” ou contra “a terceira epidemia<sup>25</sup>”. Situava-se, por isso, de modo radicalmente crítico com relação à AIDS enquanto *palavra de ordem* em tom de *sentença de morte*: “A palavra de ordem traz uma morte direta àquele que recebe a ordem, uma morte eventual se ele não obedece ou, antes, uma morte que ele mesmo deve infligir, levar para outra parte.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 57). Tal sentença — que, aqui, deve ser entendida nos termos do conceito filosófico deleuze-guattariano a ser debatido no capítulo quarto — lastreia-se em um processo de medicalização e controle do sexo e da morte bem anterior à emergência da AIDS, “novo” acontecimento que figuraria como “um ponto privilegiado de incidência do poder sobre a vida na sociedade de normalização, em suas manifestações disciplinares e biopolíticas” (GUANDALINI JR., 2006, p. 158).

É nesse sentido que, jogando com a expressão popular, Daniel vislumbrava a AIDS como um tigre... de papel *higiênico*. Isso vem do fato de que, enquanto *dispositivo*<sup>26</sup> (FOUCAULT, 2014), a doença possibilitou esquadrihar “os sodomitas” como um *grupo de risco* — expressão cara à terminologia médica da primeira década da

---

<sup>24</sup> Herbert Daniel (1991) posiciona-se de modo fortemente crítico com relação à identidade *gay* ou *homossexual* no texto “A AIDS é um tigre... de papel higiênico”. Vejamos: “Este mesmo [o homossexual], fazendo o que a medicina nunca conseguiu, se determina como *identidade*, apodera-se de sua qualificação e, no ato de qualificar-se, não apenas se diferencia, iguala-se num grupo ou “comunidade”, numa espécie de “raça”. E postula-se como potencialmente mais evoluído do que os “monótonos” heterossexuais. Vemos surgir, num movimento vanguardista e messiânico, o homossexual que se considera munido de maior “saúde sexual”, já que ultrapassou uma “repressão” que a outros impede uma prática de dado prazer por preconceitos machistas: aqui vemos o preconceito às avessas, a maneira de fazer do estigma um privilégio.” (p. 95)

<sup>25</sup> Deter-me-ei no tópico seguinte sobre o conceito de *terceira epidemia* (PARKER; AGGLETON, 2001).

<sup>26</sup> Para Foucault (2014, p. 364), um dispositivo é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos”. Ressalto que tal conceito vem sendo amplamente adotado na pesquisa social sobre AIDS, como é o caso dos trabalhos de Perlongher (1986), Guandalini Jr. (2006) e Miskolci (2011).



epidemia — distinguindo, nesse nicho, os homossexuais “sadios<sup>27</sup>” dos “não sadios”. Consequência mais lastimável dessa “disjunção” é o fato de que, hoje, passados trinta anos da epidemia, como aponta criticamente Miskolci (2011, p. 6), o chamado movimento “LGBT” — cujo reconhecimento foi em larga medida catalisado pelo advento do HIV/AIDS — criou para si uma “imagem liberal, “limpa” e submissa do movimento com relação ao Estado”, mostrando-se reticente quanto a posturas críticas que questionem as “identidades” já estabelecidas. Dado isso, apesar de duramente criticado à época por seus posicionamentos anti-identitários, vê-se por que Daniel manifestava-se contrário à “badalação” em torno de uma identidade homossexual<sup>28</sup>, uma vez que, sendo este um mecanismo de captura das “sexualidades dissidentes”, acabava por deflagrar sérios constrangimentos à vivência coletiva das (homos)sexualidades, as quais não se conformariam de modo unívoco à produção de subjetividade (do norte-americanizado) “gay”.

A esse respeito, o antropólogo Néstor Perlongher (1987) lamentava que a emergência da epidemia de AIDS estivesse promovendo um processo de “extermínio” de uma série de modos singulares de subjetivação relacionados à “heterogeneidade carnalizante das homossexualidades brasileiras” (p. 55) em benefício de “certa uniformização comportamental (e até residencial) implícita no *modelo gay* americano” (ibid.):

Infelizmente, uma parte considerável das práticas homossexuais mais “populares” que vigoram “ao sul do Equador” corre o risco de cair fora do esquema. A começar pelo próprio termo “bissexual”, inaudito nas barrocas nomenclaturas nativas (apenas no circuito de perambulação homossexual do centro de São Paulo, estão em circulação mais de 50 maneiras de aludir aos gêneros e estilos dos “entendidos”, desde *bicha-baby* até *michê-gilete*). O “bissexual” seria traduzido para os códigos vigentes no gueto: uma espécie de “enrustido”, que foge de sua família heterossexual constituída, à procura de uma aventura andrógina. (p. 56)

---

<sup>27</sup> Miskolci (2011) entende que o processo de higienização a que a AIDS submeteu os homossexuais masculinos — que, a partir de então, se viram em um processo contínuo de identificação com os valores “heteronormativos” — pode ser divisado, hoje, no gesto do movimento *gay* de segmentar os “identitários” — aqueles que estabeleceram uma boa relação com o Estado, veiculando certos valores que, grosso modo, podem ser resumidos como de referência “limpa, masculina e liberal”, “higienizados, brancos, masculinos, discretos e de classe alta” (p. 6) — e os chamados *queer* — que se voltam criticamente para as relações com o Estado, sendo, também grosso modo, entendidos como os “suj@s, negr@s, pobres, “efeminados” e pintosas” (ibid.).

<sup>28</sup> Documenta Miskolci (2011) que, no Brasil, o movimento LGBT — que, no seu princípio, chamava-se *GLBT* — floresceu no fim dos anos 70, no processo de abertura democrática. Foi, porém, com o advento da epidemia de HIV/AIDS que este alçou maior visibilidade, uma vez tendo sido “bem-sucedido no diálogo com o Estado para auxiliar na criação daquele que é, talvez, o melhor programa assistencial de aids no mundo” (p. 2).

Malgrado tenha entrado em dissenso<sup>29</sup> com Perlongher no referente ao modo otimista com que este se colocava frente aos chamados “guetos” — encarando-os como “espaços de vida”, e não como “espaços de cerco disciplinar” —, Daniel também apresentava um olhar acurado para a molecularidade dos poderes/saberes postos em jogo com o “vírus do amor”. Mas, assim como o antropólogo argentino, também se posicionava de modo contrário à forma “extensivista” com que a epistemologia médica se aproxima da vida, não levando em consideração “a riqueza ou a qualidade da experiência”, mas sim “a frieza estatística da quantidade de anos atingida por uma pessoa” (PERLONGHER, 1987, p. 89). E, ao dispensar uma mirada “intensivista”, a medicina acaba por reforçar seu poder científico, negligenciando a actancialidade dos seus enunciados (AUSTIN, 1990). É com base nisso que Daniel (1991, p. 89) afirma:

Fugindo do imperialismo da tecnologia médica, deslocando as relações de oposições entre “saúde” e “doença”, vemos que a coletividade forma seus corpos através de certas tecnologias — onde a medicina entra mas não hegemoniza — e que a saúde se caracteriza pela autonomia do controle dos meios de vida e vivência coletivos.

Tendo bem prematuramente se apercebido desse poder que segmenta “médicos e medicalizados”, abrindo espaço para um salvacionismo tecnocrático<sup>30</sup>, Daniel propunha ações de *banalização* e de *vulgarização* da AIDS, cujo debate, para ele, deveria se desenrolar “no conjunto das doenças de hoje” (DANIEL, 1991, p. 86), ou seja, sem nenhum acento mistificador ou enigmático. Tal clamor — que, às lentes contemporâneas, possa talvez soar algo incompreensível, uma vez que, em grande parte devido à universalização do tratamento antirretroviral no Brasil, o nome da AIDS, ao menos para a geração pós-ARVs, parece não estar mais tão associado ao pânico por ele outrora evocado<sup>31</sup> — se embasava no fato de que, para as pessoas que eram

<sup>29</sup> Tal divergência encontra-se presente no texto “A AIDS é um tigre... de papel higiênico”.

<sup>30</sup> Percebe-se, nesse ponto, a interconexão das fontes da Religião e da Razão, como eloquentemente descreve Soares (1998) a respeito da apropriação jornalística da AIDS.

<sup>31</sup> Afirmando isso com base em minha própria experiência com o tema. No convívio com amigos e amigas de diversas gerações, percebo haver menor tensão relativa à expressão do nome AIDS por parte daqueles que, como eu, nasceram no início dos anos noventa — o que não implica, porém, que estes amigos não realizem as “ações de prevenção” em seus relacionamentos sexuais. Já, em relação aos amigos que, tendo nascido nos anos sessenta ou setenta, viveram o período mais “agônico” da epidemia, convivendo de forma direta ou indireta com o HIV/AIDS, sinto haver maior aflição a envolver esse nome — como se, mesmo após o advento da medicação antirretroviral, a memória “tanática” da primeira década ainda sustentasse a relação que eles próprios mantêm com esse tema; há, inclusive, entre esses, aqueles que sequer pronunciam o nome da doença, consagrando-a ao lugar da “quietude” e do “mutismo”, como Sontag (2007) bem discorre a propósito do relacionamento que certos norte-americanos mantinham com o câncer.

“sentenciadas” com o diagnóstico, e Herbert era uma delas, conviver com ele se assemelhava a portar uma espécie de “nódoa social”, como Goffman descreve a respeito do estigma (MELO, 1999). Banalizar a doença, proferir seu nome à luz do dia, era uma forma de destituir seu caráter “insuportável”. Propunha, então, Daniel (1991) falar em *aids*, não em AIDS, no esforço de minimizar o excesso desse significante “que quer dizer muito mais do que a sigla indicada” (p. 125), deslocando o eixo da discussão da “doença em si” para passar a tematizar “dor, doença, domesticação e morte como partes inevitáveis e integrantes de reorganização do cotidiano” (p. 98).

### 2.3.1 Acerca da terceira epidemia

Como mencionado anteriormente, Daniel mobilizava em sua escritura um arsenal de *combate* — metáfora militar que, sim, bem serve à descrição do trabalho ativista deste guerrilheiro-escritor — à *terceira epidemia*. Tal conceito, elaborado nos anos oitenta pelo Dr. Jonathan Mann da Organização Mundial de Saúde (OMS), afigura-se como de incontestável relevância para a pesquisa social com AIDS, haja vista ter dimensionado que, coextensivamente à epidemia “sanitária”, desencadear-se-ia uma epidemia de caráter sociocultural. Descrevem Parker e Aggleton (2001) as três fases que constituem isso a que, grosso modo, se codifica como *a epidemia*:

- i) Primeiramente, há a epidemia da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) — “uma epidemia que geralmente entra em todas as comunidades de forma silenciosa e sem ser notada, e frequentemente se desenvolve ao longo de muitos anos sem ser amplamente percebida ou entendida” (p. 7);
- ii) Segundo, a epidemia da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) — “a síndrome de doenças infecciosas que podem ocorrer devido à infecção pelo HIV, mas tipicamente [...] somente após um certo número de anos” (ibid.);
- iii) E, por último, desenvolve-se “a epidemia de reações sociais, culturais, econômicas e políticas à AIDS” (p. 13)

Essa *terceira epidemia* é descrita por Parker e Aggleton (2001) como atravessada por amplos processos de estigmatização, discriminação e negação. Se,

passados mais de trinta anos da pulverização global do vírus e da síndrome, a sociedade já dispõe de muitos mecanismos para detê-lo em nível sanitário, ainda não é possível afirmar o mesmo a propósito da epidemia social. Durante a habitação cartográfica na RNP+/CE, o preconceito e o estigma frequentemente despontaram como problematizações com as quais ainda hoje se deparam as subjetividades atreladas a essa ONG/AIDS. Por exemplo, é constante a menção a palavras como “confidencialidade” e “anonimato” — dois dispositivos legais de que a maioria dos redianos não abre mão, fator que, conforme se verá adiante, dificulta-lhes a incorporação da subjetividade ativista de consistência “militante”. Além disso, também me deparei com algumas menções a situações concretas de discriminação, como no caso de Fábio<sup>32</sup>, que, quando perguntado por mim sobre já ter sido discriminado ou não por viver com HIV, mencionou:

**Fábio<sup>33</sup>:** /.../ fui discriminado no meu trabalho. Então isso pra mim foi uma perda. Fui discriminado pelos meus colegas de trabalho. Eu trabalhava na lanchonete, e eu cheguei a me cortar e o gerente da loja disse que não ia colocar a equipe em risco. Me chamou e disse: “Eu não vou colocar minha equipe em risco, então vou dar suas contas direito, mas você vai cair da minha equipe”. Eu disse a ele que não tinha problema, que não pegava assim, eu fui explicar pra ele que a AIDS não pegava de abraço, de talher, de suor, a menos que o meu sangue tivesse contato com a ferida daquela pessoa, ou através do ato sexual ou do sangue contaminado numa transfusão de sangue. Mas se não fosse isso ninguém ia pegar AIDS não. E, apesar disso, ele me botou pra fora. Mas nem fui atrás dos meus direitos. Coloquei na mão de Deus e disse “vou conseguir um outro emprego”. **(Entrevista realizada no dia 1º de dezembro de 2015)**

O entrevistado, que ainda passou dois anos desempregado após o evento por ele aludido, assimilou este como um acontecimento violento motivado pela sua sorologia positiva. Embora, como depois fez menção, tenha encontrado amparo e solidariedade na RNP+/CE, onde interage com pessoas que experienciam ou já experienciaram situações semelhantes a que vivera, essa manifestação de “violência linguística” atesta a molecularidade inerente aos processos de estigmatização, que, conforme Parker e

---

<sup>32</sup> Faço uso de nomes fictícios a fim de preservar a confidencialidade dos participantes da pesquisa, conforme prescrito pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado por cada membro.

<sup>33</sup> A transcrição dos registros de áudio da pesquisa seguirá de acordo com alguns dos protocolos preconizados pelo manual de organização, redação e apresentação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), os quais se encontram indicados no apêndice da dissertação.

Aggleton<sup>34</sup>, se desenvolvem a partir da intersecção entre cultura, poder e diferença. Na visão dos autores,

[...] o estigma desempenha um papel central na produção e reprodução das relações de poder e de controle em todos os sistemas sociais. Faz com que alguns grupos sejam desvalorizados e que outros se sintam de alguma forma superiores. [...] Para confrontar e entender corretamente as questões da estigmatização e da discriminação, seja em relação ao HIV e à AIDS ou qualquer outra questão, é necessário, portanto, que pensemos de maneira mais ampla sobre como alguns indivíduos e grupos vieram a se tornar excluídos, e sobre as forças que criam e reforçam a exclusão em diferentes ambientes. (p. 11-12)

O estigma não se refere a um “atributo depreciativo”, a “uma diferença indesejável” ou a uma “identidade deteriorada” instituída como consequência de um comportamento individual. Não diz de uma substância plenamente designável, mas a processos heterogêneos que se articulam socialmente — e, a esse respeito, se urdem não só no nível das “formas de elite do conhecimento” (psiquiatria, demografia e outras), que, como aponta Foucault (2014a), produzem diferenças em sociedades modernas e complexas; mas também nos sistemas de “saber local” (crenças religiosas, senso comum e outras) que, segundo Clifford Geertz (1997) retomado por Parker e Aggleton, “também produzem diferenças em ambientes sociais mais simples ou de menor escala” (p. 14). Abordar o estigma em uma proporção individualizada foi, segundo estes autores, um direcionamento equivocado das formulações de Erving Goffman<sup>35</sup> sobre tal conceito quando aplicado às pesquisas sociais com o HIV/AIDS. Em função disso, propõem três etapas para a análise e intervenção dos processos de *estigmatização*: i) reconhecer os contextos específicos de cultura e poder em que este processo se viabiliza a fim de administrá-lo; ii) “entender melhor como o estigma é usado pelos indivíduos,

<sup>34</sup> Parker e Aggleton (2001) baseiam-se em Pierre Bourdieu, Antonio Gramsci e Michel Foucault para abordar o estigma enquanto correlação entre cultura, poder e diferença.

<sup>35</sup> Na obra *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, o cientista social Erving Goffman descreve os processos sociais através dos quais os estigmas são desenvolvidos (MELO, 1999). Para os gregos, como descreve o autor, os estigmas eram “signos corporales, sobre los cuales se intentaba exhibir algo malo y poco habitual en el status moral de quien los presentaba” (p. 1), dizendo respeito a sujeitos sociais como os escravos ou os criminosos. No contemporâneo, “a palavra “estigma” representa algo de mal, que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social” (ibid.). O sujeito que apresenta um estigma vive em uma discrepância entre a sua “identidade social virtual” — o modelo social de indivíduo desejado pela sociedade — e a sua “identidade social real” — com os seus atributos que denotam a que categoria pertence. Os efeitos de uma identidade socialmente estigmatizada são profundamente nocivos para quem a detém, uma vez que, para estes, “a sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada [...]” (p. 2). Assim, no momento em que é enfatizada a deterioração simbólica da identidade, o sujeito, para Goffman, perderia seus atributos e qualidades, passando a ser desacreditado na sociedade.

comunidades e pelo Estado para produzir e reproduzir desigualdade social<sup>36</sup>” (p. 12); e iii) “reconhecer como o entendimento do estigma e da discriminação nestes termos encoraja o foco sobre a economia política da estigmatização e suas ligações à exclusão social” (ibid.).

Para abordar os processos de estigmatização em sua dimensão microfísica, faz-se indispensável, como defendem Parker e Aggleton, voltar-se para a *economia política da exclusão social*. Prefigura-se com isso o entendimento de que o estigma, a discriminação e a negação reportam a “formas preexistentes e/ou independentes de estigmatização e exclusão” (p. 19). Quais seriam, então, as fontes de estigma com as quais se relacionam o HIV e a AIDS? Os autores arrolam quatro “estratos”:

**Figura 3 - Listagem das fontes de estigma relacionadas ao HIV/AIDS**

i) Estigma em relação à sexualidade
ii) Estigma em relação ao gênero
iii) Estigma em relação à raça ou etnia
iv) Estigma em relação à pobreza ou à marginalização econômica

Fonte: Parker e Aggleton (2001)

<sup>36</sup> A despeito de partirem de Foucault para abordar o ponto de conexão do estigma com as relações de poder, Parker e Aggleton (2001) voltam-se criticamente para o filósofo pós-estruturalista por este “descentralizar o sujeito e questionar as possibilidades de “agenciamento humano”, a conceituação dos usos intencionalmente estratégicos de poder ou os tipos de ação social que poderão estar envolvidos na resistência aos efeitos negativos torna-se difícil de ser obtida (apesar da ideia foucaultiana que diz que onde quer que se encontre poder se encontrará resistência).” (p. 14 – destaque meu). Ora, apesar de corroborar com a visão por eles contemporizada de que a estigmatização se processa em um nível microfísico das relações de poder, questiono nesses autores a remissão do agenciamento à categoria do humano, uma vez que, para Deleuze e Guattari (1995), segundo Fuganti (2015), o conceito de agenciamento opera um duplo ultrapassamento em relação à forma de pensar da tradição inaugurada pelo humanismo moderno: i) a destituição da ideia de uma natureza humana *a priori* e ii) a desqualificação da verdade dos valores universais enquanto fundamento que torna possível o conhecimento verdadeiro, imparcial e universal. A Forma-homem será, portanto, dentro da teoria do agenciamento, uma produção de subjetividade determinada pelas forças constitutivas do tipo de poder que ela integra. Assinala Fuganti (p. 2) que: “Em outras palavras, foi preciso antes que essa Forma ou Estrutura humana fosse produzida ou inventada (não por Deus ou por uma Natureza natural ou Humana em evolução espontânea ou inteligente) e constituída como condição de produção de Pessoas ou Sujeitos (morais e de conhecimento)”. Além disso, vide a leitura do texto *Anti-Édipo: Uma introdução à vida não fascista* (FOUCAULT, 2006), parece-me também passível de crítica a ideia de “usos intencionalmente estratégicos de poder” como forma de estabelecer resistências ao próprio poder, em si mesmo um “afeto triste”, como comenta Pelbart (2011) a partir de Spinoza, que se caracteriza por diminuir nossa potência de agir.

A sinergia entre essas fontes de estigmatização conjuga alguns sentidos que investem o significante AIDS — uma sigla de nome vago a designar uma *síndrome*, conceito igualmente impreciso, pois não aponta para nenhum referente patológico concreto, designando um amálgama de doenças. A literatura de pesquisa social sobre AIDS assinalou desde cedo o liame que a doença entretetece com a problemática da sexualidade, a primeira das fontes de estigma mencionadas por Parker e Aggleton. Precisamente porque a principal via de transmissão do vírus é a sexual, e porque a população “preferencial” infectada pelo HIV, ao menos quando de seu florescimento, foi a de pessoas cujas práticas sexuais prescindem das normas e dos diferentes padrões hegemônicos existentes, a doença fez acionar uma série de preconceitos historicamente alimentados contra as chamadas “sexualidades dissidentes”.

A associação do HIV e da AIDS à *homossexualidade*, e depois a outras formas de estigmatização, como a *prostituição* (e a diferença sexual), marca mais amplamente toda a história da epidemia e continua a funcionar ainda hoje como o aspecto mais enraizado do estigma, da estigmatização e da discriminação relacionados ao HIV e à AIDS. Esses estigmas que associam o HIV e à AIDS à homossexualidade e a outros “desvios sexuais” são tipicamente tolerados e tacitamente aceitos nas sociedades em todo o mundo. (p. 20)

No tópico subsequente, promoverei uma “torção” ou um “desvio” na discussão de Parker e Aggleton para, a partir da leitura dos textos de Perlongher (1987), Pelbart (2011) e Deleuze e Guattari (2012b), pensar a homossexualidade em um “tom minoritário”, conversando sobre o saber-poder médico, mas também discutindo o estatuto do desejo frente ao dispositivo de sexualidade (FOUCAULT, 2014c). A partir daí, penso nos processos micropolíticos que se articulam a partir da epidemia, marcando o *contágio* como conceito potente à produção de um pensamento outro sobre o corpo, aqui (deleuze-guattarianamente) tomado como *corpo sem órgãos* (DELEUZE, 2012c).

## 2.4 AIDS, HOMOSSEXUALIDADE E DESEJO: UMA MICROPOLÍTICA DO CONTÁGIO

*A vida não se mede apenas, como quer a instituição médica, em termos de prolongação da sobrevivida (ou da agonia), mas também em intensidade de gozo. A dimensão do desejo não deveria ser negligenciada, se é que se trata de salvar a vida. (Néstor Perlongher)*

A “negativização” das formas outras de exercício da sexualidade dentro dos campos de poder e exclusão existentes, como sublinham Parker e Aggleton, incidiu no recrudescimento do estigma desse *mal de fim do milênio*. A AIDS arrastou a tiracolo o nome da homossexualidade, desenfundando-o dos seus confins subterrâneos, de seus *bas-fonds*, de seus “inferninhos”, como bem observou Perlongher (1987). Regressando à problemática da “medicalização da existência”, entende-se que, com a AIDS, o dispositivo de saber-poder — e aqui é forçoso mencionar Foucault (2014c), que, assim como Perlongher, também viveu e morreu sob a experiência dessa doença — sobre o sexo (a *scientia sexualis*) acabou por criar uma “existência discursiva<sup>37</sup>” para as práticas sexuais outrora anônimas, atendo-se ao *detalhe*, aportando nos pontos mais ínfimos do corpo, nos seus esfínteres:

A “analidade” entra em jogo. *Os olhos da ciência voltados ao ânus!* A máquina médica explora as mucosas, os pontos de roçamento e de fruição, as feridinhas microscópicas que testemunham uma potência descontrolada. A operação transcende o sigilo branco dos hospitais e torna-se espetáculo. Ponto limite do dispositivo: transformar o antes proscrito em espetáculo, em grande *show*. No entanto, nessa tradução das intensidades do desejo para esquemas normativos do discurso médico, algumas coisas devem se perder. O que antes era gozo, na populosa intimidade da orgia, é logo projetado nos *slides* como bandeira de perigo. (PERLONGHER, 1986, p. 75)

Quando o homossexual — figura que, comenta Perlongher, guarda uma dívida fundamental com a medicina, uma vez ter tido ela “o mérito de inventar e organizar seus modos de nomeação e implantação, de definir seus territórios” (p. 67) —, antes *fora* do consultório médico, passa a entrar nesse espaço para “receber conselhos”, ele é *subjetivado* pelo controle médico-institucional; ele se torna “criatura médica” (p. 76). A retirada do rótulo de “doença” para a homossexualidade, em 1975, não se deu sem determinados “custos colaterais”, sendo o mais destacável, talvez, a própria gerência desse modo de vida, que pode ser traduzida na “redistribuição” e no “controle dos corpos perversos, fazendo do homossexual uma figura asséptica e estatutária, uma espécie de estátua perversa na reserva florestal” (p. 76), ironiza o antropólogo. E graças à forte ressonância dos poderes de comunicação (SPINK et. al., 2001; SOARES, 1998; LIMA, 2014), a influência e o poder médicos alcançaram uma expansão sem

---

<sup>37</sup> Mencionará Foucault (2014c, p. 36-37) a propósito do dispositivo de sexualidade: “Desde o século XVIII o sexo não cessou de provocar uma espécie de erotismo discursivo generalizado. E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se exercia e como meio para seu exercício; criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimento para observar, interrogar e formular. Desenfundaram-no e obrigaram-no a uma existência discursiva.”.



precedentes no evento da AIDS, reforçando ainda mais o programa global de medicalização da vida (PERLONGHER, 1987).

Perlongher, no entanto, aponta para a insinuação de algo que, em um movimento sub-reptício, se furta às *palavras de ordem* médicas como uma outra face de um agenciamento complexo (DELEUZE; GUATTARI, 1995b); à maneira de uma *linha de fuga* ou de uma *fuga intensiva* (PERLONGHER, 1987, p. 87). E esse “algo” a que faz referência é o já mencionado *desejo*, como divisado pelo olhar deleuze-guattariano, cuja mirada, como já se teve oportunidade de dizer em outro momento, entende que

Se o desejo produz, ele produz real. Se o desejo é produtor, ele só pode sê-lo na realidade, e de realidade. O desejo é esse conjunto de sínteses passivas que maquinam os objetos parciais, os fluxos e os corpos, e que funcionam como unidades de produção. (DELEUZE; GUATTARI, 2010a, p. 43)

Por seu caráter insubmisso, assevera Perlongher (1987), a medicina tem aversão ao desejo. “A medicina não pode lidar com o desejo, pois escapa às prescrições segundo um impulso que não é racional nem formalizável” (p. 81). Não podendo regulamentar seus avatares, ela o suprime, “supondo que os percursos existenciais possam ser regidos segundo convenções profiláticas, em detrimento dos fluxos, das paixões, dos tesões, das intensidades” (p. 82). E o corpo “humano”, — isto é, a forma-homem resultante de um adestramento “civilizatório” progressivo do animal-homem, a ferro e fogo — como argumenta Pelbart<sup>38</sup>(2011, p. 45) a partir de David Lapoujade, já *não aguenta mais* tanto *adestramento e disciplina. O corpo não aguenta* mais, acrescenta, “o martírio e a narcose que o cristianismo primeiro, e a medicina em seguida, elaboraram para lidar com a dor, um na sequência e no rastro do outro: culpabilização e patologização do sofrimento, insensibilização e negação do corpo.” (ibid.).

Em vista disso, faz-se necessário retomar o corpo a partir da sua possibilidade de *afecção* pelas forças do mundo: afetar e ser afetado, eis a questão. Um corpo atravessado por uma “intensa vitalidade que desafia os órgãos e desfaz a organização” (DELEUZE, 2011, p. 169), uma *vitalidade não orgânica* que o ponha em relação “com forças ou poderes imperceptíveis que dele se apossam ou dos quais ele se apossa” (ibid.). Um corpo que sofre com as afecções de seus encontros, “da alteridade que o atinge, da multidão de estímulos e excitações, que cabe a ele selecionar, evitar, escolher

---

<sup>38</sup> Cf. PELBART, Peter Pál. O corpo do informe. In: **Vida Capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.

acolher” (PELBART, 2011, p. 45). Sumariamente dizendo: um *corpo sem órgãos* (CsO) que se constitui como “um corpo afetivo, intensivo, anarquista, que só comporta polos, zonas, limiares e gradientes”, como o descreve Deleuze (2011a, p. 168) nesse conceito urdido a partir da intersecção com o poeta Antonin Artaud. Corpo esse que, portanto, se difere inteiramente do “organismo” sobre que se aferra a medicina — forma investida pelo *juízo de Deus*, que *organiza* seus órgãos “juizes e julgados”, muito dessemelhante do “corpo vital e vivente” (ibid.).

Pode-se, a partir do CsO, dar-se ao trabalho de traçar uma outra imagem do *contágio*, figura essa tão frequentemente suscitada na discursividade da AIDS. Um contágio que não se institua como *invasão* ao “corpo propriedade”, mas como indício de uma vitalidade “não orgânica e inumana” (PELBART, 2011); como *afecção* ou efetuação de uma potência múltipla que ativa uma conexão entre heterogêneos: homem, animal, bactéria, vírus, etc. Ocorre nessa dinâmica epidêmica a destituição de um processo hereditário, homogêneo e filiacional, em favor de uma micropolítica que põe em dimensão um *devenir-animal* do homem, devolvendo-o sua multiplicidade roubada pelo imperativo das totalidades, dos sistemas. Passa a ser o contágio matéria de *devenir*, visto que ativado pelo encontro entre afectos singulares, como descrevem Deleuze e Guattari<sup>39</sup> (2012b, p. 23):

Como conceber um povoamento, uma propagação, um *devenir*, sem filiação nem produção hereditária? Uma multiplicidade, sem unidade de um ancestral? É muito simples e todo mundo sabe, ainda que só se fale nisso em segredo. Opomos a epidemia à filiação, o contágio à hereditariedade, o povoamento por contágio à reprodução sexuada, à produção sexual. Os bandos, humanos e animais, proliferam com os contágios, as epidemias, os campos de batalha e as catástrofes.

Era justamente para a possibilidade desse *outro contágio* o que apontava Perlongher (1986) em seu “pensamento-criação<sup>40</sup>” sobre a epidemia, e em sua crítica à subjetivação médica e seu ponto de vista estritamente quantitativo da vida. Em atitude bastante corajosa — uma vez ser assaz raro deparar-se com visadas questionadoras do

<sup>39</sup> Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Devenir-intenso, devenir-animal, devenir-imperceptível*. In: **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia** (Vol. 4). São Paulo: Ed. 34, 2012b

<sup>40</sup> “[...] pensamento é criação, não vontade de verdade, como Nietzsche soube mostrar.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 67)

poder médico no campo da pesquisa social com HIV/AIDS<sup>41</sup> —, o antropólogo finaliza *O que é AIDS* traçando as seguintes considerações acerca do risco, do gozo e do desejo:

Há, para as populações ameaçadas, um risco real — que não deve ser, porém, superestimado. Trata-se, talvez, de um instável compromisso entre o risco e o gozo, sujeito ao vaivém do desejo. Essa afirmação do desejo não deveria ser vivida (como quer a histeria higienista) com culpa e peso de consciência, mas com alegria. Seria paradoxal que o medo da morte nos fizesse perder o gosto da vida. (p. 92)

É, portanto, acerca da necessidade de também se voltar *micropoliticamente* para o HIV/AIDS que a todo o momento se refere Perlongher em sua escritura. Penso que, de certo modo, seu texto, de tom tão enérgico e urgente quanto o de Daniel (1991), encontra envolvente reverberação no que diz Pelbart (2011) em artigo intitulado *Vírus-vida*, pelo mesmo crivo vitalista com que busca rastrear um “campo de possíveis” no seio de uma epidemia em grande parte marcada por um “carnaval de conservadorismo”, como bem descreveu Guattari<sup>42</sup>. Embora a paisagem epidêmica contemporânea seja, em muitos aspectos, sensivelmente distinta em relação aos períodos de tempo em que tais textos foram escritos — o de Perlongher, nos anos oitenta; o de Pelbart, nos anos noventa —, as palavras aí dispostas *atuam* no sentido de forçar um pensamento voltado aos processos *minoritários* que se agenciam nas “redes de solidariedade afirmativa<sup>43</sup>” e se trançam em torno da *aids* (aqui, em letras minúsculas, como Daniel preferia escrevê-la):

Não faremos dos aidéticos os novos heróis de um fim de milênio estarrecedor, o que seria um gesto de mau gosto, mas poderíamos pensar, a partir deles, o que são as correntes possíveis, as de morte e as de vida, **os contágios** e as contaminações diversas que se oferecem a cada dia. E podemos perguntar se todo esse funcionamento **em rede** é apenas uma tática de sobrevivência para tempos sombrios, soluções precaríssimas de uma sociedade civil desorganizada ou, ao contrário, **o esboço de estratégias subjetivas e coletivas de implicação vital**. (PELBART, 2011, p. 246 – grifos meus)

Figuram nesse fragmento, decerto, algumas pistas essenciais à composição dessa cartografia. Ora, de vez que proponho pensar (com) a subjetividade soropositiva para

<sup>41</sup> Atitude ainda mais corajosa se levado em consideração o ano em que o livro *O que é AIDS* foi escrito e publicado por Perlongher: 1987.

<sup>42</sup> “Essa articulação de forças reacionárias faz pensar ao filósofo libertário Félix Guattari que se a AIDS não existisse, precisaria ser inventada: “*Existe em torno da doença uma espécie de festa mortífera, um carnaval de conservadorismo e reação que se apropria dela, desenvolvendo uma política obsessiva de repressão ao homossexual*”. (PERLONGHER, 1987, p. 92)

<sup>43</sup> Cf. PELBART, Peter Pál. *Vírus-vida*. In: **Vida Capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.

além de sua versão “medicalizada” — enquanto substância de expressão unilateralmente investida pelos atos de fala/palavras de ordem relativos a uma discursividade biomédica —, sou colocado no exercício de mapeá-la no compasso em que, na RNP+/CE, ela articula novos arranjos subjetivos, devindo, por exemplo, ativista e/ou artista<sup>44</sup>. Para tal, como argumentarei ao longo deste trabalho, é oportuno deslocar a soropositividade da sua feição de “diagnóstico” — evento que lhe confere um acento ontológico, essencialista — para a sua dimensão performativa, demarcando os agenciamentos em que ela se encarna nesse território. Em outras palavras, importa criar formas de expressão para a *micropolítica do contágio* que se institui como uma “rede” de intensidades coextensiva à RNP+/CE enquanto ambiente institucional (macropolítica). E, a fim que essa “empreitada” se efetue, é imprescindível que a pesquisa e o pesquisador, desvencilhados dos interesses representativos, devenham “invasores” ou “intrusos” que afe(c)tem e se deixem ser afe(c)tados por essas “marcas do invisível<sup>45</sup>” (ROLNIK, 1993). É preciso, portanto, submeter-se aos contágios e aos devires que estes fazem proliferar.

## 2.5 AIDS E SUAS METÁFORAS: A DOENÇA E SEUS SIGNIFICADOS

Foi a leitura de *AIDS e suas metáforas*, de Susan Sontag (2007), que me fez primeiro atentar para a dimensão linguístico-discursiva enquanto um dos estratos da produção social da *epidemia*. Ora, já se sabe, a essa altura, após Daniel e Parker (1991), que esse processo epidêmico a que, grosso modo, se designa por AIDS é constituído por três fases ou, melhor dito, três epidemias. A terceira epidemia, como se viu, é atravessada por processos moleculares de estigmatização, discriminação e negação (PARKER; AGGLETON, 2001). Nesse ensaio publicado em 1988<sup>46</sup>, Sontag denuncia o caráter estigmatizador relativo a processos linguísticos específicos — as metáforas — os quais, endossa, têm uma força de *letalidade* tão grave quanto o vírus biológico. A ilação que se pode de princípio extrair aqui é que a terceira epidemia é também atravessada por processos de significação “relacionados com tensões históricas, com

---

<sup>44</sup> Ver capítulo 5: “Agenciamento-RNP+”.

<sup>45</sup> Ver tópico 3.1: “A cartografia e o cartógrafo”.

<sup>46</sup> No mesmo período, segundo Parker e Aggleton (2001), a feminista Paula Treichler lançou um livro (não traduzido no Brasil) de título *How to have theory in Epidemic: Cultural Chronicles in AIDS*, lançando mão do conceito de “epidemia de significação” para aludir aos processos semânticos que fundamentaram percepções diversas para a AIDS enquanto acontecimento sociocultural.

vontades de representações que se antagonizam e que estabelecem fronteiras sociais, com lutas pela hegemonia dos sentidos<sup>47</sup>” (FERREIRA, 2007, p. 19). Uma virulenta *guerra na língua*, para usar expressão desse autor, se articulou em torno desse fenômeno patológico, assimilando-o a mitologias moralizantes provenientes de outras epidemias, pois, como pontua Sontag (2007, p. 12): “Qualquer enfermidade tida como um mistério e temida de modo bastante incisivo será considerada moralmente, se não literalmente, contagiosa”.

O ponto central da argumentação da filósofa é a tese de que “a doença *não* é uma metáfora e que a maneira mais fidedigna de encarar a doença — e a maneira mais saudável de estar doente — é aquela mais expurgada do pensamento metafórico e mais resistente a ele.” (p. 11). Nesse sentido, como já o havia feito nos anos setenta em *Doença como metáfora*, analisando “as fantasias sentimentais ou punitivas” (ibid) em torno de doenças como a tuberculose e o câncer, empreendeu o mesmo exercício analítico a propósito de um novo *mal*, “cuja capacidade de estigmatizar, de gerar identidades deterioradas, é muito maior” (p. 89); cujo nome, embora pronunciado à profusão, é tão “indizível” quanto o das outras enfermidades sobre que se detivera. Um exemplo de expressão dessa indizibilidade está em *The way we live now*, conto publicado por Sontag (1991) em 1986. Nessa ficção, a doença de um anônimo paciente de AIDS é também tratada sob o signo do anonimato, através do uso de pronomes como “isso” ou “aquilo” ou, como no fragmento seguinte, quando um dos seus amigos afirma: “*Ele se sentia como uma vítima, sentia não como se tivesse uma doença, mas como se vivesse com uma doença*”<sup>48</sup> (p. 18 – grifo meu). Como se vê, o nome da patologia não é jamais proferido, como se dotado de algum “poder mágico” ou de uma mística tão insuportável a propósito da qual é preferível silenciar.

Envolta por um halo de tensão, a AIDS passa a ser uma moléstia oportuna para incorporações metafóricas diversas. Para nossas sociedades “americanizadas” que hipervalorizam o imperativo da “saúde perfeita” mercantilizado pela biomedicina e amplificado pela mídia hegemônica, esse processo de semiotização das doenças — o próprio ato (disparatado, na visão sontageana) de instituição de significados para um referente patológico — se articula de modo bastante violento contra o (do)ente,

<sup>47</sup> Cf. FERREIRA, Ruberval. **Guerra na língua**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

<sup>48</sup> “He was feeling like a victim, feeling not that he had a disease, but that he was living with a disease.” (SONTAG, 1991, p. 18 – tradução minha).

deformando sua experiência “clínica”. No rastro dessa metaforização, está uma visão que encara a doença como uma espécie de “cidadania onerosa” ou como algo nada mais que obscuro — “no sentido original da palavra: de mau agouro, abominável, repugnante aos sentidos” (p. 15). Em função disso, nesses dois ensaios, Sontag<sup>49</sup> adota, segundo ela, uma “estratégica quixotesca” (p. 86) de, em vez de conferir significado, esvaziar o significado de algo, de ser “contra a interpretação”. Como Daniel (1991) e Perlongher (1987), é contra a aura colossal do significante AIDS que se posiciona a autora nesse trabalho em que o intelectual e o ativista se entremeiam a tal ponto que se tornam funções indistinguíveis no mesmo projeto.

### 2.5.1 A guerra, a invasão, a poluição: a peste

Quando se fala em doença, é frequente a remissão a palavras como *luta*, *combate*, *guerra*, *batalha*, *ataque*, *cruzada*. Ainda constante é o tratamento personificado da enfermidade, como uma espécie de *inimigo* que precisa ser expelido a qualquer custo — não é exatamente isso, afinal, o que se tem vivamente assistido em tempos de disseminação ampla do *Zika-Vírus?* —, e para cuja mitigação serão agregados todos os esforços em uma nobre guerra coletiva visando à preservação da sociedade. Essa abordagem militarizada<sup>50</sup> das enfermidades, familiar às “campanhas de saúde pública, que rotineiramente apresentam a doença como algo que invade a sociedade” (ibid.), é denunciada pela autora como uma estratégia metafórica sutil de atribuição de culpa ao doente. Segundo Sontag, a metáfora militar

dá forma à visão de uma doença particularmente temida como um “outro” alienígena, tal como o inimigo é encarado nas guerras modernas; e a transformação da doença em inimigo leva inevitavelmente à atribuição de culpa ao paciente, muito embora ele continue sendo encarado como vítima. A ideia de vítima sugere inocência. E inocência, pela lógica inexorável que rege todos os termos relacionais, sugere culpa. (p. 85-86)

<sup>49</sup> Tendo experienciado o câncer nos anos setenta, Sontag impressionava-se diante do fato de que a reputação da doença causava maior sofrimento que a própria doença em si. Foi tal motivo que a impeliu a escrever *Doença como metáfora*, estando convencida de que “as roupagens metafóricas que deformam a experiência do paciente de câncer têm consequências bem reais: elas o inibem, impedindo-o de procurar tratamento bem cedo e de se esforçar mais no sentido de receber um tratamento competente” (p. 88).

<sup>50</sup> Segundo Sontag (2007, p. 84), “Pode-se dizer que o pensamento moderno médico tem início quando a metáfora militar generalizada torna-se específica, o que só se torna possível com o advento de um novo tipo de investigação, representado pela patologia celular de Virchow, e uma compreensão mais precisa do fato de que as doenças são causadas por organismos específicos, identificáveis e visíveis (ao microscópio)”.

Todavia, não se restringem apenas ao belicismo as metáforas voltadas para a AIDS. Ou melhor, o pensamento militar entranha esse significante para dimensioná-lo enquanto uma *invasão* ao corpo — no mesmo sentido como, enquanto microprocesso, o câncer é encarado<sup>51</sup> (p. 90). Mas, paralelamente, a AIDS é também entendida como *poluição* — aí herdando o processo de constituição metafórica da sífilis. Por exemplo: retomando o conto de Sontag (1991), quando se diz do anônimo personagem que ele tinha um sentimento de “**viver com** uma doença” e não de “**ter** uma doença”, recupera-se, por uma “interpretação significativa<sup>52</sup>” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b), a ideia de *intrusão*, de *intromissão*. Já quando, no filme *Carandiru*<sup>53</sup>, de Hector Babenco, a personagem Lady Di, incorporada por Rodrigo Santoro, ao receber diagnóstico *HIV-negativo*, chora emocionada e murmura o enunciado “*Eu tô limpa*”, expressa-se uma visão da doença como *sujeira, impureza*.

Embora a invasão e a poluição tenham sido sustentáculos figurativos estratégicos no processo de significação da AIDS, para Sontag (2007), a principal metáfora através da qual se compreendeu a epidemia (quando de seu despontar) foi a *peste*.

A peste (o termo vem do latim *pestis*, “flagelo”, “calamidade”) é há muito tempo utilizada como metáfora do que pode haver de pior em termos de calamidades e males coletivos [...] ao mesmo tempo que funciona como nome genérico de grande número de doenças assustadoras. (p. 112)

É correlata à metáfora da peste a ideia de *condenação* pelo comportamento “delinquente” de uma sociedade. Assim como em *Édipo Rei*<sup>54</sup> a *Peste* se instala em Tebas em virtude do parricídio e do incesto cometidos por Édipo, a AIDS (na visão de determinados segmentos conservadores do campo global) se implantaria na sociedade como manifestação de um “castigo divino” contra comportamentos “maculadores da moral divina”.

<sup>51</sup> No que diz respeito ao câncer, a metáfora militar “deixa de lado a questão da causalidade (um aspecto da doença ainda obscuro) e focaliza o momento em que células rebeldes dentro do corpo entram mutação [...] No caso da AIDS, o inimigo é o elemento que causa a doença, um agente infeccioso que vem de fora.” (SONTAG, 2007, p. 90-91)

<sup>52</sup> Uma interpretação significativa caracteriza-se, segundo Deleuze e Guattari (1995b, p. 71), pela remissão do signo ao signo, em um movimento de desterritorialização deste; e pelo fato de o signo saltar de um círculo a outro, não cessando de “deslocar o centro ao mesmo tempo que de se relacionar com ele (a metáfora ou histeria dos signos)” (ibid.), dentre outros princípios.

<sup>53</sup> Cf. CARANDIRU. Direção: Hector Babenco. [S.I]: Globo Filmes, 2003. 1 DVD (145 min), NTSC, color.

<sup>54</sup> Cf. SÓFOCLES. *Édipo Rei*. Porto Alegre: L&PM pocket, 2008.

Nem todas as doenças, entretanto, são suscetíveis à condição de peste. E, embora a doença à qual esse nome está intrinsecamente associado — a peste bubônica que dizimou aproximadamente um terço da população europeia no século XIV — tenha sido a mais devastadora de todas as epidemias de que se tem conhecimento, não é a *implacabilidade* uma condição indefectível para tal designação. Para ser assim caracterizada, a doença tem de vir geralmente do “outro”, do “estrangeiro”, do “não-nós” (p. 115). Se sua transmissão contempla a via sexual<sup>55</sup>, torna-se ainda mais próximo o caminho que conduz a doença à peste, levando-se em consideração a prescindibilidade com que o sexo voltado para o prazer é encarado no âmbito da moral judaico-cristã. Assinala Sontag a esse respeito que:

Ao contrário do câncer, entendido como uma doença provocada pelos hábitos do indivíduo (e que revela algo a respeito dele), a AIDS é concebida de maneira pré-moderna como uma doença provocada pelo indivíduo enquanto tal e enquanto membro de algum “grupo de risco” — essa categoria burocrática, aparentemente neutra, que também ressuscita a ideia arcaica de uma comunidade poluída para a qual a doença representa uma condenação. (p. 114)

A noção de *grupos de risco* — que, segundo Parker e Aggleton (2001), até o começo dos anos dois mil ainda embasava alguns programas e políticas de combate ao HIV/AIDS —, como analisa Sontag, mantém estreita relação com a ideia de uma *comunidade de párias*: seres que, de um prisma moralista, são vistos como “promíscuos” em estado de “licenciosidade geral”. Forja-se, nessa visão, uma dicotomia entre os “transmissores potenciais da doença” — eufemismo para homossexuais, prostitutas e usuários de drogas injetáveis — e a “população em geral” — formada por “heterossexuais brancos que não usam drogas injetáveis nem têm relações sexuais com pessoas que o fazem<sup>56</sup>” (p. 99). *Eles versus nós*: a “astúcia” da metáfora da peste é o fato de ao mesmo tempo ser divisada como “castigo merecido por um grupo de “outros” vulneráveis e como uma doença que potencialmente ameaça a todos” (p. 127).

---

<sup>55</sup> “A transmissão sexual da doença, encarada pela maioria das pessoas como uma calamidade da qual a própria vítima é culpada, é mais censurada do que as outras — particularmente porque a AIDS é vista como uma doença causada não apenas pelos excessos sexuais, mas também pela perversão sexual.” (SONTAG, 2007, p. 98)

<sup>56</sup> Ao mencionar a categoria de grupo de risco como uma noção estigmatizadora, não estou negligenciando o fato de que, ainda hoje, há uma ampla incidência homossexual da epidemia no Brasil (conforme dados do Boletim Epidemiológico – 2014/2015). Estou, com isso, apontando para determinadas visões reativas que impregnaram as políticas públicas voltadas para as pessoas vivendo com HIV/AIDS, impedindo uma intervenção mais eficiente em relação à vulnerabilidade real que determinados grupos sociais vivem no que diz respeito à epidemia.



Quando a metáfora da peste (ou *peste gay*), e seu já evidenciado lastro moralista, se deslocam da doença para o *doente de AIDS*, produz-se a estigmatizada subjetividade do *aidético*, que, segundo Valle (2002, p. 185),

emergiu no mesmo período em que a AIDS começou a ser ativamente administrada por intervenção clínica, quando a medicalização da vida com AIDS tornou-se uma questão. Ser um *aidético* veio sugerir, portanto, uma identidade abrangente que definia e agregava pessoas das mais diversas trajetórias e experiências sociais, culturais e subjetivas: mulheres aidéticas; pivetes aidéticos; gays aidéticos, etc. Todos eram subentendidos por meio de uma identidade comum, que era mais caracterizada pelo estigma da doença e sempre sobre o signo da morte. [...] Finalmente, o aidético era aquele que tinha passado sobretudo por uma trajetória moralmente condenada. Cabe lembrar os significados associados aos grupos de risco e a ideia central de promiscuidade.

Diante do deletério vulto que tal categoria discursiva assumiu para os indivíduos que assim foram indistintamente subjetivados, tornou-se bandeira política dos movimentos sociais emergentes em torno da epidemia a crítica da categoria *aidético* e a defesa das designações *soropositivo*, *HIV-positivo* ou *portador* (p. 190-191), que

foram incorporadas progressivamente a partir de sua própria inserção pessoal nas estruturas de saúde, ou pela assimilação de conhecimento codificado de origem biomédica, que também circulavam pela imprensa. [...] Por outro lado, o aidético foi associado historicamente à homossexualidade e, portanto, às identidades sexuais de origem médico-psiquiátrica (o homossexual) e também a outras categorias culturais, por exemplo, a bicha e o veado, que, para muitas pessoas, geravam preconceito e estigmatização. Categorias como portador ou soropositivo eram empregadas e privilegiadas para neutralizar os significados negativos de ordem moral que constituíam a identidade e as imagens do aidético.

Evidentemente, a *peste* é uma mitologia que muito diz acerca do modo com que a AIDS foi recebida em um tempo marcado, dentre outros eventos, pela polarização da guerra fria. Presentemente, (arrisco-me a afirmar que) tal imagem não se manifesta com tanta frequência nos enunciados acerca da doença, embora, aqui e ali, seja ainda possível defrontar-se com discursos fundamentalistas — sobretudo de orientação religiosa — que de algum modo a recuperam. Apesar de transcorridos trinta anos desde a instalação da doença em nível epidêmico, a AIDS ainda permanece saturada de significações. A esse respeito, como mostra o trabalho de Lima (2014), ela tanto se

despojou de significados destituídos de validade no seu atual enquadramento, quanto também se impregnou de novos sentidos<sup>57</sup>.

Parece ser consenso que a apropriação retórica da doença pelas ONG/AIDS e por outros movimentos sociais — além da sanção da Lei nº 9.313, de 1996, que garantiu distribuição universal e gratuita, pelo sistema público de saúde, de medicamentos para pessoas com HIV/AIDS (GALVÃO, 2002) — deflagrou algumas transformações no modo como a AIDS é socialmente percebida no Brasil. Mas diante da recalcitrância obstinada de certas palavras de ordem como *sentença de morte* — significados reterritorializados da experiência soropositiva —, cabe o trabalho de urdir novos *gritos de fuga* (DELEUZE; GUATTARI, 1995b). Ou como diz Sontag (2007, p. 150): “para afastar as metáforas, não basta abster-se delas. É necessário desmascará-las, criticá-las, atacá-las, desgastá-las”. E urge fazê-lo ainda mais quando “estamos indo em direção a doenças sem médico nem doente”, quando “existem mais imagens do que sintomas, e portadores mais do que doentes”, como bem observou Deleuze (2013, p. 170) a respeito da AIDS.

Questão de linguagem. Questão de crítica.

### 2.5.2 As metáforas e os territórios subjetivos da soropositividade

De todas as metáforas analisadas por Sontag, a que mais comparece no agenciamento coletivo de enunciação e maquínico do desejo da RNP+ é, definitivamente, a metáfora militar. E, ironicamente, esse é o tropo contra o qual se manifesta de modo mais histriônico a autora:

A metáfora que estou mais interessada em aposentar, mais ainda depois do surgimento da AIDS, é a metáfora militar. Sua utilização inversa — o modelo médico do bem-estar público — provavelmente tem consequências ainda mais perigosas e extensas, pois ele não apenas fornece uma justificativa persuasiva para o autoritarismo, como também aponta implicitamente para a necessidade da repressão violenta por parte do Estado [...]. Mas o efeito das imagens militares sobre a conceituação da doença e da saúde está longe de ser irrelevante. Elas provocam uma mobilização excessiva, uma representação

---

<sup>57</sup> Como aponta Lima (2014) em sua dissertação de mestrado, nas matérias publicadas sobre a AIDS no ano de 2013 já não constam determinadas expressões outrora frequentes na discursividade da epidemia, como, por exemplo, “*grupo dos 5H: homossexuais, hemofílicos, haitianos, heroínômanos (usuários de heroína injetável) e hookers (prostitutas)*” (p. 77); e, em comparação a 1983, predominam nas reportagens um tom mais otimista com relação aos remédios, às vacinas e às estratégias de erradicação da síndrome (p. 75).

exagerada, e dão uma contribuição de peso para o processo de excomunhão e estigmatização do doente. (p. 150-151)

Sem entrar mais a fundo no âmbito da discussão de que tal espectro de metáforas instituiria ou não um ambiente autoritário e culpabilizatório em torno da experiência clínica, é fato que, para fazer menção ao tratamento e à vida com HIV, muitos dos redianos fazem uso dessas figuras bélicas em seus atos de fala. Separei dois exemplos extraídos de um mesmo relato escrito a propósito de uma atividade de confraternização natalina produzida, no dia 25 de novembro de 2015, na Casa de Retaguarda<sup>58</sup>. Após a realização de algumas dinâmicas mediadas por acadêmicos de enfermagem de uma universidade particular de Fortaleza, pediu-se aos participantes que emitissem opiniões acerca de tais atividades. Nesse momento, vieram ao lugar de fala Vânia e Marlene, que primeiramente teceram elogios aos exercícios de “ajuda mútua” propostos e, depois, encetaram um depoimento sobre suas experiências enquanto pessoas vivendo com HIV/AIDS.

- (1) Eu, pelo menos, enquanto mulher, enquanto mãe, pessoa que vive com HIV há 22 anos e que estou nessa **luta** (+) tive uma filha que fez dezenove anos agora no dia catorze, tá linda, tá maravilhosa (+) na época não tinha o antirretroviral, era só o AZT<sup>59</sup> pela rede SUS. Então, assim, é uma **batalha** que a gente enfrenta e que a gente vem enfrentando /.../. A gente quer ser mãe, não importa as dificuldades, não importa que uma enfermeira olhe ((imita enfermeira)) “AH, ESSA AÍ É UMA ASSASSINA”. A gente não é assassina não, a gente quer ser mãe. (Vânia, 25 de novembro de 2015, em atividade na Casa de Retaguarda)
- (2) A minha vida toda (+) assim, ninguém sabe de nada, mas todo mundo acha que eu sou **guerreira** porque nunca me vê triste ou zangada, sempre é sorrindo ou brincando. Procuro sempre ajudar as pessoas que vão na minha casa pedir ajuda. E eu me sinto bem com isso, e assim eu vou levando a vida mais feliz. (Marlene, 25 de novembro de 2015, em atividade na Casa de Retaguarda)

Como se pode depreender de tais exemplos — e assim como pude presenciar em muitos dos “testemunhos” sobre o viver com HIV/AIDS que pude traçar ao longo da cartografia —, há fácil recorrência a adjetivos como *guerreiro(a)*, *batalhador(a)*, *lutador(a)*, para fazer referência a si; e a substantivos como *luta* e *batalha*, para mencionar a experiência sorológica. Pela grande regularidade com que desponta, é possível afirmar que o *lutador*, em uma perspectiva micropolítica, é uma espécie de *artifício subjetivo* (ROLNIK, 2014) consumido por muitos dos atores ligados à Rede. Mas se há tanto apelo a essa *simulação* ou *máscara* — que, na acepção de Rolnik (2014, p. 35), não guarda nenhuma relação com “falsidade, fingimento ou irrealdade”,

<sup>58</sup> Tal atividade é novamente relatada no tópico 4.3: “Relevo nº 3: agenciamento clínico”.

<sup>59</sup> AZT é a abreviação do nome do *azidomitina*, composto bioquímico bastante utilizado na fase antecedente ao advento dos antirretrovirais.

mas diz da efetuação das intensidades em determinadas matérias de expressão — é porque, no caso de Vânia e Marlene, essa é uma estratégia de que lançaram mão para, no encontro com outras subjetividades soropositivas, dar expressão a seus afetos<sup>60</sup> em um movimento de **intensidade-e-língua**<sup>61</sup> (p. 37). Ser uma *guerreira* em uma *batalha* — imagens que aqui não devem ser subestimadas enquanto *palavras de ordem*, visto que podem tanto se orientar para a culpa, como Sontag (2007) alerta, mas também podem ser indícios de uma *singularização subjetiva* (GUATTARI; ROLNIK, 2013) — é, portanto, um modo de se subjetivar não só frente à soropositividade, mas também diante de uma vida atravessada por muitas agruras.

Na cartografia, não me deparei com nenhuma assimilação enfática da AIDS como uma espécie de invasão ou poluição. Chamou-me a atenção, entretanto, a maneira com que uma das participantes da pesquisa, Helena, fez referência ao diagnóstico: como um “prêmio”. Evidentemente, a entrevistada foi irônica ao fazer essa aproximação entre o HIV e um “brinde”, tendo em vista o conjunto dos seus atos de fala, os quais “declaram<sup>62</sup>”, inclusive, a vontade de refazer o teste anti-HIV:

**Helena:** Às vezes eu tenho vontade de fazer novamente o exame. Dentro de mim me diz (+) mas eu tenho medo também, mas agora vai sair esse teste na farmácia, né? Aí eu disse: “menina, eu acho que eu vou é fazer” porque, às vezes, dentro de mim, lá no meu íntimo mesmo (me pergunto) “será meu Deus? Será que foi engano?” Porque não tem lógica (+) como foi? Se eu fosse uma pessoa que fosse com um fosse com outro (homem), entendeu? Tinha

<sup>60</sup> Não me é possível, no entanto, afirmar se o uso de tais expressões de caráter militar é um vetor de culpabilização para tais subjetividades, na orientação do que argumenta Sontag (2007) em *AIDS e suas metáforas*. Diante de enunciações como as de Vânia e Marlene, entendo, inclusive, como passível de crítica o conceito de metáfora com que opera essa autora, visto reclamar determinado “significado transcendental” ou “sentido literal” para expressões como *guerra, luta; guerreiro, batalhador*, etc. Ora, no escopo de uma perspectiva pragmática de linguagem (com a qual pactuo), tal forma de abordar a produção de sentido é vista como problemática uma vez que “o sentido não é nunca princípio ou origem, ele é produzido. Ele não é algo a ser descoberto, restaurado ou re-empregado, mas algo a produzir por meio de novas maquinações. Não pertence a nenhuma altura, não está em nenhuma profundidade, mas é efeito de superfície, inseparável da superfície como de sua dimensão própria.” (DELEUZE, 2011, p. 75). Deve-se ainda levar em consideração que para essas soropositivas usuárias do sistema público de saúde, “luta”, “batalha” e “guerreira” são formas de expressão consistentes e coerentes no que diz respeito a possibilidades de linguajar seus afetos (ROLNIK, 2014), não consistindo em usos “figurados” ou “conotativos” da linguagem, mas em palavras de ordem (DELEUZE; GUATTARI, 1995b) que *atuam* no processo de produção subjetiva, forjando determinados *modos de existência* (DELEUZE, 2013b) vinculados à experiência clínica.

<sup>61</sup> Segundo Rolnik (2014, p. 37): “o movimento de simulação é feito de intensidade-e-língua, necessariamente e ao mesmo tempo, ou seja, no artifício encontramos, absolutamente indissociáveis, os afetos e suas línguas, formando *constelações singulares*. [...] O artifício seria, então, a própria “natureza humana”, se é que dá para falar em algo assim; apenas não se trataria aqui de uma *natureza pura que varia, mas de uma pura variação*. E daria para concluir: *não há natureza pura, só pura diferença*. O artifício é a *diferença nela mesma*.” (grifos da autora).

<sup>62</sup> A declaração, para Austin (1990), é um ato de fala do tipo ilocucionário, regulado por determinadas convenções sociais.

aquele processo, eu teria minha culpa, então eu teria consciência, mas eu não tive, eu não tive esse vínculo com vários parceiros, eu não tive, então será que só de um (homem) e desse um eu fui **premiada?** (Entrevista no dia 25 de novembro de 2015)

O “prêmio faturado” por Helena parece, então, manter alguma semelhança com a invasão ou a poluição descritas por Sontag (2007). A possibilidade de refacção do exame — na crença de que sua soropositividade possa ser fruto de um acidente de testagem, como depois acrescentou — atesta certa inconformidade ante o diagnóstico positivo (com o qual convive há três anos) e com a transformação incorporal (DELEUZE, 2011b) por ele ativada. Nesse caso, o diagnóstico HIV-positivo figura enquanto uma palavra de ordem do tipo *sentença de morte* (DELEUZE; GUATTARI, 1995b) na medida em que encerra, para ela, determinadas significações estigmatizadas (ou reterritorializadas) para os referentes HIV e AIDS. Participar das atividades organizadas pela RNP+/CE é, para Helena, uma forma de melhor se situar nos territórios subjetivos da soropositividade, quando comenta que estar lá faz com que não se sinta “tão perdida, tão vaga perante a sociedade”. Em sua fala, a *amizade* desponta como uma potente possibilidade de ressignificação de si, pelas afecções e trocas que pode suscitar. O estar na Rede avulta-se como uma prática voltada para o redimensionamento da sua percepção como pessoa vivendo com HIV, em um exercício permanente de desterritorialização das significações cristalizadas para a doença, como ela expressou a partir do seguinte questionamento que lhe fiz:

**Cartógrafo: No presente, o que te leva a frequentar a Rede?**

**Helena:** Pra mim, a amizade. Eu gosto muito de uma amizade, de ver a vida um do outro, de compartilhar com outras pessoas que tão na mesma situação. A minha história é diferente da deles; a deles é diferente da minha, eles já passaram por coisas que eu ainda vou passar ou talvez não passe. O que era o HIV há vinte anos atrás pro que é hoje? Hoje eu nasci na CURA, pode-se dizer assim (+) mas há vinte anos atrás? Eles têm uma história de vida excelente pra quem tá entrando agora se espelhar e dizer: “Pô! VINTE ANOS vivendo assim”, família já abandonou, esposa já abandonou (+) filho já abandonou e há vinte anos atrás você já convive /.../ (Entrevista realizada no dia 25 de dezembro de 2015)

O depoimento de Helena sinaliza para um tensionamento dos artifícios subjetivos em jogo com a soropositividade enquanto palavra de ordem. Isto é, ao mesmo tempo em que a participante expressa uma visão negativizada em relação ao diagnóstico, também indica um “estado crítico” caracterizado por um movimento de

ressignificação da soropositividade ativado pelo contato/contágio com a RNP+/CE. Insinua-se aí, portanto, não unicamente a existência de um *plano de formas*, através do qual Helena é tomada como um “indivíduo” desde já pronto, paralisado, invariante; mas, além disso, a disparação de um *plano de forças*<sup>63</sup> (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2010) permeado por intensidades e singularidades impessoais em processo de permanente variação. E essa deriva transformacional pode se desenvolver tanto na escala “indivíduo” quanto na escala “grupo”, uma vez que ambos são continuamente atravessados por fluxos de energia com potencial para desestabilizá-los, fazê-los diferir de si próprios.

Muito mais do que “falar sobre” as formas que constituem a RNP+/CE, interessa-me mapear os cruzamentos múltiplos entre estas e as forças que lhes produzem fissuras, delineando novos desenhos. Isso implica na adoção de um outro *ethos* metodológico que não vise a “descrever”, a “observar” e a “representar”, mas a “traçar”, a “implicar”, enfim, a *cartografar*.

---

<sup>63</sup> “[...] na concepção de plano coletivo de forças, não existem regras fixas, modos privilegiados de relação. As modalidades dos elos e as direções multiplicam-se nas diferentes composições momentâneas e locais entre as forças. Ao mesmo tempo, o ideal de equilíbrio, como direção única e privilegiada, também desaparece. A pluralidade substitui a síntese unificadora, e o princípio de estabilidade dá lugar à dinâmica da metaestabilidade.” (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2010, p. 97).

### 3 *AQUI ESTAMOS NÓS, TURISTAS DE GUERRA...*

#### 3.1 A CARTOGRAFIA E O CARTÓGRAFO

Esbarro-me, aqui, diante da necessidade de escrever um capítulo correspondente à metodologia da pesquisa. No enquadre de um paradigma científico, espera-se do “pesquisador” que nesse momento circunscreva o “objeto purificado” a ser estudado, estabelecendo os procedimentos aos quais deverá rigorosamente seguir a fim de, na etapa da análise, garantir uma exatidão entre o(s) objetivo(s) e os “dados coletados”. Prefigura-se, nesse tradicional *modus operandi*, a existência de algo como um mundo oculto “já dado” pronto para ser objetivamente “representado”, “interpretado” e “desvelado” pelo cientista enquanto “testemunha fidedigna”.

A cartografia, diversamente, busca uma ruptura com tais pressupostos. Por tal razão, pode ser descrita muito mais como um “antimétodo” que como um método, na medida em que propõe uma reversão da ideia expressa pela etimologia da palavra *metodologia: metá-hódos*, isto é, a pesquisa predeterminada pelas metas dadas de partida. Em outro sentido, a cartografia propõe uma política de pesquisa baseada em um *hódos-metá*, cujas metas são delineadas ao longo do caminho (*hódos*) (KASTRUP, 2010), em “um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem” (ROLNIK, 2014, p. 23)<sup>64</sup>.

A cartografia irrompe enquanto um dos “princípios” do conceito de *rizoma*<sup>65</sup> urdido por Deleuze e Guattari (1995a) como introdução de *Mil Platôs*. O *rizoma-canal* opõe-se à *árvore-raiz* enquanto imagens do pensamento, um reportando a um processo imanente, outro a um modelo transcendente<sup>66</sup>:

Oposto à árvore, o rizoma não é objeto de reprodução: nem reprodução externa como árvore-imagem, nem reprodução interna como estrutura-árvore. O rizoma é uma antigenealogia. É uma memória curta ou uma antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere

<sup>64</sup> Não é possível referir-se, portanto, a algo como um “sujeito” e um “objeto” *a priori*, pois o que há aqui é o traçado de um plano comum heterogêneo entre pesquisadores e pesquisados (KASTRUP; BARROS, 2014). Trata-se de transformar para conhecer, e não de conhecer para transformar, pois há “uma dimensão da realidade em que ela se apresenta como processo de criação, como *poiesis*, o que faz com que, em um mesmo movimento, conhecê-la seja participar de seu processo de construção” (p. 16).

<sup>65</sup> Além da cartografia, o rizoma apresenta como princípios, segundo Deleuze e Guattari (1995a): a conexão e a heterogeneidade; a multiplicidade e a ruptura assignificante.

<sup>66</sup> Cf. MACHADO, Roberto. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. (p. 43)

Cartografar não implica em interpretar ou decalcar processos, mas em compor com eles, em traçar (com) o rastro das suas linhas de composição. No que diz respeito à pesquisa de campo, caso desta, com uma ONG/AIDS, trata-se de experimentar o “desassossego” do agenciamento-pesquisa: no encontro entre pesquisador e participantes, há uma afecção, um contágio, e constitui tarefa do cartógrafo, como assinala Rolnik (2014, p. 23), “dar língua para afetos que pedem passagem”. Para a autora, a cartografia é uma espécie de *antropofagia*, na medida em que se agencia na busca de *elementos/alimentos* para dar expressão às “intensidades que percorrem seu corpo [do cartógrafo] no encontro com os corpos que pretende entender” (p. 66). O “entender” aqui, entretanto, não possui um caráter demiúrgico de revelação, mas diz da própria produção de sentidos intrínseca à *performatividade* da linguagem (AUSTIN, 1990), domínio que *atua*, sobretudo, no processo de constituição da realidade.

Em contraponto à prática de pesquisa “arborescente”, o cartógrafo não opera com *protocolos normalizados* dados de antemão, mas com *pistas* ou *relevos* construídos no caminhar. É de certo modo um turismo o que realiza, mas não no sentido de um “circuito turístico” cujos itinerários já estavam previamente programados, e sim, para falar com a canção de Rita Lee, de um “turismo de guerra<sup>67</sup>”, para o qual o nomadismo, enquanto arte geográfica de exploração do *meio*, se constitui como a “ponta de lança” do seu trabalho. Segundo Deleuze<sup>68</sup> (2011a, p. 83), “um meio é feito de qualidades, substâncias, potências e acontecimentos”. E, nesse sentido, pode-se dizer do trabalho cartográfico, que é como o desenho de um “mapa”, não enquanto representação miniaturizada da totalidade de um território, mas como um traçado inexato dos movimentos e processualidades, em suma, do *trajeto*.

O trajeto se confunde não só com a subjetividade dos que percorrem um meio mas com a subjetividade do próprio meio, uma vez que este se reflete naqueles que o percorrem. O mapa exprime a identidade entre o percurso e o percorrido. Confunde-se com seu objeto quando o próprio objeto é movimento. (ibid.)

<sup>67</sup> LEE, Rita. **Vírus do amor**. Intérprete: Rita Lee. In: RITA LEE & ROBERTO DE CARVALHO. Rita e Roberto. São Paulo: Som Livre, 1985.

<sup>68</sup> Cf. DELEUZE, Gilles. O que as crianças dizem. In: **Crítica e Clínica**. São Paulo: 34, 2011a.



Se a cartografia — a esquizoanálise, a pragmática ou a micropolítica, conceitos através dos quais essa operação pode ser também referida — não diz respeito a um “método de interpretação” dos processos, ela pode ser descrita como um exercício de interrogação permanente acerca das *linhas* de constituição de um grupo ou indivíduo. Em *Micropolítica e segmentaridade*, Deleuze e Guattari (2012a) distinguem três tipos de linhas:

- i) “Uma linha relativamente flexível de códigos e de territorialidades entrelaçados” (p. 112), de segmentaridade dita *primitiva*;
- ii) “Uma linha dura que opera a organização dual dos segmentos” (ibid.), também chamada de segmentaridade dura;
- iii) “Uma ou algumas linhas de fuga, marcadas por *quanta*, definidas por descodificação e desterritorialização” (ibid.), identificadas com uma *máquina de guerra*.

O exercício analítico efetuado pelo cartógrafo é um deslindamento (sempre transitório e parcial) dessas linhas, apontando suas energias potenciais e seus perigos. Trata-se, desse modo, ao embarcar em determinado grupo, como a RNP+/CE, de perscrutar:

- i) “Quais são os segmentos duros, suas máquinas binárias e de sobrecodificação?” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 117), identificados com a segmentaridade dura;
- ii) “Quais são suas linhas flexíveis, quais fluxos e quais limiares? Que conjuntos de desterritorializações relativas, e de reterritorializações correlativas?” (ibid.);
- iii) “Quais são suas linhas de fuga, lá onde os fluxos se conjugam, lá onde os limiares atingem um ponto de adjacência e de ruptura?” (ibid.), identificadas com a *molecularidade*.

Ao habitar determinado campo, o cartógrafo, segundo Rolnik (1993), precisa aguçar sua sensibilidade não apenas para o *visível* (das identidades, discursos e representações), mas também para o *invisível*, cuja textura (ontológica) é composta a partir da conexão de fluxos diversos que produzem *marcas*: “estados inéditos que se produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo” (p. 2). Não há, como é preciso reforçar, um almanaque de prescrições normativas para guiar tal

experiência. Mas há, todavia, um *(anti)princípio* de caráter *extramoral* pelo qual se guiar: “a expansão da vida” como seu parâmetro básico e exclusivo, sua *ética* (ROLNIK, 2014, p. 68). Pode-se afirmar ainda que a analítica das formações do desejo no campo social, ou cartografia, possui também uma dimensão *política*, na medida em que “diz respeito, em última instância, à escolha de como viver, à escolha dos critérios com os quais o social se inventa, ao real social. Em outras palavras, ela diz respeito à escolha de novos mundos, sociedades novas.” (p. 69).

Uma vez que se processa como uma imagem de pensamento como rizoma, a cartografia é uma prática de pesquisa conveniente para a investigação dos processos de produção de subjetividade. E o cartografar não é alheio a esses processos, mas, como assinala Guattari (1992), lhes é coexistente, na medida em que, como será debatido no subcapítulo *Produção de subjetividade, subjetivação e singularização subjetiva*, não prefigura uma noção *a priori* de “sujeito”. Nesse sentido, entende-se que o cartógrafo é coparticipante do engendramento dos territórios existenciais e do real social construído. Em convergência com o antiprincípio vital indicado por Rolnik, sublinha Guattari que cartografar é a afirmação de uma “escolha ética crucial”: “ou se objetiva, se reifica, se “cientificiza” a subjetividade ou, ao contrário, tenta-se apreendê-la em sua dimensão de criatividade processual” (p. 24). Dito isso, entende-se que a cartografia relaciona-se, portanto, muito mais a um “paradigma estético” que a um “paradigma científico”, uma vez acedendo à deriva múltipla dos processos, ao invés de controlá-los como variáveis prescindíveis.

Tendo brevemente debatido o estatuto do conceito de *cartografia* na obra de Deleuze e Guattari e de outros intercessores, parto, no tópico seguinte, para a descrição de alguns dos procedimentos de que lancei mão em meu trajeto como cartógrafo na RNP+/CE.

### 3.2 DA HABITAÇÃO: PROCEDIMENTOS

Essa pesquisa compreende o período de habitação de campo, na RNP+/CE, durante os meses de maio a dezembro de 2015. Travei meus primeiros contatos com

essa ONG/AIDS, no entanto, no ano de 2013, quando ainda esboçava os primeiros traços do projeto que veio a desembocar nessa dissertação<sup>69</sup>.

Foi por meio da **observação participante** que embarquei nas atividades produzidas pela Rede. A princípio, minha interação com os participantes se deu estritamente através dos encontros mensais realizados pela instituição, cujo objetivo, conforme consta na sua *carta de princípios* (em anexo), volta-se fundamentalmente a

proporcionar às pessoas vivendo com HIV/AIDS a chance de se encontrar, tomar atitudes frente à sua condição sorológica, preparar táticas mediante as quais se desenvolva o indivíduo, combater o isolamento e a inércia, promover a troca de informações e experiências e melhorar a qualidade de vida de quem vive com HIV/AIDS. (**Trecho da carta de princípios da RNP+/Brasil**)

Ao longo da habitação, todavia, passei a participar de algumas atividades realizadas em espaços exteriores a esse grupo, como audiências públicas organizadas em equipamentos como a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (22 de maio de 2015); encontros de *ajuda mútua* produzidos em casas de assistência às PVHA, como a Casa de Retaguarda (25 de novembro de 2015); e ações de ativismo e “visibilização” do movimento, como a que foi executada no dia mundial da luta contra a AIDS (1º de dezembro de 2015), na Praça do Ferreira, em Fortaleza (CE). De visita a visita, fui progressivamente tecendo algumas relações de amizade com determinados membros do grupo, com os quais passei a interagir via telefone e *Facebook* — modo de contato que se mostrou bastante potente para a pesquisa, haja vista possibilitar um acesso outro às linhas dos agenciamentos dessa grupalidade em formação. Quando me preparava para um afastamento parcial do campo, em novembro, a fim de me dedicar à composição dessa dissertação, uma das participantes da pesquisa, Helena, me convidou para integrar o grupo virtual da RNP+/CE na rede social *Whatsapp*, onde pude observar a ativação de processos moleculares distintos aos que se compõem nas reuniões mensais da Rede<sup>70</sup>.

Minha participação nas atividades da Rede foi gradativamente ganhando vulto à medida que a pesquisa foi adquirindo um corpo mais intenso e extenso. A princípio, me comportava de modo mais tímido nas reuniões do grupo, em uma atitude de *rastreio*,

<sup>69</sup> Ver tópico 3.4: “Do aportar na Rede”.

<sup>70</sup> Lamento que o “acontecimento-*Whatsapp*” tenha se aberto como possibilidade somente àquela altura, ao cabo da habitação de campo, uma vez percebendo a riqueza de interações que esse dispositivo possibilita ao grupo, o qual vê redimensionada sua *ordem do discurso* (FOUCAULT, 2012), a partir do contato com esse ambiente virtual. Isso, como destacarei no capítulo quinto, implica em uma rearticulação potente dos atos de fala/palavras de ordem correlatos aos agenciamentos desse grupo.

que, como assinala Kastrup<sup>71</sup> (2010, p. 40), pode ser descrita como “um gesto de varredura do campo”:

Pode-se dizer que a atenção que rastreia visa a uma espécie de meta ou alvo móvel. Nesse sentido, praticar a cartografia envolve uma habilidade para lidar com metas em variação contínua. Em realidade, entra-se em campo sem conhecer o alvo a ser perseguido; ele surgirá de modo mais ou menos imprevisível, sem que saibamos bem de onde. Para o cartógrafo o importante é a localização de pistas, de signos de processualidade. Rastrear é também acompanhar mudanças de posição, de velocidade, de aceleração, de ritmo. O rastreio não se identifica a uma busca de informação. A atenção do cartógrafo é, em princípio, aberta e sem foco, e a concentração se explica por uma sintonia fina com o problema. (ibid.)

Com a regularidade das minhas visitas à Rede, no entanto, tornaram-se mais frequentes as minhas intervenções. Por solicitação de Olívio, mediador dos encontros, em algumas ocasiões, me apresentei como pesquisador da UECE, justificando em uma fala breve minha presença no espaço-tempo das reuniões, solicitando, enfim, a anuência do grupo para realizar registros de áudio<sup>72</sup>. Nesses momentos, sublinhava que, caso alguém discordasse quanto ao pedido — o que, felizmente, nunca aconteceu —, sem constrangimento, desvencilharia essa possibilidade.

Em seguida a cada encontro, dediquei-me à confecção dos relatos que compõem o diário de campo da cartografia, o qual constitui primeira parte do mapa dessa dissertação. Nessas redações, não me atendo apenas a aspectos de ordem descritiva — como, por exemplo, os eventos, as datas e a pauta das reuniões —, mas também pratico um exercício de análise das linhas que produzem os agenciamentos da RNP+/CE. Para operar essa investigação, amparo-me na articulação teórica entre a performatividade austiniana (1990) e o conceito de *palavras de ordem*, de Deleuze e Guattari (1995b), como um limiar possível de análise dos agenciamentos que ganharam relevo a partir da minha inserção em campo, a exemplo dos de manifestação ativista, artística e clínica, mobilizados com diferentes graus de ênfase ao longo do cartografar.

---

<sup>71</sup> Cf. KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade** (Vol. 1). Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010 (p. 32-51).

<sup>72</sup> Nesse momento, após informar que essa pesquisa conta com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UECE, enfatizava que não realizaria em meus textos a identificação de nenhum membro da Rede, de modo a preservar o anonimato e a confidencialidade de cada um.

A segunda parte do mapa dissertativo é constituída pelas entrevistas realizadas com alguns dos membros da RNP+/CE. Entrevistei ao todo oito (8) participantes ao longo da pesquisa: **W., Olívio, Helena, Aline, Danilo, Vânia, Luan e Fábio**. Designei por critérios de seleção dos entrevistados: i) a posição que ocupam na hierarquia da Rede (de “representante” ou “representado”; ou de “representante com maior ou menor visibilidade”); ii) a forma como participam das reuniões (de maneira mais tímida ou extrovertida) e iii) o grau de envolvimento (maior ou menor) que estabeleci com eles ao curso do trajeto cartográfico.

Por exemplo, no caso de Helena, Danilo e Fábio, a escolha se deu em virtude do comportamento mais introvertido, embora em alguma medida participante, que adotam nas reuniões mensais, em contraponto à W. e Olívio<sup>73</sup>, que, por ocuparem posições na “linha de frente” da instituição, acabam por garantir maior visibilidade. Já a escolha de Vânia, Aline e Luan se deve em relação ao fato de que são “lideranças” mais invisíveis. Quanto ao terceiro critério, o do envolvimento, a escolha de Fábio, Vânia e Danilo se justifica pelo pouco contato que mantive com eles durante a cartografia, o que já não se aplica em relação aos outros entrevistados.

Estabeleci com esses membros um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>74</sup> (TCLE), conforme preconizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UECE<sup>75</sup>. Nesse documento, estão descritos os objetivos gerais do projeto, assim como seus procedimentos, riscos e benefícios. Enfatiza-se também o caráter totalmente facultativo da participação do entrevistado. A presença desse dispositivo acadêmico não provocou nenhum desconforto às entrevistas, antes tendo sido, em alguns casos, uma ferramenta que potencializou “metadiálogos” potentes sobre o projeto, fazendo-me vislumbrar determinados pontos até então indivisíveis; além de também ter cumprido a função de atizar a curiosidade dos interactantes com relação ao meu itinerário como pesquisador.

De modo geral, as entrevistas foram pautadas por um bloco de questões fixas e por determinadas questões específicas a depender de cada entrevistado; além,

---

<sup>73</sup> No caso de W., Olívio e Helena, faço uma grande quantidade de menções a eles ao longo de todo o diário de campo, tendo relatado nesses escritos muitas das conversas informais que travamos durante o processo cartográfico.

<sup>74</sup> O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) encontra-se no apêndice da dissertação.

<sup>75</sup> O parecer positivo do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UECE encontra-se em anexo à dissertação.

evidentemente, por perguntas que despontaram espontaneamente no decorrer de cada interação. As perguntas uniformes tomam como objeto tanto a relação do membro com a RNP+, quanto consigo mesmo (em relação ao diagnóstico positivo para o HIV). Por exemplo: “Como e quando você chegou até a RNP+?”; “No presente, o que te leva a frequentar a RNP+?”; “De que momentos da reunião você mais gosta?”; “Como você enxerga o modo com que as reuniões vêm sendo realizadas atualmente?”; “Que carências você percebe atualmente nessa instituição?”; “Você se considera um(a) militante/ativista do movimento HIV/AIDS?”; “O que o diagnóstico te tirou e o que te deu?”; e, por fim, “Ao longo desse tempo de convivência com vírus, você passou por transformações no modo com que encara a soropositividade? O contato com a RNP+ teve alguma influência positiva nesse processo? (Se sim, de que modo te afetou essa participação?)”, etc.

Apesar de elaboradas nos mesmos termos para todos os entrevistados, em certas entrevistas, algumas das perguntas resvalaram em um universo inopinado de respostas, *produzindo* perspectivas bastante heterogêneas relativamente à experiência da soropositividade e à experiência como membro da RNP+. Isso se justifica com base no entendimento de que

a entrevista na cartografia não visa exclusivamente à informação, isto é, ao conteúdo do dito, e sim ao acesso à experiência em suas duas dimensões, de forma e de forças, de modo que a fala seja acompanhada como emergência da/na experiência, e não como representação. (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014, p. 97)

Entende-se, logo, que o “manejo cartográfico da entrevista” não só acompanha processos, mas, por meio de seu caráter performativo, neles intervém, provocando mudanças e catalisando instantes de passagem (p. 93). As entrevistas, ao mobilizarem atos de fala/palavras de ordem tanto na esfera das perguntas quanto das respostas, têm potencial para modular as linhas de subjetivação, sendo como o “traçado de um devir” (DELEUZE; PARNET, 1998) que aponta para um “modo intensivo e não para um sujeito pessoal” (DELEUZE, 2013a, p. 128). Tem-se, por conseguinte, que há tanto uma mobilização do visível (conteúdo) sobre o dizível (expressão), quanto também se realiza o contrário, “a ingerência dos signos sobre os fatos do mundo, a força pragmática da linguagem” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014, p. 98).

No decurso dessa escrita, mesclando fragmentos das entrevistas e do diário de campo, buscarei delinear alguns dos agenciamentos (ou relevos) com que me deparei no processo de habitação desse grupo. Antes, no entanto, gostaria de empreender uma conexão com os afetos e inquietudes que me impulsionaram a esse “turismo de guerra”; não pelo afã de traçar uma história cronológica — o que escapa ao propósito da cartografia —, mas para demarcar alguns pontos de “disparação” desse agenciamento-pesquisa.

### 3.3 DE ONDE SURTIU A PESQUISA?

O interesse por abordar esse tema reporta a uma inquietude que experimentei durante certo tempo da vida com relação ao nome da AIDS, cujo aspecto monumental inspirava-me um medo de feições indizíveis. A razão para esse bruto estupor estaria, talvez, na insistência com que minha geração, nascida nos anos noventa, foi alvo fácil de *slogans* publicitários do tipo “use camisinha” e “proteja-se”, emitidas pelo aparelho de tevê, em frente do qual atravessamos longas horas da infância, tendo vivenciado aí grande parte dos nossos processos de subjetivação. Deduzi, desde cedo, que não se tratava tão somente de uma doença, mas de uma doença vergonhosa ou, no limite, de uma figura vilanesca, contra a qual deveriam se projetar todas as forças “do bem” a fim de combatê-la. Lembro-me também de que, na escola, uma amiga de macérrima compleição foi, durante certo período, jocosamente chamada de *aidética*, até que um professor interveio de modo inapelável, condenando a “brincadeira” adolescente. Lembro-me, finalmente, de em algum momento ter divisado a esquelética imagem terminal de Cazuza, e hoje estou certo de que essa memória certamente se impregnou em mim — e em tantas outras pessoas com quem pude conversar por ocasião desse projeto — como a referência brasileira mais imediata do que *significa* viver (e morrer) com AIDS.

A decisão de encetar uma pesquisa com esse tema despontou após um longo trabalho analítico em que tive chance de problematizar a fobia (ou mesmo o pânico) que me suscitava a AIDS. Na mesma época, li com entusiasmo o já citado *AIDS e suas metáforas*, de Susan Sontag (2007), cujo feixe de discussões disparou algumas das interrogações encampadas por esse projeto. A leitura de tal obra apontou-me alguns direcionamentos possíveis na investigação da pujante dimensão discursiva dessa

epidemia contornada por uma miríade de significações e, o que é o aspecto mais vigorosamente criticado pela autora, de metáforas fomentadoras de percepções estigmatizantes sobre o vírus, a doença e “o doente”.

Já estimulado por um raio de inquietações, sem que eu tenha realizado qualquer ordem de sondagem, o nome da RNP+ me surgiu em uma postagem do *Facebook* que fazia convite a possíveis interessados — soropositivos e sorodiscordantes<sup>76</sup>, pesquisadores e pessoas solidárias à causa — para se fazerem presentes em uma reunião a ser realizada no dia 22 de abril de 2013<sup>77</sup>. “É engraçada a força que as coisas parecem ter quando elas precisam acontecer!<sup>78</sup>”. Guardei isso como sinal. Alguns dias adiante, estaria na sede da *Rede*, como essa instituição é informalmente chamada pelos seus membros.

### 3.4 DO APORTAR NA REDE

Encontrava-me um tanto intranquilo a propósito desse primeiro encontro, como pude expressar no breve relato que escrevi à época, quando ainda não era aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (POSLA) da UECE. Preocupava-me àquela ocasião em como se daria a recepção do grupo relativamente à minha presença: seria ela considerada estranha e inconveniente? Haveria, apesar do convite expresso na rede social, resistência com relação à possibilidade de uma pesquisa nesse espaço? Indagava-me, além disso, acerca de que postura deveria tomar na reunião: assumiria, a princípio, um corpo mais distante, impermeável, neutro? Ou deveria ser mais “esponjoso”, suscetível à potência do encontro, em seus “contágios” e em seu “intempestivo”?

No primeiro escrito, bastante focado nos aspectos mais “visíveis” desse território totalmente inédito para mim, relato as atividades realizadas no *círculo*: a forma de organização espacial a que mais constantemente recorre a Rede no contexto

---

<sup>76</sup> No convívio com os redianos, pude constatar dois usos diferentes para o designativo *sorodiscordante*: i) este tanto pode ser usado para remeter às pessoas de sorologia negativa para HIV (também chamados de *soronegativos*); ii) quanto para fazer referência aos relacionamentos sexuais com pessoas de sorologias díspares, situação descrita como *sorodiscordância*.

<sup>77</sup> Nesse momento, ainda não era aluno do POSLA/UECE, e sequer havia ainda escrito o pré-projeto que germinou essa dissertação. Não contava, portanto, com muitas leituras que me subsidiassem nesse processo de habitação de campo.

<sup>78</sup> Frase enunciada por Caetano Veloso no começo da música *Carcará*, no álbum *Maria Bethânia e Caetano Veloso ao vivo*, de 1978.



das suas reuniões (que, em 2013, ainda ocorriam em frequência quinzenal). Realizada no pátio da instituição, esse encontro formalizava, em junção com as suas entidades parceiras — estado, município e universidades —, a abertura dos trabalhos daquele ano.

Disparo da seguinte forma minha narrativa do encontro:

**22.04.2013** – [...] Depois de cumprimentar W., um dos diretores da Rede, com quem havia falado ao telefone dias antes, encetando, assim, meu primeiro vínculo com a instituição, ele me dirigiu a um pátio onde havia dezenas de cadeiras formando um círculo e um número razoável de pessoas sentadas (trinta, em média). Observando-as, vi que algumas se mantinham quietas, discretamente contemplando as outras faces, enquanto outras ensaiavam conversações, versando sobre amenidades e percalços do cotidiano. Fiquei sentado entre elas, mantendo-me calado, porém solícito, durante todo o tempo. Os perfis dos presentes eram muito diversos no que diz respeito a sexo e faixa etária: homens, mulheres; idosos, jovens. Esses últimos, porém, constituíam uma maioria, visto que a reunião, segundo constava no e-mail que a RNP+ havia me endereçado, era prioritariamente voltada para eles.

Dando início à reunião, Nelson e W. apresentaram-se como coordenadores da Rede, agradecendo a presença de todos. Em seguida, mencionaram a importância do evento no sentido de agregar diferentes pessoas vivendo com HIV/AIDS. Segundo eles, esse contato é de grande importância para fortalecer o movimento não só em esfera local, mas também nacional. Além disso, para os próprios atores que vivem essa realidade, o intercâmbio de experiências sorológicas é fundamental, sobretudo para aqueles que recentemente se descobriram HIV-positivos, mantendo-se desacreditados em relação à vida. Falando de si próprio como exemplo de superação, W. mencionou sua trajetória de dezoito anos de convivência com o vírus, dizendo já ter passado por dificuldades muito grandes, porém enfatizando o mérito que a Rede tem no sentido de tê-lo feito transformar a tristeza mórbida em luta não só pela sua vida, mas pela vida de tantas outras pessoas.

A reunião desse dia contou com ampla participação de jovens, especialmente homens que se subjetivam como *gays*, sendo estes o foco prioritário dessas mediações<sup>79</sup>, como constava no convite publicado no *Facebook*. O círculo estava, entretanto, povoado por uma vasta gama de perfis subjetivos: homens, mulheres; homossexuais; transexuais; idosos, jovens e crianças; e, enfim, soropositivos e sorodiscordantes. Todos

---

<sup>79</sup> A prefeitura de Fortaleza, o governo do estado do Ceará e a Universidade de Fortaleza (UNIFOR) eram as parcerias institucionais que facilitavam, em 2013, essas mediações nos encontros da RNP+/CE, que, àquela altura, aconteciam em frequência quinzenal. Havia então um projeto com a SESA para a promoção de atividades de ajuda mútua priorizando os jovens (entre 15 e 24 anos), grupo que, segundo o Boletim Nacional de AIDS (2015), permanece sendo o foco preferencial de contaminação por HIV. Durante o ano de 2015, quando habitei de modo mais intensivo esse espaço, já não havia o suporte de nenhum projeto para a realização de atividades de ajuda mútua na Rede, o que decerto influenciou no modo de composição das reuniões, que passaram a se orientar mais para os “aspectos políticos” da instituição, ficando mais densamente concentradas nas falas burocráticas do coordenador administrativo W.

participamos da atividade, proposta por uma professora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e seus estudantes, a qual também descrevi no relato de 2013.

[...] seguindo a ordem do círculo, uma caixa com uma “imagem” dentro passaria de mão em mão. O segredo é que a presumível foto não passava de um espelho. Todavia, conforme a regra do jogo, para gerar uma ilusão de estar falando sobre outrem, deveríamos fazer referência à “imagem” por “ele” ou “ela”. Muitos, inclusive eu, demoraram a entender de que se tratava de um truque. Interessante notar como a maioria das respostas aludiu à grande dificuldade que “essa pessoa” enfrentou por um determinado momento, mas sempre frisando o “hoje” como um instante em que “ela está melhor porque é batalhadora”, “é maravilhosa”, “acredita na vida”, “acredita na cura”, “é a cara da superação”. Mais de uma pessoa mencionou a descoberta da sorologia positiva como um *renascimento*. Uma resposta, porém, chamou minha atenção por se distinguir desse *ethos* otimista presente no discurso geral: um homem, que se descobrira HIV-positivo há dois dias, mencionou ver na imagem uma pessoa preocupada, abatida, “em estado de choque”; contudo, talvez para amenizar o impacto triste de sua fala, afirmou que estar ali, na RNP+, era já um passo direcionado à superação desse problema; uma forma de dizer que aquela dor era momentânea. Uma senhora de cabelos brancos do círculo reforçou, falando diretamente a ele — quebrando, assim, a regra do jogo com o consentimento geral — que ele não se preocupasse, pois era *normal* sentir dor; “levava tempo até se acostumar com a nova vida”, mas que em algum momento “ele *se levantaria*”. Tudo era trabalho do tempo. Ele guardou aquilo como algo de que precisaria se lembrar insistentemente ao longo dos seus dias, quando os mórbidos pensamentos ameaçassem tomar o comando da sua cabeça. Tudo é passageiro. “*Com fé em Deus*”, disse-lhe outro senhor, “a dor passa”.

Chamou-me atenção o amplo apelo aos discursos de fé como forma de promoção de uma *resiliência* em relação à descoberta da sorologia positiva. Senti, porém, que o encontro entre essas diversas subjetividades em situações de vida muito heterogêneas repercutiu como um *acontecimento*, na medida em que deu acesso a uma pura reserva do que ainda não é, “abrindo uma fissura no tempo, no espaço e na subjetividade, por onde se pode acessar a dimensão do virtual” (FONSECA; FARINA, 2012, p. 50). A dinâmica desenhou-se como uma ferramenta privilegiada de ativação de um *agenciamento clínico*<sup>80</sup>. A Rede deixa de ser divisada, aqui, tão somente como espaço físico, como “um visível” já dado, passando a ser encarada também como um fazer expressivo. Ela torna a ser vista, portanto, como “um dizível” mobilizado por atos de fala/palavras de ordem enquanto *sentença de morte* (a AIDS enquanto doença a

---

<sup>80</sup> Chamo de agenciamentos clínicos determinados movimentos caracterizados pela intervenção de formas de expressão (atos de fala/palavras remetendo à soropositividade) sobre substâncias de conteúdo (os *redianos*), promovendo possíveis ressignificações da experiência sorológica. As atividades de ajuda mútua podem ser disparadoras potentes na ativação de tais agenciamentos, todavia não são a forma exclusiva de maquiná-los, uma vez que os agenciamentos ativista e artista, como adiante analisarei, também podem produzir vetores clínicos.

portar um “estigma insuportável”) e enquanto *fuga* (a resignificação da sorologia positiva propiciada pelo “contato-contágio” dessas subjetividades). A linguagem age *incorporalmente* sobre os corpos (DELEUZE; GUATTARI, 1995b; DELEUZE, 2011b): novas percepções brotam de velhos significados estigmatizados. Alguma coisa, com efeito, havia *acontecido* ali, como menciono ao fim do relato:

Ao fim da dinâmica — da qual também participei, descrevendo a minha imagem no espelho como a de “uma pessoa teimosa e obstinada que queria transformar algo que lhe dava medo em um projeto de pesquisa” — a atmosfera do ambiente havia se modificado; o círculo passou a se comunicar melhor entre si, trocando experiências, informações e também contatos. Quebrou-se um gelo e uma timidez que pareciam preponderar de início. Esse estímulo foi muito importante para o momento que lhe sucedeu, quando outro voluntário, pertencente também à SESA, palestrou, contando com a ampla intervenção do grupo, sobre a *sorodiscordância*: situação vivenciada por muitos dos sujeitos da Rede que se relacionam com parceiros soronegativos.

### 3.5 UMA PRIMEIRA LINHA DE FUGA

[...] é sempre com uma linha de fuga que se cria, não, é claro, porque se imagina ou se sonha, mas, ao contrário, porque se traça algo real, e compõe-se um plano de consistência. (Gilles Deleuze e Claire Parnet)

Compareci ainda a alguns poucos encontros da Rede nos anos de 2013 e 2014. Nesse último ano, segundo pude constatar, as reuniões quinzenais preferencialmente orientadas para os jovens já não estavam mais em vigor, pois o projeto<sup>81</sup> a que estavam vinculadas — executado por iniciativa da professora universitária mencionada, que também ocupava um cargo como servidora do Núcleo de Prevenção e Controle de Doenças e Agravos (NUPREV) da SESA — expirou seu prazo.

Entrementes, articulou-se uma nova parceria da RNP+/CE com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para que os jovens dessa ONG assumissem parte da responsabilidade pelo projeto *Fique Sabendo Jovem*<sup>82</sup> (FSJ). De início, como

<sup>81</sup> Esse projeto dizia respeito às atividades da profissional enquanto professora do curso de Enfermagem da UNIFOR — razão por que convocava seus estudantes para ajudarem na facilitação dos encontros — e não como funcionária da SESA.

<sup>82</sup> O projeto *Fique Sabendo Jovem* (FSJ) tem como público prioritário adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos em situação de risco ampliado para HIV/AIDS. As atividades do projeto são realizadas em uma unidade móvel que funciona de forma itinerante, nos bairros da capital cearense, com aconselhamentos individuais e coletivos, além de testagens gratuitas. O micro-ônibus geralmente fica estacionado em

pude acompanhar de modo superficial, a novidade foi comemorada com afincos pela Rede. Ao curso do tempo, todavia, pude perceber — em minhas idas muito esporádicas à sede do grupo no ano de 2014 — que o FSJ estava sendo fonte de alguns entreveros internos na RNP+/CE, pois, como esse projeto se volta especificamente para o “protagonismo juvenil”, membros mais “veteranos” que ocupam posição no *front* da Rede, como W., sentiram-se escanteados pelo UNICEF. Como se queixava à época o coordenador administrativo, o FSJ estava promovendo um seccionamento neste grupo que, em sua carta de princípios, não segue uma política de priorização de uma “identidade” em detrimento de outras<sup>83</sup>:

A RNP+ é uma organização nacional de pessoas vivendo com HIV/AIDS, sem vínculo político-partidário e religioso, que atua na promoção do fortalecimento das pessoas sorologicamente positivas para o vírus HIV, independente de gênero, orientação sexual, credo, raça/cor ou etnia e nacionalidade.  
(Fragmento da carta de princípios da RNP+/Brasil)

Não me é possível entrar em detalhes mais específicos acerca das querelas deflagradas na parceria da Rede com o FSJ, pois não pude acompanhar o pleno desenvolvimento desse projeto<sup>84</sup>. Todavia, quando, no ano de 2015, empreendi uma habitação mais frequente desse campo, tive conhecimento de que a maioria dos jovens que compunha o chamado “grupo de jovens” interno à Rede tramou um novo agrupamento chamado Rede Nacional de Adolescentes e Jovens (RENAJAP).

Foi em uma audiência pública no mês de maio de 2015, na Assembleia Legislativa do Ceará, que Luan, membro que em parceria com Nelson administrava o antigo “grupo de jovens”, me pôs a par da novidade. Quando o perguntei acerca de sua ausência na última reunião mensal, ele informou-me sobre sua ruptura com a RNP+, expondo as razões que lhe impeliram a tal saída — entre elas, a mais importante, como alegou, a densa centralização da “gestão W.”, cujo modo de “representar” segue,

---

espaços como boates, cinemas eróticos e quadras esportivas. Integram a equipe do FSJ profissionais de saúde e jovens vivendo com HIV/AIDS, que se “profissionalizam” como “aconselhadores”. (Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_26472.html](http://www.unicef.org/brazil/pt/media_26472.html)> Acesso em 05 abr 2016).

<sup>83</sup> É preciso enfatizar, todavia, que, coextensivamente à Rede, desdobra-se um grupo organizado especificamente por mulheres, o *Movimento das Cidadãs Posit(h)ivas*, hoje comandado por Vânia e Aline, duas das mulheres entrevistadas nessa cartografia.

<sup>84</sup> Em 2014, quando a RNP+ ainda estava responsável pelo FSJ, compareci a poucas reuniões do grupo, pois, além de me encontrar no estágio de revisão da literatura da pesquisa, também não dispunha ainda do aval do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UECE, o qual só me foi conferido em maio de 2015. Minhas visitas, durante o ano de 2014, tiveram, portanto, um caráter de manutenção dos contatos iniciados no ano anterior, com os quais precisaria contar para realizar uma habitação de campo mais maciça no ano seguinte.

segundo seu ponto de vista, uma tendência demasiadamente verticalizada. Essa conduta traz como principal consequência a invisibilidade dos movimentos correlatos à Rede, como as *Cidadãs Posit(h)ivas* e o “grupo de jovens”. Sofrendo com tais restrições impostas “de cima para baixo”, ele e mais alguns integrantes jovens da RNP+ decidiram urdir essa nova Rede enquanto uma *linha de fuga* — e, por conseguinte, um novo agenciamento — em relação à aspereza da organização capitaneada por W.

Tais comentários de Luan foram índices fundamentais para que o cartógrafo passasse a dimensionar como *sintoma* o regime de *liderança* que predomina na administração da Rede<sup>85</sup>. Deleuze e Guattari (1995a, p. 33), abordando o *princípio de cartografia do rizoma*, apontam como pista indispensável a essa pragmática cartográfica que desenvolvem: “mostrar até que ponto do rizoma se formam fenômenos de massificação, de burocracia, de *leadership*, de fascistização, etc., que linhas subsistem, no entanto, mesmo subterrâneas, continuando a fazer obscuramente rizoma.” Foi esse, finalmente, o vértice que direcionou minha atenção para a “microfísica do poder”, para utilizar expressão de Foucault (2014c), entretecida nessa coletividade. Vê-se que, aqui, o poder se articula de modo positivo, tendo em vista que se forja na “multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem” (p. 100); e produtivo, na medida em que “se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação de um ponto e outro” (p. 101). Rizomaticamente, esta “cultura” urdida no interior do grupo projetou para si um novo corpo que, expandindo-se gradualmente, não se conformou mais nos agenciamentos da Rede liderada por W.

Em entrevista com Luan, ele pontuou que a “tutela” do coordenador; a impossibilidade de contribuir na construção de atividades que não passem diretamente pelo ativismo de manifestação militante com seu foco de “embate”; e certas divergências quanto à forma de administrar a Rede foram fatores preponderantes para a emancipação do “grupo de jovens”:

---

<sup>85</sup> É imperativo pontuar que a representação como forma de gerência política da ONG surge da própria especificidade relativa ao movimento AIDS, que tem na confidencialidade e no anonimato dois de seus sustentáculos. Ora, isso implica em que, para se subjetivar “oficialmente” como ativista, o membro deverá despojar-se dessas duas prerrogativas mediante exposição pública ou chancela em cartório. O que é passível de problematização aqui não é tanto o modo de organização “representantes x representados” — que, nesse caso, entendo como inevitável, tendo em vista que, de fato, comparado ao número total de membros filiados à Rede, é pequena a fração de pessoas dispostas a abrir mão do sigilo —, mas a forma com que essa representação devém *centralização* e *verticalidade*, dois *sintomas micropolíticos* que não devem ser aqui subestimados. Voltar-se-á a esse ponto adiante.

**Cartógrafo:** Mas que deficiências ou problemas da RNP foram fundamentais para que você decidisse, junto com outros jovens, formar essa alternativa? A centralização da RNP seria uma dessas razões?

**Luan:** Também, também. Mas, assim, a tutela, a gente não tinha uma voz própria, a gente não conseguia se colocar. Pra gente se colocar, muitas vezes a gente precisava pedir autorização do W., da coordenação da RNP pra se posicionar, e eles pontuavam o que eles achavam correto. Só que aí a gente não se sentia legítimo. Aí, de uma forma ou de outra, existem alguns comportamentos da coordenação que nós não pontuávamos, como os embates políticos. Espaços que eram de construção, eles tentavam modificar para espaços de debate, de embate político, tá entendendo? E um desses espaços era o FSJ que era um espaço de construção, e muitas vezes dentro do espaço do FSJ, nas reuniões do comitê gestor, as reuniões ficavam complicadas, muito complicadas. Porque ali era um espaço de construção e eles queriam discutir política pública, discutir discutir discutir. Só que a gente precisa ter a atitude de construir e propor, e isso a RNP não fazia. **(Entrevista realizada no dia 1º de dezembro de 2015)**

### 3.6 CAMPO DE AFECÇÃO, CAMPO DE CONTÁGIO

Foi em meio a esse tumultuado conflito interno que imergi no processo de habitação cartográfica da Rede. Depois de um tempo distante, para lá regresssei no mês de maio de 2015. Para minha surpresa, descobri que as reuniões já não mais aconteciam em frequência quinzenal, porém mensal. A ausência de projetos e parcerias era a justificativa para essa diminuição no ritmo dos encontros. De fato, o espaço já não respirava a mesma efervescência com que me tinha defrontado nas visitas anteriores. Parecia ter-se instalado certa *tristeza*<sup>86</sup>, no sentido espinosano do termo, por ocasião da debandada massiva dos entusiasmados jovens que movimentavam as reuniões. A própria paisagem da ONG ostentava certo ar de abandono: era maio e o pátio ainda se encontrava adornado com motivos natalinos. E, para completar, ao fim da reunião desse dia, não se entou o ritualístico grito de guerra “*Viva a vida*”. Mero detalhe? Ou indício indescartável de uma diminuta capacidade de agir?

Em virtude do fato de W. ocupar imoderadas frações do tempo dos encontros, meu olhar voltou-se a princípio com muita intensidade para ele. Como já ilustrado com o fragmento do diário de campo enxertado na introdução, os atos de fala/palavras de ordem de W. *redundam* no sentido de uma produção de subjetividade ativista. É

---

<sup>86</sup> Consoante Pelbart (2008, p. 1): “Então somos um grau de potência, definido por nosso poder de afetar e de ser afetado, e não sabemos o quanto podemos afetar e ser afetados, é sempre uma questão de experimentação. Não sabemos ainda o que pode o corpo, diz Espinosa. Vamos aprendendo a selecionar o que convém com o nosso corpo, o que não convém, o que com ele se compõe, o que tende a decompô-lo, o que aumenta sua força de existir, o que a diminui, e, por conseguinte, o que resulta em alegria, ou tristeza. [...] A tristeza é toda paixão que implica uma diminuição de nossa potência de agir; a alegria, toda paixão que aumenta nossa potência de agir.”

frequente nele a incorporação de um tom de *denúncia* contra a negligência dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS; e é possível mesmo dizer que, em todos os encontros em que me fiz presente à Rede, foi este o *ato ilocucionário*<sup>87</sup> (AUSTIN, 1990) predominante, quando, reunião a reunião, W. fez uso do microfone para *denunciar/protestar*, geralmente, contra pessoas e instituições como o prefeito e a prefeitura; o governador e o governo; ou contra administradores de centros de tratamento e de núcleos de saúde estratégicos como o HSJ.

Quatro pautas foram insistentemente repisadas pelo coordenador em seus longos discursos: i) as precárias condições infraestruturais do HSJ; ii) a ausência de determinadas medicações para doenças oportunistas nos centros de tratamento de Fortaleza; iii) a necessidade de ampliação do “bilhete único” para os redianos em tratamento; e iv) a irregularidade na entrega de cestas básicas. A respeito destes dois últimos tópicos, é preciso acrescentar que, como reconhece a maioria dos membros entrevistados, constituem dois grandes “atrativos” para a presença de muitos pacientes, oriundos mormente do HSJ, na RNP+/CE.

A entrega de cestas básicas é um serviço executado pela Rede em parceria com o município e o estado. Segundo W., essas instâncias recebem verba federal do Programa Nacional de HIV/AIDS e Hepatites Virais (PN-AIDS) para, entre outras incumbências, custear a alimentação básica dos pacientes. Ao invés de realizarem a entrega direta desse expediente subsidiário — por meio de algum equipamento público de saúde ou de assistência, por exemplo — os executivos selam uma parceria com determinadas ONG/AIDS, como a RNP+, a fim de que estas realizem um trabalho de escoamento desse insumo. Para a Rede, essa é uma atividade “vantajosa”, uma vez que este se constitui como um estímulo para atrair público às suas mais diversas atividades — conforme W., o grupo conta hoje com aproximadamente duzentas pessoas filiadas. Em contrapartida, para que possa mediar a entrega desses adjutórios, o Estado “espera” que a Rede possa contribuir no trabalho de monitoramento da adesão dos pacientes ao tratamento antirretroviral. As cestas básicas são, portanto, uma espécie de “moeda” para cobrar dos seus membros assiduidade nas reuniões e disciplina no tratamento. Nessa economia de contornos alternativos — visto que não opera com o dinheiro enquanto instrumento de câmbio — instaura-se um agenciamento de traçado *disciplinar*.

---

<sup>87</sup> Para uma discussão acerca do ato ilocucionário, consultar o tópico 4.3.1.1: “Austin e a visão performativa da linguagem”.

Para ter direito a receber uma cesta básica, o(a) paciente tem que responder a alguns critérios, quais sejam: i) ser cadastrado no *Bolsa Família*; ii) estar em tratamento; e iii) ser gestante ou possuir criança de até dois anos de idade. Tais condições são analisadas de modo rigoroso por assistentes sociais que realizam visitas constantes aos lugares onde habitam os postulantes a fim de escrutinar a necessidade ou não desse serviço.

Não há, no entanto, durante as reuniões mensais, um apelo vigoroso — vindo tanto de W. quanto de outros mediadores — no sentido de conclamar uma adesão estrita ao tratamento. Nos contextos informais, todavia, é possível deparar-se com conversas espontâneas em que os redianos abordam questões relativas à terapia. No grupo da RNP+/CE no *Whatsapp*, é constante a remissão à rotina medicamentosa, quando, por exemplo, conversa-se sobre os efeitos colaterais dos “coqueteis”; sobre a dificuldade de adaptação a um novo remédio; ou sobre a falta de determinado fármaco em algum posto de saúde. Muitas dúvidas são esclarecidas nessa esfera “capilar” de interação, havendo, inclusive, espaço para atos de fala de *repreensão*, mesmo que de maneira sutil e bem-humorada, quando alguém confessa certo descuido pontual com o tratamento. Ou seja, é precisamente nesse nível molecular que se ativa uma *tecnologia* de disciplinamento dos *corpos em Rede*<sup>88</sup>:

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. (FOUCAULT, 2013, p. 203)

É regular em W., no contexto das reuniões, a insistência no enunciado “Não é função da RNP+ distribuir cestas básicas”. Ele o profere, na maioria das vezes, para sublinhar aos redianos a necessidade de um engajamento militante — ou em dizeres mais adequados à discussão teórica deste trabalho — de persuadi-los a adentrar no universo das *palavras de ordem* vinculadas a uma produção de subjetividade ativista<sup>89</sup> no movimento HIV/AIDS. Mas diante da irregularidade com que o poder público conduz a distribuição desses insumos — a despeito da austera regulação que os envolve —, a administração tem tido mais “achques” que contentamentos em relação a esse

<sup>88</sup> No segmento “O que é um agenciamento?” (4.2), descrevo o agenciamento disciplinar a partir de Deleuze (2013b) e Foucault (2013).

<sup>89</sup> Sobre produção de subjetividade ativista, ver tópico 5.1.



trabalho. Talvez isso justifique em alguma medida o tom enérgico da fala do coordenador a que fiz menção a propósito do encontro do dia 14 de maio de 2015:

Grande parte do círculo mostrou-se bastante frustrada quando W. disse não haver suficiente número de cestas básicas para todos. Segundo justificou, está cada vez mais rarefeita a entrega desses insumos para as pessoas de baixa renda atreladas à Rede. Uma mulher idosa, enervada, esboçou ação de que iria abandonar a reunião; calmamente, W. replicou ser este um direito dela, e a senhora, por fim, apesar da ameaça, nervos estiadados, optou por permanecer lá. As palavras seguintes enunciadas pelo coordenador administrativo da Rede soaram demasiadamente enfáticas para alguns: basicamente, ele afirmou que a função primeira da Rede não era distribuir cestas básicas, mas sim reivindicar políticas públicas para as pessoas vivendo com HIV/AIDS e lutar por direitos para essa população. Pontuou também que, se todos estavam ali apenas para o recebimento das cestas básicas, não haveria mais sentido em prosseguir com a Rede, o que afetaria direta ou indiretamente a vida de todos. Foi como complemento dessas palavras que parecem ter soado como “sermão” para alguns — o círculo estancou o burburinho nesse instante — que, mencionando a dificuldade de relacionamento da RNP+ com as instâncias representativas majoritárias, ele disse estar disposto a “pôr as cruzes da AIDS” em frente aos palácios onde governam prefeito e governador a fim de pressioná-los.

No parágrafo seguinte, a partir do comentário “apocalíptico” de W. fazendo referência a um possível término das atividades do grupo diante da dependência exclusiva que uma parcela expressiva dessa coletividade parece manter com o auxílio em questão — ato de fala esse que, ressalte-se, também opera outro tipo de disciplinamento, mais voltado para a imposição de uma conduta “desejável” no espaço em questão —, analiso o entrecruzamento do agenciamento disciplinar com o agenciamento ativista.

Quando enfatiza que o “estar na RNP” não implica somente em receber cestas básicas, W. — enquanto ocupante de uma posição administrativa que hierarquicamente o projeta em uma relação de maior prestígio e poder em relação às “soropositividades não ativistas” — busca desvencilhar a Rede da imagem de uma simples organização não governamental assistencialista; em contrapartida, ele sublinha aí o timbre político ativista que **deve** orientar as ações do coletivo, o que deveria ser adotado por todos, e não apenas por uma “linha de frente” composta pela parte administrativa da RNP+. Nesse momento, algumas curiosidades me despontaram de supetão: seria a cesta básica fator determinante para a inserção da maioria das pessoas na RNP+? Por que determinadas pessoas não se subjetivam como ativistas? Além disso, não haveria na Rede outras formas de ativismo que transcenderiam o domínio “militante”? Por último, e não menos importante: que outros “serviços”, além da cesta básica, a Rede, do ponto de vista dos seus “representantes majoritários”, propõe aos seus membros no presente?

Os questionamentos de que lanço mão no fim desse excerto constituem algumas das pistas que irromperam no trilhar cartográfico, e que me reconduziram a uma nova atenção<sup>90</sup> para o campo. Em sintonia com o problema que moveu a pesquisa, foi esse o instante em que começou a ser mais bem delineado o entendimento de que o território subjetivo privilegiado pelo grupo em cartografia era, ao menos nesse momento, o ativismo — sendo W., por assim dizer, “o” melhor estereótipo subjetivo “do” ativista, a mais imediata referência de que dispõe a Rede. Essa constatação veio das conversas e entrevistas que fiz com “soropositividades não ativistas”: pessoas<sup>91</sup> que, optando por não abrir mão das prerrogativas do anonimato e da confidencialidade<sup>92</sup>, confiam à coordenação o encargo da “representação”.

Tal resistência é, com efeito, passível de compreensão à luz do preconceito e do estigma historicamente associados ao HIV/AIDS. Cabe à cartografia, no entanto, investigar e periclitar a possível relação dessa presumida “resistência ao ativismo” da “maioria” com a política de centralidade e de verticalidade — que, conforme já se sabe, foram fatores cruciais para a “diáspora” dos jovens interessados em constituir um novo agrupamento<sup>93</sup> — adotadas na organização da Rede. Essas práticas, a meu ver, seriam *sintomas micropolíticos* que se manifestam de algumas maneiras: i) através da elisão da autonomia dos membros que também gostariam de ocupar a posição de *ativistas*, porém esbarram na já mencionada “tutela” de que fala Luan; ii) no modo como as reuniões são arregimentadas, de modo a forjar um monopólio de determinadas vozes, formando uma “minoridade anônima” ou, como se saberá alhures, “burburante”; iii) na consideração do

---

<sup>90</sup> A respeito dos movimentos da atenção cartográfica, sensível ao acontecimento em sua consistência fragmentada e sem sentido imediato, Kastrup (2010, p. 39) fornece uma descrição: “A atenção se desdobra na qualidade de encontro, de acolhimento. As experiências vão ocorrendo, muitas vezes fragmentadas e sem sentido imediato. Pontas de presente, movimentos emergentes, signos que indicam que algo acontece, que há uma processualidade em curso. Algumas concorrem para modular o próprio problema, tornando-o mais concreto e bem colocado. Assim, surge um encaminhamento de solução ou uma resposta ao problema; outras experiências se desdobram em microproblemas que exigirão tratamento em separado.”

<sup>91</sup> Não desconsidero que é possível também haver, entre os membros da Rede, pessoas desinteressadas em assumir a posição de “protagonismo” que o agenciamento ativista, tal como praticado por W., parece requerer, não pelo alibi da preservação da confidencialidade e do anonimato, mas pela própria ausência de disposição para o “embate”, sentindo-se confortáveis em relação à forma de organização do grupo.

<sup>92</sup> Este é o caso de dois entrevistados, Helena e Danilo, que, embora bastante assíduos nos encontros da RNP+/CE, não exercem o ativismo “tradicional”, de que W. seria um molde, pois não abrem mão da confidencialidade.

<sup>93</sup> Faz-se necessário ressaltar que a linha de fuga, tal como essa traçada pelos jovens dissidentes da Rede, também contém seus perigos. “Não apenas as linhas de fuga, de maior declive, correm o risco de serem barradas, segmentarizadas, precipitadas em buracos negros, mas elas têm um risco particular a mais: virar linhas de abolição, de destruição, dos outros e de si mesma.” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 114). Portanto, nada garante que o traçado dessa nova composição grupal não possa, também, ser recuperada pela mesma lógica segmentarizada que caracteriza o grupo em cartografia.

ativismo como forma unívoca de “fazer política”, como prefigurado pelo coordenador; e iv) na dificuldade de proposição de outros “contextos de mobilização<sup>94</sup>”; ou de dilatação de um grau de abertura para *transversalizar*<sup>95</sup>, no sentido que Guattari confere a esse conceito, ou seja, no traçado de um eixo diagonal com “uma força crítica que pode cruzar a realidade colocando em questão sua forma dominante de organização do que é certo ou errado, do que é natural, do que é assim mesmo” (PASSOS; BARROS, 2012, p. 241). Trata-se de (re)ativar uma *micropolítica do contágio*, que implica em intensificar a aposta nos *devires minoritários*<sup>96</sup> (DELEUZE; GUATTARI, 1995b) que o *encontro* — aqui, não entendido como sinônimo de *reunião*, mas de *afecção* — pode proporcionar, entretanto não o faz por sua recalcitrância na linha molar que segmenta “representantes” e “representados”.

Com Deleuze e Guattari (2012a, p. 103), no entanto, entendo que, do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade (ou grupo) “se define por suas linhas de fuga, que são moleculares”.

De certa maneira, pode-se dizer que em uma sociedade o que é primeiro são as linhas, os movimentos de fuga. Pois estes, longe de serem uma fuga fora do social, longe de serem utópicos e até mesmo ideológicos, são constitutivos do campo social, cujo declive e fronteiras, todo o devir, eles traçam. [...] Nós dizemos, [...] que, em uma sociedade, tudo foge, e que uma sociedade se define por suas linhas de fuga que afetam massas de toda natureza [...] Uma sociedade, mas também um agenciamento coletivo, se definem, antes de tudo, por suas pontas de desterritorialização, seus fluxos de desterritorialização. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 110)

Experimentando tal citação no campo de discussões suscitadas a partir do meu encontro com a RNP+/CE, trata-se não de incorrer em um tipo de “denuncismo” estéril — atitude de caráter intransigente que não diz do trabalho aqui urdido —; mas, sim, de, realizar um duplo gesto: ao mesmo tempo demarcar os atos de fala/palavras de ordem que

<sup>94</sup> Vem do ativista Luan o uso da expressão “contextos de mobilização”.

<sup>95</sup> Félix Guattari define a *transversalidade* como “um aumento dos *quanta* comunicacionais intra e intergrupos em uma instituição. Fazer análise é, cada vez mais, o trabalho de desestabilização do que se apresenta tendo a unidade de uma forma ou de um campo: o instituído, o indivíduo, o social. Do uno ao coletivo, esta é a direção da análise. Direção a quê? Não ao agrupamento, ao conjunto de indivíduos nem à unidade do diverso, mas ao coletivo como dinâmica de contágio em um plano hiperconectivo ou de máxima comunicação.” (PASSOS; BARROS, 2010, p. 26)

<sup>96</sup> “É por isso que devemos distinguir: o majoritário como sistema homogêneo e constante, as minorias como subsistemas, e o minoritário como devir potencial e criado, criativo. O problema não é nunca o de obter a maioria, mesmo instaurando uma nova constante. Não existe devir majoritário, maioria não é nunca um devir. Só existe devir minoritário. As mulheres, independentemente de seu número, são uma minoria, definível como estado ou subconjunto; mas só criam tornando possível um devir, do qual elas mesmas têm que entrar, um devir-mulher que concerne a todos os homens, incluindo-se aí homens e mulheres.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 56)

*atuam* na formação de *nós de centralização*, apontando a que agenciamento pertencem; assim como de pontuar o rumorejo das resistências que se tramam sub-repticiamente, compondo novos arranjos de força que insinuam um processo de mutação subjetiva. Trata-se, portanto, pensando com Guattari e Rolnik (2013), de fazer entrar nesse campo um novo tipo de pragmática orientada por uma regra micropolítica única: “*estar alerta para todos os processos de culpabilização; estar alerta para tudo o que bloqueia os processos de transformação do campo subjetivo*<sup>97</sup>”. (p. 158). É preciso, então, apreender o “campo de possíveis” de que as *singularidades* — enquanto tudo aquilo que escapa ao jogo das “redundâncias dominantes” — são portadoras, captando os vetores que podem, nesse contexto, “contribuir para a criação de uma relação autêntica com o outro” (GUATTARI, 1992, p. 17-18).

Em todo caso, trata-se forçosamente de descentralizar o olhar das instâncias “majoritárias” que se hierarquizam na esfera interna do grupo para os processos minoritários que nele se arranjam. Suponho que, deslindando essa meada de fios que vão da “centralização”, mas também passam pela “resistência” e pela “fuga”, forneço ao grupo em questão, assim como a outras grupalidades, uma cartografia útil para analisar (e intervir sobre) os agenciamentos a partir de um limiar de articulação entre *atos de fala e palavras de ordem* — Austin, Deleuze e Guattari, portanto — e a produção de subjetividade soropositiva, a *soropositividade*. Antes, porém, de dar prosseguimento à descrição e à análise dos agenciamentos em conexão na RNP+/CE, convém realizar nesse instante um “pouso forçado” nas ferramentas conceituais que convoco para pensar *com* este campo de afecção ou, melhor dizendo, campo de *contágio*.

---

<sup>97</sup> Grifo dos autores.

#### 4 UMA PRAGMÁTICA DOS AGENCIAMENTOS: ATOS DE FALA, PALAVRAS DE ORDEM, PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

Alimentam teoricamente essa cartografia dois discursos provenientes da filosofia: a teoria dos *atos de fala*, da filosofia da linguagem ordinária de John Langshaw Austin, e sua devoração pela filosofia da diferença, de Deleuze e Guattari, através do conceito de *palavras de ordem*. Sirvo-me de tais conceitos para empreender, enfim, uma discussão acerca da produção de subjetividade soropositiva a partir da cartografia na RNP+/CE. Convém, no entanto, antes de desenvolver essa discussão “medular” à dissertação, tomar como ponto de partida os conceitos de pragmática e de agenciamentos, visto que é a eles que se reportam as palavras de ordem e, por conseguinte, os atos de fala. Finalmente, traço uma discussão acerca dos conceitos de produção de subjetividade, subjetivação e singularização subjetiva, tomando por referências Guattari e Rolnik (2013), Foucault (1996, 2014b, 2014c) e Deleuze (2013a, 2013b). Acerca deste último capítulo, devo ressaltar que se alinhava ao mesmo tempo à parte — uma vez que esses conceitos reclamam uma específica e minuciosa consulta bibliográfica — e totalmente integrado à articulação teórica supracitada — visto que parto do pressuposto de que os atos de fala/palavras de ordem intervêm sobre o processo de produção de subjetividade, seja para engendrar redundâncias, seja para desarranjá-las, produzindo singularizações subjetivas.

##### 4.1 DA LINGUAGEM-ESTRATO À PRAGMÁTICA AGRAMATICAL EM DELEUZE E GUATTARI

Um agenciamento sempre se opera na superfície de um estrato. Em texto intitulado *Geologia da moral*, Deleuze e Guattari (1995a) referem-se à formação da Terra como um processo que partiu do agrupamento de “matérias instáveis não formadas, fluxos em todos os sentidos, intensidades livres ou singularidades nômades, partículas loucas e transitórias” (p. 70) para a estratificação.

Mas em que consistem os estratos? Estes são “capturas”, “buracos negros” ou oclusões que se esforçam para reter tudo o que passa ao seu alcance (ibid.). São o aprisionamento de intensidades; a fixação de singularidades em sistemas de ressonância e redundância; a *molarização* das *moléculas* desterritorializadas via codificação e

territorialização. “A estratificação é como a criação do mundo a partir do caos, uma criação contínua, renovada, e os estratos constituem o Juízo de Deus.” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 230).

Na superfície de estratificação ganham vida os agenciamentos. Todo agenciamento tem dupla-articulação ou *double-bind*. Isso implica em que conserva, ao mesmo tempo, uma face voltada para os estratos (*interestrato*) e outra para o desterritorializado, a matéria nômade, o corpo sem órgãos (CsO) ou plano de consistência (*metaestrato*). A primeira articulação (conteúdo) colhe, nos fluxos-partículas instáveis, unidades moleculares (substâncias) às quais impõe uma ordem (*formas*). A segunda articulação (expressão) instaura “estruturas estáveis, compactas e funcionais (*formas*)”, constituindo “os compostos molares onde essas estruturas se atualizam ao mesmo tempo (*substâncias*)” (p. 71). A princípio, ativa-se um processo de *sedimentação* e, em seguida, de *dobramento*.

Reportando aos estratos, Deleuze e Guattari estão preocupados em operar uma descrição filosófica do “estatuto geral das formações”, isto é, de como as formas são produzidas: seja a Terra, o ser vivo ou mesmo a linguagem. Mas como a linguagem, domínio que tanto interessa a esta dissertação, comparece no fazer filosófico deleuze-guattariano? Ora, é possível de saída afirmar que o linguístico — ou o que aparece como “imperialismo Significante” — é submetido aqui a impiedosas críticas desde pelo menos *O Anti-Édipo* até *Crítica e Clínica*, último livro de Deleuze. Denuncia-se, sobretudo, o que os autores conceituam como *sobre-codificação* ou *tradutibilidade*<sup>98</sup>: fenômeno caracterizado pelo “centramento, unificação, totalização, integração, hierarquização, finalização” (1995a, p. 72) das formas não linguísticas em um sistema de signos linguísticos desterritorializados.

A expressão humana, no entanto, não se limita ao linguístico ou regime significante, que se caracteriza por uma remissão infinita do signo ao signo. Ela é “como uma máquina coletiva semiótica (conjunto de práticas discursivas e enunciados) que preexiste à linguagem e às línguas e constitui regimes de signos” (ALMEIDA, 2003, p. 48-49). Para Deleuze e Guattari (1995b, p. 64), “há tanta diversidade nas

---

<sup>98</sup> Por tradução ou tradutibilidade, asseveram Deleuze e Guattari (1995a, p. 100), “não se deve somente compreender que uma língua possa, de algum modo, “representar” só dados de uma outra língua; mas, mais ainda, que a linguagem, com seus próprios dados no seu estrato, pode representar todos os outros estratos e aceder assim a uma concepção científica do mundo.”

formas de expressão, um caráter tão misto dessas formas, que não se pode atribuir qualquer privilégio especial à forma ou ao regime do “significante””. Em função disso, enfatiza-se tanto nessa filosofia a necessidade de orientar-se a uma pragmática, “na qual a linguagem nunca possui universalidade em si mesma, nem formalização suficiente, nem semiologia ou metalinguagem gerais” (ibid.).

“A linguística não é nada fora da pragmática (semiótica ou política) que define a efetuação da *condição* da linguagem e o *uso* dos elementos da língua”, assinalam Deleuze e Guattari (1995b, p. 27). Com isso, criticam a atitude característica à filosofia analítica e à linguística estruturalista de tratar a pragmática como uma espécie de “prima pobre” da ciência linguística, para a qual se relegariam os refugos do núcleo reificado pelo seu conceptor, o genebrino Ferdinand de Saussure. À pragmática, como comenta Rajagopalan (2010), reservar-se-ia historicamente a lide de realizar as conexões entre o linguístico e o social, ou “extralinguístico”, desprezado na fundação da linguística tradicional, que tomou por objeto primordial a *langue*, enquanto sistema homogêneo e invariante, para escanteio da *parole*, isto é, a manifestação individual e extrínseca dos núcleos morfossintáticos e semânticos supostamente anteriores ao exercício de uma língua.

Em *20 de novembro de 1923 – Postulados da linguística*, Deleuze e Guattari (1995b), ao discutirem diversas teorias da linguagem empreendidas ao curso do século XX, criticam: i) a exacerbação estruturalista dos estudos linguísticos, amplamente focados nas constantes da língua, negligenciando os processos de produção da diferença inerentes às multiplicidades *linguageiras* (ALMEIDA, 2003); e ii) a histórica primazia outorgada à linguagem pelas filosofias da linguagem, que a instituíram enquanto “mandatária de um regime universal capaz de traduzir todos os outros estratos e sistemas (subjetivos, estéticos, científicos e filosóficos)” (REBELLO, 2003).

Considerar a linguagem desde uma visão pragmática seria, para os autores, uma forma de devolvê-la à sua potência<sup>99</sup> múltipla, assim como de destituí-la do “principado” teórico que exerce em relação a outros domínios. O pragmatismo de

---

<sup>99</sup> “Em Deleuze, a ideia de potência implica a de diferenciação imanente, já que toda potência, realizando-se em graus, corresponde a aumentos e diminuições ou diferenças no desenvolver-se daquilo que está em pauta; no caso, o *linguageiro*. De modo que, ao se pensar a linguagem com a ajuda deste instrumental, é preciso sondar sua capacidade de revelar processos e procedimentos que operam nas multiplicidades *linguageiras* quando lhes subtraímos, como suficientes, seu caráter representativo e sua reiteração de identidades e semelhanças.” (ALMEIDA, 2003, p. 28).

Deleuze e Guattari, enquanto “condição da linguagem”, não cede espaço a uma visão representativa, transcendente ou “linguística<sup>100</sup>” da linguagem, uma vez que propõe em torno dela uma mirada imanente e radicalmente empírica<sup>101</sup>, tomando-a a partir de sua pulsão variacional; de sua dimensão de virtualidade e metaestabilidade<sup>102</sup>; de seu caráter intensivo em vinculação com seu próprio limite (ou o que Deleuze<sup>103</sup> caracteriza como o *fora* não exterior da linguagem). Nos terrenos do *linguageiro*, a linguagem reconecta-se à multiplicidade que lhe é inerente, embora lhe tenha sido elidida no violento trabalho de encarcerá-la em um sistema de constantes fonológicas, morfológicas e sintáticas.

Como observa a linguista Júlia Almeida (2003), em Deleuze, a potência *lingueira* mantém um estreito vínculo com o *agramatical*. Diversamente do que pode sugerir, tal conceito não remonta a uma “bizarrice” com a normatividade linguística; do mesmo modo, não diz respeito também a um “diferente tolerado, justificado, mimado” (p. 28), à semelhança de um neologismo ou de uma gíria que, de tão usados, passam a ser incorporados por um dicionário. Sendo o *lingueiro* um campo de diferenciação contínua dentro da própria linguagem, o *agramatical* situa-se, dentro desse “antissistema” como “movimento de inventividade, de novidade, de imprevisibilidade, de intensidades desconhecidas, de instabilidade criativa imanente, a contaminar toda multiplicidade ou configuração *lingueira*” (p. 28-29).

O grande recurso tematizado pelo *agramatical* seria, como assevera Deleuze<sup>104</sup> (2011a) em texto de *Crítica e Clínica*, o fato de pôr a língua em estado de *boom*, fazendo-a retomar sua potência heterogenética intensiva, suprimida no processo de constituição da *língua maior*. Realiza o *agramatical* algo semelhante à *gagueira*, procedimento tantas vezes retomado pelo filósofo, cujo propósito está em fazer vibrar e cintilar um campo de formas verbais “exangues” em razão do seu exaustivo uso sistêmico:

<sup>100</sup> Entenda-se, aqui, visão *linguística* por oposição à *lingueira*, que Almeida (2003) relaciona ao conceito de multiplicidades tão caro à filosofia deleuze-guattariana.

<sup>101</sup> “O “empirismo superior” impede que a linguística faça do campo de estudos da linguagem um espaço de inspeção dos dados linguísticos por si mesmos, à procura de constantes que fixassem sua relação.” (REBELLO, 2003, p. 18)

<sup>102</sup> Deleuze apropria-se do conceito de *metaestabilidade* a partir da leitura do filósofo Gilbert Simondon, que diferencia este conceito explorando, à guisa de antítese, a noção de *equilíbrio*: “Enquanto o equilíbrio – que é o mais baixo nível de energia potencial – exclui o devir, a metaestabilidade indica uma dinâmica de devir que só se resolve em contínua transformação.” (PASSOS; BARROS, 2010, p. 23).

<sup>103</sup> O limite, para Deleuze, “já não designa aqui o que mantém a coisa sobre uma lei, nem o que a termina ou separa, mas, ao contrário, aquilo a partir do que ela se desenvolve e desenvolve toda sua potência.” (DELEUZE, 1988, p. 78 *apud* ALMEIDA, 2003, p. 181).

<sup>104</sup> Cf. DELEUZE, Gilles. Gaguejou... . In: **Crítica e Clínica**. São Paulo: 34, 2011a.



Será possível fazer a língua gaguejar sem confundi-la com a fala? Tudo depende, na verdade, da maneira pela qual se considera a língua: se a tomamos como um sistema homogêneo em equilíbrio, ou próximo do equilíbrio, definido por termos e relações constantes, é evidente que os desequilíbrios ou as variações só afetarão as palavras (variações não pertinentes do tipo entonação...). Mas se o sistema se apresenta em desequilíbrio perpétuo, em bifurcação, com termos que por sua vez percorrem, cada qual, uma zona de variação contínua, então a própria língua põe-se a vibrar, a gaguejar, sem contudo confundir-se com a fala, que sempre assume apenas uma posição variável entre outras, ou toma uma única direção. (p. 139)

Com Deleuze e Guattari (1995b, p. 57), dois modos de tratamento da língua são distinguidos: um modo maior e um modo menor: “um, consistindo em extrair dela constantes; outro, em colocá-la em variação contínua”. Por sua densa e manifesta inclinação a tudo o que apresenta a forma do múltiplo no real — ou por tudo aquilo que se subtrai à forma unitária do identitário (n-1) —, a pragmática deleuziana se estabelece nos termos de um “diapasão em tom *menor* da linguagem”, como bem pontua Rebello (2003). A própria empreitada de uma pragmática em Deleuze<sup>105</sup> envolve “um amplo regime de conceitos que toma os problemas da linguagem a partir de uma ontologia da diferença e de agenciamento de heterogêneos” (ALMEIDA, 2003, p. 31-32).

Em face de uma notável crise da linguagem enquanto instituição cuja função primordial, no âmbito de um pensamento platônico, estaria em “representar” estados de coisas (MARTINS, 2011), Deleuze e Guattari (1995b), na esteira de um trabalho de revisão das bases do pensamento metafísico ocidental, propõem outra imagem da linguagem: uma *linguagem sem imagem*<sup>106</sup> não mais amparada por uma visão representativista, mas que, tomando a pragmática por premissa radical dos processos semióticos (que, por seu turno, não dizem respeito exclusivamente à língua enquanto “reservatório de significantes”), encontra-se em estreita relação com uma (micro)política e o *socius*. “A pragmática é uma política da língua” (p. 23), ou seja, ela se estabelece como a própria condição de possibilidade do desenvolvimento interno das zonas constitutivas da linguagem, desde a fonológica até a semântica. Logo, não há

---

<sup>105</sup> *Pragmática* é um conceito tímido, malgrado de notável pujança na obra dos filósofos, como destacou Almeida (2003) em seu trabalho de problematização e densificação da pragmática *menor* presente no corpo dessa filosofia da diferença.

<sup>106</sup> Machado (2010) comenta, em seu *Deleuze: a arte e a filosofia*, que a “nova imagem do pensamento” que Deleuze propõe seria, *mutatis mutandis*, um “pensamento sem imagem” desvinculado de um paradigma representativo. É com o mesmo propósito, seguindo a linha de pensamento daquele autor, que menciono, aqui, uma “linguagem sem imagem”, que se, de um lado, apresenta uma vertente relativamente estabilizada (reterritorializada) caracterizado por dentro, figuras e contornos; de outro, também é atravessada por linhas de desterritorialização que, via “variação contínua”, relacionam a linguagem à sua potência, seu limite (ou seu *fora*) e à sua capacidade de, rizomaticamente, diferenciar.

como tratá-la à maneira de dispensário de variáveis, visto que a “variação contínua” se instaura como um “ser da linguagem”, como essa ontologia da diferença deleuze-guattariana induz a pensar<sup>107</sup>.

Isto posto, o conceito de agramaticalidade deflagra como ilações imediatas: i) a revisão de certo “otimismo acrítico” presente na chamada *virada linguística* em que, tendo sido a linguagem alçada ao estatuto de “*condição de possibilidade para a constituição do próprio conhecimento enquanto tal*” (OLIVEIRA, 1996, p. 128), desconsiderou-se, aí, a dimensão de ordenamento e poder, como poderosamente argumentou Foucault<sup>108</sup> (2012), implicada ao filiar-se às “ordens do discurso”; ii) a absorção da linguagem pelo que Deleuze e Guattari (1995b) denominam *agenciamentos coletivos de enunciação*: movimentos de conexão entre planos heterogêneos que não só relacionam a linguagem ao território cristalizado das *significações* (“relação da palavra com conceitos *universais ou gerais*”<sup>109</sup>); quanto, em outra direção, apresentam linhas de fuga que restituem à linguagem seu caráter inventivo de acontecimento ou de *sentido* (DELEUZE, 2011b) — como “efeito de superfície, efeito de posição, efeito de linguagem” (p. 73) — realizado através da experimentação de uma *língua menor*, que valoriza a variação e a metamorfose, em detrimento da constância ou (do que Elias Canetti, retomado por Deleuze e Guattari, designa) “enantiomorfose”:

um regime que remete a um Senhor imóvel e hierático, legislando a todo momento por meio de constantes, proibindo ou limitando estritamente as metamorfoses, fixando para as figuras contornos nítidos e estáveis, opondo duas a duas as formas, impondo aos sujeitos que morram para que passem de uma a outra. (1995b, p. 58)

<sup>107</sup> É preciso ainda levar em conta que nessa frase — “a pragmática é uma política da língua” —, Deleuze e Guattari estão também fazendo menção ao fato de que a política investe internamente a língua, que se encontra “em interpenetração com o campo social e com os problemas políticos” (p. 35).

<sup>108</sup> Por ocasião de sua inserção no Collège de France, no ano de 1970, Michel Foucault (2012) proferiu conferência intitulada *A ordem do Discurso* em que argumentou sobre certos procedimentos de controle, organização, seleção e redistribuição na produção do discurso, com vistas a “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (p. 9). Ao elencar um complexo de fatores internos (comentário, autoria, disciplinas) e externos (interdição, vontade de verdade e oposição razão x loucura) ao discurso que atuam no sentido de tolhê-lo, o filósofo faz atentar para o poder e o domínio que este exerce, insidiosamente, sobre a vida. Como forma de analisar e intervir sobre tais modos de construção/rarefação do discurso (no que designa por *ordem do discurso*), Foucault elenca alguns procedimentos, quais sejam: i) questionar nossa vontade de verdade; ii) restituir o caráter de *acontecimento* ao discurso; e iii) suspender a soberania do significante.

<sup>109</sup> Cf. Deleuze (2011b, p. 15).

Pragmática, por fim, é um designativo a que recorrentemente aludem Deleuze e Guattari para descrever seu empreendimento filosófico. Chama atenção uma fórmula de que lançam mão em letras capitais no texto *Rizoma*: “RIZOMÁTICA = ESQUIZOANÁLISE = ESTRATOANÁLISE = PRAGMÁTICA = MICROPOLÍTICA” (1995a, p. 45). Sem entrar em um âmbito de considerações específicas acerca de cada um desses conceitos, importa ressaltar que a pragmática não desponta aqui como uma espécie de “ciência” ou “filosofia da linguagem” que se apropria do linguístico como objeto especulativo. Do contrário, a pragmática comparece como uma das possibilidades de mencionar esse projeto que não tem por “princípio” outra coisa que não a diferença em sua irreduzível capacidade de (se) multiplicar. No tópico seguinte, aproximo-me do agenciamento como conceito estratégico para pensar as relações entre subjetividade e linguagem (práticas expressivas), entendidas não de um prisma estruturalista/positivista da *forma* ou da *estrutura* pré-construída e estática, mas como estratos sobre os quais perpassam processos *minoritários* de variação, em um

estranho pragmatismo que transborda a linguagem de intensidades e valores, e que a faz se comunicar com as minoridades e diferenças que se liberam no pensamento, com as multiplicidades que formigam nas subjetividades em obra, com as visões e devires que se liberam na imagem pincelada [...]. (REBELLO, 2003, p. 23)

#### 4.2 O QUE É UM AGENCIAMENTO?

Um agenciamento caracteriza-se por emparelhar fluxos diversos, semióticos ou não, agenciando partículas, corpos e palavras e instituindo um estrato linguageiro como tão somente uma de suas camadas. Faz-se necessário observar de antemão que, na filosofia deleuze-guattariana, a linguagem ou qualquer regime de signos existe apenas enquanto uma “forma engajada em um agenciamento complexo que lhe dá consistência e que determina, de igual modo, a série divergente dos estados de coisas (corpos e objetos)” (ALMEIDA, 2003, p. 43).

O conceito de agenciamento devolve à linguagem fluxos, linhas, forças e dimensões heterogêneas que lhe foram expropriados na criação de uma estrutura. Esta, no entanto, não poderia ter se formado sem o agenciamento, já que foi através das substâncias consumidas por este que pôde se constituir. Por conseguinte, com esse conceito, linguagem e sujeito não devem ser entendidos como entidades preexistentes,

mas como estratos em fabricação que tanto remetem a lados territoriais ou *reterritorializados*, que os estabilizam; quanto a *pontas de desterritorialização*, que lhes impedem de ser absolutamente fechados (DELEUZE; GUATTARI, 2014). Ou seja, o agenciamento devolve à linguagem um poder maquínico que se diferencia de uma mecânica estrutural.

Desde *O Anti-Édipo*, Deleuze e Guattari encontram em Louis Hjelmslev<sup>110</sup> uma linguística que extrapola o significante, rompendo com uma formulação da língua como sistema de signos e voltando-se para uma “linguística dos fluxos” (MACHADO, 2010). A linguística de Hjelmslev seria imanente ou “espinosista”, uma vez que abdica dos objetivos transcendentais, pondo a linguagem em conexão com uma miríade de fatos não linguísticos, físicos, psicológicos, sociais, de modo a despojá-la de uma pretensa homogeneidade projetada pelo estruturalismo.

Dois noções tributárias a Hjelmslev influenciam mais particularmente Deleuze e Guattari na composição do conceito de agenciamento: i) as concepções de *expressão* e *conteúdo*, enquanto dimensões em estado de *pressuposição recíproca*; e ii) a ideia de *função* desdobrando-se em “substâncias semioticamente formadas” (que se desdobram em forma e substância) e em “matéria não formada”<sup>111</sup> (com seu *continuum* de fluxos materiais e o sentido problemático). A tabela desenhada por Almeida (2003) explicita as relações estabelecidas entre tais conceitos:

---

<sup>110</sup> Sobre Hjelmslev, comentam Deleuze e Guattari (1995b, p. 46): “Hjelmslev observava que uma língua comporta necessariamente possibilidades inexploradas, e que a máquina abstrata deve compreender essas possibilidades, ou potencialidades. “Potencial”, “virtual” não se opõem ao real; ao contrário, é realidade do criativo, o colocar em variação contínua das variáveis, que se opõe somente à determinação atual de suas relações constantes.”

<sup>111</sup> Para Deleuze e Guattari (1995a, p. 75), a matéria, enquanto um virtual, diz respeito “[...] ao plano de consistência ou o Corpo sem Órgãos, quer dizer, o corpo não formado, não organizado, não estratificado ou desestratificado, e tudo o que escorria sobre tal corpo, partículas submoleculares e subatômicas, intensidades puras, singularidades livres pré-físicas e pré-vitais.”

Figura 4 - Grade hjelmsleviana de acordo com Deleuze e Guattari

FUNÇÃO	Substâncias semioticamente formadas		Matéria não formada
	Forma	Substância	
EXPRESSÃO	Forma da expressão	Substância da expressão	<i>Continuum</i> de fluxos materiais
CONTEÚDO	Forma do conteúdo	Substância do conteúdo	Sentido problemático

Fonte: Almeida (2003)

O modo como os filósofos se apoderam dessas noções advindas de Hjelmslev, entretanto, seguindo o procedimento de *colagem* tão caro a esta filosofia (MACHADO, 2010), não se dá em termos restritivos, mas criativos. Ou seja, tanto o conteúdo e a expressão, quanto as *funções*, enquanto dispositivos conceituais, subsidiam o engendramento de um pensar que extrapola as cercas da representação, seja no campo da filosofia, das artes, das ciências ou da linguagem.

Nesses termos, a *expressão*, não sendo deduzida a partir do significante, é concebida como uma máquina coletiva semiótica (conjunto de práticas discursivas e enunciados) preexistente à linguagem e às línguas e que constitui regimes de signos (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 101). Por seu turno, o *conteúdo* não diz respeito ao conceito, ao referente ou ao significado, mas a uma prática, a um regime de corpos, possuindo, assim como a expressão, forma e substância. De um lado, a expressão remetendo a uma máquina semiótica e a um regime de signos; de outro, o conteúdo remetendo a uma Máquina social e a formações de potência (p. 102) — ambos ligados não por uma relação arbitrária ou necessária, mas por *pressuposição recíproca*, mantendo “correlações biunívocas, exteriores e “disformes” entre seus respectivos

segmentos” (p. 105), não havendo entre eles conformidade, mas “independência e distinções reais”.

A expressão enquanto *agenciamentos coletivos de enunciação* e o conteúdo enquanto *agenciamentos maquínicos de corpos* (ZOURABICHVILI, 2004): duas faces interdependentes que se amalgamam através de uma Máquina abstrata “que opera a conexão de uma língua com os conteúdos semânticos e pragmáticos dos enunciados, [...] com toda uma micropolítica do campo social” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 22).

O ajuste entre essas duas formas se processa por meio de um agenciamento específico variável. Um exemplo aludido no texto *A geologia da moral*, em que os autores discutem a formação de estratos nos agenciamentos, faz referência às pesquisas de Foucault, em *Vigiar e Punir*, sobre o surgimento, no século XIX, da forma-prisão (conteúdo) e da expressão-delinquência:

Tomemos de empréstimo a Foucault uma análise exemplar que diz respeito à linguística, tanto mais que não parece: ou seja, uma coisa como a prisão. A prisão é uma forma, a “forma-prisão”, uma forma de conteúdo num estrato em relação com outras formas de conteúdo (escola, quartel, asilo, fábrica). Ora, esta coisa ou esta forma não remetem à palavra “prisão”, mas a palavras e conceitos diversos, tais como “delinquente, delinquência”, que exprimem uma nova maneira de classificar, enunciar, traduzir e mesmo praticar atos criminosos. “Delinquência” é a forma de expressão em pressuposição recíproca com a forma de conteúdo “prisão”. Não é absolutamente um significante, mesmo jurídico, cujo significado seria a expressão. [...] A forma de expressão, aliás, não se reduz a palavras, mas sim a um conjunto de enunciados que surgem no campo social considerado estrato (é isto um regime de signos). A forma de conteúdo não se reduz a uma coisa, mas um estado de coisas complexo como formação de potência (arquitetura, programa de vida etc.). (p. 106)

Ao curso do agenciamento, tanto a expressão interfere sobre o conteúdo, quanto este intervém sobre aquele. Tem-se como efeito, então, uma fuga vitalista da dimensão de *représentamen*, em jogo com a noção de signo, em direção a uma *prática discursiva* contingenciada em um regime de linguagem. Os enunciados<sup>112</sup> — não pertencendo a um sujeito homogêneo e unitário, a um *eu*, como na proposição de Benveniste<sup>113</sup>

<sup>112</sup> “A enunciação precede o enunciado, não em função de um sujeito que produziria este, mas em função de um agenciamento que faz daquela sua primeira engrenagem, com as outras engrenagens que seguem e se colocam no lugar aos poucos.” (DELEUZE, 2014, p. 153).

<sup>113</sup> “[...] o sujeito de Benveniste é um *eu* que se caracteriza pela sua homogeneidade e unicidade e se constitui na medida em que interage com um *tu* – alocutário – opondo-se ambos à não pessoa, *ele* (*eu* – *tu*

(BRANDÃO, 1996), mas a um agenciamento social polifônico próximo da doutrina da enunciação verbal de Bakhtin<sup>114</sup> (2012) — não se limitam a descrever estados de coisas, em representá-los, mas, efetivamente, agem sobre eles, fazendo da linguagem uma *experiência intensiva*, em vez de *código*. Retomando Foucault — “*Não adianta dizer o que se vê; o que se vê não habita jamais o que se diz*” —, Deleuze e Guattari (1995a, p. 107) fazem atentar para o liame instável entre a expressão enquanto “campo de dizibilidade”, “enunciável”, “máquina semiótica coletiva”, “regime de signos”; e o conteúdo enquanto “lugar da visibilidade”, “visível”, “máquina social técnica” e “regime de corpos e objetos”.

Apensa à engrenagem das formalizações de expressão e conteúdo está um terceiro termo, por elas efetuado, que ao mesmo tempo se desdobra e transborda sobre outros estratos: a Máquina abstrata ou diagrama a recolher e distribuir as matérias e funções que serão efetuadas no agenciamento. O *Panóptico*<sup>115</sup> de Bentham sobre o qual fala Foucault (2013) se faz oportuno para descrever o funcionamento dessa Máquina: entre a *expressão-delinquência* e o *conteúdo-prisão*, o *panoptismo*, enquanto figura arquitetural cuja fórmula está em “ver sem ser visto”, seria tanto um tipo de agenciamento concreto; quanto, abstratamente, “uma máquina que não só se aplica a uma forma visível no geral (oficina, quartel, escola, hospital, tanto quanto a prisão), como também atravessa, no geral, todas as funções enunciáveis” (DELEUZE, 2013b, p. 43). Na condição de Máquina, a fórmula abstrata do Panoptismo transmuta-se em “*impor uma conduta qualquer a uma multiplicidade humana qualquer*” (p. 43).

A Máquina, como dimensão de poder do agenciamento, configura-se como um dispositivo de forças que se atualiza nas formas de expressão e conteúdo; como um diagrama de relação de forças que faz ver e falar. Ela compõe os enunciados e as

---

*x ele*). Apesar desse *tu* ser complementar e indispensável, na relação é o *eu* que tem ascendência sobre o *tu*.” (BRANDÃO, 1996, p. 49).

<sup>114</sup> Para Bakhtin (2012, p. 127): “A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.”

<sup>115</sup> O Panóptico de Bentham, sobre que fala Foucault (2013) em *Vigiar e Punir*, refere-se a um tipo de construção situada nas prisões cujo intento seria “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (p. 191). O filósofo, contudo, vê no Panóptico muito mais que uma figura arquitetural, concebendo-o como um modelo generalizável de funcionamento; “um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões.” (p. 195).

visibilidades, “inserindo-os incessantemente uns nos outros, em contínuo entrecruzamento” (ibid.), em pressuposição recíproca. Ora, de um lado, os agenciamentos se distribuem por segmentos rígidos, estanques (a escola, o exército, a prisão etc.); ora, de outro, se comunicam pela Máquina abstrata, que lhes confere flexibilidade, de tal modo que o agenciamento-prisão se faz reverberar em domínios outros tais como a escola, a caserna e a oficina (p. 50).

Por último, além da expressão, do conteúdo e da força (Máquina abstrata ou diagrama), o agenciamento também supõe uma dimensão de *desejo*. Este, com efeito, não remete à falta psicanalítica, mas à produção de máquinas que fabricam *real social* (DELEUZE; GUATTARI, 2010). O desejo opera por conexões do tipo corte-fluxo, como já mencionado outrora. Em *Kafka: por uma literatura menor*, Deleuze e Guattari (2014, p 148) comentam:

o desejo não cessa de fazer máquina na máquina, e de constituir uma nova engrenagem ao lado da engrenagem precedente, indefinidamente, mesmo se essas engrenagens parecem se opor, ou funcionar de maneira discordante. O que faz máquina, falando propriamente, são as conexões, todas as conexões que conduzem a desmontagem.

O agenciamento, por sua capacidade de descolar-se a si próprio e afetar outros agenciamentos, não comporta, portanto, tão somente uma dimensão estratificada de conteúdo e expressão. Por toda a sua extensão, estendem-se vetores de desterritorialização que fazem variar os elementos de suas formas. Projetam-se, a partir daí, linhas de fuga cuja potência está em dessegmentarizar e deformar o estrato. A mesma Máquina abstrata que compõe códigos e territorialidades faz emergir destes uma válvula de descodificação.

A desterritorialização não se comporta como um “estado de exceção” do agenciamento, mas se configura como uma potencialidade intrínseca às suas variáveis de expressão e conteúdo. Como os estratos são fabricados em uma composição que parte do absoluto (matéria instável não formada) para o relativo (formações, estratos), todo agenciamento se forma a partir de fluxos desterritorializados, velocidades, atrasos, ritmos e movimentos (que dizem respeito ao *plano de consistência*) (DELEUZE; GUATTARI, 1995a). Assim, ao se configurar como artifício que opera no sentido de “fazer fugir” elementos cristalizados nos blocos-segmentos, as *pontas de*



*desterritorialização* permitem fugir, escoar e desarticular as expressões e os conteúdos, impedindo-lhes um fechamento peremptório<sup>116</sup> (DELEUZE; GUATTARI, 2014).

#### 4.3 EM TORNO DA PERFORMATIVIDADE

##### 4.3.1 O acontecimento-Austin

Antes de avançar sobre o que Deleuze e Guattari (1995b) denominam como uma das *variáveis pragmáticas* do agenciamento coletivo de enunciação — as *palavras de ordem* —, detenho-me sobre a teoria dos atos de fala, de John Langshaw Austin (1990). Como se discutirá, os conceitos de *atos de fala* e *ilocutório* desenvolvidos por este *filósofo da linguagem ordinária* são incorporados pelos filósofos franceses na tessitura do conceito de *palavras de ordem*.

É forçoso nesse ponto em que me encontro sublinhar de antemão as diferentes “linhagens” dos pensadores aqui convocados. Austin é um filósofo da linguagem pertencente à tradição analítica — famigerada por nomes consagrados como Ludwig Wittgenstein e Bertrand Russel —, ainda que dela obliquamente escape, uma vez pertencendo à *escola de Oxford*, que se volta para a linguagem ordinária como fonte de elucidação e clarificação dos problemas filosóficos, despojando-se da presunção de uma linguagem perfeita<sup>117</sup> aventada por seus antecessores (MARCONDES, 1990; OLIVEIRA, 2001). Já Deleuze e Guattari são usualmente reconhecidos como filósofos

<sup>116</sup> É por meio das *pontas de desterritorialização* ou *linhas de fuga* que o agenciamento “mesmo foge, e faz escoar suas enunciações ou suas expressões que se desarticulam, não menos que seus conteúdos que se deformam ou metamorfoseiam” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 154).

<sup>117</sup> É no seio da tradicional filosofia analítica britânica que irrompe J. L. Austin e a *teoria dos atos de fala*, como este autor propõe inicialmente “batizar” suas reflexões sobre a linguagem. Em um olhar retrospectivo para as origens da filosofia analítica, Marcondes (1990) comenta que esta desponta como reação ao *idealismo absoluto* e ao *empirismo* em voga no começo do século XX, sustentando, como contraponto, uma concepção *realista*, “mantendo que a principal tarefa da filosofia é realizar um processo de elucidação dos elementos centrais de nossa experiência” (p. 7-8). Estes autores convergiam quanto à ideia de que esta clarificação deveria se dar “mediante a análise da forma lógica das sentenças em que nosso conhecimento, crenças e opiniões sobre o real se expressam e nossa experiência se articula” (p. 8). Para isso, preconizavam o empreendimento de uma linguagem ideal, capaz de capturar com total exatidão a estrutura ontológica do mundo: “A linguagem deveria ser uma imagem fiel do real, e como a linguagem comum se manifesta cheia de imprecisões, indeterminações etc. tratava-se, então, de conceber uma linguagem ideal, que seria a medida de qualquer linguagem. Essa linguagem ideal seria uma linguagem artificial construída segundo o modelo de um cálculo lógico [...]. Trata-se, em última análise, de atingir a precisão absoluta do caráter designativo das palavras.” (OLIVEIRA, 2001, p. 121-122).

do *pós-estruturalismo*, que, como já antecipado, voltam-se contra o “principado” exercido pelo linguístico enquanto “norma” de toda expressão humana, nos termos do que Viveiros de Castro (2015) define como um “macroparadigma antropológico”.

A designação de Austin para a composição do corpo teórico-metológico desse escrito parte do entendimento desse filósofo como um *acontecimento* no âmbito da história da filosofia analítica. Deleuze e Guattari (2010b), em *O Que é a filosofia?*, assinalam que:

A grandeza de uma filosofia avalia-se pela natureza dos acontecimentos aos quais seus conceitos nos convocam, ou que ela nos torna capazes de depurar em conceitos. Portanto, é necessário experimentar em seus mínimos detalhes o vínculo único, exclusivo, dos conceitos com a filosofia como disciplina criadora. O conceito pertence à filosofia e só a ela pertence. (p. 43)

E o *acontecimento-Austin* deve ser mensurado tanto pela série de rupturas que promove quanto pelas inovações que imprime com relação ao estudo da linguagem. Autores como Rajagopalan (2010), Pinto (2009) e Ottoni (1998) comentam que Austin — com sua retórica “paciente, aberta, aporética, em constante transformação, frequentemente mais fecunda no reconhecimento de seus impasses do que nas suas posições” (DERRIDA, 1991, p. 27) — preparou o terreno para mirar este fenômeno fora dos termos da representação. Com isso, problematiza-se o truísmo da linguagem como decalque de estados de coisas de um mundo supostamente já dado, em favor de uma noção que a flagra em sua potência de *intervenção, ação, criação*. A linguagem passa, então, a cortejar domínios de que fora alijada em seu processo de reificação — projeto a que sobejamente se dedicaram o estruturalismo linguístico e a filosofia analítica —, como a sociedade, a subjetividade e o corpo.

Na “virada linguística austiniana”, a linguagem é, portanto, definitivamente entreposta em um campo de reflexão contíguo à ética e à política, o qual possibilita repensar as relações que esta entretece com a vida. Reabre-se, nisso, um espaço epistemológico para submetê-la à *crítica* (na denúncia de sua tirania) e à *clínica* (no rastreamento de resistências que se agenciam na expressão), exercício a que (*extra*)ordinariamente<sup>118</sup> se dedicaram Deleuze e Guattari (1995b).

---

<sup>118</sup> O filósofo David Lapoujade, em conferência intitulada *Deleuze, os movimentos aberrantes*, no Centro Cultural Banco do Nordeste (CCBNB) de Fortaleza, em 10 de novembro de 2015, fez menção ao fato de que Deleuze e Guattari são filósofos que não se atêm sobre o ordinário; interessando-se, do contrário,

#### 4.3.1.1 Austin e a visão performativa da linguagem

Ao longo das doze conferências que integram *How to do things with words*<sup>119</sup> (doravante, HTD), Austin (1990) debate o uso de certos proferimentos cuja natureza tem potência de questionar o estatuto representacional da linguagem. A esses enunciados ele chama de *performativos*, pois realizam atos como consequência de sua enunciação. São exemplos destes as fórmulas linguísticas utilizadas para realizar batismos, fazer empréstimos, estabelecer promessas. Estes enunciados-atos estão sujeitos a condições de *felicidade*, e não a uma *vericondicionalidade*, como a sua contraparte, os enunciados *constativos*, que, como o próprio nome já anuncia, apenas constata, reconhecem estados de coisas no mundo. Por exemplo: se dizemos, “Joana e Pedro casaram-se”, este proferimento é considerado, gramatical e filosoficamente, uma constatação. Haveria, no entanto, um grupo específico de sentenças na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa que nada “descrevem”, nem “relatam”, nem “constatam”, e nem tampouco podem ser classificados como “verdadeiros ou falsos” (p. 24). O proferimento da sentença é, pontua Austin, “no todo ou em parte, a realização de uma ação, que não seria normalmente descrita consistindo em dizer algo” (ibid.). Se, por exemplo, Joana diz “aceito” a Pedro no contexto da sua cerimônia de casamento, ela não está descrevendo uma situação, muito menos declarando; ela está realizando uma ação: casar.

Após dedicar-se laboriosamente ao trabalho de encontrar um critério gramatical para discernir constativos de performativos, não tendo sido exitoso em tal empreitada, Austin entrega-se a outro tipo de investida metodológica do ato de fala. Tal desapontamento — o qual, como sustentam Rajagopalan (2010) e Ottoni (1998), teria sido “programado” para ser suplantado por uma lide retórica pacientemente urdida, sendo tão somente uma estratégia desse ardiloso e sofisticado jogo argumentativo — leva Austin a analisar, na VIII conferência, três dimensões subjacentes ao ato de fala: os atos *locucionário*, *ilocucionário* e *perlocucionário*. Com isso, propõe uma reformulação

---

pelo *extraordinário*, pelo nomadismo, pelas lógicas irracionais dos movimentos aberrantes que escapam aos aparelhos de Estado. Veio-me nesse momento a impressão de que se instaura aí outra diferença radical entre Austin e Deleuze e Guattari, uma vez que, para estes últimos, uma filosofia não pode ser construída a partir de temas linguisticamente explícitos; aproximando-se de uma “lógica da irracionalidade” que, dentre outras coisas, denuncia a linguagem como produtora de doxa e, consequentemente, de aprisionadoras significações universais.

<sup>119</sup> Obra traduzida no Brasil por Danilo Marcondes de Souza Filho sob o título de *Quando dizer é fazer: palavras e ação*.

do sentido de “dizer algo é fazer algo”, disseminando-o em “*ao* dizer algo fazemos algo” e “*por* dizer algo fazemos algo”.

O *locucionário* remete ao proferimento de “certos ruídos, certas palavras em determinada construção, e com um certo “significado” no sentido filosófico favorito da palavra, isto é, com um sentido e uma referência determinados.” (AUSTIN, 1990, p. 85). Tal enfoque do ato possui uma divisão *fonética, fática e rética*, sendo o aporte acústico, gramatical e semântico intrínseco a todo ato. Essa não seria nada mais que a dimensão privilegiada pelos estudos da linguagem em filosofia analítica e em linguística, demasiadamente focados nas relações intrassígnicas e em uma consideração semântica, e não pragmática, do conhecimento.

O *ilocucionário* reporta à “realização de um ato *ao* dizer algo, em oposição à realização de um ato *de* dizer algo” (p. 89). Ele é dotado de uma *força* que relaciona o significado<sup>120</sup> de um proferimento a um *contexto*<sup>121</sup>. Por exemplo, um enunciado como “Estude para a prova” pode ter a força de uma ordem, de uma advertência ou de um conselho, a depender do contexto de enunciação. Relacionando-se com uma convencionalidade<sup>122</sup> — realça-se, inclusive, em determinado ponto de HTD: “Devemos notar que o ato ilocucionário é um ato convencional: um ato realizado em conformidade com uma convenção” (p. 92) —, os enunciados estão consagrados à realização de determinados atos na medida em que são socialmente apreendidos e na medida de sua repetição ou *iterabilidade*<sup>123</sup>.

---

<sup>120</sup> Austin realiza uma distinção entre *força* e *significado*. Ele entende que significado equivale a sentido e referência — binômio cunhado por Gottlob Frege — e que a força reporta à convencionalidade do ato.

<sup>121</sup> Jacques Derrida (1991) aponta que a noção de *contexto* a que apela Austin (1990) em certo momento de sua argumentação carrega consigo o que designa como uma *metafísica da presença*. Com essa noção de contexto recupera-se, por exemplo, a crença de que seria possível regressar — através da análise “do ato de fala total na situação de fala total” (AUSTIN, 1990, p. 121) — à plena intencionalidade ou ao sentido originário (transcendental) de um ato de fala. Diversamente, Derrida defende que um contexto nunca é passível de saturação, uma vez fatalmente submetido à *ausência* inerente à *marca* ou *rastro* como destituição de todo “querer-dizer”, de toda “intenção-de-significação” (DERRIDA, 1991, p. 20). Como assinala o autor, “um signo escrito comporta uma força de ruptura com seu contexto, isto é, o conjunto das presenças que organizaram o momento de sua inscrição. [...]” (p. 21). E acrescenta: “Cabe ao signo ser, de direito, legível, mesmo que o momento de sua produção esteja irremediavelmente perdido e mesmo que eu não saiba o que seu pretense autor-escritor quis dizer em consciência e na intenção, no momento em que o escreveu, isto é, o abandonou à sua deriva essencial.” (ibid.).

<sup>122</sup> Ressalta Austin (1990) que: “Estritamente falando, não pode haver um ato ilocucionário a menos que os meios utilizados sejam convencionais, e portanto os meios para alcançar os fins de um ato desse tipo em forma não verbal têm de ser convencionais. Mas é difícil dizer onde começam e onde terminam as convenções.” (p. 101)

<sup>123</sup> Vem de Jacques Derrida (1991) o conceito de *iterabilidade*. Em louvação e crítica a Austin, o filósofo pós-estruturalista descreve a *iterabilidade* como a lógica que liga a repetição à alteridade. Um dos prismas da crítica de Derrida a Austin está no fato de que, para aquele, o oxfordiano “parece considerar

Por último, o *perlocucionário* diz respeito a “certos efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas.” (ibid.). Um enunciado como “Pagar-te-ei na próxima semana”, expresso por um indivíduo famigerado por ser mau pagador, dificilmente deverá persuadir o credor e interlocutor dessa imaginária conversa, podendo causar-lhe desconfiança, desesperança e, presumivelmente, até certa exasperação.

É válido mencionar que essas três escalas se condensam simultaneamente no ato de fala. Contudo, reconhecendo possível indiscernibilidade entre tais dimensões — vislumbrando certa similitude entre o *ilocucionário* e o *perlocucionário* —, nas IX e X conferências, Austin periclita, por meio de testes, estes níveis do proferimento. A mais importante conclusão a que chega, com esse trabalho, diz respeito à inseparabilidade entre o ato e a ação, abrindo precedentes, como bem marca Pinto (2009, p. 120), “para compreendermos suas explicações sobre os atos de fala não só como explicações sobre sons e gramática, mas também explicações sobre corpos”.

O *ilocutório*, portanto, situa-se em um espaço de extrapolação do domínio linguístico — o que está demarcado pelo prefixo *i* a anteceder a expressão *locutório* —, como descreve Austin (1990, p. 101) no seguinte excerto da IX conferência:

Mesmo nos casos de persuadir, convencer, fazer-se obedecer e fazer-se acreditar, a resposta pode ser obtida de maneira não verbal. Contudo, só isso não basta para distinguir os atos *ilocucionários*, uma vez que podemos, por exemplo, prevenir, ordenar, designar, dar, protestar ou pedir desculpas por meios não verbais e estes são atos *ilocucionários*.

Em uma retórica marcada por frequentes ziguezagues<sup>124</sup>, Austin se põe a questionar, na XI conferência, a conveniência do contraste constatividade/performatividade. O filósofo passa a entender que “declarar algo é realizar um ato *ilocucionário*” (AUSTIN, 1990, p. 112) do mesmo tipo que apostar,

---

apenas a convencionalidade que forma a *circunstância* do enunciado, seu contorno contextual, e não uma certa convencionalidade intrínseca do que constitui a própria locução [...] “o arbitrário do signo”. O “rito” não é uma eventualidade; é, como iterabilidade, um traço estrutural de toda marca” (p. 29).

<sup>124</sup> A retórica austiniana é caracterizada por um intenso movimento ziguezagueante a tangenciar seus argumentos, conforme assinalam Ottoni (1998), Pinto (2009) e Rajagopalan (2010). Comenta este último autor que o estilo errático, facetado e jocoso de Austin, roçando a linguagem falada, é traço imprescindível de sua filosofia, que não busca reprimir o fluxo narrativo para, à maneira de como procedem alguns filósofos analíticos, tentar se aproximar de uma presunçosa linguagem perfeita. O *ordinário* passa a contaminar o austero discurso acadêmico, não implicando em uma revogação do rigor metodológico, mas em uma certa condescendência de talhe político com a linguagem cotidiana de onde o filósofo extrai seus exemplos.

argumentar ou prevenir. Se dizemos “Chove a cântaros lá fora”, é certo que estamos realizando uma constatação, como tal, sujeita ao crivo do verdadeiro/falso. Todavia, tal declaração pode ser analisada tomando a *felicidade/infelicidade* por critério, na medida em que se prefigura a crença na asserção; a convencionalidade; as circunstâncias adequadas; a correta execução do procedimento; o comprometimento com o dizer no futuro etc. Conquanto não cumpra tais exigências, tal declaração poderá ser classificada como *nula* ou *infeliz*. No entanto, alerta-nos Austin, a fim de situar a declaração no campo de uma actancialidade, é preciso examinar não a sentença, “mas o ato de emitir um proferimento numa situação linguística” (p. 115). A questão da referência desvencilha-se da esfera semântica, passando a ser incorporada pela pragmática, dependendo do conhecimento que se tem ao emitir o proferimento. Tem-se por consequência que: “A verdade ou falsidade de uma declaração não depende unicamente do significado das palavras, mas também do tipo de atos que, ao proferi-las, estamos realizando e das circunstâncias em que os realizamos.” (p. 119)

A quebra do binômio de que o oxfordiano lançara mão no princípio das *Conferências William James*, ministradas em 1965, na Universidade de Harvard, as quais constituem o sumo de HTD, abre caminho para o que Ottoni (1998) entende como uma “visão performativa da linguagem” em Austin. O performativo não seria somente, pois, simples conceito emerso nesse emaranhado argumentativo, mas o próprio lugar desde o qual Austin passa a contemplar os fatos da linguagem, desencadeando, enfim, na consideração de que *todo dizer é um fazer*. Segundo Rajagopalan (1989), não deve causar estranheza a permanência da categoria de enunciado performativo, uma vez que nesse momento este já não pode ser deduzido a partir do seu antagonista, o enunciado constativo. Trata-se, então, de um novo conceito marcado por uma “diferença radical” que

consiste precisamente em conceber a performatividade não mais em oposição e exclusão à dimensão verdade/falsidade, mas de tal maneira que a própria dimensão (que antes era a marca distintiva do constativo) viesse a ser algo que ganhasse a sua razão de ser, graças a um ato ilocucionário — a saber, a de constatação, agora tida como um ato de fala como qualquer outro do tipo institucional, já identificado e reconhecido. (p. 524)

Nesse gesto, Austin põe sob suspeita algumas profissões de fé da história da filosofia, como os conceitos de verdade, significado e referência. No que diz respeito à verdade, completa o linguista, esta passa a ser divisada não mais como uma dimensão *a priori*,

mas *a posteriori* à linguagem, na medida em que se deflagra “em decorrência da execução efetiva de um ato ilocucionário” (p. 525).

É preciso demarcar ainda, com Ottoni (1998), que um dos mais importantes contributos de Austin está na ênfase que este dá à inseparabilidade entre sujeito e objeto quando se trata de analisar a linguagem. E, nesse ponto, o filósofo também instaura um gesto inovador, tendo em vista ser a separação sujeito/objeto<sup>125</sup> um dos pilares da ciência logocêntrica moderna. Na visão performativa, assinala Ottoni (p. 33),

[...] há inevitavelmente uma fusão do sujeito e do seu objeto, a fala; por isso, [...], as dificuldades de uma análise empírica em torno do performativo; além disso, conceber o performativo como um objeto de análise linguística independente de uma concepção de sujeito está fadado, neste caso, ao fracasso.

A morte prematura de J. L. Austin, em pleno vigor da sua atividade intelectual, deflagrou, infelizmente, uma série de apropriações formalistas e cientificistas desse pensamento, no mínimo, “rebelde”. O caso mais notável é o do norte-americano John Searle (2002), que ganhou renome ao se postar como “sucessor natural” do mestre de Oxford. Sem entrar em maiores detalhes em torno disso que Rajagopalan (2010) descreve como uma espécie de “revés platônico da teorização austiniana”, é possível afirmar que Searle foi responsável por reincorporar este pensador ao seio da tradição filosófica analítica de que Austin tanto lutara para se desvencilhar. A preocupação nuclear de Searle dizia respeito ao desenvolvimento de “uma classificação arrazoada dos atos ilocucionários em certas categorias ou tipos básicos” (p. 3), ou, melhor dizendo, uma taxonomia dos atos ilocucionários, à maneira do que realizou Austin na XII conferência de HTD<sup>126</sup>, embora tendo reconhecido a precariedade de sua tarefa, uma vez que, como ironiza o filósofo, uma estimativa da quantidade de atos ilocucionários aproxima-se do montante de dez à terceira potência. Ou seja, o próprio Austin parecia prenunciar a tese da irredutibilidade do ato ilocucionário

---

<sup>125</sup> É preciso considerar, no entanto, que o sujeito contemplado por Austin no âmbito da performatividade não é o sujeito da presença consciente na totalidade do ato ilocutório, como advoga Ottoni (1998). Ou seja, não se trata de um eu-sujeito cartesiano portador de plena intencionalidade e de pleno controle sobre o ato de fala. Entra em cena um conceito de muita importância, todavia bastante ofuscado no corpo dessas discussões: o *uptake*, que, ao pé da letra, significa a apreensão do ato ilocucionário, cujo referente “não se dá mais no nível constativo da linguagem, mas numa concepção performativa” (p. 80). Próximo ao conceito de *jogo de linguagem*, de Wittgenstein, não é possível estabelecer *a priori* suas regras; para acessá-lo, é necessário investigar o processo de enunciação e as assinaturas (DERRIDA, 1991) que lhe são intrínsecas.

<sup>126</sup> A saber, na XII conferência, Austin propõe uma taxonomia elementar de cinco classificações dos atos ilocucionários: *veriditivos*, *exercitivos*, *comissivos*, *comportamentais* e *expositivos*.

(RAJAGOPALAN, 2010), tão múltiplo e indomesticável quanto diversas sejam as situações de comunicação.

#### 4.4 ATOS DE FALA COMO *PALAVRAS DE ORDEM*: SENTENÇA DE MORTE E GRITO DE FUGA

A linguagem não é a vida, ela dá ordens à vida; a vida não fala, ela escuta e aguarda. (Gilles Deleuze e Félix Guattari)

Tendo me detido sobre a performatividade em Austin, avanço neste momento rumo às principais variáveis pragmáticas “interiores” ao agenciamento coletivo de enunciação: as *palavras de ordem*, conceito cuja composição remonta ao “encontro” de Deleuze e Guattari com o filósofo oxfordiano.

A doutrina dos atos de fala mostra-se uma cartografia conceitual fecunda para essa filosofia das multiplicidades na medida em que permite divisar uma função coextensiva à linguagem, uma *função-linguagem*, “que consiste em emitir, receber e transmitir as palavras de ordem” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 12). Essa “faculdade abominável”, que aponta para o exercício tirânico da linguagem sobre a vida, e que, no entanto, efetua a condição de toda língua, não é uma categoria particular de enunciados, por exemplo, no modo imperativo,

mas a relação de qualquer palavra ou qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma “obrigação social”. Não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. Uma pergunta, uma promessa, são palavras de ordem. A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem, pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento. (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 17)

A existência dos enunciados performativos — e a generalização da performatividade na tese do ilocutório austiniano — chama a atenção de Deleuze e Guattari, uma vez que apresenta a potência de instaurar novos direcionamentos para uma abordagem múltipla do fenômeno linguageiro. Os autores demarcam três ilações fundamentais postas em jogo a partir da emergência dos atos de fala ou *pressupostos implícitos não discursivos*:



- (i) A impossibilidade de conceber a linguagem como um código e a fala como a comunicação de uma informação, visto que “ordenar, interrogar, prometer, afirmar, não é informar um comando, uma dúvida, um compromisso, uma asserção, mas efetuar esses atos específicos imanentes” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 15);
- (ii) “A impossibilidade de definir uma semântica, uma sintaxe ou mesmo uma fonemática, como zonas científicas que seriam independentes da *pragmática*” (ibid.); despojando esta da condição de mera “cloaca” da linguística, ao situá-la como pressuposto de todas as outras dimensões;
- (iii) A impossibilidade de sustentação da dicotomia língua-fala, “visto que a fala não pode mais ser definida pela simples utilização individual e extrínseca de uma significação primeira, ou pela aplicação variável de uma sintaxe prévia” (ibid.).

Em Deleuze e Guattari, a teoria dos atos de fala é conduzida a dialogar com a doutrina estoica dos atos ou transformações incorporais, discussão anteriormente entabulada por Deleuze (2011b) em *Lógica do sentido*. O ato incorporal apresenta dupla face: “é o expresso de uma proposição e o atributo de um corpo, sendo a instantaneidade a marca de sua realização, pois é no momento mesmo de sua enunciação que se produz o efeito sobre os corpos” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 72). Regressando ao exemplo com que figurei a introdução: o diagnóstico positivo para HIV não informa, mas transforma a condição clínica do “sujeito”, instituindo-lhe novas subjetividades: soropositivo(a), HIV-positivo, portador, pessoa vivendo com HIV/AIDS (PVHA), paciente, etc. A palavra de ordem proferida com o teste anti-HIV é um ato incorporal: direciona-se aos corpos, intervém sobre eles, mas distingue-se deles ou de suas misturas na medida em que a eles se atribui como puro ato instantâneo. Entre os “seres corporais<sup>127</sup>” e as “transformações incorporais” não há identidade, mas, assim como

---

<sup>127</sup> Segundo Deleuze (2011b), os Estóicos distinguiam duas espécies de coisas: 1) “Os corpos, com suas tensões, suas qualidades físicas, suas relações, suas ações e paixões e os “estados de coisas” correspondentes. Estes estados de coisas, ações e paixões são determinados pelas misturas entre corpos.” (p. 5); e 2) os acontecimentos *incorporais*, que: “Não são qualidades e propriedades físicas, mas atributos lógicos ou dialéticos. Não são coisas ou estados de coisas, mas acontecimentos. Não se pode dizer que existam, mas, antes, que subsistem ou insistem, tendo este mínimo de ser convém ao que não é uma coisa, entidade não existente. Não são substantivos ou adjetivos, mas verbos.” (ibid.).

sucede ao conteúdo e à expressão, há agenciamento, intervenção entre elementos heterogêneos.

Toda palavra de ordem, ressaltam Deleuze e Guattari, deve ser deduzida da soma das particularidades de uma situação política determinada. Retomo o exemplo anterior: “soropositivo” é um atributo que só se presta a designar a condição clínica de alguém — a experiência da saúde e da doença — após a aferição do diagnóstico. Que o indivíduo tenha experimentado determinadas enfermidades em decorrência da ação do vírus no corpo essa é uma problemática relativa à “paixão”, ou seja, à esfera da corporalidade. Mas a transformação do personagem fictício em soropositivo é um acontecimento incorporal, uma espécie de ato jurídico ou de sentença, que se impõe sobre um corpo do momento da diagnose em diante. Disso se pode concluir que:

Um tipo de enunciado só pode ser avaliado em função de suas implicações pragmáticas, isto é, de sua relação com pressupostos implícitos, com atos imanentes ou transformações incorpóreas que ele exprime, e que vão introduzir novos recortes entre os corpos. (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 24)

Além da generalização do ilocutório e das transformações incorporais, as palavras de ordem pressupõem a ubiquidade do discurso indireto<sup>128</sup>, enquanto movimento de *translação* característico da linguagem. Para justificar tal tese, Deleuze e Guattari reportam ao exemplo de Émile Benveniste sobre o código gestual das abelhas: a comunicação destes insetos se processa, sempre, necessariamente, na direção de um “visto” para um “dito”. Uma abelha encontra um alimento e informa a outra; esta última, por seu turno, deverá dirigir-se até o local onde a novidade foi avistada, e assim comunicará a outras abelhas, que deverão repetir, uma a uma, esta mesma operação. Para o linguista francês, a despeito de se comunicarem, as abelhas não possuem linguagem, pois se amparam sobre visibilidades, e não sobre dizibilidades. A linguagem humana, do contrário, fundamenta-se primordialmente sobre o “dito”, e não sobre o “visto”. Rompe-se, como corolário, com o postulado de uma linguagem informativa e comunicativa, inserindo, em contrapartida, o agenciamento coletivo como a fonte da proveniência da enunciação e dos enunciados. “É toda a linguagem humana que é discurso indireto” (p. 25), reiteram. E, nesse prisma, o discurso indireto

---

<sup>128</sup> “A linguagem não se contenta em ir de um primeiro a um segundo, de alguém que viu a alguém que não viu, mas vai necessariamente de um segundo a um terceiro, não tendo nenhum deles, visto.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 14).

[...] é a presença de um enunciado relatado em um enunciado relator, a presença da palavra de ordem na palavra. [...] Ao invés de o discurso indireto supor um discurso direto, é este que é extraído daquele, à medida que as operações de significância e os processos de subjetivação em um agenciamento se encontram distribuídos, atribuídos, consignados, ou à medida que as variáveis do agenciamento estabelecem relações constantes, por mais provisórias que sejam. (ibid.)

O agenciamento — cujo motor de funcionamento, ao reproduzir com insistência diferentes palavras de ordem, atua no sentido de um infrene discurso indireto livre; de um *murmúrio anônimo* ou de um ‘diz-se’ indeterminado fora do alcance de toda “personologia” linguística (DELEUZE, 2013b, p. 19) — instaura, por conseguinte, um rompimento com a ilusão de um “sujeito fundante”, aquele que Foucault (2012, p. 44), ao versar sobre diferentes visadas para o sujeito ao curso do tempo nos estudos filosóficos da linguagem, definiria como um pretensioso “animador das formas vazias da língua” que “atravessando a espessura ou a inércia das coisas vazias, reapreende, na intuição, o sentido que aí se encontra depositado”. Em seu lugar, aproxima-se do sujeito bakhtiniano que, prescindindo de um subjetivismo idealista que toma “a enunciação monológica como ponto de partida da sua reflexão linguística” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV 2012, p. 114), insere-se no campo de uma plurivocidade social intrínseco à enunciação. Todo dizer é, sob este ponto de vista, *internamente dialogizado*: “é heterogêneo, é uma articulação de múltiplas vozes sociais (no sentido em que hoje dizemos ser todo discurso heterogeneamente constituído), é o ponto de encontro e confronto dessas múltiplas vozes” (FARACO, 2009, p. 60).

A *palavra de ordem* se articula enquanto uma ponte içada entre o enunciado e o ato, constituindo-se como o agenciamento real mínimo entre ambos. A relação que se estabelece aí é de *redundância*, no que concerne tanto à significância da informação (*frequência*) quanto à subjetividade da comunicação (*ressonância*). Cumpre ressaltar, entretanto, que informação e comunicação subordinam-se à redundância da palavra de ordem em vista do fato de que não há “significância independente das significações dominantes nem subjetivação independente de uma ordem estabelecida de sujeição” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 18). A palavra de ordem determina, assim, sempre em campos sociais específicos, o itinerário semiótico a ser vivido pelos sujeitos (enquanto produção de subjetividade) e pelas significações<sup>129</sup> (enquanto porções

<sup>129</sup> Deleuze (2011b) realiza uma distinção entre significação e sentido enquanto diferentes dimensões da proposição. A significação diz respeito à “relação da palavra com conceitos *universais* ou *gerais*, e das

cristalizadas do sentido). Tal seria a feição de *sentença de morte* relativa a essa variável da enunciação e do agenciamento: “A palavra de ordem traz uma morte direta àquele que recebe a ordem, uma morte eventual se ele não obedece ou, antes, uma morte que ele mesmo deve infligir, levar para outra parte.” (ibid., p. 57).

Sob essa valência, a palavra de ordem designaria “as transformações incorpóreas pelas quais os corpos limitam-se, separam-se, interditam-se, formam figuras, ganham contornos claros e estáveis” (ALMEIDA, 2003, p. 82). A morte desenha-se aí enquanto *ato* ou “pura transformação que a enunciação junta ao enunciado, sentença” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 58). Processo majoritário regido, primordialmente, pela *enatiomorfose* enquanto proibição social dos fluxos, dos devires e da variação contínua: reterritorialização.

*Mas a palavra de ordem é também outra coisa*, ela comporta outro tom, um modo menor inseparável da dimensão injuntiva da sentença de morte: o *grito de fuga*. Aqui, a expressão já não se dirige impositivamente em direção ao conteúdo; a palavra já não dá ordens à vida, mas segue um *continuum* de variação com potencial para transformar substâncias, dissolver formas. “Potência incorpórea dessa matéria intensa, potência material dessa língua” (p. 61). Uma linguagem *agramatical* intensiva que se realiza no plano de composição, onde, graças a uma desterritorialização absoluta, concretizam-se diferenciados processos de variação contínua. Há, nesse traçado do agenciamento, um esteio vital para a emergência de um *dever-minoritário*<sup>130</sup> da linguagem, em que esta, furtando-se à identidade das constantes e abrindo-se à *diferenciação*, dilata-se para a deriva dos processos criativos.

Uma mesma palavra abriga tanto o modo maior quanto o menor. É preciso descobrir, em uma cartografia, as senhas que transformam as composições de ordem em componentes de passagem. Na novela *A doença, uma experiência*, de Jean-Claude

---

ligações sintáticas com implicações de conceito” (p. 15). O sentido refere-se ao *expresso da proposição*, sendo “o incorporal na superfície das coisas, entidade complexa irreduzível, acontecimento puro que insiste ou subsiste na proposição.” (p. 20).

<sup>130</sup> “É por isso que devemos distinguir: o majoritário como sistema homogêneo e constante, as minorias como subsistemas, e o minoritário como devir potencial e criado, criativo. O problema não é nunca o de obter a maioria, mesmo instaurando uma nova constante. Não existe devir majoritário, maioria não é nunca um devir. Só existe devir minoritário. As mulheres, independentemente de seu número, são uma minoria, definível como estado ou subconjunto; mas só criam tornando possível um devir, do qual elas mesmas têm que entrar, um devir-mulher que concerne a todos os homens, incluindo-se aí homens e mulheres.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 56)

Bernadet (1996, p. 35), a palavra *aidético* já não veicula unilateralmente a *sentença* de um estigma; ao contrário, diz de um vigoroso potencial de subversão, de um visceral e orgânico *grito de fuga*:

A doença é uma fonte de energia. A doença não é uma fonte de energia, fonte de energia é o enfrentamento da doença. Fernando me reprime e não quer ouvir o que digo. Digo AIDS, e não doença, digo SOU AIDÉTICO, e não digo Estou doente ou Sou portador do HIV. Já que estamos com AIDS, pelo menos que se viva a doença com intensidade.

A palavra dilata seus poros de significância, e, mesmo que se alegue sua identidade fonomorfológicamente atestada em discurso, já não se poderá dizer, no entanto, que se trata da *mesma*: no agenciamento, inclinando-se, em um movimento vital em direção às suas aberturas desterritorializadas, ela forja novos sentidos para si, atualiza-se, *devém* totalmente *outra*.

De vez que eleger *aidético* — expressão densamente estigmatizada e, por isso mesmo, rechaçada com a emergência das ONG/AIDS (VALLE, 2002) — para se autodesignar, o protagonista gera uma singularidade, ou o que Guattari (1992) entende como uma “quebra nas redundâncias dominantes”. E isso se dá mediante o poder actancial do enunciado, seu poder performativo, ou, melhor dito, sua *força ilocucionária*. Uma outra subjetividade se forja a partir da assunção do termo negativizado, instituindo uma potência de vida em meio à agonia tanática.

Se nas mãos de Derrida (1991), como tem defendido Rajagopalan (2010), a teoria dos atos de fala é situada no horizonte de uma ética, arrisco-me a dizer que, com Deleuze e Guattari (1995), o ilocutório ganha um acento político, na medida em que, constituindo uma das dimensões do conceito de *palavras de ordem*, vislumbra-se nele certa potência para abordar criticamente as relações que a linguagem estabelece com a vida. É que em Deleuze e Guattari, desde *O Anti-Édipo* até *Mil Platôs*, o regime de signos signifiante é denunciado como um domínio aprisionador da vida, em grande parte investida pela *ordem* enquanto função coextensiva à linguagem. Tal suspeita relativa ao linguístico pode ser testemunhada na passagem de tom aforístico do texto *Postulados da linguística* designado para epígrafe deste subcapítulo: “A linguagem não é a vida, ela dá ordens à vida; a vida não fala, ela escuta e aguarda<sup>131</sup>” (p. 13).

---

<sup>131</sup> Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 45.

Mas, como já anunciado alhures, a pragmática deleuze-guattariana não se contenta em um denunciamento da tirania significante<sup>132</sup>. A crítica, nesses dois autores, tem um vetor clínico na medida em que também rastreia resistências no seio do “regime despótico” a que se dirigem criticamente. Este parece ser o caso da palavra de ordem em sua disposição de *grito de fuga*, em oposição à *sentença de morte*.

Se entendidos como termos com certa similitude familiar, os agenciamentos, as palavras de ordem e o ilocutório questionam a própria noção de língua enquanto reservatório de constantes fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas, na medida em que vinculam as palavras às circunstâncias, ou seja, às variáveis de expressão que atestam uma política trabalhando internamente as formas da língua. Vê-se, portanto, que em Deleuze e Guattari, como em Austin, a pragmática é alçada ao estatuto primeiro da linguagem, não se decalcando do empírico, mas *operando e redundando* na sua produção.

#### 4.5 PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE, SUBJETIVAÇÃO E SINGULARIZAÇÃO SUBJETIVA

Sim, existem sujeitos: são os grãos dançantes na poeira do visível, e lugares móveis num murmúrio anônimo. O sujeito é sempre uma derivada. Ele nasce e se esvai na espessura do que se diz, do que se vê. (Gilles Deleuze)

O conceito de produção de subjetividade, mormente trabalhado por Guattari (2013; 1992), mas também discutido por Deleuze (2013), opera duas rupturas relativamente a um modo de pensar tradicional voltado para a subjetividade.

Diverge, primeiramente, do paradigma marxista que aborda a subjetividade como da alçada da superestrutura e da ideologia<sup>133</sup>. Para Guattari, “A produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção” (GUATTARI;

<sup>132</sup> Como expresso em *Sobre alguns regimes de signos*: “Não somente uma tal semiótica não é a primeira, como tampouco se vê qualquer razão para lhe atribuir um privilégio particular do ponto de vista de um evolucionismo abstrato.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 71)

<sup>133</sup> Segundo essa visada, a estrutura de cada sociedade seria constituída por “níveis” articulados por uma determinação específica: a *infraestrutura* ou base econômica — “a “unidade” das forças produtivas e das relações de produção” (ALTHUSSER, 1996, p. 109) — e a *superestrutura*, constituída por duas “instâncias”: “a jurídico-política (o direito e o Estado) e a ideológica (as diferentes ideologias, religiosa, ética, legal, política)” (ibid.). Haveria, assim, um “edifício” sobre cuja base (infraestrutura) se sustentam os dois “andares” da superestrutura, metáfora espacial concebida por Marx e reiterada por Althusser para explicar o processo de *reprodução* das condições de produção e da força de trabalho.

ROLNIK, 2013, p. 36), não sendo “apenas um caso de superestrutura, dependente das estruturas pesadas de produção das relações sociais” (p. 34). Segundo o autor, a noção de ideologia não permite compreender a função produtiva da subjetividade visto que

permanece na esfera da representação, quando a produção essencial do CMI [Capitalismo Mundial Integrado] não é apenas a da representação, mas a de uma modelização que diz respeito aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, à memória, às relações sociais, às relações sexuais, aos fantasmas imaginários etc. (p. 36)

O segundo ponto de ruptura remete a uma tradição filosófica que durante muito tempo sustentou uma concepção *être-là* de sujeito, visto como imbricado a uma suposta “natureza humana”. Sob esse ponto de vista, “o simples fato de existir enquanto espécie seria suficiente para atribuir ao humano uma essência” (MANSANO, 2009, p. 111). Graças a essa concepção, cuja presença atravessa de diversos modos a existência individual e coletiva, a vida é organizada de maneira sedentária, sendo pautada por “regras e valores instituídos que, ao ganharem uma configuração dominante, são legitimados como algo que deve assim permanecer” (ibid.).

Guattari (1992) propõe, diversamente, “a ideia de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” (p. 33). A subjetividade não se reduz a uma concepção de indivíduo: está ao mesmo tempo além e aquém deste, sendo regida por relações de alteridade, emergindo no encontro com um *outro* (humano ou não humano) também subjetivo. Como assinala este autor em *Caosmose*:

Assim, em certos contextos sociais e semiológicos, a subjetividade se individua: uma pessoa, tida como responsável por si mesma, se posiciona em meio a relações de alteridade regidas por usos familiares, costumes locais, leis jurídicas... Em outras condições, a subjetividade se faz coletiva, o que não significa que ela se torne por isso exclusivamente social. Com efeito, o termo “coletivo” deve ser entendido aqui no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao socius, assim como aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma **lógica dos afetos** mais do que de uma lógica dos conjuntos bem circunscritos. (p. 19-20 – grifo meu)

Afluem na produção de subjetividade múltiplos componentes heterogêneos que podem ser tanto de natureza extrapessoal, quanto intrapessoal: “sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, etológicos, de mídia, ou seja, sistemas que não são mais imediatamente antropológicos” e “sistemas de percepção, de sensibilidade,

de afeto, de desejo, de representação, de imagem e de valor [...]” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 39). A conexão entre essas diferentes instâncias forma o que Deleuze e Guattari (1995b) denominam *agenciamentos coletivos de enunciação*: atos de fala/palavras de ordem que intervêm sobre corpos em forma de *transformações incorporais* (DELEUZE, 2011b). Não há, portanto, sujeito *a priori*, mas agenciamentos que produzem efeitos transitórios (efeitos de subjetividade) a partir do *encontro* com valores, ideias e sentidos em fluxo.

Nesse sentido, o indivíduo — enquanto produção e produto capitalístico — situa-se como *terminal individual*, estando na posição de consumidor de subjetividade (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 41). Para elucidar melhor tal afirmação, Guattari faz alusão à dicotomia *língua X fala* concebida por Saussure: a subjetividade, tanto quanto a *langue* saussuriana, seria um fato social; enquanto o indivíduo, cotejado a *parole*, seria, para dizer em uma definição reconhecidamente precária e (sob diversos matizes) questionável, “a totalidade de um ego” ou “o resultado de um metabolismo biológico<sup>134</sup>”. Pontua o filósofo que: “A *subjetividade* está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é *essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares*” (p. 42 – grifo dos autores). O modo como se vive essa subjetividade oscila entre “uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe” e “uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade” (ibid.).

A subjetividade, enquanto processo em contínua variabilidade, assume formas efêmeras à medida que se conecta com fluxos semióticos diversos. Tais componentes heterogêneos formam a matéria prima para a expressão dos afetos vividos em cada encontro (ROLNIK, 2014). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que acolhe uma miríade de elementos, a individuação também associa, empresta, aglomera dimensões de diferentes espécies, emitindo novos fluxos desterritorializados (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 46). Esse movimento de *heterogênese* que dá emergência à singularidade

---

<sup>134</sup> Convém ressaltar que, para Guattari, a forma indivíduo é o produto e o processo da lógica capitalística de estereotipagem dos fluxos semióticos singulares. Ora, se, na lide capitalística, a todo momento novas composições são operadas nos encontros, tais arranjos devem ser rebatidos sobre a identidade e a representação, perdendo seus traços de singularidade. A fabricação de indivíduo — e de uma presunçosa noção totalitária de “eu” (ego) — é, portanto, um dos resultados do processo fundamentalmente social de produção de subjetividade. Em suma, na visão guattariana, “o indivíduo, o ego ou a política do ego, a política de individuação da subjetividade, são correlativos de sistemas de identificação os quais são modelizantes.” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 47).



caracteriza-se por suscitar acontecimentos de caráter *intensivo* e não pessoal, pois, como pontua Deleuze (2013a, p. 128):

A subjetivação sequer tem a ver com a “pessoa”: é uma individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento (uma hora do dia, um rio, um vento, uma vida...). É um modo intensivo e não um sujeito pessoal. É uma dimensão específica sem a qual não se poderia ultrapassar o saber nem resistir ao poder.

O que caracteriza um processo de singularização é sua capacidade de *automodelização*, ou seja, sua propensão pragmática a captar os “elementos da situação” e construir “seus tipos de referências práticas e teóricas” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 55), de modo a frustrar os “mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos” (ibid.) e seus tradicionais sistemas de referência<sup>135</sup>. É peculiar ao Capitalismo Mundial Integrado<sup>136</sup> (CMI) a *captura* ou a industrialização das forças de desejo, criação e ação como principal fonte de extração da mais-valia a fim de reproduzir o sistema e fortalecer seu poder. O *modus operandi* do CMI se dá ao mesmo tempo por intermédio de duas táticas: a incitação da força do desejo e a esterilização de sua potência criadora (ROLNIK, 2014, p. 107) na produção da subjetividade capitalística — que, como já mencionado anteriormente, orienta-se para a identidade como uma estratégia de reduzir e limitar a produção inerente ao sentido, encarcerando a subjetividade em si mesma (KROEF, 2010). Para Guattari (2013, p. 80), identidade e singularidade são conceitos dessemelhantes, tendo em vista que “a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável”.

Reportando a Foucault, Deleuze (2013a, 2013b) descreve a irrupção da forma-Homem, no século XIX, como uma articulação entre saber e poder. De modo bastante

---

<sup>135</sup> “Tudo o que é do domínio da ruptura, da surpresa e da angústia, mas também do desejo, da vontade de amar e de criar, deve se encaixar de algum jeito nos registros de referências dominantes. Há sempre um arranjo que tenta prever tudo o que possa ser da natureza de uma dissidência do pensamento e do desejo. Há uma tentativa de eliminar aquilo que eu chamo de processos de singularização. Tudo o que surpreende, ainda que levemente, deve ser classificável em alguma zona de enquadramento, de referenciação.” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 52)

<sup>136</sup> “A ordem capitalística é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica. Ela incide nos esquemas de conduta, de ação, de gestos, de pensamento, de sentido, de sentimento, de afeto etc. Ela incide nas montagens da percepção, da memorização e na modelização das instâncias intrassubjetivas — instâncias que a psicanálise reifica nas categorias de ego, superego, ideal do ego, enfim, naquela parafernália toda.” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 51).

sumário, pode-se dizer que o poder, nessa perspectiva, é entendido como relações de *forças* que determinam singularidades (afetos); e o saber, organizado em *formas* (estratos), é a articulação entre um visível e um enunciável. As ciências do homem emergem a partir de “relações de poder que as tornam possíveis e que suscitam saberes mais ou menos capazes de atravessar um limiar epistemológico ou de formar um conhecimento” (2013b, p. 82). Exemplos disso são a conexão entre uma *scientia sexualis* e a relação penitente-confessor; ou o despontar da psicologia e as relações disciplinares (ambas densamente analisadas por Foucault).

A forma-Homem desponta, no século XIX, da articulação das forças humanas (ter um entendimento, uma vontade, uma imaginação etc.) “com outras forças de finitude, descobertas na vida, no trabalho, na linguagem” (2013a, p. 118). Tal combinação, no entanto, é provisória, uma vez que novos arranjos de forças se processam, de modo a desestabilizar a aprisionadora forma-Homem. Esboça-se, a partir daí, um questionamento do primado da forma humana em relação a outras perspectivas, como interroga Deleuze a partir de Foucault e Nietzsche: “E, se o homem foi uma maneira de aprisionar a vida, não será necessário que, sob uma outra forma, a vida se libere no próprio homem?” (ibid.).

O sujeito, para Foucault<sup>137</sup> (2014b), é indissociável da conjunção entre um saber-poder vinculado a um “código moral”. Entenda-se *moral* aqui por dois sentidos: i) tanto “um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos” (p. 32); ii) quanto “o comportamento real dos indivíduos em relação aos valores e regras que lhes são propostos”, designando a maneira pela qual estes “se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta” (ibid.). A *subjetivação*, no entanto, diz de uma “moral orientada para a ética<sup>138</sup>” (p. 38), implicando em um “conduzir-se”, em uma “ascética” ou em uma “prática de si<sup>139</sup>”:

<sup>137</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. Moral e prática de si. In: **História da sexualidade: O uso dos prazeres**. São Paulo: Paz e Terra, 2014b. (v. 2).

<sup>138</sup> Foucault (2014b) distingue as morais orientadas para o *código* das morais orientadas para a *ética*. No primeiro caso, analisa-se a “sistematicidade” e a “riqueza” do código, “sua capacidade de ajustar-se a todos os casos possíveis, e a cobrir todos os campos de comportamento” (p. 37). Nesse tipo de moral, “a subjetivação se efetua, no essencial, de uma forma quase jurídica, em que o sujeito moral se refere a uma lei ou a um conjunto de leis às quais ele deve se submeter sob pena de incorrer em faltas que o expõem a um castigo” (p. 37-38). No segundo caso, depara-se com “uma moral cujo elemento forte e dinâmico deve ser procurado do lado das formas de subjetivação e das práticas de si [...] a ênfase é dada, então, às formas das relações consigo, aos procedimentos e às técnicas pelas quais são elaboradas, aos exercícios pelos

Dado um código de ação, e para um determinado tipo de ações (que se pode definir por seu grau de conformidade ou de divergência em relação a esse código), existem diferentes maneiras de “se conduzir” moralmente, diferentes maneiras, para o indivíduo que age, de operar não simplesmente como agente, mas sim como sujeito moral dessa ação. (p. 33)

Foucault concebe a subjetivação como “*uma relação da força consigo, um poder de se afetar a si mesmo, um afeto de si por si*” (DELEUZE, 2013b, p. 108). No diagrama grego, para exercer um domínio sobre os outros, era necessário praticar um domínio de si; “duplicar a relação com o outro mediante uma relação consigo”; “duplicar as regras obrigatórias do poder mediante *regras facultativas* do homem livre que o exerce” (ibid. – grifo meu). Como conceber um sujeito “descolado” do código? Responderá Deleuze: dobrando a força, sem que ela deixe de ser força, conforme operaram os gregos. O sujeito aflora como produto de uma subjetivação, como uma *derivada*, uma *existência estética*, um *forro* independente do saber e do poder. Ou — retificando — talvez já não se trate aí de um sujeito, “mas de um campo elétrico ou magnético, uma individuação operando por intensidades (tanto baixas como altas), campos individuados e não pessoas ou identidades.” (DELEUZE, 2013a, p.121).

Não se trata, defende Deleuze, de um “retorno ao sujeito” no pensamento foucaultiano. Trata-se, sim, de um debruçar-se sobre formações históricas de curta ou de longa duração — dos gregos ao cristianismo — a fim de cartografar o presente e a nossa relação com a loucura, as punições, o poder, a sexualidade (p. 136). Pode-se afirmar, com Foucault, que seu projeto busca direcionar-se rumo a uma nova economia das relações de poder, consistindo em “usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida<sup>140</sup>”. O século XX, segundo esse filósofo, pautou-se pela constância de um tipo específico de lutas que não passam imediatamente pelas problemáticas das dominações étnicas, sociais, religiosas e econômica. A despeito de tais conflitos não terem desaparecido (tendo, pelo contrário, em certos casos recrudescido), perderam, em determinados contextos, a prevalência em relação aos

---

quais o próprio sujeito se dá como objeto a conhecer; e às práticas que permitam transformar seu próprio modo de ser” (p.38).

<sup>139</sup> Para Deleuze (2013a, p. 146), “O que conta, para Foucault, é que a subjetivação se distingue de toda moral, de todo código moral: ela é ética e estética, por oposição à moral que participa do saber e do poder.”

<sup>140</sup> Cf. FOUCAULT, in: RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 234.

embates contra a dominação subjetiva<sup>141</sup>, que põem em questão o estatuto do indivíduo, afirmando “o direito de ser diferente” e atacando “tudo aquilo que separa o indivíduo, quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo” (p. 234-235).

As lutas descritas por Foucault podem ser também divisadas nas descrições de Guattari (1992) a propósito da dimensão desejante e subjetiva a circundar significativos movimentos políticos do século XX, como, por exemplo, a queda do muro de Berlim. Misturando ao mesmo tempo “aspirações emancipadoras e pulsões retrógradas, conservadoras, até mesmo fascistas, de ordem nacionalista, étnica e religiosa” (p. 12), o “coquetel subjetivo contemporâneo” indica a necessidade de uma concepção transversalista da subjetividade, “que permita responder ao mesmo tempo a suas amarrações territorializadas idiossincráticas (Territórios existenciais) e a suas aberturas para sistemas de valor (Universos incorporais) com implicações sociais e culturais” (p. 13). Os questionamentos de Deleuze (2013b) em relação ao complexo de razões que ensejaram o maio de 68 francês também tocam na questão micropolítica (cuja ênfase está no desejo) e microfísica (cuja ênfase está no poder) correlativa às primaveras sociais contemporâneas:

Os acontecimentos que levaram a 1968 foram como o “ensaio” das três questões: Qual é a nossa luz e qual é a nossa verdade hoje? Que poderes é preciso enfrentar e quais são as nossas possibilidades de resistência hoje, quando não podemos nos contentar em dizer que as velhas lutas não valem mais? E será, acima de tudo, que não estávamos assistindo, participando da “produção de uma nova subjetividade”? As mutações do capitalismo não encontram um “adversário” inesperado na lenta emergência de um novo Si como foco de resistência? Cada vez que há uma mutação social, não há um movimento de reconversão subjetiva, com suas ambiguidades, mas também seus potenciais? (p. 123)

Os movimentos de *reconversão subjetiva* de que fala Deleuze são processos coletivos contrários à serialização subjetiva promovida pelo onipotente CMI. São, dessa forma, empreendimentos que buscam efetivar uma reapropriação da subjetividade ou dos modos de subjetivação, através da autonomização dos devires singulares, não mais aqui absorvidos pelo muro da subjetividade capitalística, mas afirmados “em seu caráter

---

<sup>141</sup> Em *O sujeito e o poder*, Foucault assinala: “Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a.” (FOUCAULT, in: RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 235).

específico e em seu traço comum, de modo a possibilitar sua articulação” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 59). Urde-se nesse gesto de recusa, e ao mesmo tempo de construção de novas subjetividades, o que Guattari denomina *revolução molecular*. Há sempre, entretanto, a possibilidade de um ponto de singularidade “ser orientado no sentido de uma estratificação que o anule completamente” (p. 60); mas há, também, a possibilidade de entrar em uma micropolítica que lhe situará em um processo de singularização.

A inflexão para a subjetividade na obra dos autores aqui convocados é uma estratégia deliberada de pensar o social e o político desde o desejo (caso de Guattari e Deleuze); e de pensar as relações do “si” com o poder e o saber, tanto no sentido de uma “objetivação”, quanto no de uma subjetivação (caso de Foucault). Apesar de suas particularidades teórico-metodológicas, é na *diferença* que forjam um ponto de intersecção para traçar um pensamento-resistência. Essa resistência encontra na crítica da representação um forte sustento, uma forma de demarcar insubordinação em relação à metafísica platônico-aristotélica. Ou seja: em vez de *representacionismo*, sobrepõe-se o *associacionismo* de um sujeito que se constitui no dado ou, como indica Alliez (1996) ao abordar o *agenciamento-Hume* em Deleuze, no fluxo do sensível — e acrescento: na variação contínua, na alteridade, na diferenciação.

Institui-se como atividade de caráter ético da diferença a liberação das multiplicidades onde há unificações, sendo a tradicional ideia de sujeito um desses focos totalitários. É, em suma, operar o *n-1* insistentemente alvitado por Deleuze e Guattari<sup>142</sup> (1995a); mas, igualmente, na esteira desse exercício, substituir o “É de unificação pelo E enquanto processo ou devir” (ALLIEZ, 1996, p. 19), obstruindo a passagem que permite ao ser um fechamento em si mesmo, uma identidade. Se se leva em consideração que, ao fazer isto, desarticula-se parte considerada estratégica da

---

<sup>142</sup> A filosofia de Deleuze e Guattari (1995a) assenta-se sobre uma dualidade primordial: o *arborescente* e o *rizomático*. A árvore diz respeito a um tipo de imagem do pensamento baseada em uma estrutura centralizada e hierárquica, forjada no sentido de um decalque do mundo (princípio da *decalcomania*). Um exemplo de *árvore* seria uma visão que considera o pensamento ou a linguagem como instrumentos de representação. Por outro lado, o rizoma, não sendo um modelo transcendente, caracteriza-se como um processo imanente, múltiplo e hiperconectivo, que opera por *desterritorialização*, criação de linhas de fuga. Fazer rizoma é empreender a subtração (n-1) do instituído, do calcinado em nome de uma multiplicidade que se espalha, prolifera, inventa mundos. O rizoma é um universo pragmático: através dele, pensamento, corpo, subjetividade e linguagem se interligam em um agenciamento de caráter complexo. Em vez do decalque, o rizoma tem por princípio o *mapa* ou a *cartografia*.

indústria de base do CMI, como expuseram Guattari e Rolnik (2013), conclui-se que disparar novos agenciamentos é, também, tarefa eminentemente política.

## 5 O AGENCIAMENTO-RNP+

Após esse debruçar-se sobre as narrativas teóricas que servem de alimento à cartografia, traçarei aqui um percurso sobre os agenciamentos que se produzem e se distribuem no *agenciamento-RNP+*.

Retomando o conceito de *conteúdo* tal como pensado por Deleuze e Guattari (1995a; 1995b; 2014), isto é, como um *agenciamento maquínico de corpos*, entendo que a Rede, como *ambiência institucional*, reporta a uma *forma*; enquanto seus participantes, os *redianos*, são a *substância* do conteúdo.

**Figura 5 - Agenciamento no plano do conteúdo na RNP+**

Forma de conteúdo: ambiência institucional
Substância de conteúdo: participantes da Rede ou “ <i>redianos</i> ”

Mas a essa primeira dimensão do agenciamento vem se articular uma segunda, de *expressão*, também designada como *agenciamento coletivo de enunciação*. E, nesse âmbito, pode-se distinguir uma *forma*, ou seja, atos de fala/palavras de ordem diversos que intervêm sobre uma *produção de subjetividade soropositiva*, enquanto substância de expressão.

**Figura 6 - Agenciamento no plano da expressão na RNP+**

Forma de expressão: atos de fala/palavras de ordem
Substância de expressão: produção de subjetividade soropositiva

Na seção introdutória, discuti o desencadeamento do processo de produção de subjetividade soropositiva em sua correlação com um conjunto complexo de expressões e conteúdos que compõem um *agenciamento-AIDS*. A biomedicina situa-se, aí, como um saber-poder estratégico na medida em que é com ela — como indicam Perlongher (1987) e Daniel (1991) — que a noção de *soropositividade* é instaurada. Mas, além da biomedicina e seu espectro de equipamentos — hospitais, centros de testagem, laboratórios, etc. —, no mundo social dessa patologia, figuram também as ONG/AIDS, como organizações que encampam serviços tais como “ajuda mútua”, “adesão” e “ativismo”.

Ora, no capítulo terceiro da dissertação, argumentei no sentido de que tais práticas coletivas tematizam agenciamentos produzidos pelo grupo em questão. Por exemplo, mobilizam-se na Rede *agenciamentos clínicos*, cuja função consiste em promover ressignificações do diagnóstico soropositivo; *agenciamentos disciplinares*, cujo foco volta-se para o monitoramento da adesão dos pacientes; e, por fim, *agenciamentos ativistas*, orientados para a luta e a defesa dos direitos humanos das pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Chama-me a atenção com mais ênfase o último desses agenciamentos, haja vista compor um determinado tipo de subjetividade coextensiva à soropositividade: o ativismo enquanto produção de subjetividade disparada pela *transformação incorporal* (DELEUZE, 2011b) promovida pelo diagnóstico HIV-positivo. Ao longo da minha habitação de campo em 2015, como já ponderei, este irrompeu como um vetor insistente, em virtude do privilégio que a administração desse grupo lhe conferiu. A seguir, descrevo os focos de manifestação desse *relevo* em meu pesquisar, analisando alguns dos atos de fala/palavras de ordem que interferem na sua confecção, para, em seguida, derivar em torno de outros agenciamentos.

## 5.1 RELEVO Nº1: O ATIVISMO

### 5.1.1 O agenciamento ativista

O ativismo enquanto *agenciamento* despontou pela primeira vez em meu diário de campo no texto escrito a propósito da reunião mensal do dia 14 de maio de 2015. Na ocasião, teci um comentário alusivo ao “tom militante” dos pronunciamentos de W. — um dos nomes mais frequentes em minhas redações de campo, visto ser ele um membro que, hoje, ocupa duas posições no *front* da RNP+/CE: a de coordenador administrativo estadual e, desde outubro de 2015, a de secretário nacional, sendo este último o cargo de maior proeminência na hierarquia da instituição. Em razão disso, W. acaba por se apropriar de consideráveis frações de tempo nessas “reuniões políticas”, como gosta de designá-las. Observando atentamente o modo com que se direciona aos demais membros da Rede, ponderei:

O tom da voz de W. é quase sempre de militância. Das oportunidades em que estive próximo a ele, não raro se mostrou muito indignado com o *status* de depressão das políticas públicas voltadas para as pessoas



vivendo com HIV/AIDS no Brasil, assim como com o modo com que elas vêm sendo executadas no estado do Ceará. **A maneira como vive sua soropositividade parece estar intimamente ligada, ao menos no presente, à subjetividade ativista.** Parece impressionar a todos quando, em tom de ameaça, ele diz que vai pôr “as cruzes da AIDS” novamente em frente aos palácios das gestões municipal e estadual para protestar contra o descaso da saúde. Ao dizer isto, faz referência a uma atividade que empreendera no ano de 2014 em frente à Secretaria de Saúde com o objetivo de interpelar o então secretário da pasta. A “performance” chamou a atenção dos grandes aparelhos da mídia jornalística local, fazendo com que o secretário recebesse os “representantes majoritários” da RNP+/CE em seu escritório. Acompanhei a repercussão do caso no *Facebook*, rede social onde sou amigo de W. [...] Dito isso, interessa-me rastrear o modo como ele “performa” sua **subjetividade ativista** e como essa subjetividade se relaciona com a sorologia positiva. Melhor dizendo: partindo do pressuposto de que, possivelmente, além de W., outras pessoas da Rede experienciam esse agenciamento, como se dá a produção de subjetividade ativista no espaço da Rede? Quais as condições para que um soropositivo venha a se subjetivar como um ativista? Que atos de fala /palavras de ordem instauram essa forma de vida produzida em torno da sorologia positiva? **(Fragmento do diário de campo do dia 14 de maio de 2015)**

A partir desse momento, o ativismo passa a figurar como um limiar de acesso à produção de subjetividade soropositiva no contexto dessa grupalidade. Quando designei por objetivo cartografar o território existencial da soropositividade, guardava, de certo modo, uma expectativa de guiar-me para as práticas de resignificação do diagnóstico soropositivo, tomando por referência a memória das minhas participações nos encontros anteriores, quando o “ser soropositivo” foi alçado ao estatuto de “tema” a ser problematizado explicitamente pelo círculo<sup>143</sup>. No ano de 2015, todavia, os *agenciamentos clínicos* não constituíram o foco medular das atividades do grupo, em virtude da ausência de projetos a subsidiar atividades de ajuda mútua, dispositivos de efetuação da “clínica” a que a Rede mais se atém.

No ano de 2015, em geral, as reuniões mensais foram arregimentadas tomando por estrutura a seguinte “programação”: recepção dos convidados – momento artístico do mediador – pronunciamento do coordenador W. – discurso dos *convidados* – oração e grito coletivo de “Viva a vida” – comensalidade. Em poucas ocasiões, Olívio incluiu na “pauta do dia” um momento de pergunta dos nomes dos participantes, de maneira que muitos destes entraram e saíram como anônimos do círculo “oficial”, amiúde mais direcionado para os atos de fala/palavras de ordem dos convidados — geralmente, políticos e gestores públicos “parceiros” da ONG — que para a “abertura” de canais de

---

<sup>143</sup> A exemplo da mediação da professora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) realizada no ano de 2013, a qual descrevi no tópico *Do aportar na Rede* no capítulo terceiro da dissertação.

vozeamento de seus próprios membros internos. Por vezes, diante da *mise-en-scène* costumeira dessas reuniões, visualizei-me em um programa de tevê categorizado como de “entretenimento” ou “informação”, em que os coordenadores/mediadores/convidados, com o microfone à mão, se subjetivam como “apresentadores”; enquanto os demais participantes desempenham o papel de “espectadores”, cujo comportamento nos encontros é, “grosso modo”, regulado por convenções disciplinares (FOUCAULT, 2013) que controlam ao mesmo tempo o silêncio e a fala de cada um.

A visão da maioria dos ativistas entrevistados, no entanto, mostra-se pessimista quanto aos motivos que impelem as pessoas à presença nas reuniões. Para eles, essa participação, em grande parte, correlaciona-se à busca por serviços de assistência mais “concretos”, tais como cestas básicas e bilhetes únicos; ou, ainda, visa à obtenção de informações específicas, como pontua Luan a propósito da seguinte pergunta:

**Cartógrafo: Como você enxerga o modo com que as reuniões são realizadas na RNP?**

**Luan: /.../** O público da Rede é muito pequeno. As pessoas que são da RNP são pessoas que tão ligadas a um grupo de jovens, a uma *Cidadãs Posit(h)ivas*, a uma questão política e realmente querem algum aspecto de melhoria. Mas existe um grupo mais aberto que só quer AS melhorias, vamos dizer assim. (Por exemplo) vai haver uma discussão sobre o Minha Casa, Minha Vida pras pessoas vivendo com HIV (+) AQUILO LOTA! “Nós vamos distribuir as cestas básicas no dia da reunião” (+) ENTOPE! Tá entendendo? E quando você diz “Vamos trazer o fulano de tal pra discutir a sorodiscordância”, o público já é bem mais reduzido. **(Entrevista no dia 1º de dezembro de 2015)**

Nesse fragmento, o ativista da RENAJAP faz alusão ao fato de que na reunião de julho — quando, a contrapelo da coordenação da RNP+, ele se fez presente —, compareceram ao grupo alguns representantes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR) a fim de traçar uma exposição dos critérios e procedimentos relativos ao *Minha Casa, Minha Vida*<sup>144</sup>, para cuja seleção, segundo a Lei nº 11.977/2009, têm prioridade famílias que possuam membros com doenças crônicas (HIV, câncer, hemofilia e cardiopatia grave). De fato,

<sup>144</sup> O *Minha Casa, Minha Vida* é “um programa do governo federal para, em parceria com estados e municípios, construir residenciais e diminuir o déficit habitacional nas zonas urbanas. As unidades habitacionais (UHs) são subsidiadas e as prestações e os órgãos financiadores são a Caixa Econômica Federal (Caixa) e o Banco do Brasil (BB)” (informação extraída de folder da Habitafor entregue a todos os presentes).

esse fator parece ter despertado o interesse dos redianos menos assíduos, haja vista o grande contingente de pessoas abarrotadas no pátio da Rede — aproximadamente 150 participantes se comprimiram nesse pequeno espaço no mês mencionado — para ouvir as palavras desses representantes da administração municipal.

Essa volatilidade ou assiduidade irregular do público nas reuniões, segundo W., deve-se a dois motivos: além da dificuldade de articulação de parcerias institucionais, também o desinteresse de uma maioria relativamente à incorporação do ativismo nos moldes do que este coordenador pratica, ou seja, um “ativismo militante” ou “ativismo de embate”, que implica, forçosamente, no desvencilhamento das prerrogativas de anonimato e de confidencialidade apreciadas pela carta de princípios da RNP+/Brasil.

**Cartógrafo: Quais são as maiores dificuldades para ser ativista nesse movimento?**

**W.:** Cara, nesse momento, eu lhe diria, Renan, que é a dificuldade de parceria. A dificuldade da parceria com a gestão. Porque não tem como militar no movimento AIDS se a gente não tiver ((não completa frase)). Não adianta a gente tá falando aqui de nós pra nós mesmos. Porque esse apoio é o que a gente já dá, porém na questão do ativismo como um todo, você precisa ter esse diálogo com a gestão, respostas que a gente busca após esse diálogo, e isso tem sido muito difícil, sabe?

**Cartógrafo: E internamente, quais têm sido os piores problemas pra ti? Os entraves?**

**W.:** Seria uma maior participação das pessoas, dos nossos membros. A gente não tem muito o apoio deles no momento da gente desenvolver realmente o ativismo. Nós somos muito poucos pro tanto de demanda, pra uma causa muito grande, de demandas enormes, e tem horas que acabamos ficando muito solitários, sabe? Embora se compreenda porque somos poucos: por toda a dificuldade da visibilidade que eles não querem, e que precisa ser respeitado. **(Entrevista no dia 26 de janeiro de 2016)**

A despeito de compreender o liame entre a epidemia social de AIDS e a resistência de grande parte do grupo para aderir ao ativismo de W., entendo que essa “solidão” a que se vê a coordenação é fruto de uma política densamente centralizada nas linhas molares de representação, o que pode ser visualizado diante da própria maneira com que as reuniões são organizadas. Nestas, como já adiantei no capítulo terceiro, privilegia-se o ato ilocucionário de denúncia como uma palavra de ordem indissociável do agenciamento ativista, sendo este, por assim dizer, um “privilégio” da coordenação,

deflagrando uma hierarquia entre “soropositividades ativistas” e “soropositividades não ativistas<sup>145</sup>”.

No tópico seguinte, extraído do diário de campo (12 de novembro de 2015) um relato em que descrevo um evento de mobilização ativista capitaneado por W., enquanto produtor de uma denúncia envolvendo o Hospital São José. A escolha deste relato, aqui, vem do fato de que abrange um feixe amplo de indícios dos modos através dos quais o ativismo é produzido a partir dessa liderança; condensando um elenco de pautas regularmente reivindicadas pelo grupo no ano da habitação cartográfica. A análise de um ato de fala em específico — “Socorro ao São José” — enfocará a tensão entre a molaridade e a molecularidade no desenrolar do agenciamento ativista produzido na Rede, tomando W., nesse ponto da cartografia, como sua manifestação mais “paradigmática”.

### **5.1.2 12 de novembro de 2015 – “Socorro ao São José”: o ativismo entre a molaridade e a molecularidade**

Em sua extensa fala, W. assumiu o mesmo tom de denúncia com que frequentemente revolve seus atos de fala; com a diferença, dessa vez, para o fato de que já não é somente coordenador da Rede em nível local, mas assume o posto de maior prestígio na instituição em âmbito nacional. Sendo bastante elogiado por Olívio — que, ao apresentá-lo, fez questão de mencionar as origens humildes deste “*cearense muito macho que peitou as estrelas do ativismo da AIDS no Brasil*”; e que, agora, irá reunir-se “*não mais apenas com a secretária de saúde de Fortaleza ou com o prefeito, mas com a presidenta Dilma Rousseff*” —, W., primeiramente, considerou importante agradecer a confiança investida em seu nome pelos redianos do Ceará, com cujo apoio irrestrito pôde contar no processo de postulação da Secretaria Nacional. Ele enfatizou ainda que não teria logrado tal sucesso sem a intervenção de uma ampla militância com a qual, desde o seu primeiro mandato, tanto na coordenadoria estadual quanto na regional

---

<sup>145</sup> A este respeito, ao ser perguntado por mim se vislumbra alguma diferença entre “ser ativista” e “ser militante”, W. respondeu que enxerga aí uma hierarquia de comprometimento, no sentido de que os militantes são aqueles cuja existência é relativa à própria inserção em um grupo HIV/AIDS; enquanto o ativista, segundo ele, “*é aquele que está ATIVAMENTE desenvolvendo as ações, que tá ali mais próximo, mais diário, mais permanente*”. Nesse sentido, ele se entende como ativista, e não como militante — designativo mais apropriado para os demais “representados”.

(quando ficou responsável pela representação da RNP+/Nordeste, de 2011 a 2013), tem alcançado muitas conquistas à custa de um robusto esforço coletivo.

Acerca do fato de ocupar esta posição, disse ele de maneira orgulhosa:

Não tem nenhum *dotô*, não tem nenhuma equipe com certificado (+) não tem nenhum W. aqui que fale bonito. Muito pelo contrário. Até porque a gente não precisa disso. A gente precisa dizer o que precisa. As palavras bonitas é pros doutores. Tem esse W. aqui que há 28 anos atrás fez a 5ª série lá em Tauá<sup>146</sup>, é essa a formação de W. Isso pra mim é motivo de orgulho, sabe?

Depois de entabular tais considerações em torno dessa “boa-nova” vivamente comemorada pelos membros presentes — cujas feições indicaram manifesto entusiasmo em torno de W. secretário; chegando ao ponto de uma senhora abancada a meu lado enunciar: “*Tenho a impressão de que W. ainda se candidata a vereador*” —, W. começou a elencar um feixe de pautas antigas, codificadas por ele como os *assuntos ruins*, muitos dos quais reivindicações que se alastram já há mais de dois anos.

Dirigindo-se a maior parte do tempo para os “convidados especiais”, que incluía representantes de mandatos legislativos estaduais e do município, o coordenador/secretário denunciou novamente: i) a carência de cestas básicas e de bilhetes únicos para as PVHA; ii) a dificuldade de visibilização do 1º de dezembro — institucionalizado como o dia mundial da luta contra a AIDS — junto ao Estado, que, até o momento, disponibilizou poucos subsídios (tais como transporte e refeição destinados às PVHA filiadas ou não à Rede) para a realização de intervenções na cidade; iii) a ausência de determinadas medicações para doenças oportunistas nos centros de tratamento de Fortaleza; e iv) a precária situação do Hospital São José, cuja reforma já perfaz o tempo de cinco anos; espaço onde, além disso, tem havido hiperlotação e casos de indevida acomodação dos pacientes, tratados, muitas vezes, nos seus corredores e pátios; e, por fim, onde há um tomógrafo comprado há quatro anos com recursos do PN-AIDS que, no entanto, nunca funcionou, impossibilitando a realização de exames neurológicos indispensáveis ao tratamento das PVHA.

Para chamar atenção dos presentes à decadência em que se encontra este que é o principal centro hospitalar do Ceará no tratamento da epidemia de AIDS, W. e alguns parceiros de coordenação produziram, em uma mesa do pátio, com vários exemplares de

---

<sup>146</sup> Município do interior do Ceará, localizado na região dos Inhamuns.

preservativos distribuídos pelo Ministério da Saúde, o ato de fala “SOCORRO AO SÃO JOSÉ”. Ao longo da reunião, ele tirou diversas fotos da mesa, publicando-as ainda neste mesmo dia em sua página no *Facebook*; marcando diversas pessoas com notoriedade pública para reverberar este grito-denúncia mídia afora — dentre eles, vereadores, deputados, pesquisadores e militantes pertencentes a diversos movimentos sociais de direitos humanos.

**Figura 7 - "Socorro ao São José": a denúncia como ato de fala ilocucionário**



Fonte: perfil de W. no *Facebook*

Como em um esquema dominó, o ato de fala da RNP+/CE, propagado via rede social por W., deflagrou como efeito perlocucionário (AUSTIN, 1990) a ação ou o fato de que, nesse mesmo dia, o deputado estadual Renato Roseno<sup>147</sup> (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL) realizou um pronunciamento em tom francamente indignado, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, divulgando as denúncias relatadas na reunião de hoje (dia 15 de novembro de 2015). Ao fim do discurso desse deputado, o presidente da sessão extraordinária enfatizou a gravidade da denúncia relatada pelo socialista, solicitando intervenção urgente da Secretaria de Saúde.

Ao fim da noite, já em casa, vejo que W. me marcou em uma postagem no *Facebook* com tal pronunciamento acompanhado pela seguinte legenda (sic.):

<sup>147</sup> Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ordem-do-dia/item/47470-1211wr-renato-roseno-od>> Acesso em: 12 nov. 2015.

“Deputado O Hospital São José Só O Papa Francisco Isto é Uma Vergonha Messssmo Para O Nosso Estado e A Morte Anunciada de Quem tem HIV”.

Não cabe a este trabalho calcular quais serão os impactos, em curto e em longo prazo, da amplificação desse ato de fala (“Socorro ao São José”) com força ilocucionária de denúncia no parlamento da Assembleia, porém é possível dizer deste enunciado que: i) atesta, nesse contexto, o poder performativo da linguagem (AUSTIN, 1990; OTTONI, 1998); e que ii) não atuando no sentido de uma palavra de ordem com vetor de sentença de morte (DELEUZE; GUATTARI, 1995b), projeta um grito de fuga prenhe de resistência: a brutal realidade e sua ordem de fatos entristecedores não intimida, mas potencializa a criação de enunciados e gestos que agenciam uma subjetividade em torno de uma luta.

Outro ponto que a enunciação desses atos de fala vem a tocar diz respeito à microsegmentaridade das linhas de força (DELEUZE; GUATTARI, 2012a). Apesar de entender que há nessa forma de agenciar o ativismo uma maior inflexão para a linha molar (da representação, da centralidade, da hierarquia), é necessário assinalar que esta não sobrevive sem uma segmentaridade de tipo flexível, que se orienta tanto para uma linha territorial enrijecida quanto para uma linha desterritorializada de fluxos. Como pontuam Deleuze e Guattari (p. 104),

Com efeito, cada vez que se pode assinalar uma *linha de segmentos* bem determinados, percebe-se que ela se prolonga de uma outra forma, num *fluxo de quanta*. E a cada vez pode-se situar um “centro de poder” como estando na fronteira dos dois, e defini-lo não por seu exercício absoluto num campo, mas pelas adaptações e conversões relativas que ele opera entre a linha e o fluxo.

A resposta do deputado aludido é mostra do efeito perlocucionário alcançado coextensivamente às mobilizações molares da coordenação, que envolvem as “estruturas visíveis de representação social, em nível do discurso político” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 156). Cumpre, no entanto, ressaltar a complementaridade entre o molar e o molecular no âmbito das formações grupais; a esse respeito, descrevem Guattari e Rolnik (ibid.):

Opor uma política molar das grandes organizações, presentes em qualquer nível da sociedade (micro e macro), a uma função molecular que considera as problemáticas da economia do desejo, igualmente presentes em qualquer nível da sociedade, não implica uma avaliação na qual o molecular seria o bom e o molar, o mau. Os problemas se colocam sempre e ao mesmo tempo nos dois níveis.

Tomando este excerto de *Micropolítica: cartografias do desejo* como fonte para pensar com os diversos tipos de agenciamento em jogo nesse sistema de referência, é possível afirmar que: em nível molar, há na RNP+/CE a atuação de um discurso emancipador com foco na garantia de políticas públicas para as PVHA; na escala molecular, porém, há forte tendência à reprodução acrítica de uma estrutura falocrática de Estado — para isso, é suficiente vislumbrar quais são aqueles que detêm a palavra no contexto “dominante” das reuniões — e seus nós de liderança, centralização e burocratização.

Mas no campo da molecularidade, também, se articula todo um rumorejo resistente de conversas afluentes, que, qual capim, brotam no concreto mais empedernido.

### 5.1.3 Burburinho

Conquanto haja, no modo como os encontros têm sido elaborados no presente, intensa centralização na figura do mediador, sempre há muita conversa informal e burburinho antes, durante e depois das mediações. É através desse rumorejo anárquico — a que, debalde, tentam controlar as lideranças por meio de chiados a conclamar silêncio<sup>148</sup> —, que se realiza parte de um *agenciamento clínico* recalcado pela organização atual, que tem concedido privilégio quase exclusivo aos assuntos políticos concernentes à relação RNP+/Estado.

Pude me aperceber da potência desse “ruído” tão frequente ao descentralizar minha audição da palavra reverberada no microfone, atentando para este conversar anônimo a abranger uma vasta constelação de pautas, como pontuei no seguinte comentário do meu diário de campo:

[...] no momento em que me distraí um pouco da importante e longa fala de W. que percorreu quase metade da reunião deste mês, meus ouvidos se conectaram a uma conversa alheia de duas senhoras abordando os tortuosos efeitos dos antirretrovirais, bem como a lastimável ausência destes medicamentos nos centros de tratamento (um dos principais temas aludidos pelo coordenador); mas também dei ouvidos para outro diálogo em que um senhor de meia idade comentou uma recente querela com o vizinho; e outro homem, mais jovem, disse ter ficado profundamente triste após se deparar subitamente com o ex-namorado antes da reunião. **(Fragmento do diário de campo do dia 12 de novembro de 2015)**

---

<sup>148</sup> Gesto que pode ser entendido como integrando um *agenciamento disciplinar*.



Delineou-se, nesse ponto, a ideia de que todo um **encontro** parece se realizar, sub-repticiamente, nas franjas da **reunião**. A princípio, não tomei nota disso por prefigurar que conversas paralelas são prosaicas e praticamente inevitáveis em ambientes com concentração expressiva de pessoas; nesse contexto, entretanto, esse ruído expressa um sintoma, uma vez que, além de buscarem se inteirar acerca dos assuntos políticos, há também expectativa dos redianos no sentido de uma partilha de experiências, de um relatar a si mesmo, de um maior contato e de uma potencialização dos *contágios* pela alteridade. A sensação que fica é de que é preciso muito pouco para ativar essa energia que se inscreve no invisível, de modo extraoficial — e imperceptível — à reunião.

Ao focar seu interesse nas matérias de cunho político-representacional, a coordenação da RNP+ dá mostras de uma abordagem e uma compreensão da subjetividade soropositiva como um *déjà-là* vaticinado na constatividade de um diagnóstico — em uma compreensão identitária e molar (DELEUZE; GUATTARI, 2012a) desta produção de subjetividade —, perdendo de vista a possibilidade de uma mirada estética e performativa que ponha em dimensão

[...] as relações com o espaço arquitetônico, as relações econômicas, a gestão entre o doente e os responsáveis pelos diferentes vetores de tratamento, a apreensão de todas as ocasiões de abertura para o exterior, a exploração processual das “singularidades” dos acontecimentos, enfim tudo aquilo que pode contribuir para a criação de uma relação autêntica com o outro. (GUATTARI, 1992, p. 17-18)

A escuta “clandestina” de tais conversas, porém, me impulsionou o desejo de também mirar para essas “subjetividades anônimas” que, tal como os *vaga-lumes* descritos por Didi-Huberman (2011) — seres cuja *lucciola*, ou luzes frágeis e erráticas, se contrapõem às grandes *luce* do transcendente ou do horizonte —, apontam para uma experiência minoritária de notável engenhosidade na arte de compor resistências, no seio mesmo do próprio presente. É por meio desses lampejos — ou, melhor dito, destes *ruídos* — que se faz irromper um processo de rizomatização no corpo de uma estrutura arborescente caracterizada por uma densa marca de “leadership” e hierarquização, como é o caso do grupo cartografado.

Esse barulho, ademais, é índice de que a dicotomia “apresentadores e espectadores” esbarra em um limite na organização das reuniões, em cuja trama

“subterrânea” se insinua um clamor de encontro. E essa minha percepção é contemporizada também pelos informantes Luan, Aline, Vânia e Olívio, para os quais falta à Rede potencializar sua porosidade, amplificar seus graus de escuta. Isso, com efeito, implica em uma outra tomada dos atos de fala/palavras de ordem, que não devem se voltar tão somente para a denúncia — enquanto ato ilocucionário de posição certamente estratégica na programação da reunião —, mas podem também mirar outros “contextos de mobilização”, para usar expressão frequentemente utilizada por Luan<sup>149</sup>.

#### 5.1.4 O ativismo em desalinho

Para além de W., também povoam a Rede outros tipos de ativistas. Estes, um pouco mais recuados da “linha de frente” desse “organismo<sup>150</sup>” grupal, atualmente, adotam uma postura crítica com relação à administração do coordenador. É o caso de Vânia e Aline, “porta-vozes” do *Movimento Nacional das Cidadãs Posit(h)ivas*<sup>151</sup> (MNCP), que, no Ceará, atua como um agrupamento coextensivo à RNP+.

À diferença da Rede, que focaliza apenas a política identitária da soropositividade, o MNCP tem como um de seus objetivos<sup>152</sup> a construção de uma identidade de mulheres com HIV/AIDS cunhada no exercício da cidadania. Ambos os

<sup>149</sup> Ao ser perguntado por mim sobre se via alguma diferença entre reunião e encontro, Luan afirma que sim, pontuando que, para ele, a “reunião” volta-se para o debate das “questões políticas”; enquanto o “encontro” trata-se de um “momento de escuta e troca”. Na distinção que realiza esse ativista, há uma crítica ao modo verticalizado com que as palavras de ordem — mesmo as de “fuga”, como, por exemplo, o “Socorro ao São José” — são emitidas na Rede, desconsiderando o “protagonismo” de movimentos internos como o das *Cidadãs Posit(h)ivas* ou do antigo grupo de jovens, que, sempre que propõem (ou propunham) outras formas de agenciar o ativismo, entram em colisão com a “tutela” da atual gestão.

<sup>150</sup> Em Deleuze e Guattari (2012a), o organismo opõe-se ao *Corpo sem Órgãos (CsO)*. Enquanto este conceito remete a uma corporeidade (individual ou coletiva) atravessada por um *continuum* intensivo — logo, experimentação, e não interpretação —, o organismo é “um fenômeno de acumulação, de coagulação, de sedimentação que lhe impõe [ao CsO] formas, funções, ligações, organizações dominantes e hierarquizadas, transcendências organizadas para extrair um trabalho útil” (p. 24).

<sup>151</sup> O *Movimento Nacional das Cidadãs Posit(h)ivas (MNCP)*, em Fortaleza, atua no mesmo espaço em que a RNP+. No ano de 2015, todavia, não possuía nenhuma sala específica para suas reuniões. Em 2016, por consequência de reivindicações internas, este grupo garantiu um espaço próprio para a realização de suas atividades.

<sup>152</sup> Segundo consta no site do *Movimento Nacional das Cidadãs Posit(h)ivas (MNCP)*, esse grupo tenciona: i) Atuar como rede em defesa e garantia dos direitos e controle social de política de saúde para mulheres; ii) Formar mulheres do MNCP nas temáticas: *direitos humanos, estigma e discriminação, saúde sexual e saúde reprodutiva, controle social de políticas públicas*; iii) Promover o fortalecimento individual e coletivo das mulheres que vivem com HIV e AIDS para atuação em ações de prevenção à infecção pelo HIV entre mulheres e na prevenção secundária contribuindo no controle da epidemia de HIV/AIDS no Brasil; e iv) Construir nas diversidades existentes no Brasil uma identidade de mulheres com HIV/AIDS cunhada no exercício da cidadania<sup>152</sup>. (Disponível em: <<http://mncpbrasil.blogspot.com.br/>> Acesso em: 2 fev. 2016).

grupos, portanto, tem como base uma política de corte molar, que, no entanto, como já observado anteriormente, também apresenta uma linha flexível a se engajar na molecularidade dos fluxos. No caso da RNP+/CE, essa molecularidade tende a ser revertida no sentido da hierarquia, de modo que todo vetor de mudança, como me apontou o ativista Luan, entra em colisão com a “tutela” da atual gestão. O interesse por entrevistar essas participantes do MNCP, assim como Luan (da RENAJAP), vem de uma inquietude cartográfica no sentido de rastrear em que medida esses outros agrupamentos contêm “vetores de desejo” que possam introjetar uma micropolítica de transformação da estrutura densamente molarizada deste grupo.

Vânia — uma das mais veteranas ativistas do movimento AIDS no Ceará, fundadora da RNP+/CE e atualmente liderança do MNCP<sup>153</sup> — mostra-se insatisfeita com o atual modo de organização da Rede. Para ela, o ano de 2015 se caracterizou por um certo sobrepujamento do grupo que coordena, entre outras razões, pela centralidade da presente gestão. Minha aproximação com ela se deu nos instantes finais da cartografia, quando me interessei por conhecer mais a fundo esse agrupamento feminino, tendo seu nome despontado como uma possibilidade de interlocução mais imediata, porquanto fosse ela a representante de maior visibilidade do MNCP.

Apesar de se dizer amiga de longa data do coordenador, Vânia reconhece certa tendência à verticalidade em sua administração. Pontua ela, todavia, que este é um sintoma organizacional que acomete a Rede não somente em esfera local, mas também nacional. Resoluta e de humor leve, ao ser questionada por mim sobre o tipo de liderança predominante do movimento AIDS, ela aquilata: “*Machista e gay (risos). Só tem uma mulher na coordenação nacional, e ela quase que não entra*<sup>154</sup>”. Ela complementa relatando um episódio de um evento nacional a propósito dos trinta anos da epidemia no Brasil em que ela e outras mulheres se recusaram a participar das atividades como coordenadoras, uma vez não tendo sido convidadas para compor nenhuma mesa redonda enquanto “mulheres vivendo com HIV/AIDS”:

**Vânia:** Então, assim, por acaso dos trinta anos de epidemia de AIDS, nós fomos convidadas, mas na hora de apresentar a mesa (alguém disse): “Vamos! Vocês, mulheres, vão coordenar a mesa”. Ai eu disse: “NEGATIVO! Eu não me levanto do meu lugar pra coordenar mesa de seu ninguém, procure uma

<sup>153</sup> Em não tendo sido possível, por conta do cronograma da pesquisa, acompanhar qualquer atividade das *Cidadãs*, optei por entrevistar duas de suas participantes mais influentes: além de Vânia, Aline.

<sup>154</sup> Entrevista realizada no dia 1º de dezembro de 2015, em uma padaria bastante movimentada da Praça do Ferreira.

outra pessoa pra coordenar a mesa”. Lá na programação não tinha nome de nenhuma mulher, aí você olha homem homem homem /.../ **(Entrevista realizada no dia 1º de dezembro de 2015)**

Pela veemência com que o enunciado “NEGATIVO” foi exclamado pela ativista, vi se delinear, a princípio, um ato de fala/palavra de ordem em disposição de *fuga*, no sentido de uma resistência à sujeição, indo ao encontro da ideia assinalada por Foucault (2014c, p. 104) de que “onde há poder há resistência<sup>155</sup>”. Constatei logo em seguida que, a despeito de empreender esses gestos de revide, Vânia mostra-se entristecida com relação às pequenas disputas de poder que se gravaram sobre a prática ativista de verve militante<sup>156</sup>. Esse sentimento fica bem manifesto quando, ao ser questionada acerca de como se enxerga nesse movimento no presente e no porvir, ela responde: “*Acho que me vejo afastada, penso seriamente em me afastar. Não sei te dizer exatamente agora, mas é um sentimento muito ruim que a gente sente /.../*”.

Vivendo com HIV há 22 anos, ela é testemunha (sobre)vivente das várias transformações por que passou a epidemia ao curso dos anos no Brasil: desde o período em que ainda não se dispunha de medicação, até a “implementação nacional da distribuição gratuita e universal dos ARVs na rede pública” (GALVÃO, 2002, p. 14) no ano de 1996. O ativismo, segundo ela, veio como uma forma de afirmação da vida, de *enfrentar* — para utilizar uma metáfora militar — a “morte civil” (DANIEL; PARKER, 1991) e o estigma como palavras de ordem em *sentença de morte* (DELEUZE; GUATTARI, 1995b). É como se, àquela angustiante época pré-antirretroviral, este agenciamento dissesse muito mais de uma *subjetivação* (DELEUZE, 2013b) que de uma *produção de subjetividade* (GUATTARI; ROLNIK, 2013). Em nossa conversa, ela rememora uma das primeiras manifestações de que participou enquanto ativista no ano de 1996, enfatizando, com alguma nostalgia, o maior comprometimento dos militantes de outrora:

---

<sup>155</sup> “Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, *um* lugar da grande Recusa [...]. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis [...] por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder.” (FOUCAULT, 2014c, p. 104).

<sup>156</sup> Designo por prática ativista de verve militante o trabalho que tem, até esse momento, W. como principal referência. Ao longo da cartografia, porém, como se verá, o conceito de ativismo é deslocado para outros agenciamentos, tais como o agenciamento clínico e o agenciamento artista.

**Vânia:** Eu lembro que, em noventa e seis, nós nos juntamos e fomos pro Cambeba<sup>157</sup>, tudo com cara pintada, de máscara quem não queria aparecer (+) fomos pro Cambeba fazer manifestação, lutar pelos direitos das pessoas vivendo. A gente ia pra Praça da Bandeira, pra Praça José de Alencar, tudo isso tinha manifestação e os meninos tavam lá, era uma aglomeração de pessoas maiores, apesar de ser menos pessoas. Mas a gente não ia lá pra dizer que tinha HIV, a gente ia lutar, a gente levava faixas e cartazes. Hoje em dia a gente convida quatrocentas, aparecem quinze pessoas /.../ **(Entrevista realizada no dia 1º de dezembro de 2015)**

O ativismo da AIDS, possivelmente, começou a ser capturado por uma produção de subjetividade serializada a partir da instauração do que Valle<sup>158</sup> (2002) chama de uma *lógica do trabalho*, caracterizada pela incorporação de um “processo contínuo de institucionalização racionalizada e formação burocrática”, quando o *profissionalismo* “tornou-se um valor muito sedimentado e uma trajetória a ser buscada” (p. 196). Vânia menciona que, pouco antes da fundação da RNP+ no Ceará, participou de um “curso de liderança e ativismo”, tecendo o seguinte comentário a propósito dessa formação:

**Vânia:** /.../ a gente aprendeu a como se colocar no lugar de outra pessoa, a conversar com uma pessoa que está se descobrindo vivendo com HIV, como é o sentimento da pessoa, isso em noventa e três a gente não tinha isso., quando eu me descobri eu não tinha isso. **(Entrevista realizada no dia 1º de dezembro de 2015)**

Com efeito, tal curso não privilegiava unicamente o *ativismo militante* — até agora, como argumentado a partir de W., uma produção de subjetividade cujo ato de fala mais indicativo é a denúncia —, mas também, como ilaciono a partir das descrições de Vânia, engajava “o ativista” em um agenciamento clínico. Nesse sentido, passam a também integrar o universo ativista outras palavras de ordem, as quais reportam à discursividade da psicologia comunitária e da literatura de autoajuda, como se pode depreender do fragmento a seguir em que Vânia passa a falar de sua antiga experiência enquanto voluntária de centros de testagem, quando se propunha a conversar com pessoas com recente diagnóstico positivo para HIV:

**Vânia:** Olha, quando eu tinha vinte e dois anos, que eu descobri (ser soropositiva), eu não tinha ninguém pra conversar, eu tinha aquele pessoal ali,

<sup>157</sup> Refere-se ao antigo Palácio do Cambeba, em Fortaleza, onde se localizava a sede do governo estadual do Ceará.

<sup>158</sup> Quando fala em uma *lógica do trabalho*, Valle (2002) faz alusão ao seu percurso etnográfico no grupo Pela Vidda (RJ), nos anos 1990. Aplico este conceito aqui, pois entendo como útil para descrever os processos molares (burocratização, hierarquia, centralização e liderança) impregnados no agenciamento-RNP+/CE.

os profissionais ((simula discurso de médico)) “porque você vai ter que vir pro hospital, vai ter medicação, vai ter que vir aqui”. E o que eu escutava? “Você só tem TRÊS SEIS MESES de vida”. Olha só a loucura! Quem tinha desespero, meu filho, tentava se matar, fazia qualquer coisa. Hoje em dia, não. Você tem toda uma metodologia que você pode usar pra conversar com essas pessoas, e no primeiro momento de desespero da pessoa você tem que usar isso ((simula conversa com pessoa que se descobriu soropositiva há pouco tempo)) “Olha há quantos anos eu tô aqui? Se você quiser conversar, eu posso lhe escutar totalmente, a gente silencia, eu silêncio e só escuto, mas se você quiser escutar um pouquinho”. Aí eu vou lá e falo, falo, falo. Tem hora que quando a pessoa fala, sai rindo. Depois quando volta dois três meses (+) quando você encontra essa pessoa, e que você a chama pelo nome, a pessoa olha assim pra você ((com ar de admirada)) “você lembrou do meu nome?”. **(Entrevista realizada no dia 1º de dezembro de 2015)**

Essa outra feição do ativismo, mais voltada para a *clínica*, é apontada pelas outras lideranças como um agenciamento atrofiado pela prevalência do discurso militante enquanto estratégia unívoca de “fazer política”. Em conversa que travamos nos meses de outubro de 2015 e janeiro de 2016, o próprio W. reconheceu sua predileção pelo que designa como “atividades políticas”: defesa dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS e proposição de políticas públicas direcionadas a essa população.

**Cartógrafo: W., pra você quais são as principais atividades realizadas pela RNP+ na sua gestão?**

**W.:** Rapaz, eu acho que é o apoio que eu tenho tentado, e acho que conseguido pra algumas pessoas, em relação àquilo que elas mais precisam, embora alguns não consigam visualizar. Mas na visão da RNP, o que elas mais precisam é de um apoio em relação à questão da assistência. E aí acho que a gente tem conseguido isso de buscar apoiar elas, o membro e o não membro. No momento que a gente tá aqui falando, dialogando, tentando melhorar a qualidade de vida delas (+) pelo que a gente busca, junto à gestão, eu acho que isso tem sido o apoio maior que a gente tem conseguido dar, que tá dentro do nosso papel. Acho que é esse apoio, e é um apoio que entra várias coisas. Mas aí eu nem colocaria como o apoio político, é o apoio que vai pra elas numa resposta que vai beneficiar a qualidade de vida delas, numa coisa bem geral. **(Entrevista realizada no dia 26 de janeiro de 2016)**

As atividades de ajuda mútua, tidas como “apolíticas” na visão do coordenador, restam sob o encargo de Olívio, coordenador de pauta do grupo, mediador dos encontros e membro encarregado pela escrita de projetos para submissão em editais. O *agenciamento artista*<sup>159</sup> suscitado por este rediano, de fato, instaura uma mobilização micropolítica singular na ambiência institucional das reuniões, na medida em que se conecta a atos de fala/palavras de ordem de outro tipo. Esse tipo de agenciamento

<sup>159</sup> O *agenciamento artista* constitui o *relevo n° 2* dessa cartografia.

parcialmente desalinhado em relação à segmentaridade dura (DELEUZE; GUATTARI, 2012a) correspondente à atual forma de organização da Rede, no entanto, não se encontra pulverizado em relação ao grupo em geral, uma vez estando restritamente centralizado na figura do mediador. Argumentando nesse sentido, Luan reclama maior criatividade ao ativismo da Rede, lançando mão de um conceito deslocado de *saúde*, que não se deduz tão somente pelo antagonismo com a correlata *doença*, mas diz de algo a ser agenciado coletivamente por meio de estratégias diversas.

**Cartógrafo: Mas no âmbito do movimento AIDS, o que seria mais difícil no que se refere a esse engajamento, no sentido dos jovens se engajarem, se identificarem com a militância, com o ativismo? Quais são os maiores obstáculos?**

**Luan:** O maior desafio é (+) qual o maior desafio da RNP? A RNP centraliza muito os recursos da Rede, os proventos que vêm do estado e do município. Por exemplo, vai ter um edital, a RNP só se concentra nesses editais que são mínimos pra demanda que a RNP tem. Se nós tivéssemos uma coordenação da RNP que pensasse mais no social, no social mesmo, no intuito de trazer cursos, no intuito de fortalecer o protagonismo juvenil e outros protagonismos. O que acontece é que W. está muito centralizado na temática política pública da saúde. E a gente sabe que HIV não é só saúde. A gente sabe que são vários outros contextos. Você não vai discutir política pública pras PVHA só focando a questão da saúde, doença no caso ((risos)). Saúde é uma coisa mais ampla.

**Cartógrafo: Saúde pode ser cultura também?**

**Luan:** SIM. Eu já disse assim: “W, vai abrir o edital da PETROBRAS, vamos pleitear esse edital? É um milhão!”. Eles já tentaram uma vez e não ganharam por quatro pontos, então na segunda talvez eles ganhassem. O que ele respondeu? Que não vai discutir políticas públicas com a PETROBRAS, vai discutir com o município e o estado ((risos)) /.../ **(Entrevista realizada no dia 1º de dezembro de 2015)**

Como se vê, para Luan, a Rede confere um foco exacerbado na discussão da doença em si, no HIV pelo HIV. Politicamente, essa postura deflagra como consequência certo ensimesmamento deste grupo, que, salvo pontuais exceções<sup>160</sup>, estabelece poucas parcerias com outros movimentos sociais. As pequenas disputas de poder, para ele, assim como para Vânia, são um *afecto triste*, na medida em que implicam em uma diminuição da potência de agir. Conforme Pelbart (2008, p. 1), essa discussão espinosana dos afectos abre para um vultoso problema ético:

[...] como é que aqueles que detêm o poder fazem questão de nos afetar de tristeza? As paixões tristes como necessárias ao exercício do poder. Inspirar paixões tristes — é a relação necessária que impõe o sacerdote, o déspota, inspirar tristeza em seus sujeitos. A tristeza não é algo vago, é o afecto enquanto ele implica a diminuição da potência de agir. Existir é, portanto,

<sup>160</sup> No Ceará, a RNP+/CE tem parceria com a ONG *Fábrica de Imagens*, voltada para a produção de mídia independente focando a população LGBTTT.

variari em nossa potência de agir, entre esses dois polos, essas subidas e descidas, elevações e quedas.

Aumentar a potência de agir, no âmbito desse “corpo” grupal, implica em arrastar para o “centro” do círculo toda a ordem de acontecimentos que se agenciam nas suas franjas sob a matéria informe do já mencionado *burburinho*: o humor, a conversa informal, a jocosidade; mas também o diálogo sobre temas outros que atravessam a vida soropositiva, como a sorodiscordância, o sexo, o amor, etc.

**Aline:** Quando a gente está entre a gente, a gente fala muito em sexo.

**Cartógrafo:** Isso é ótimo!

**Aline:** A gente fala muita sacanagem, a gente brinca muito entre a gente. A gente esquece o lado sério.

**Cartógrafo:** Na RSP<sup>161</sup>?

**Aline:** Não, na RNP. Quando a gente tá só entre a gente, só nós da *irmandade*, a gente brinca muito, tira onda da cara do outro. Não fala de trabalho, só da gente. **(Entrevista realizada no dia 10 de dezembro de 2015)**

Para essa representante do MNCP, o ativismo também pode se apropriar do “informal”, sem prejuízo para a prática “política” molar. Aliás, o que é consensual para ela, Vânia e Luan, é que há também uma política urdida no encontro enquanto “reunião menor”. É preciso abrir o corpo da Rede para esse desejo enquanto produção de real social (DELEUZE; GUATTARI, 2010a), o que passa pela contemplação de que o que possivelmente impele as pessoas a frequentarem a Rede não é somente uma expectativa em torno do recebimento de produtos de assistência, como cestas básicas ou bilhetes únicos, mas também uma expectativa pelo *encontro*, como bem indica Olívio no seguinte fragmento de nossa entrevista:

**Olívio:** /.../ a pessoa ali tá querendo é (+) até mesmo se divertir ((risos)) tem gente que vai ali perguntando se nas reuniões da Rede tem condições de arranjar namorado ((risos)) ou namorada ((risos)) pra você ver como é que é a expectativa das pessoas que as pessoas têm, né?

**Cartógrafo:** A expectativa do encontro, né?

**Olívio:** É você encontrar com pessoas na mesma situação. **(Entrevista realizada no dia 11 de dezembro de 2015)**

Nas lentes micropolíticas do cartógrafo, esse comentário se projeta à revelia do *clichê* reiterado pela maioria das lideranças entrevistadas de que “as pessoas só estão na Rede por conta das cestas básicas”. A esse clichê — que nada mais é do que um ato de

<sup>161</sup> Refere-se à Rede de Solidariedade Positiva (RSP), grupo de que também participa.



fala/palavra de ordem instaurador de uma determinada *redundância*<sup>162</sup> de significado e de subjetividade relativamente ao perfil do “participante” atual ou possível da ONG — subjaz uma visão engessada em torno da Rede, como um grupo inarredavelmente constringido a ser um mero “escoador” de subsídios doados pelo Estado. Negligenciase, com isso, o potencial de composição permanente do grupo — pois, como bem lembra Latour (2005), não existem grupos *em si*, apenas formação de grupos —, a partir dos encontros e das singularidades que estes podem produzir. Essa percepção se encarnou em mim ao cabo da reunião relatada no tópico 5.1.2, quando, findos os rituais formais, a maioria dos membros correu à mesa para colher os preservativos que desenhavam o enunciado “Socorro ao São José”, gerando um instante de humor que se sobrepôs ao privilégio das palavras de ordem hegemônicas da reunião, de modo a produzir uma singularidade, ainda que fracamente luminosa, como os *vaga-lumes* descritos por Didi-Huberman (2011) em seu brilho intermitente, nômade e improvável.

Após a oração do Pai Nosso e o ritualístico “Viva a vida”, grande parte dos membros presentes correu para a mesa onde estava escrito o ato de fala “Socorro ao São José” para apanhar os preservativos do Ministério da Saúde. Tal fato gerou um instante de graça no pátio, sobretudo quando uma mulher idosa disse “*Hoje a noite vai ser boa*” — referindo-se à grande quantidade de camisinhas armazenadas em sua bolsa — para o grupo que se formou em torno da mesa. A situação provocou risos gerais àqueles que a divisaram. De fato, pode-se dizer deste momento que guardou mesmo algo de risível. Ocorreu-me que o que possivelmente tenha se avultado aí como elemento cômico tenha sido a estranheza gerada diante de uma real vida sexual ativa em uma senhora de idade tida como “avançada” para os padrões cronológicos socioculturais. Não me é possível afirmar com acuidade se houve por parte da enunciativa alguma intenção galhofeira; todavia, dessa debandada massiva para a mesa no pós-reunião, e do próprio comentário aleatório de tal “mulher vaga-lume”, é possível dizer que esboçou um agenciamento singular em que a *sexualidade*, não sendo obliterada, desponta, aqui, como elemento reluzente. Uma vibratibilidade dos corpos — para fazer uso de um termo bem caro à Rolnik (2014) — arrebatou o espaço privilegiado da burocracia que até pouco tempo imperava, fazendo cintilar nesse espaço físico uma luminosidade, ainda que de temporalidade fugaz. Outros atos de fala desterritorializam, fazem rizoma, forjam realidades singulares.

Nesse encontro com a camisinha, produziu-se uma *outra* subjetividade.

---

<sup>162</sup> Pontuei, na seção *Atos de fala como palavras de ordem: sentença de morte e grito de fuga*, que, para Deleuze e Guattari (1995b), a relação entre o enunciado e o ato é de *redundância*, ou seja, é interior e imanente. Para estes autores, cumpre sublinhar nesse momento, a redundância assume duas formas: *frequência* (referente à significância da informação) e *ressonância* (referente à subjetividade da comunicação).

### 5.1.5 *Whatsapp*

Em uma das minhas derradeiras visitas de campo, quando já me preparava para um desembarque, fui convidado por Helena para participar do grupo virtual da RNP+/CE no aplicativo *Whatsapp*. Essa participante da pesquisa mostrou-se muito entusiasmada com relação ao uso dessa ferramenta, pois, como me anunciou, o grupo estaria muito engajado na movimentação desse outro espaço. Vislumbrei com esse convite alguns sinais auspiciosos. Primeiramente, o convite em si se dimensionou como uma resposta alvissareira relativamente à minha intervenção no grupo: o gesto de Helena como um índice de afecção por este projeto de que ela participa como uma voz. Além disso, essa outra forma de existencialização da Rede também despontou como possibilidade de divisar aí um espaço de *encontro* a se diferenciar do espaço-tempo centralizado das *reuniões*, suscitando outras formas de convivência e de interação.

A novidade de que Helena me pôs a par causou-me curiosidade na medida em que fiquei interessado por saber se haveria aí, de fato, uma *desterritorialização*. Não apenas, evidentemente, uma desterritorialização física, visível, mas também um processo agenciado no nível da molecularidade, do invisível. Urdir-se-ia aí um deslocamento da centralização administrativa — com efeito, também uma centralização do lugar de fala — correspondente a uma quebra do *ritual* enquanto uma das formas de rarefação da *ordem do discurso* sobre que fala Foucault (2012)? Como assinala este filósofo,

[...] o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. (p. 37)

Lamentei apenas que meu contato com essa materialidade tenha se travado nos instantes finais da habitação de campo, visto que, logo após minha inserção nessa comunidade virtual<sup>163</sup>, constatei que se tratava aí de um potente foco de exploração para

---

<sup>163</sup> Soube por intermédio de Helena que o grupo da RNP+ no *Whatsapp* havia sido aberto há poucos meses, tendo se ampliado a praticamente toda a ONG exatamente no mês de novembro, quando fui inserido nessa comunidade virtual. De fato, causou-me estranheza o fato de W. ter parado de postar informes específicos para os redianos em seu perfil no *Facebook*, usado muitas vezes para fins

a cartografia. Após o pedido de Helena, sem qualquer hesitação, W. me adicionou nesse (ciber)espaço no dia 29 de novembro de 2015. Por ocasião da aproximação do Dia Mundial da Luta Contra a AIDS, vários ativistas da RNP+ são requisitados para conferências em instituições como escolas, empresas e meios de comunicação. Este costuma ser, portanto, um período bastante agitado na Rede. A seguir, extraio do diário de campo um relato em que descrevo e analiso uma querela interna que se desencadeou no grupo em virtude da visita solitária que Nelson, uma das lideranças que atuam junto a W. na coordenação, realizou em uma escola pública de Messejana, bairro de Fortaleza, situando-se como “representante” de toda a RNP+/CE. A ausência de comunicação acerca de tal atividade deflagrou certo mal-estar no *Movimento Nacional das Cidadãs Posit(h)ivas* e em alguns jovens remanescentes do antigo “grupo de jovens”, especialmente Samuel, que se sentiu negligenciado pela coordenação. Todos esses membros gostariam de ter participado de tal atividade enquanto pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Ver-se-á que, no contato com esse dispositivo virtual, há um certo afrouxamento da hierarquia e do ritual “representantes/representados” que caracteriza a organização das reuniões mensais. Com isso, aqueles que se posicionam mecanicamente na condição de “representantes” têm esse estatuto interrogado por palavras de ordem no sentido de uma *fuga* — as quais desvirtuam a *sentença de morte* estabelecida pelo esquema da representação como uma espécie de “consenso inquestionável” — tramada por atos de fala de caráter contestatório. Desmancha-se, a partir dessa tensão, uma visão unificadora expressa sob o predicado generalista de “pessoas vivendo com HIV/AIDS” pleiteado por essa instituição, em favor de uma mirada que a aborda enquanto uma grupalidade multivocal, onde coabitam diferentes perspectivas e subjetividades em torno da experiência soropositiva.

#### 5.1.5.1 30 de novembro de 2015 – contestação e resistência

Às vésperas do dia mundial da luta contra a AIDS, os redianos encontram-se em estado de muita excitação. É o que é possível afirmar a partir desse primeiro contato com o grupo pelo *Whatsapp*. Diferentemente da emissão verticalizada de palavras de

---

institucionais. Essa parada justifica-se, como depois vim a saber, pela aderência massiva dos redianos àquele aplicativo de comunicação para *smartphones*.

ordem proferidas pela “linha de frente” — sintonia habitual das reuniões mensais —, aqui há maior democratização no acesso à palavra, de modo que muitos daqueles cuja permanência sob o signo da invisibilidade e do anonimato é reforçada a cada reunião mensal atinam, nesse espaço, canais de visibilização, vozeamento e, também, de resistência.

Exemplo disso é o conflito que se instalou nesse dia a propósito de uma postagem de Nelson, em que este comenta a visita que realizou em uma escola de Messejana como parte de um trabalho de caráter voluntário que exerce junto à Secretaria de Saúde.

**Figura 8 - Postagem de Nelson no Whatsapp**



Fonte: grupo da RNP+/CE no *Whatsapp*

Em resposta à postagem de Nelson, um membro mais esporádico das reuniões, Samuel, teceu o seguinte comentário<sup>164</sup>: “*Foi só o Nelson? Cadê os outros Jovens?*”. De imediato, Nelson lhe replicou: “*Quais Jovens Samuel Os Outros Jovens Só se Apresentam em Eventos*” (em tom de pergunta). Samuel disse então: “*O grupo de jovens acabou mas não quer dizer que não se reúne*”; “*Por que você não inclui os outros... Eu o José entre outros?*”; “*Será que o problema com o Luan foi tão sério que respingou nos outros e acabou atrapalhando um trabalho que seria muito bom para a*

<sup>164</sup> Não é possível inserir os *screenshots* de todo o diálogo no *Whatsapp*, pois é frequente na conversação a remissão aos nomes próprios dos interactantes, à guisa de vocativo, de modo que tal exposição acarretaria na quebra da confidencialidade dos membros da Rede.

*rede?*; “Mas não retiro o que disse pois sempre parece que só existe o Nelson como Jovem no Movimento falo não só por mim e isso afasta cada vez mais os jovens”.

Exponho os fragmentos de tal conversação — que se espalhou ainda por algumas horas, parecendo por fim ter resvalado em um aplacar das animosidades aí incitadas —, pois ela é índice da insatisfação de alguns membros com relação à política centralizada da atual gestão. Prova de tal cisma — ativada diante da ida “solitária” de Nelson à escola de Messejana, sem realização de convite aos demais colegas, postando-se supostamente enquanto “representante” não só de todos os jovens, mas também dos outros “perfis identitários” da Rede (mulheres, idosos, *gays*, transgênero etc.) — é o fato de que também se mostraram desprivilegiadas mulheres pertencentes ao movimento das *Cidadãs Posit(h)ivas*, como é o caso de Aline e Vânia. Elas reclamaram maior atenção ao grupo que articulam coextensivamente à RNP+/CE, manifestando interesse de participação em tais atividades de conscientização nas escolas públicas.

O que mais desperta minha curiosidade no evento em narração diz respeito aos movimentos de desterritorialização disparados pelo *encontro* dessas subjetividades com esse dispositivo. Pode-se dizer, tendo por base o recente contato que tenho tido com o grupo por meio desse suporte, que outra tomada dos atos de fala/palavras de ordem é aqui operada. E isso a que se pode denominar *resistência* não se processa apenas na produção de uma contestação remetida à “alta cúpula” — como o fizeram Samuel, Vania e Aline —, mas diz respeito também à reivindicação de outros *modos de estar* e de agenciar a vida coletiva nessa ONG.

Sentindo-se potencialmente mais libertos de certa ordem de grilhões burocráticos e hierárquicos que os aprisionam no contexto das reuniões, muitos membros de comportamento mais tímido na sede da RNP+ mostram-se mais desinibidos no espaço virtual, expressando-se com maior regularidade. Tais formas de expressão vão desde a postagem de mensagens de estímulo, videoclipes no *Youtube*, *selfies* e piadas; conselhos e comentários sobre o tratamento; e assuntos de talhe político-institucional, tais como carências no sistema único de saúde (SUS) e o descumprimento de políticas públicas pelas gestões municipal-estadual etc. Uma justificativa possível para esse “relaxamento de conduta” é a ausência de qualquer mediação no âmbito dessa plataforma digital, descentralizando a organização arbórescente em favor dos processos rizomáticos. A molecularidade ganha novos *fluxos*

*de quanta* — “fluxo mutante, convulsivo, criador e circulatório” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 104) — a remanejar o segmento “bem circunscrito” que aparta representantes e representados. Nessa quebra momentânea do *ritual* discursivo (FOUCAULT, 2012), as subjetividades saem do limiar do anonimato para o do protagonismo, mesmo que por um instante efêmero; ou seja, nesse contexto, a figura do “líder” tem, em certo grau, sua autoridade questionada por atos ilocucionários em tom contestatório. O contato com tal ferramenta parece fomentar a verbalização das tensões latentes nos momentos das reuniões, quando não houve — neste ano, pelo menos — qualquer situação em que o “núcleo duro” da RNP+ foi questionado por submeter os processos moleculares a uma densa centralização.

### 5.1.6 Soropositivos e soronegativos

Assinala Valle (2002) que, desde a sua fundação, em 1995, a RNP+/Brasil fundamenta-se por uma política identitária assentada na categoria de “pessoas vivendo com HIV e AIDS”. O “vivendo com”, nesse caso, deve ser lido de modo literal, pois a filiação de qualquer pessoa a esse grupo encontra-se implicada à comprovação médica da sorologia positiva. Foi pela militância em torno desse protocolo que membros dissidentes do Grupo Pela Vidda (GPV) romperam com essa ONG/AIDS fundada nos anos 1980 por Herbert Daniel para criar a RNP+. Para o GPV, o significado de “pessoas vivendo com HIV/AIDS” era deslocado para a ideia de convivência e solidariedade, não invocando uma mobilização identitária guiada para a experiência soropositiva.

O Grupo Pela Vidda-Rio foi criado quando as ideias de solidariedade estavam circulando com força. Como foi idealizado e criado justamente por Herbert Daniel, sua ideologia era marcada pelos discursos de solidariedade, questionamento da morte civil e destacando os significados e práticas de *vida* e do *viver com AIDS*. Enfatizava uma ideia harmônica de unidade a partir de um objetivo comum: a luta contra a AIDS. Queria envolver todos os brasileiros em termos de uma *consciência política* a favor de sua saúde e contra o impacto da AIDS. A *solidariedade* deveria ser invocada por *pessoas vivendo com HIV e AIDS*. No caso, o Grupo Pela Vidda dava um significado muito particular para tal categoria unificadora, que incluía pessoas soropositivas e seus “amigos, parentes, parceiros e todos aqueles que achassem que seu cotidiano estava afetado pela epidemia” (GPV, 1989). Assim, a ONG era aberta a todos os participantes, desconsiderando o *status* sorológico. [...] Nesse sentido, o GPV não era um *grupo de soropositivos*. (p. 194-195)

Na metade dos anos 1990, relata Valle em seu trabalho etnográfico, a política não identitária do GPV passou a ser internamente questionada. Com isso, a

*representatividade* foi posta no centro dos debates sobre o viver com HIV/AIDS, na medida em que muitos membros soropositivos começaram a problematizar o fato de soronegativos ocuparem posições políticas ou funções de trabalho na instituição:

Os membros soronegativos eram criticados por sua mobilidade profissional (*carreirismo*). Eram considerados apenas como simples *funcionários*, que, assim, não estavam associados sinceramente à ONG, mas, ao contrário, ganhavam salários por conta do sofrimento dos soropositivos. As acusações referiam-se normalmente à seleção de membros soronegativos como coordenadores de atividades, sobretudo se recebiam suporte econômico. De fato, tal crítica a membros soronegativos era também dirigida a líderes soropositivos que ocupavam posições políticas ou funções de trabalho. Eram vistos como a comporem um grupo exclusivo, uma *panelinha*, que se mantinha por meio do controle dos recursos e do poder na ONG. (p. 204)

Tendo se instituído a partir da afluência de vários membros de ONGs de todo o país, mas também por membros fundadores do GPV, a RNP+/Brasil se consolidou, assim, como uma crítica frontal à política contra-identitária do grupo carioca. Esse posicionamento encontra-se bem demarcado na carta de princípios da Rede, que estabelece a seguinte convenção quanto à associação e à representatividade:

Qualquer pessoa sorologicamente soropositiva para o vírus HIV pode fazer parte da RNP+/Brasil, desde que siga os princípios desta carta e esteja cadastrada em um núcleo da Rede. Os membros que participarem dos encontros poderão se candidatar e serem eleitos para suas respectivas representações, comissões e grupos de trabalho que se fizerem necessárias para a execução dos programas a que se propõe a RNP+/Brasil, desde que estejam qualificados e assumam a visibilidade de sua condição sorológica. **(Fragmento da carta de princípios da RNP+/Brasil)**

No Ceará, a RNP+ atua desde o ano de 1998. Atualmente, por intermédio da administração de W., tal discussão foi reproblematicada em uma das reuniões mensais. A posição do atual coordenador vai de encontro à coordenada da carta de princípios, que circunscreve a presença nos encontros de ajuda mútua estritamente aos soropositivos. Para W., esse protocolo deve ser revisado, uma vez que, como bem enfatiza, a AIDS não é um tema de interesse apenas dos soropositivos, mas da população em geral<sup>165</sup>. Entretanto, há dentro da RNP+/CE alguns membros que não convergem quanto à opinião desse dirigente. Em vista disso, em junho de 2015, o coordenador e o mediador propuseram ao grupo uma votação para deliberar acerca da

<sup>165</sup> Essa revisão diz respeito apenas ao âmbito das reuniões, não à postulação de funções políticas na ONG, pois, na opinião de W., não há como um soronegativo representar um soropositivo, uma vez não sendo consciente das necessidades e do sofrimento por que atravessa uma pessoa de sorologia positiva.

permanência ou não dos soronegativos (ou sorodiscordantes) nas reuniões da Rede, como descrevi no relato, que abaixo reproduzo, escrito nesse mês.

Elencando alguns argumentos “pró” e “contra” a permanência ou não de sorodiscordantes, Olívio solicitou ao grupo que expressasse suas opiniões. E, pelo que me foi possível escutar em meio ao intenso vozerio suscitado pelo tema, as posições dos membros projetaram-se distantes de um consenso monolítico.

Estas foram algumas características e argumentos daqueles que se manifestaram **contrários à mudança** do protocolo:

- i) Mulheres cujos companheiros são sorodiscordantes e são afeitos à presença nas reuniões manifestaram-se determinadamente contrárias à alteração. Para elas, estes encontros são um dispositivo potente de troca de informações sobre cuidados médicos, prevenção, esclarecimento sobre direitos etc.; sendo imprescindíveis para esclarecer dúvidas e desmistificar preconceitos a respeito do HIV/AIDS.
- ii) Por meio de argumentos diferentes, o senhor Frederico afirmou que, mesmo já tendo sido identificado à revelia como soropositivo fora da Rede — possivelmente por alguém que lhe avistou em um desses encontros, o que lhe causou exasperação —, entendia como sendo da responsabilidade dos membros vinculados à organização a conscientização ética dos sorodiscordantes em torno do *sigilo*, algo que poderia ser também constantemente reiterado nas reuniões.
- iii) A rigor, quase todos os contrários à alteração enfatizaram a importância de se convidar apenas pessoas consideradas “de confiança” para os encontros mensais; de preferência, membros da família ou amigos muito próximos.

Sobre os **favoráveis à alteração**, é possível afirmar que:

- i) Um número razoável de homens e mulheres solteiros, cuja sorologia positiva é compartilhada apenas a um número restrito de pessoas, mostrou-se favorável, pois, para eles, é necessário circunscrever tais reuniões apenas aos que experienciam a soropositividade para preservar o sigilo e, dessa forma, não dar margem a possíveis exposições fora do espaço da RNP+.
- ii) Alguns jovens presentes à reunião argumentaram que a exposição pública da soropositividade é muito mais “desastrosa” para a juventude que está ingressando no mercado de trabalho e que, por ser soropositiva, tem menos oportunidades de emprego, em virtude do preconceito e da discriminação.
- iii) Helena, uma mulher de aproximadamente quarenta anos, que há dois se sabe soropositiva, expôs um curioso argumento: a fim de prevenir possíveis ações de homofobia na Rede, era preferível não trazer pessoas sorodiscordantes. Ela disse não saber qual seria a reação do seu companheiro (se ela fosse casada) ao estar no mesmo círculo que *gays* e travestis. Poderia haver aí um estranhamento de perigosas consequências, segundo pontuou.



Após ouvir tais pontos de vista, Olívio sugeriu aos membros que discutissem o tema novamente em outro momento. Seria impossível encaminhar qualquer decisão sobre esse assunto na reunião de hoje, ele afirmou. As opiniões mostraram-se muito heterodoxas, e havia entre os presentes alguns que não tinham uma posição firme a propósito do tema.

No instante final, solicitando a palavra, falando enquanto sorodiscordante, sugeri ao grupo um momento de conversa, em outro dia, sobre o meu projeto de mestrado. Veio-me um temor de que a deliberação a favor da mudança do protocolo prejudicasse a minha presença nesses encontros, o que me obrigaria a redimensionar radicalmente os objetivos da pesquisa. Falando a sós comigo, Olívio depois disse não crer que essa possível mudança me impedisse de continuar trabalhando com a Rede, visto se tratar de uma relação inter-institucional (UECE e RNP+). As pessoas pareceram concordar com a minha proposta, o que foi endossado por Olívio: “boa ideia”, ele respondeu.

Quando a reunião teve fim, fui cumprimentar Helena e, aproveitando o ensejo, indaguei-a acerca do seu ponto de vista com relação à não presença de sorodiscordantes nos encontros da RNP+ a fim de evitar possíveis situações de homofobia entre “heterossexuais” e “homossexuais em geral”. Disse a ela que cria ter compreendido sua argumentação, contudo havia ficado curioso para questioná-la a propósito de um aspecto: “Nesse sentido, você não acha que a Rede pode vir a desempenhar um ‘papel pedagógico’ uma vez que, aqui, os “diferentes” podem coabitar o mesmo espaço físico, e, a partir desse ‘intercâmbio’, todos podem entrar em um processo coletivo de aprendizagem?”. Ela me respondeu que, sim, concordava com o que eu expunha, mas que, em contraponto, realmente temia a ocorrência de algumas situações de discriminação. “Não estou cem por cento certa com relação ao *sim*”, ela comentou e complementou que esta era uma decisão muito difícil. Sorrindo, concordei com ela sobre a delicadeza da pauta — mas, pensando comigo, vislumbrei a partir desse conflito, e da iminência da aprovação do *sim*, a elisão de um contágio potencialmente prolífico entre subjetividades soropositivas e sorodiscordantes. Perde-se, com isso, certo “coeficiente de abertura” que confere um estatuto singular à RNP+/CE em relação a outras ONG/AIDS do Brasil. **(Fragmento do diário de campo do dia 11 de junho de 2015)**

Ao longo do ano, esse tema não voltou a ser tateado novamente durante as reuniões do grupo. Isto posto, pessoas de sorologia negativa permaneceram frequentando as reuniões, a despeito do desconforto que estas possam provocar a poucos soropositivos. A exposição do projeto de pesquisa no mês de agosto, de fato, repercutiu positivamente, no sentido de ter atenuado uma possível estranheza que minha presença ainda pudesse acarretar nesse ambiente. Tornei-me menos “intruso” ao grupo desde então, dado que mais redianos começaram a me cumprimentar, adicionando-me no *Facebook*; solicitando meu contato telefônico e sondando-me não só a respeito de assuntos de talhe profissional, como a pesquisa, mas também de foro íntimo, como vida amorosa, familiar, etc. Com Helena se deu assim. A partir da maior proximidade que estabelecemos de reunião a reunião, pude constatar que sua resistência quanto à

integração dos sorodiscordantes reporta a um temor em relação ao preconceito e à discriminação relacionados ao HIV/AIDS. Ela abomina, por exemplo, a possibilidade de um dia vir a ser socialmente interpelada como *aidética*, como descreveu em nossa entrevista:

**Cartógrafo:** Por último, você se lembra daquela reunião que teve pra dividir, pra deixar as reuniões só pros soropositivos, você mudou de opinião acerca daquilo?

**Helena:** Não, não. Eu acho assim, é bom e não é (+) porque aquela senhora ((faz menção a uma frequentadora da Rede cujo esposo é soropositivo, porém ela é soronegativa)) é o esposo dela que é e não ela. Então ela tem que participar pra saber onde o esposo tá entrando, com quem o esposo dela tá convivendo. É certo? É. Mas será que se ela chegar lá na rua que eu moro, ela vai conhecer alguma vizinha minha e vai me julgar também? ((Simula conversa da mulher)) “Ah, eu conheço essa menina aí lá da reunião que eu vou com meu esposo!”. “E a reunião é de quê?”. “Não, ela tem HIV”. “Ah, ela tem AIDS!”. Porque a BOCA da população é “ela tem AIDS”, jamais “ela tem HIV” (+) tudo é a mesma coisa, mas o nome *favela* assim que atinge a mim é AIDS. (Entrevista realizada no dia 25 de novembro de 2015)

Após essa sua resposta, situei-me na perspectiva de alguém que não tem HIV, porém se sente de algum modo atravessado por esse tema. Ela não ficou surpresa, pois que já havia me perscrutado em outra ocasião acerca de minha condição sorológica, quando, então, a tomava como indubitavelmente positiva. Acrescentei-lhe, no entanto, que a razão que me impulsionava a estar na Rede não era meramente “profissional”, mas também afetiva, uma vez que o HIV já havia se corporificado para mim na forma do medo, do pânico. De certo modo, o que nos conduzia até esse campo — a princípio tão estranho às nossas rotinas — era uma motivação similar: o desejo de ressignificação, de produção de novos sentidos para esses significantes colossais: HIV e AIDS. No meio dos nossos trajetos erráticos, novos *contágios* se fazem como processo e produto de um *agenciamento clínico*. Ela mesma reconhece que estar na Rede engatilhou algumas transformações no modo como se posiciona diante da sua soropositividade. No fragmento seguinte, Helena aborda de que maneira esse contágio foi ativado nesse encontrar-se com outras pessoas vivendo com HIV/AIDS.

**Cartógrafo:** Mas voltando à questão das transformações, você acha que a RNP+ teve alguma influência no processo de como você se vê hoje?

**Helena:** Teve porque eu tava assim muito distante, muito longe (+) eu dizia “Como foi que aconteceu isso? Como é que eu vou reagir? Como eu vou passar pra fora? Como viver? Encarar a sociedade?”. Sei lá, eu fiquei toda perdida (+) e quando eu me vi naquela situação de ter pessoas iguais a mim que já tavam com doze anos vinte anos (vivendo com HIV), eu ainda era uma menina, tava engatinhando ainda, então ali eu fui vendo que (+) tinha pessoas lutando em prol de se expor. Aí eu disse: “É o jeito, né?! Vou me agarrar nisso aqui com unhas e dentes”. Aí eu me agarrei, então aquilo ali ficou sendo a minha

segunda família, eu gosto daquilo lá<sup>166</sup> (da RNP), gosto muito das pessoas, do vínculo da amizade. **(Entrevista realizada no dia 25 de novembro de 2015)**

Apesar de Helena — em uníssono com muitos outros redianos — conceber essa sua vivência grupal como a de uma “segunda família”, no que Deleuze e Guattari (1995a; 2012b) possivelmente classificariam como indício de uma “re-Edipianização” que muito diz sobre a organização hierárquica aí instituída, é possível demarcar em sua atual relação com o diagnóstico um movimento em curso de desterritorialização. Não é possível dizer dela que já tenha tramado um *grito de fuga* para o HIV/AIDS enquanto *sentença de morte*, uma vez que ainda se atém muito fortemente a determinadas significações estigmatizadas (ou reterritorializadas) da experiência soropositiva, de que talvez o “aidético” seja a figura mais emblemática. Todavia, essas imagens cristalizadas do “ser soropositivo” são continuamente fissuradas a cada “encontro contagioso” que se efetua não apenas pelo rebatimento entre iguais — dinâmica da identidade soropositiva —, mas pela diferença enquanto processo de criação, de instauração de novos sentidos, de *devir*<sup>167</sup>.

Assim como Helena, membros como Fábio, Danilo, Luan, Vânia, Aline, W. e Olívio estão engajados de diferentes maneiras em um agenciamento clínico. No caso de W. e Aline, por exemplo, essa clínica é efetuada por meio de outro agenciamento, o *ativismo*, que constitui o relevo nº 1 da cartografia. O ativismo enquanto uma forma de clínica comparece em Aline quando ela enuncia: “*Eu me sinto mais forte. Eu me sinto no poder de ajudar as pessoas que estão passando pela mesma situação*”. É preciso considerar, no entanto, que nem sempre essa componente do MNCP se deixou contagiar por esse agenciamento e seu universo correlato de atos de fala/palavras de ordem; apenas quando conseguiu impor à sentença de morte um grito de fuga, entrou em aliança com um *devir-ativista*. Por ser mais afeita às atividades de ajuda mútua, sua *performance* ativista desvia da denúncia como palavra de ordem fulcral a essa atividade tal como empreendida pela coordenação da RNP+/CE, indicando, com isso, outro tipo de subjetivação.

<sup>166</sup> A entrevista com Helena foi realizada na Casa de Retaguarda, próxima a RNP+/CE.

<sup>167</sup> “Devir é um rizoma, não é uma árvore classificatória nem genealógica. Devir não é certamente imitar, nem identificar-se; nem regredir-progredir; nem corresponder, instaurar relações correspondentes; nem produzir, produzir uma filiação, produzir por filiação. Devir é um verbo tendo toda sua consistência; ele não se reduz, ele não nos conduz a “parecer”, nem “ser”, nem “equivaler”, nem “produzir”.” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 20)

O ativismo agenciado na Rede enreda-se intimamente às linhas molares da representação: é, como já sabido, predominantemente, um “ativismo militante” ou um “ativismo de embate”. Há determinados momentos nas reuniões mensais em que, entretanto, este se moleculariza, mobilizando as linhas afetivas do círculo, devindo *artista*. Trata-se já, aí, do relevo nº 2.

## 5.2 RELEVO Nº 2: AGENCIAMENTO ARTISTA

Além da denúncia enquanto palavra de ordem central, também demarqueei a irrupção de outro relevo no agenciamento-RNP+. Esse território existencial é povoado por canções e poemas recitados com furor por Olívio, mediador dos encontros, que, assim como os *ativistas dissidentes*<sup>168</sup>, também se vê exercendo outro tipo de ativismo nessa ambiência institucional.

**Olívio:** /.../ Eu gosto mais quando a reunião direciona mesmo pras pessoas. Eu gosto mais dos personagens que estão ali sentados da vida como ela é, que eles possam realmente ser os protagonistas daquele momento, né, porque foi onde eu me fortaleci quando eu consegui falar e dizer esses poemas e cantar etc /.../

**Cartógrafo:** Sendo assim como você enxerga o modo como as reuniões vêm sendo realizadas no presente e de que outras maneiras você acha que elas poderiam ser realizadas?

**Olívio:** Eu não gosto muito do lado político, né, aquele lado político que o W. faz de tá brigando com gestor. Eu gosto mais do diálogo, já ele bate mais forte, né, e eu não gosto. Se for pra ir pra uma reunião pra chegar e brigar eu prefiro não ir. Se for pra dialogar, a gente vai, conversa e chega num acordo ou não /.../ (Entrevista realizada no dia 11 de dezembro de 2015)

Em Olívio, o ativismo não está direcionado de modo especial para o plano do discurso político a mediar a relação dos redianos com os poderes públicos — ou seja, para o segmento molar e estratificado da “identidade clínica” (VALLE, 2002), sua relação com o Estado e os equipamentos a este correlatos. Diversamente, o trabalho que realiza enquanto facilitador das reuniões mensais, com frequência, age no sentido de mobilizar linhas afetivas no *dentro* do grupo, disparando outros agenciamentos que contemplam, por exemplo, a arte enquanto dispositivo de subjetivação. É ele o artesão de certa transversalidade, na medida em que invoca gêneros de discurso outros que não a *retórica política* para “dar língua a afetos que pedem passagem” (ROLNIK, 2014, p. 23). Malgrado ocupe posição de destaque na hierarquia da reunião — afinal, ele é o

---

<sup>168</sup> Chamo de *ativistas dissidentes* aqueles que se posicionam de modo crítico em relação ao ativismo militante de W.: Aline, Vânia e Luan.

*mediador*, posto institucional que o insere em um agenciamento de tipo arborescente —, Olívio instala-se na molecularidade para produzir *encontros*; criar canais internos de *partilha do sensível* (RANCIÈRE, 2009); e, mais raro, porém flagrável em algum coeficiente, disseminar os agenciamentos coletivos de enunciação da Rede — ao invés de conformá-los à unidade de um discurso representativo, como tende a realizar aquele outro coordenador.

Tendo ingressado na Rede no ano de 2006, seis anos após o seu diagnóstico positivo para HIV, ele sentiu falta de algo a mais nas reuniões, de um “teatrozinho”, como mencionou. Como, nos anos oitenta, já havia esboçado uma carreira como cantor nos bares da noite fortalezense, apostou no canto como uma instigante possibilidade de intervenção nas reuniões do grupo. Nessa época, tinha sido eleito diretor adjunto da ONG, cargo que ocupou até o momento em que W. o substituiu, uma vez sendo considerado uma personalidade mais combativa para fiscalizar a execução do PN-AIDS no Ceará.

A seleção das canções e poemas — tomadas, aqui, como palavras de ordem de outro tipo — se dá, conforme destaca, em alinhamento com as datas comemorativas e com o seu estado de espírito. Assim, ele procura sempre cantar músicas do cancionário popular brasileiro e recitar poemas que apelem à reflexão. Sobre isso, ele assinala que “*a música por si só manifesta a alegria... mesmo que a música seja triste... O poeta é que sabe dizer essas coisas... é uma tristeza alegre... porque termina você gostando...*”. E, de fato, há uma comoção muito singular nos momentos de *devir-artista* desse ativista, algo que procurei descrever e analisar em minha escrita de campo. Para ele, fica a “*sensação da arte*”, da experimentação de outros modos de expressão e de vida. Aqui, o “ser ativista” conecta-se também a uma subjetivação no sentido foucaultiano, ou seja, a uma “*relação da força consigo*” (DELEUZE, 2013a, p. 120), como uma *existência estética* ou uma “*operação artista que se distingue do saber e do poder, e não tem lugar no interior deles*” (p. 145).

Desembaraçando as linhas desse agenciamento artista, tem-se como *forma de expressão* determinados atos de fala/palavras de ordem poético-musicais intervindo sobre uma subjetivação artista (*substância de expressão*). Por estar em pressuposição recíproca com um *conteúdo* — que, como já debatido no começo dessa seção, diz da própria RNP+ enquanto agenciamento encaixado no agenciamento-AIDS —, essa

expressão artística se entremeia à soropositividade como produção de subjetividade. Nesse sentido, o “ser soropositivo”, cumpre aqui reafirmar, quando visto sob o conceito de agenciamento, perde sua propriedade “essencializante” — enquanto aquilo que é dado com o diagnóstico —, sendo cartografado em sua dimensão performativa, produtiva, micropolítica.

Nos tópicos seguintes, acompanhar-se-á meu trajeto por esse relevo: i) na demarcação de sua emergência<sup>169</sup> (5.2.1); ii) na intersecção entre a atividade artista e mediadora de Olívio nas reuniões (5.2.1.1); e iii) na sua potência de instaurar distrações (5.2.2). Por último, em 5.2.3, descrever-se-á a história malograda de um projeto de cineclube, analisando-o enquanto mais um sintoma micropolítico emergente na cartografia.

### 5.2.1 11 de junho de 2015 – Devir-artista

Antes mesmo de entrar no salão, ouço de lá de fora reverberações de um canto forte e rouco; movimentos de uma voz que dramaticamente dispara algumas palavras a uma espécie de limite, elevando-as à sua força maior, a um sol a pino do verso, enquanto nesse mesmo instante corteja ainda uma espécie de teatralidade da interpretação, em um *mise-en-scène* familiar que me remeteu imediatamente ao canto de Maria Bethânia: a voz em pleno estado de drama e poesia, a canção em módulo de gozo, em *paroxismo*. Curioso, corro para abrir o portão e desvendar o mistério do dono da voz. Deparo-me nesse instante com Olívio desdobrando-se à intensidade dos versos do refrão de *Grito de Alerta*<sup>170</sup> — *veja bem/ nosso caso é uma porta entreaberta/ e eu busquei a palavra mais certa/ vê se entende o meu grito de alerta* — enquanto uma harmonia simples de karaokê perdia-se nesse momento de êxtase musical da Rede em meio ao coral de vozes a expressar, letra de cor, estes versos de sentimentos tão visceralmente explícitos, explosivos — *veja bem/ é o amor agitando o meu coração/ há um lado carente dizendo que sim/ e essa vida da gente gritando que não*.

<sup>169</sup> Os tópicos 5.2.1, 5.2.1.1, 5.2.2 e 5.2.3 são relatos extraídos do meu diário de campo.

<sup>170</sup> BETHÂNIA, Maria. **Grito de Alerta**. Composição: Gonzaguinha. Intérprete: Maria Bethânia. In: Mel. Rio de Janeiro: Universal Music, 1979. 1 CD.

Olívio agradece a salva de palmas e, após tecer algumas palavras de gratidão, emenda o número musical com a leitura do poema *Cântico Negro*<sup>171</sup>, de José Régio:

“Vem por aqui” — dizem-me alguns com os olhos doces  
 Estendendo-me os braços, e seguros  
 De que seria bom que eu os ouvisse  
 Quando me dizem: “vem por aqui!”  
 Eu olho-os com olhos lassos,  
 (Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)  
 E cruzo os braços,  
 E nunca vou por ali...  
 A minha glória é esta:  
 Criar desumanidades!  
 Não acompanhar ninguém.  
 — Que eu vivo com o mesmo sem-vontade  
 Com que rasguei o ventre à minha mãe  
 Não, não vou por aí! Só vou por onde  
 Me levam meus próprios passos...  
 Se ao que busco saber nenhum de vós responde  
 Por que me repetis: “vem por aqui!”?

Prefiro escorregar nos becos lamacentos,  
 Redemoinhar aos ventos,  
 Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,  
 A ir por aí...  
 Se vim ao mundo, foi  
 Só para desflorar florestas virgens,  
 E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!  
 O mais que faço não vale nada.

Como, pois, sereis vós  
 Que me dareis impulsos, ferramentas e coragem  
 Para eu derrubar os meus obstáculos?...  
 Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,  
 E vós amais o que é fácil!  
 Eu amo o Longe e a Miragem,  
 Amo os abismos, as torrentes, os desertos...

Ide! Tendes estradas,  
 Tendes jardins, tendes canteiros,  
 Tendes pátria, tendes tetos,  
 E tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios...  
 Eu tenho a minha Loucura !  
 Levanto-a, como um facho, a arder na noite escura,  
 E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos lábios...  
 Deus e o Diabo é que guiam, mais ninguém!  
 Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;  
 Mas eu, que nunca principio nem acabo,  
 Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.

Ah, que ninguém me dê piedosas intenções,  
 Ninguém me peça definições!  
 Ninguém me diga: “vem por aqui!”  
 A minha vida é um vendaval que se soltou,  
 É uma onda que se alevantou,

<sup>171</sup> Disponível em: <[http://www.releituras.com/jregio\\_cantico.asp](http://www.releituras.com/jregio_cantico.asp)> Acesso em 12 jun. 2015.

É um átomo a mais que se animou...  
 Não sei por onde vou,  
 Não sei para onde vou  
 Sei que não vou por aí!

Isso de dizer que não seguirá *por aí* — dêitico de lugar que, paradoxalmente, não indexicaliza um *locus* específico — implica em um desvio de rota dos caminhos cujos roteiros já estariam previamente determinados; no esquivar-se de toda uma engenharia de um mundo supostamente já dado com seus *territórios* fixados sob os signos da pátria, da família, da razão, do humano. Em vez disso, o “eu-lírico” metamorfoseado por Olívio vozeia sua loucura, *levantando-a como um facho a arder na noite escura*; e cria *desumanidades*, na medida em que encarna um *devoir-animal* (DELEUZE e GUATTARI, 2012b) ao saborear a espuma, o sangue e o cântico nos lábios em um furor dionisíaco dos afectos, fazendo vacilar a pretensão do “eu” a uma prometida unidade ou centralidade. Nesse contágio efetuado por intensidades imperceptíveis, descodificadas, esse “eu” entra em estado de anomalia, uma vez que “não é nem indivíduo nem espécie, [...] abriga apenas afectos, não comporta sentimentos familiares ou subjetivados, nem características específicas ou significativas” (p. 28). Não indo *por aí*, ele segue a deriva desses afectos, dando abertura ao seu *corpo vibrátil* (ROLNIK, 2014) ou fazendo *corpo sem órgãos* (DELEUZE e GUATTARI, 2012b).

A leitura de *Cântico Negro* por Olívio parece ter engendrado uma temporalidade e uma espacialidade novas nas tramas da Rede ao romper com o *ethos* cerimonialista predominante nas mediações do círculo. A poesia, nesse contexto, desponta como uma experiência deflagradora de um possível em que as palavras de ordem já não atuam mais como sentenças de morte; antes, elas ativam um grito de fuga, enfraquecendo o poder de redundância das sentenças. É como se Olívio, nesse instante, fosse contagiado por um *devoir-artista*, subjetivando-se em um agenciamento estético da própria vida (DELEUZE, 2013b). Diante disso, questiono-me ao decorrer do encontro de hoje: não se delinearía aqui outro modo de expressão da soropositividade? Melhor me interrogando: não se agencia, em Olívio, outra forma de subjetivação ativista, diferente daquela para que se inclina W., de manifestação mais “militante” que artística?



### 5.2.1.1 Qual é a sua graça?

Após o seu momento artístico, Olívio, agora assumindo um tom de mediação do círculo, propôs aos participantes que dissessem seu nome e, caso soubessem, comentassem a sua história. Seria nome de santo? Homenagem ao avô ou a avó? Amálgama do nome da mãe com o do pai?, especulou o mediador. Das reuniões em que estive presente nesse ano, essa foi a primeira ocasião em que o ritual de mencionar o nome próprio foi sugerido. No encontro de hoje, estiveram presentes uma média de cinquenta pessoas; algumas delas, como tem sido bastante frequente, novatas nestas quintas-feiras mensais<sup>172</sup>.

É curioso observar as reações diversas dos redianos ao segurarem o microfone: as manifestações variaram da mais aguda timidez à espontaneidade mais extrovertida. Alguns, sem intenção de prolongar conversa, mencionaram apenas o nome social com que gostam de ser chamados, não traçando comentário algum sobre a sua proveniência. Outros, mais desinibidos, acatando a proposta da dinâmica, dedicaram-se com entusiasmo a alinhar uma breve narrativa sobre a sua “graça”, como assim falaram alguns dos membros mais velhos abancados no círculo. Justamente como havia previsto Olívio, grande parte dos nomes remonta às parábolas e personagens bíblicos: João, Antônio, Francisco, Cosme, Damião. A designação destes se deu, como parece evidente, em face da fé dos pais, em algum grau relacionados às diversas religiões de matriz cristã. Muitos dos presentes, como pude tomar nota, não nasceram em Fortaleza, mas em diversas regiões e cidades do interior do estado do Ceará.

Este é o caso de Riobaldo, um senhor muito cordial avizinado a mim na organização do círculo. Bastante afeito às conversações paralelas, ele falava em longos discursos sobre o seu passado como vaqueiro na região do Jaguaribe; sobre o respeito que tem em relação às mulheres; sobre como se sente bem em participar desses encontros. Por sua tagarelice, alguns o olharam com impaciência, não lhe dando abertura para um possível diálogo. Um momento, contudo, pareceu ser desestabilizador para ele e para alguns dos presentes: foi quando Kelly, uma mulher sentada perto de nós, disse que seu nome de batismo era Washington, mas que preferia ser indicada por

---

<sup>172</sup> No ano de 2015, os encontros da RNP+/CE foram realizados nas segundas quintas-feiras de cada mês.

todos do grupo pelo seu nome feminino. A propósito disso, Olívio então encetou o seguinte diálogo:

**Olívio:** — Por que seus pais botaram esse nome?

**Kelly:** — Porque eles erraram!

**Olívio:** — Aí você consertou, né?

Após essa breve interação, algumas pessoas reagiram rindo — ou, para ser mais preciso, gargalhando —, porém Kelly não manifestou nenhum sinal de desconforto ou irritação. Ao correr do microfone, três outras mulheres transgênero também contaram histórias semelhantes às de Kelly; com elas, todavia, agindo de modo mais discreto, as outras pessoas não promoveram a mesma balbúrdia jocosa. Fazendo troça da situação, um homem — *quarentão*, bigode sisudo, piadista permanente — começou a falsear uma voz de “bicha”, como ele próprio caracterizou o gênero da sua performance, apresentando-se pelo estranho nome “Tuíra Dandara Zaranha”. Sua brincadeira, no entanto, não alcançou o pretense efeito cômico por ele esperado, uma vez que não se ouviu muitos risos no círculo na sequência do seu depoimento. Renunciando, então, à interpretação “afetada” de um homossexual masculino, ele se apresentou, finalmente, como Frederico, descrevendo a ascendência ibérica do seu sobrenome: “Minha mãe lá no *cais do porto* arranjou um *portuguezim* lá”, disse o homem em tom de pilhéria.

Chegou, então, o momento em que o microfone pousou em minhas mãos. Desde o início, fiquei interessado em participar desse circuito de apresentações, embora me fosse incerto se Olívio me concederia permissão para tal. Como ele não demonstrou qualquer sinal de impedimento, apresentei-me: Renan da Ponte Castelo Branco. “Esse Castelo Branco não tem nada a ver com o ditador”, fiz questão de sublinhar nesse momento. E prossegui: “Segundo minha mãe me contou: meu pai, até o fim da gravidez, a espezinhava afirmando que meu nome seria Raimundo Nonato. Chegou até a colocar um papel pregado à porta daquele que seria meu primeiro quarto: em letras infantis, eis o menino Raimundo Nonato. Mantendo a arenga até o parto, por fim, ele me registrou Renan — ao que parece, infelizmente, por causa do Calheiros. Mas, o que de fato importa: todos ficaram satisfeitos com o nome eleito. Inclusive eu.”, comentei com o grupo, que, a esta altura, já não estava tanto a dar ouvidos à dinâmica dos nomes e suas histórias.

### 5.2.2 13 de agosto de 2015 – Potências da distração

O encontro de hoje contou com muitas e intensas intervenções artísticas de Olívio. Em comemoração ao dia dos pais, nosso cantor iniciou seu espetáculo com a canção *Pai*, do cantor Fábio Jr. Muitos ficaram bastante comovidos com a sua interpretação calorosa — mesmo eu que, confesso, não gosto muito de tal música. Quando ele cantou os versos do estribilho, *Pai/ você foi meu herói/ meu bandido/ hoje é mais, muito mais que um amigo*<sup>173</sup>, vi, em algumas das faces do massivo grupo que abarrotou o pátio da RNP+ nesse agosto, olhos encharcados que me puseram indescritível emoção. Foi como em uma espécie de contágio que entrei nessa tempestade coletiva de choro a desfigurar a veste solene da burocracia e da formalidade que produzem corpos sem qualquer afecção, sem qualquer esponjosidade. Meu amigo Urik Paiva, que a meu pedido me acompanhou na reunião de hoje, olhou para mim como que rindo da minha reação; mas também percebi nele o rastro de um olhar sensibilizado pelo canto de Olívio. O enternecimento se intensificou quando o artista “oficial” da Rede recitou o poema *A flor e a náusea*, de Carlos Drummond de Andrade, cujos versos expressam esgotamento e desencanto em relação ao tempo — *O tempo é ainda de fezes, Maus poemas, alucinações e espera./ O tempo pobre, o poeta pobre/ fundem-se no mesmo impasse*.<sup>174</sup> —, contudo anunciam o alento de uma esperança mínima sob a imagem de uma rosa feia que, brotando do asfalto, fura *o tédio, o nojo e o ódio*.

Mesmo tendo tropeçado em alguns versos — que os esqueceu “por conta dos muitos antirretrovirais”, como alegou em tom tragicômico —, Olívio deu expressão para as intensidades coletivas que perpassam o agenciamento-RNP+. A leitura do poema, nesse contexto, estabelece outros sentidos, instituindo um acontecimento, ainda que de duração fugaz, pois, ilocucionariamente (AUSTIN, 1990) e incorporalmente (DELEUZE, 2011b), se projeta sobre os corpos, (re)compondo uma outra forma de soropositividade mais distante da sentença de morte e mais próxima do grito de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 1995b). Forjou-se aqui o que Jacques Rancière (2009) descreve como uma *partilha do sensível*, que reporta a um modo de acesso a um *plano*

<sup>173</sup> Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/fabio-jr/pai.html>> Acesso em 13 ago. 2015.

<sup>174</sup> Cf. ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia Poética*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

*comum* composto por singularidades heterogêneas e não por subjetividades serializadas.

Para o autor, este conceito diz de um

“[...] sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha.” (p. 15)

Não sendo pré-determinado, mas construído por procedimentos que se lançam ao curso da experiência, este comum, como frisam Kastrup e Barros (2014, p. 20), se constitui como “um desafio a ser permanentemente enfrentado, não sendo jamais conquistado de modo definitivo”. O comum rancièriano expressa, então, tanto o sentido de partilha quanto de pertencimento, situando-se no limiar entre a estética e a política, pensando a importância dos diferentes modos de fazer (atividades, procedimentos) em sua potência de instaurar diferentes formas de comunidade (ibid., p. 21).

É possível dizer desse interlúdio artístico — que não contou somente com *A flor e a náusea*, de Drummond, mas também com um poema de autoria atribuída a Oscar Wilde versando sobre a amizade, assim como com as canções *Caça e caçador*, também de Fábio Jr., e *Pavão Misterioso*, do compositor cearense Ednardo — que deflagrou uma temporalidade e uma espacialidade singulares na cadência usualmente “protocolar” do encontro (demasiadamente marcado por deferências e/ou críticas às chamadas “autoridades” — os “doutores”, como são referidos, por exemplo, o prefeito de Fortaleza e o Secretário de Saúde), conjugando-se com o conceito de *partilha do sensível* de Rancière, que, nesse instante da cartografia, desponta como um conveniente personagem conceitual para designar ou dar expressão a essas intensidades estéticas que se tramam na Rede. Pensando com Rolnik (2014), pode-se também descrever este como um momento de ênfase em uma linha de simulação que oscila entre duas outras linhas: a de produção de afetos (invisível, inconsciente e ilimitada) e a de organização dos territórios (finita, visível e consciente). Ao mesmo tempo em que se está em um “plano concluído por uma linha enrijecida” (p. 51), com territórios subjetivos (de classe, sexo, idade, profissão, raça, etc) delineados com relativa precisão, direciona-se também para uma outra face que concerne aos fluxos, em “um traçado contínuo e ilimitado, que

emerge da atração e repulsa dos corpos, em seu poder de afetar e serem afetados” (p. 49).

O que me causa fascínio nessas “gotas de sensível” — o choro coletivo que se instalou na Rede, e pelo qual também fui arrebatado, em razão da performance de Olívio — é possivelmente o sentimento de que i) além de serem índices de um efeito perlocucionário (AUSTIN, 1990) deflagrado a partir de um nexos estabelecido entre linguagem (as palavras da canção) e corpo, instituindo um acontecimento (a liquefação dos afetos); ii) talvez elas já não expressem, aqui, tão somente o rastro visível de uma melancolia em face de hipotéticas reminiscências tristes (por exemplo, a possível perda do pai evocada com a canção *Pai*), mas aludem para um agenciamento estético — que opera recortes no tempo/espço, no visível/invisível, na palavra/ruído (RANCIÈRE, 2009) — na *política* da Rede. Apesar de o lugar de intervenção artística centralizar-se demasiado na figura do mediador, sua execução durante o encontro de frequência mensal tem potência (esta, frise-se, nem sempre ativada) para criar um outro “real social” mediado pelo desejo em sua feição produtiva (DELEUZE; GUATTARI, 2010a).

Do vivido no dia de hoje com a Rede, ganhou mais textura uma percepção em relação ao entrecruzamento da linha afetiva e seus coeficientes de descodificação e desterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 2012b) com a linha territorial, que opera no sentido de forjar dualidades e criar arborescências (como, por exemplo, a que segmenta soropositivos e sorodiscordantes; mulheres e homens soropositivos; homossexuais e heterossexuais etc.). Que desdobramentos acarreta a passagem dessa linha dita “primitiva” sobre esta outra linha de consistência mais dura? Entendendo que as atividades da RNP+ comportam também um agenciamento de teor clínico, arrisco-me a dizer, a partir da leitura de Passos e Barros (2010), que a performance de Olívio disparou um vetor de *transversalização* a intensificar os “devires que estão sempre presentes em diferentes graus de abertura e potências variadas de criação” (p. 27). Vivifica-se, nesse momento, um *quantum* de fluxo que desestabiliza o campo das formas identitárias, indicando um “processo de subjetivação em curso que vai se realizando pelas frestas das formas, lá onde o intempestivo se apresenta” (p. 26).

São nesses “instantes vacilantes” que o grupo parece produzir sentidos outros para a soropositividade, vivida não como condenação ou sentença, mas como *experiência* — malgrado haja, por vezes, na fala de Olívio a presença de enunciados que

se refiram ao HIV/AIDS como “uma desgraça”, “uma infelicidade” ou como algo a relegar à categoria do esquecimento. O vírus e a doença não o impedem, porém, de *viver*; e, fazendo questão de ressaltar a importância da vida, ele entremeia sua biografia com a canção *Boas Novas*, de Cazuza, que diz: *Senhoras e senhores/ trago boas novas/ eu vi a cara da morte e ela estava viva*<sup>175</sup>. No face a face com a morte, pediu licença para viver mais alguns dias<sup>176</sup>, e ela, em geral tão resoluto e disciplinado em seu ofício eterno e universal, decidiu recuar. Diz Deleuze<sup>177</sup> (2011a, p. 171), inspirado em Nietzsche e D. H. Lawrence: “tudo o que é bom provém de um combate”. Assim como em W.<sup>178</sup>, a vitalidade de Olívio parece aflorar a partir de um “querer-viver obstinado” que se modula no/pelo combate<sup>179</sup>, em um trabalho de conjugação ativa das forças que o fazem *inventar*, situando-lhe em um agenciamento estético e artístico da vida. Estando no lugar privilegiado da mediação dos encontros, ele acaba por contagiar os demais redianos, fazendo-os incorporar, mesmo que por instantes efêmeros, um devir-artista.

Acerca destes estados de distração e seu poder transformador, Leminski arremata: “Distraídos, venceremos<sup>180</sup>”. A distração parece engendrar novos e alentadores possíveis.

### 5.2.3 Cineclube

As intervenções de Olívio, de fato, comoveram-me bastante. É como se, mesmo não sendo espetaculares de um ponto de vista “profissional”, elas engendrassem um mínimo campo de possível, uma brecha de alento nessas reuniões intensamente focadas nas palavras de ordem molares, em uma mecânica reiteração de denúncias. Não se questiona, evidentemente, a importância de tal dimensão do “fazer ativismo”, sobretudo em um enquadre macropolítico contemporaneamente desalentador para o movimento

<sup>175</sup> CAZUZA. **Boas Novas**. Intérprete: Cazuza. In: O tempo não para. Rio de Janeiro: Universal Music, 1988. 1 CD.

<sup>176</sup> A morte enquanto *pessoa* despontou na fala de Olívio no começo da apresentação.

<sup>177</sup> Cf. DELEUZE, Gilles. Para dar um fim ao juízo. In: **Crítica e Clínica**. São Paulo: 34, 2011 (p. 162-174).

<sup>178</sup> Embora, como é forçoso ressaltar, em W. destaca-se um ativismo de cunho militante; em Olívio, é um ativismo artístico que se realça.

<sup>179</sup> O combate aqui já não porta a valência de uma metáfora de teor militar, como as elencadas por Sontag (2007), posto que não se trata de uma guerra, de um “combate-contra, uma vontade de destruição, um juízo de Deus que converte a destruição em algo “justo”” (DELEUZE, 2011, p. 171), mas diz de “uma poderosa vitalidade não orgânica que completa a força com a força e enriquece aquilo de que se apossa” (ibid.).

<sup>180</sup> Cf. LEMINSKI, Paulo. **Toda Poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

AIDS, marcado por um contínuo desmantelamento do Programa Nacional de AIDS, que se faz atravessar de diversas maneiras nas vidas das pessoas dependentes de tal expediente federal. Porém, conforme preconizado pela própria carta de princípios da RNP+, as reuniões devem também contemplar na sua “pauta” a dimensão clínica ou de ajuda mútua, o que, como já se abordou, vem sendo matéria de notável negligência por parte da atual gestão.

Reconhecendo essa lacuna, Olívio alega realizar o que lhe é possível no sentido de atenuá-la. Portanto, o mediador convoca todo esse corpo de atos de fala e palavras de ordem arroladas nos relatos anteriores. Como pude tomar nota, isso deflagra uma espécie de quebra na rigidez protocolar e no discurso militante, haja vista portar força para suscitar estranhamentos, convocar o canto coletivo, incitar o pensamento e emocionar. Incomodou-me, no entanto, o fato de esse agenciamento estar unilateralmente centrado na figura do mediador: “é preciso pulverizá-lo, criar canais de acesso a ele”, pensei. Conversando com Olívio, percebi que ele também partilha da mesma inquietude e, por isso, talvez, viu em mim uma possibilidade de parceria fecunda no sentido de intervir sobre essa realidade.

Mais de uma vez, Olívio solicitou-me ajuda para escrever um projeto a fim de submetê-lo a algum edital de cultura. Como não sou suficientemente familiarizado a esse tipo de escrita, consultei um amigo de longa data, o já mencionado Urik Paiva, que tem este como um de seus trabalhos, se poderia ajudar-me em tal empreitada. Ele não só aceitou participar da confabulação e do desenvolvimento de um projeto com a RNP+/CE, como se mostrou plenamente entusiasmado com tal possibilidade. Desde o convite do coordenador de pauta, este se mostrou um ensejo potente no sentido de suscitar novos agenciamentos e cartografar processos em composição. Assim, em 2014, reunimo-nos com Olívio e W. a fim de alinharmos um projeto de *cinelube* para concorrer ao edital da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará daquele ano. Urik participou desse trabalho com mais afinco que eu, uma vez estando mais sintonizado à linguagem e aos trâmites relativos a tais projetos culturais.

O trabalho que tencionávamos realizar visava à exibição de filmes que tomassem por eixos temáticos a relação entre a soropositividade e a saúde, como, por exemplo, *Clube de Compras Dallas*, *Philadelphia*, *Cazuza: o tempo não para*, entre outros. Em seguida à exibição de cada filme, promoveríamos debates para os quais seriam

convidados alguns nomes da academia, da dança, do teatro e da política a fim de promovermos encontros e conversações heterogêneas com este grupo. Esses encontros realizar-se-iam ao longo dos anos de 2014 e 2015, em parceria com determinados equipamentos, como o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA) e o Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura, com o propósito de deslocar esses debates de interesse público para espaços de grande relevância na geografia cultural da cidade de Fortaleza.

A despeito de toda a empolgação com que essa possibilidade foi de início celebrada, lamentavelmente, às vésperas de ser submetido ao escrutínio da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT/CE), os dirigentes declinaram do projeto. No texto que havia sido escrito sob os auspícios de Olívio e W., Urik atentou para detalhes como transporte e lanche, fatores os quais a coordenação apontou como imprescindíveis a uma adesão expressiva dos redianos ao cineclube. Além disso, o orçamento do projeto contemplava pagamentos para o produtor, curador<sup>181</sup>, mediadores e para a ONG proponente. No último momento, quando o texto já havia sido concluído ao cabo de algumas reuniões, a instituição entrou em desacordo quanto à fração monetária a ela destinada, recuando da parceria. E essa retirada se deu sob a alegação de que a Rede precisaria de mais dinheiro, pois ficaria encarregada de realizar a “articulação”, ou seja, convocar os membros filiados para os “cinedebates”, o que, a rigor, seria sua função basilar.

Ficamos bem desapontados com essa súbita negativa, porquanto já havíamos despendido tempo considerável na arquitetura desse texto. Além da querela orçamentária, percebi que de alguma forma também se manifestou nesse acontecimento certo desinteresse relativamente à feitura de atividades que propusessem descentralizar o eixo “macropolítico” das palavras de ordem hegemônicas, incitando novas formas de expressão e, possivelmente, contribuindo para promover maior afecção dos redianos com a Rede de que fazem parte. Enfim, é como se tivéssemos, eu e meu amigo, esbarrado na “tutela” de que falou Luan, isto é, no bloqueio em relação a toda promessa de criação de novos agenciamentos que rizomatizem o regime de arborescência reinante em tal grupo. É caudatária a essa postura a sedentarização na lide de “discutir e fiscalizar políticas públicas” unicamente pela via do debate “político”; escateiam-se,

---

<sup>181</sup> A produção do cineclube ficaria sob o encargo de Urik Paiva; a curadoria dos filmes e debates, sob minha responsabilidade.



com isso, possibilidades efetivas de transversalizar a discussão sobre a soropositividade e, como corolário, de discutir políticas públicas através de outros agenciamentos, de que o cineclube poderia ter sido um pujante potencializador.

Malgrado o insucesso de nossa proposta, essa obstrução do projeto foi dimensionada como mais um sintoma de relevância para a cartografia, não podendo deixar de se presentificar aqui. Como sinaliza Rolnik (2014, p. 66), “o problema, para o cartógrafo, não é o do falso-ou-verdadeiro, nem o do teórico-ou-empírico, mas sim o do vitalizante-ou-destrutivo, ativo-ou-reativo”. Pode-se então argumentar que, de um ponto de vista micropolítico, esse acontecimento-bloqueio é índice de uma força destrutiva/reativa obstrutora de nascentes de devir que poderiam ter sido ativadas a partir do cineclube. Teria havido, com esse dispositivo, a possibilidade de efetivamente estimular o potencial desejante refreado pelo poder enquanto afecto triste (PELBART, 2008). Contra essa diminuição da potência de agir, esse veto à multiplicidade e às desterritorializações, arremata aquela autora: “o cartógrafo, em nome da vida, pode e deve ser absolutamente impiedoso” (ROLNIK, 2014, p. 69).

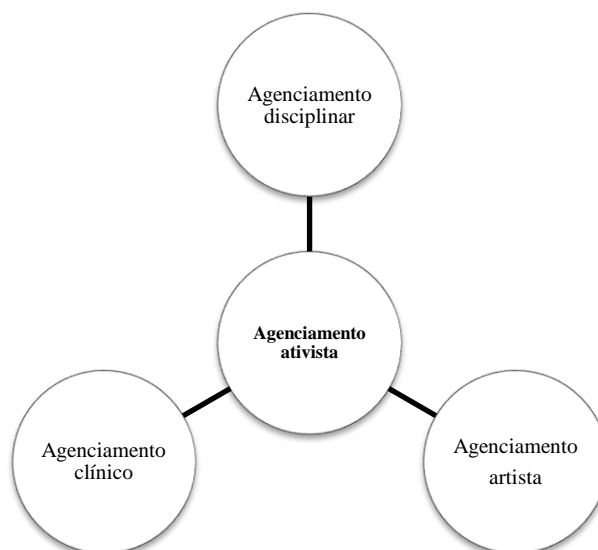
Ao fim e ao cabo, atina-se que a arborescência está sempre atenta a qualquer rumor de rizoma, e que, como no *Grito de Alerta* entoado por Olívio no começo da exploração desse relevo nº 2, ainda que haja um *lado carente* em clamor de *sim*, tropeça-se sempre, aqui, sobre um inexorável *não*. Mas o cartógrafo, renitente, segue na busca de *portas entreabertas*.

### 5.3 RELEVO Nº 3: AGENCIAMENTO CLÍNICO

Como venho reiterando, a clínica diz respeito, no contexto dessa cartografia, às práticas de ressignificação da sorologia positiva ativadas a partir do contato/contágio com a Rede. Pelo trajeto que foi até aqui desenhado, já é possível, a essa altura, afirmar que o agenciamento clínico se compõe colateralmente aos outros relevos por que o cartógrafo andarilhou. É que os agenciamentos, por vezes, entram em uma *zona de indiscernibilidade* que não nos permite divisá-los com exatidão. Além disso, tais categorias são, por assim dizer, “etiquetas grosseiras”, uma vez que expressam apenas efeitos transitórios de subjetividade correlacionados à produção de subjetividade soropositiva.

Discuti no capítulo quarto (tópico 4.3) que conexo a todo agenciamento há uma *Máquina abstrata* que lhes institui uma flexibilização. Por meio de tal conceito deleuze-guattariano (1995a; 1995b), é possível criar sentido para a interpenetração do agenciamento clínico tanto no ativismo quanto na forma de expressão artística — que, por sua vez, já é interpenetrada também pelo ativismo. Do mesmo modo, o agenciamento disciplinar, mencionado no capítulo terceiro, também se embaralha com o ativismo, fazendo-lhe transmitir outros atos de fala/palavras de ordem. A Máquina, enfim, promove um transbordamento de matérias e funções coextensivas aos agenciamentos. No gráfico a seguir, essa inter-relação dos agenciamentos pode ser mais bem visibilizada:

**Figura 9 - Inter-relação dos agenciamentos através da Máquina abstrata**



O centro do gráfico pode vir a ser ocupado por cada um dos agenciamentos em questão, sendo ainda assim atravessado pelas linhas de composição dos outros. Essa cartografia, entretanto, demarcou na RNP+/CE uma predominância do agenciamento ativista de verve militante em relação aos demais, como venho sublinhando desde o início da dissertação. Mas já se sabe também que o ativismo tem um *efeito clínico* na medida em que muitos daqueles que se subjetivam como tal se referem a essa prática como sendo de vital importância no redimensionamento do diagnóstico HIV-positivo. Isso é bem expresso por W. no seguinte fragmento de nossa conversação:

**Cartógrafo: W., que papéis cumpre o ativismo na tua vida? A luta tem uma importância pra ti? Se sim, qual a importância dela na tua vida enquanto soropositivo?**

**W.:** Rapaz, hoje eu vivo bem ((risos)). Eu vivo, eu me doe completamente pra isso, né? Na minha vida pessoal/ (+) eu renunciei a muita coisa por conta disso. Porque, primeiramente, eu gosto de fazer. Me coloquei à disposição, tenho disponibilidade, vontade, desejo, prazer, gosto do que faço (+) é um pacote de coisas que eu me dediquei, que hoje eu só faço isso. Eu vivo vinte horas por dia dedicado a essa luta, né? Mas me perguntam: “W., por que que você se colocou assim (na luta)?”. Por tudo que eu vivenciei no início da AIDS, há vinte anos atrás, por tanta coisa que eu passei, pelas dificuldades que eu encontrei, até pra superar momentos complicados que eu tive, mas que eles foram superados (+) e eu encontrei pessoas na época que tavam na mesma situação que eu, e que não conseguiram, que ficaram no meio do caminho, e eu passei, eu sobrevivi àquelas dificuldades, outros não, por falta de querer mostrar, tinha pessoas que foram diagnosticadas junto comigo que não queriam ir nem pra primeira consulta, e aí eu passei por todo esse processo e, com o passar de toda essa dificuldade, eu disse pra mim mesmo quando entrei na Rede: “gente, eu vou me dedicar agora a ajudar um pouco aqueles que eu vi ficarem pra trás, que não tiveram ajuda naquele momento”. Então, é um papel dentro da AIDS, ao lado das pessoas que, como eu, também têm, que eu acho que é um agradecimento a tudo que eu recebi de apoio de alguns que eu recebi na época, o que me fez superar e sobreviver, e pra que eu não olhe pro lado, em que vejo tanta gente precisando, e não me sinta omissa em relação àquilo. **(Entrevista realizada no dia 26 de janeiro de 2016)**

O ativista pode ser também um transmissor de atos de fala/palavras de ordem que reportam a um agenciamento clínico. Tal função fica bem encarnada nas chamadas práticas de ajuda mútua para as quais alguns desses “líderes” foram formados — em cursos de liderança e ativismo — a fim de exercerem um papel de “espelho” na acolhida de pessoas recém-diagnosticadas como HIV-positivas, como Vânia fez menção em nossa entrevista. Além disso, no *ativismo artístico* é também possível demarcar um tipo de clínica — ainda que esse agenciamento seja instigado aqui de modo canhestro — uma vez que as palavras de ordem poético-musicais com as quais se relaciona geram uma mobilização afetiva com potência de instituição de novos sentidos para a soropositividade. Por fim, o clínico também se efetua nos contextos informais da Rede, como, por exemplo, pela manifestação de um burburinho simultâneo à fala “oficial” dos líderes no momento das reuniões, quando um *encontro* aí se atualiza anonimamente, produzindo uma resistência à centralidade do *ritual* enquanto ordem do discurso (FOUCAULT, 2012) desses eventos mensais.

No ano de 2015, apenas em um momento a clínica se sobrepôs ao ativismo enquanto agenciamento: foi em uma confraternização natalina produzida por acadêmicos de enfermagem de uma faculdade particular de Fortaleza, realizada na Casa de Retaguarda (CRC) — um espaço vinculado ao Hospital São José que acolhe por

determinado período de tempo pacientes oriundos do interior do estado do Ceará que realizam tratamento nesse centro hospitalar. Em suas dinâmicas, os estudantes fizeram largo uso de discursos religiosos e de autoajuda como forma de operar ressignificações do diagnóstico. Percebi, entretanto, que tais discursos entretecem um liame intrínseco com um *agenciamento disciplinar*, na medida em que lançam mão de atos de fala/palavras de ordem que visam a prescrever “condutas desejáveis” no que diz respeito à relação de cada um com a sorologia positiva. No fragmento seguinte do diário de campo, o interfluxo desses dois agenciamentos mostra-se bem evidenciado:

Deu-se início, então, à segunda atividade do dia. Foi entregue a cada participante um pedaço de papel ofício em branco. Ficamos bastante curiosos, em labor de especulação, a propósito do que seria feito com tal objeto, até que uma das acadêmicas nos orientou a assimilar o papel à nossa própria vida. Dada a coordenada, ela disparou a leitura de um texto cujo tema, segundo ela, era “problemas na vida”: *“Durante toda a nossa vida, na nossa caminhada, todos nós passamos por dificuldades: estresse, ingratidão, abandono, cansaço, irritação, falta de amor ao próximo ou mesmo solidão”*. Ao mencionar tais palavras, outra estudante indicou-nos a movimentar a folha com veemência, de modo a produzir um estrépito, um som nauseabundo. E a oradora continuou: *“Todas essas coisas que acontecem com a gente, que se manifestam na nossa vida, nós insistimos em ser contrários a essas coisas e preferimos fazer barulho. E nós não usamos essas coisas como crescimento, nós preferimos ser contra essas coisas”* (sic). Agora sugerindo desamassar lentamente o papel, ela disse:

Quando nós reconhecemos que essas dores vêm pra nos fortalecer, nos fazer crescer como pessoas, que vêm para nos transformar e que aquele barulho que nós fazíamos é uma rebelião contra os desafios que a vida vem nos apresentar, percebemos que ao se entregar verdadeiramente a **não reclamar, não torturar, não fazer barulho** (+) e aceitar essas dificuldades que aparecem na nossa vida como um desafio de transformação, a **nossa vida será suave e nós não faríamos mais aquele barulho de antes**. E aqui é uma prova de que as dificuldades que vêm na nossa vida vêm pra nos transformar, pra nos fazer crescer. É preciso entender que todos nós passamos por dificuldades, mas o que vai diferenciar é a minha atitude frente ao problema que eu vou passar. **Eu vou querer fazer só barulho?** Ou eu vou querer passar por essa dificuldade e tirar alguma lição, tentar entender por que estou passando por aquilo? Quando a gente passa por isso, a gente passa a viver a vida de modo mais leve /.../  
(Fragmento do diário de campo do dia 25 de novembro de 2015)

Tem-se aí que a adoção de regras coercitivas como “não reclamar”, “não torturar” e “não fazer barulho” é valorada positivamente, uma vez estando correlacionadas a um *fim*, uma *promessa*, um *telos* igualmente positivo: a suavidade e a leveza de uma vida a que só chegarão aqueles pacientes que se portarem de modo dócil e disciplinado com relação à terapia. Toda uma tecnologia de poder (FOUCAULT, 2013, p. 132-133) aí se desdobra no exercício de uma “coerção sem folga”, de um

“poder infinitesimal” que se perpetua como uma “mecânica” a atravessar “movimentos, gestos, atitude, rapidez”. Toda uma produção de subjetividade soropositiva, enfim, aí se delinea a partir desses atos de fala/palavras de ordem que se impõem sorratamente sobre os corpos em questão, forjando uma reterritorialização imprescindível à adesão massiva ao tratamento antirretroviral. Pela ambiência festiva que o envolve, esse “reforço” disciplinar não é imposto como um ato violento, sendo, do contrário, processado de modo molecular ou microfísico.

Há, apesar disso, um nicho de potência na atmosfera lúdica que acompanha essas atividades de ajuda mútua. Com elas, quebra-se a sisudez verticalizada que cadencia os momentos de militância das reuniões mensais, dando maior abertura à espontaneidade, às emoções, ao humor, ao relato de si. Em seguida às dinâmicas, muitos participantes entabularam depoimentos sobre a sua vida como soropositivos, mostrando-se bastante tocados pelos enunciados religiosos<sup>182</sup> e de autoajuda que predominaram nas mediações realizadas pelos estudantes, como foi o caso de Roberta:

Essa mensagem foi pra mim. Foi pra mim mesmo. Porque eu passei no ano passado por muitas situações difíceis que teve três momentos que eu quis desistir. E isso aqui foi um recado pra mim. ((Lê a mensagem)) “Deus não coloca obstáculos em nossa vida; Ele coloca a fé e a força para vencermos as dificuldades.” Então foi pra mim mesmo. **(Roberta, 25 de novembro, Casa de Retaguarda)**

A cada vez que a reunião devém encontro, abre-se um interstício para fissurar os significados estigmatizados do “ser soropositivo”. Isso se desencadeia a partir da negociação de outros significados, o que passa pela incorporação de artifícios subjetivos tais como as metáforas militares — a exemplo da luta, da guerra, da batalha; e seus adjetivos correlatos, o lutador, o guerreiro, o batalhador — sobre que me detive no tópico *As metáforas e os territórios subjetivos da soropositividade* do capítulo segundo. Não há aqui linha de fuga, mas, tal como no relevo nº 2, há uma linha flexível de simulação (ROLNIK, 2014) que oscila tanto para os estratos duros quanto para os fluxos que podem promover mutações subjetivas por meio de novos contágios.

---

<sup>182</sup> A propósito dos enunciados religiosos, cabe assinalar que são uma constante em todas as atividades da RNP+. Por exemplo, ao fim de toda reunião, quando, de pé, os membros dão-se as mãos, a mediação sempre entoa um *Pai Nosso* ou uma *Ave Maria*. É vistoso o constrangimento de alguns membros que enunciam essas palavras apenas por força do ritual. A despeito da forma naturalizada com que é encarado — haja vista que a maioria dos redianos têm fé de matriz cristã —, esse rito vai de encontro à coordenada da carta de princípios da RNP+, em que se afirma ser esta uma organização laica, sem privilégio a qualquer tipo de credo.

O “estar-na-Rede” — compreendi melhor nesse dia — não corresponde a um se fazer presente à sede da instituição, mas a um agenciamento que entrança enunciados e corpos em torno de alguns relevos conectados à produção de subjetividade soropositiva. Como fazer para que os agenciamentos da Rede se desembaracem de suas redundâncias, fazendo-lhes serem cruzados por linhas de fuga que lhes permitam criar outros enunciados e corpos? Questionamento de difícil resolução, decerto. Com Deleuze e Guattari (2010a), possa-se talvez respondê-lo dizendo ser preciso dar vazão ao potencial criativo do desejo, a partir da introjeção de uma micropolítica que faça a Rede descolar-se um pouco a si própria, de modo a disseminar contágios e, logo, suscitar novos acontecimentos. Trata-se de forjar o que Deleuze (2013a) chama de uma “espontaneidade rebelde” que restitua a potência de “acreditar no mundo”:

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar novos acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. (p. 222)

À maneira de um fecho artificial, nesse trabalho de costura de tais relevos despontados no cartografar, no tópico subsequente, arrasto de meu diário de campo um relato escrito a propósito de minha participação na parada do 1º de dezembro, Dia Mundial da Luta Contra a AIDS. Em Fortaleza, esse evento é tradicionalmente realizado na Praça do Ferreira, quando diversas ONGs e representantes dos poderes públicos se congregam para realizar ações de conscientização e prevenção (*agenciamento disciplinar*) relativamente à epidemia de AIDS.

Nesse espaço tomado histórica e afetivamente como um “coração da cidade”, ao longo do dia, os redianos distribuíram preservativos, participaram de matérias jornalísticas e conversaram com os muitos transeuntes que pervagavam na Praça. Como na mediação que anteriormente descrevi, esse deslocamento do espaço físico também provocou desarranjos pontuais na forma de organização hegemônica do grupo, ocasionando como corolário uma descentralização do ativismo militante, artifício subjetivo que passou a ser incorporado por grande parte dos redianos. Além disso, encarnou-se uma articulação dos diversos agenciamentos em operação na Rede. O ativismo, a clínica e a disciplina entrelaçados em uma única meada. Nisso, efemeramente, a Rede deveio *matilha*, e a AIDS deveio *aids*. E, na praça, de olhar,

ouvidos, tato; caneta e papel, o cartógrafo deveio andarilho sob a luz candente do sol de dezembro.

#### 5.4 1º DE DEZEMBRO DE 2015 – DIA MUNDIAL DA LUTA CONTRA A AIDS, PRAÇA DO FERREIRA<sup>183</sup>

Foi com o predicado de “vergonhoso” que a coordenação da RNP+/CE classificou a organização do Dia Mundial da Luta Contra a AIDS em Fortaleza. Havia-se articulado, em parceria com a Prefeitura de Fortaleza e a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, a montagem de um amplo aparato — composto por tendas; palco para apresentação de palestras e mesas onde se instalariam os diversos movimentos sociais convidados etc. —, entretanto, o que se viu foi uma pequena e rudimentar estrutura de ferro engendrada em frente ao Cine São Luiz, servindo de cobertura a algumas poucas mesas e cadeiras a ocupar o espaço interno.

Logo que cheguei à Praça do Ferreira, esbarrei com um W. e um Nelson visivelmente exasperados em razão disso que denominaram como uma “desfeita indesculpável” com as pessoas vivendo com HIV/AIDS de Fortaleza. O principal alvo dos discursos de revolta ouvidos ao correr desse dia foi, como esperado, o prefeito de Fortaleza. A queixa central reiterada por W. em entrevistas a diversos meios de comunicação aludiu ao descumprimento da promessa de receber os ativistas da RNP+ e de outras ONG/AIDS em seu gabinete para reassegurar o compromisso que assumira em 2014 de disponibilizar mil bilhetes únicos para as pessoas vivendo com HIV/AIDS. Conforme informou o coordenador da Rede, até o momento, foram entregues apenas duzentas e vinte carteirinhas pagas com recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), e não com recursos do município — como, segundo ele, quer dar a entender o gestor municipal.

Fizeram-se reverberar, aqui, alguns atos de fala em franco tom de protesto contra as gestões estadual e municipal. Em uma das entrevistas, W. enunciou: “*AIDS Vós*<sup>184</sup>, *Roberto Cláudio e Camilo Santana*<sup>185</sup>”, sugerindo possível ameaça judicial por negligência na execução das políticas públicas voltadas às pessoas vivendo com

<sup>183</sup> Relato extraído do diário de campo.

<sup>184</sup> Um trocadilho que joga com a expressão “ai de vós” frequente no discurso bíblico.

<sup>185</sup> Roberto Cláudio e Camilo Santana são os políticos que, respectivamente, encontram-se nos postos de prefeito de Fortaleza e governador do estado do Ceará no ano de 2015.

HIV/AIDS. Apesar da tristeza acarretada pela quebra da expectativa voltada para o dia de hoje, os membros não se renderam, aderindo massivamente ao coro das palavras de ordem, mormente puxadas por W., em tom de resistência.

Nesse *topos* exógeno ao espaço físico da instituição, a molaridade e a molecularidade encarnaram processos ativos, e um devir-grupo foi acionado de modo a disparar ações de resistência coletiva. Não mais apenas W. ou Nelson ou Olívio enquanto “porta-vozes” de uma coletividade de nome RNP+; mas *uma* RNP+ enquanto máquina individual e coletiva agenciada em praça pública: lugar de perambulação de transeuntes instituídos ou não de um *telos*.

Potentes fraturas foram forjadas com esse deslocamento, não apenas de cunho espacial, mas, também, subjetivo. A primeira de todas diz respeito à pulverização do agenciamento ativista, posto que, no *stand* onde se alojaram os redianos, houve intensa participação de todos os presentes — cerca de trinta a quarenta membros estiveram na praça do período matinal ao vespertino —, fosse na distribuição de preservativos, no esclarecimento de dúvidas ou na aparição em reportagens. O que anteriormente parecia se limitar ao âmbito de uma “liderança” se espalhou, em alguns momentos, para o coletivo, gerando novos efeitos de subjetividade para os “demais membros”, problematizando, assim, o binômio “representantes x representados” característico ao cotidiano da RNP+.

Um momento de particular excitação se deflagrou quando, tendo sido W. recusado para entrevista em uma importante emissora de TV do estado, a qual conferiu exclusiva atenção à voz de um representante da Secretaria de Saúde, os redianos, amotinados pelo coordenador, deblateraram repetidas vezes a palavra de ordem “*Fortaleza sem prefeito*”. O grito parece ter soado embaraçoso ao ponto de o repórter lançar sinal para o encerramento repentino da transmissão ao vivo. Mas o protesto não cessou aí. Na saída de tal equipe jornalística, o mesmo grupo começou a berrar o ato de fala “*imprensa golpista*” — nesse momento ganhando a adesão especial de alguns simpatizantes a cruzar a Praça do Ferreira no horário da tarde.

O corolário imediato de tal reportagem foi a primeira exposição pública em nível mais amplificado de alguns membros da Rede. Para muitos, o anonimato e a confidencialidade são pressupostos irrevogáveis, como é o caso de Fábio, um dos entrevistados no dia de hoje. Já para outros, o “abrir-se” não é de todo ignorado, mas



dialoga com um processo que relaciona elementos tais como: i) o tempo de convivência com o vírus; e ii) a relação com diversos estratos sociais (família, amigos, trabalho etc.). Aline, das *Cidadãs Posit(h)ivas*, disse-me ser este o primeiro ano em que se lança de modo mais destemido na exposição da sorologia positiva, exibindo o rosto para intervenções públicas e entrevistas. O momento mais simbólico no que tange a essa “saída de armário” se deu ontem, dia 30 de novembro de 2015, quando, junto a Nelson, Aline participou de uma matéria no jornal *O Povo* pautando o Dia Mundial da Luta Contra a AIDS. Para ela, a exibição é a consequência natural de uma trajetória de dez anos de participação em movimentos sociais como a RNP+/CE e a RSP/CE (Rede de Solidariedade Positiva), período em que passou por enérgicas transformações no modo como experiencia a condição soropositiva.

Um outro burburinho de agenciamentos moleculares se desenvolveu nesse dia. Algo como uma *máquina de guerra*, à maneira da que descrevem Deleuze e Guattari (2012a), foi ativada: fluxos que se multiplicam a contrapelo de uma *máquina de Estado*, hierárquica e centralizada. É bem verdade que W., em diversos momentos e sob variegadas facetas, deu mostras de sua liderança; e que há, sim, muita confiança introjetada em seu trabalho (macro)político por parte da maioria dos redianos. É como um sistema do tipo *retroalimentação*, se se olha apenas de um ponto de vista molar. Afirmar isso, porém, não é suficiente para descrever as atividades operadas, hoje, pelo coletivo. Cada um participou do 1º de dezembro a seu modo singular. À progressão em que tinha o sino da Coluna da Hora, mais encontros se desenrolavam, com membros de outros grupos ou com transeuntes curiosos por informações e/ou interessados em brindes como preservativos e lubrificantes. E, nesses momentos, ao invés de choro, risadas inauditas de difícil descrição. A AIDS não se trajou aqui com o véu estigmatizado, funéreo e pavoroso característico de suas primeiras representações sócio-midiáticas. Não perdeu, com isso, certa circunspeção com que também deve ser manuseada enquanto discurso, mas figurou de modo mais molecularizado como um fato correlacionado à cotidianidade urbana, concernente a cada andarilho da praça, e não apenas àqueles de sorologia reagente.

Engatilhou-se, assim, um exercício de desconstrução da ideia da AIDS como “doença do outro”, do estrangeiro ou do estranho” (DANIEL, 1991, p. 32) nas interações dos membros em agenciamento ativista com os caminhantes do centro da cidade. Ao mesmo tempo, do lado dessas subjetividades, a participação em tal processo

configura-se como uma atitude na direção de um grito contra o lastro estigmatizado da doença ou contra a *morte civil* (DANIEL; PARKER, 1991) das PVHA. A decisão de escancarar a sorologia positiva posiciona-se enquanto uma forma possível de subversão do estigma; enquanto um modo alternativo de produção de saúde e sujeitos, já não mais conformado a um paradigma *extensivo* — voltado para “a frieza estatística da quantidade de anos atingida por uma pessoa” (PERLONGHER, 1987, p. 89) —, porém *intensivo*, a contemplar “a riqueza e a qualidade da experiência de vida” (ibid.). Tal grito encontra-se manifesto no próprio *slogan*<sup>186</sup> da RNP+/Brasil, que entoou: “Antes nos escondíamos para viver, hoje nos mostramos para viver”.

Nesse momento, já não se colocava em dimensão primeira a AIDS enquanto monumental e soturno significativo, mas talvez “apenas” a *aids* como realidade social a pôr em jogo simultaneamente o desejo, o risco e o gozo (p. 92) inerentes ao exercício das sexualidades. Vivificou-se, possivelmente, a impressão de que

não há *algo* a ser desvendado, não há coisa oculta atrás da AIDS. Há exatamente a complexidade de um “vazio” de onde se pode criar, inventar tudo, aquele conjunto de infinitas dimensões sociais de onde parte a fundação imaginária da sociedade: ali onde não há determinação nem acaso, liberdade nem opressão, porque dali saem todas as forças trágicas da possibilidade de inventar. (DANIEL, 1991, p. 83)

E é precisamente a partir da brecha aberta por uma dessas “forças trágicas da possibilidade de inventar”, aludidas pelo ativista Herbert Daniel, onde se faz operar a atividade de ressignificação do estigma enquanto “nódoa social” (MELO, 2002); além disso, é onde também se exerce um trabalho de subjetivação no sentido foucaultiano tal como retomado por Deleuze (2013b). Uma linha de fuga se retesa no espaço cristalizado das redundâncias, das subjetividades dominantes, das representações<sup>187</sup>. A *aids* despoja-se, enfim, de sua força de Esfinge a escamotear um segredo sobre o sexo e a morte: “Estritamente: ela deve ser *banalizada* como doença, *discutida* no conjunto de doenças de hoje.”, assinala Daniel (1991, p. 86). E tal agenciamento se processa no domínio do imperceptível molecular, direcionado aos fluxos, não adquirindo registro no plano

<sup>186</sup> Disponível em: <<http://www.rnpvha.org.br/>> Acesso em 5 dez. 2015.

<sup>187</sup> A esse respeito, comenta Daniel (1991, p. 83-84): “Nossas representações limitam o mundo a lugares dimensionados e fechados, mas o “aberto continua aí, pulsação de astros e enguias, anel de Moebius de uma figura do mundo onde a conciliação é possível, onde anverso e reverso deixarão de se desgarrar, onde o homem poderá ocupar o seu posto nessa jubilosa dança que alguma vez chamaremos realidade (In: CORTÁZAR, *Prosa de Observatório*, São Paulo, Perspectiva, 1974).”

molar — sistema de referência com o qual a presente gestão da RNP+, manifestamente, mais se identifica.

Em virtude dos reveses encontrados no dia de hoje, a coordenação, mais afeita à publicização das suas reivindicações políticas, orientou os redianos a uma evasão massiva da praça. De fato, quando a Coluna da Hora pontuou três horas da tarde, já não haviam mais tantos membros alojados no *stand*. Ficou-me, todavia, o sentimento de que o dia de hoje não foi de todo em vão. Mesmo que, infelizmente, não tenha havido robusto empenho por parte dos poderes públicos na organização desse evento de simbolismo incontestado, as movimentações operadas neste *aqui* tramaram um *devir-matilha* para a RNP+: “uma circulação de afectos impessoais, uma corrente alternativa, que tumultua os projetos significantes, tanto quanto os sentimentos subjetivos” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 12). A RNP+ devindo, finalmente, rede: *trama grupal* urdida coletivamente — mesmo que essa tecedura invariavelmente regresse às mãos da sua hierática “liderança”, como no exemplo dessa debandada.

#### **5.4.1 O ativismo militante, mais uma vez**

Ao chegar a casa após ter atravessado parte da manhã e da tarde com o grupo na Praça do Ferreira, vejo que recebi pelo *Whatsapp* uma mensagem de texto escrita pelo coordenador administrativo.

Em linhas extensas, W. textualiza todas as injustiças que, segundo ele, os gestores públicos cometeram em relação ao 1º de dezembro. Embora não reporte a nada de excepcionalmente novo para mim, esse texto sinaliza mais uma vez para o que pude tomar nota ao longo da travessia com a Rede: a proeminência da militância como forma unívoca de “fazer ativismo”. E, como sobejamente descrito e analisado no processo de escrita, essa produção de subjetividade correlaciona-se à denúncia como ato de fala/palavra de ordem mais indicativa. Dadas essas causas, tal escrito desponta como um acontecimento que muito diz do modo como esse ativismo é aqui agenciado. Razão por que o designo para dar um arremate a essa urdidura a que genericamente prediquei como *ageciamento-RNP+*.

Com a palavra (de ordem), W.:

O 1º de dezembro na cidade de Fortaleza foi marcado pela falta de respeito com as pessoas que vivem com HIV pela SMS e Prefeitura de Fortaleza.

Após reunião com a Secretária de Saúde Socorro Martins e a Coordenadora da área técnica de DST/AIDS, Fabiana Sales, em que acordamos as ações deste primeiro dia de dezembro na Praça do Ferreira, que tínhamos uma reunião COM O PREFEITO dias antes para que o mesmo assumisse o que garantiu há um ano, porém descumprindo o que o próprio Roberto Cláudio teria garantido em coletiva de imprensa em dezembro de 2014, que estaria disponibilizando 1000 BILHETES ÚNICOS para as pessoas que vivem com HIV em Fortaleza, e que apenas 220 estão recebendo isto já pago com recursos do FNS e não com recursos do municípios. A vergonha para quem passou pela Praça do Ferreira neste 1º de dezembro e indignação para o fórum de ONG AIDS e as PVHA na praça foi a estrutura TRISTE oferecida pelo prefeito, de apenas uma barraca fundo de quintal, uma caixa de som improvisada para pagode e umas três mesas da Unidade móvel Fique Sabendo Jovem emprestada pela RNP há mais de um ano e ainda não devolvida. Uma demonstração de desrespeito e falta de conhecimento e responsabilidade política com quem gerencia recursos da saúde e provenientes da portaria 3276 de dezembro de 2013 em que o município de Fortaleza recebe mais de um milhão e meio só desta rubrica e que não sabemos com que gasta e para onde vai esse dinheiro que poderia perfeitamente pagar uma estrutura decente e menos vergonhosa NO DIA MUNDIAL DE LUTA CONTRA A AIDS. Como se nós que vivemos com HIV nesta cidade fossemos um bando de forasteiros de dignidade, respeito e deserdados da honra de seres usuários do SUS. O PREFEITO DE FORTALEZA deve resposta às PVHA e precisa cumprir o que propaga, e que mesmo após 12 meses de espera o Movimento e quem tem AIDS nesta cidade teve sua reunião cancelada pelo Sr. Roberto Cláudio que não cumpre sua responsabilidade.

Tudo foi milimetricamente planejado e organizado pela área técnica e sua equipe que não mediu esforços para oferecer um 1º de dezembro como realizado historicamente e infelizmente não executado pela SMS e Prefeito desta cidade. A secretária de saúde passeou na Praça do Ferreira e nada DISSE para inúmeras pessoas com AIDS que ali se encontravam a espera de seu pronunciamento, uma vergonha jamais vista na história de mais de 30 anos nesta cidade. Apenas deu entrevista para uma emissora falando o que convém a esta prefeitura inexistente na hora de atender o clamor de quem tem AIDS no que já foi esta cidade desgovernada para quem tem AIDS.

**EXIGIMOS UMA RESPOSTA URGENTE DE QUEM OCUPA A CADEIRA DE PREFEITO** em relação aos 780 bilhetes únicos que foram apenas matéria de jornal.

**EXIGIMOS UMA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS** dos recursos recebidos em 2015 e das ações realizadas como forma de transparência da gestão pública o que foi uma omissão de realização de ações de DST/AIDS. Como exemplo: um edital lançado para a sociedade civil em 5 de dezembro de 2014 e que até o momento nenhum convênio foi assinado com as instituições do Fórum do Movimento social de Luta contra AIDS... E caso estas respostas por parte da SMS e da Prefeitura de

Fortaleza não ocorram nos próximos dias acionaremos as instâncias superiores e de Controle dos Recursos Públicos tão mal gerenciados nesta cidade.

W.M.  
Pessoa vivendo com HIV/AIDS há 18 anos  
Coordenador da RNP+ Núcleo Ceará

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cartografar a produção de subjetividade soropositiva na Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (RNP+/CE) foi o objetivo dessa dissertação. Para isso, lancei-me em um processo de habitação dessa ONG/AIDS, disparado no ano de 2013, porém vivido de modo mais intensivo no ano de 2015. Nesse período, frequentei suas reuniões mensais; participei de eventos realizados fora do espaço da Rede e interagi com seus membros (os *redianos*) por meios outros, tais como o *Facebook* e o *Whatsapp*.

Integrou o processo de composição desse trabalho a consideração de que a RNP+ é um dos estratos do Agenciamento-AIDS, o qual é composto por uma série de instituições e discursos. Como asseveram Perlongher (1987) e Daniel (1991), a biomedicina tem o primado da expressão relativamente a esse agenciamento, tendo em vista que os próprios conceitos de AIDS e de soropositividade têm emergência a partir desse saber-poder. Isto posto, interroguei-me acerca das funções exercidas pela RNP+/CE no âmbito desse agenciamento mais geral. À maneira de “respostas”, despontaram algumas palavras de um panfleto publicitário (na seção introdutória) anunciando alguns dos “serviços” da instituição: “ativismo”, “apoio”, “cidadania”, “solidariedade”. Delineou-se aí o *insight* de que é a própria RNP+ um agenciamento, porquanto é também atravessada por regimes de *expressão* e de *conteúdo* (DELEUZE; GUATTARI, 1995a; 1995b) em pressuposição recíproca.

Ao se encontrar com a RNP+, a produção de subjetividade soropositiva — alinhada ao Agenciamento-AIDS — deparou-se com outros agenciamentos: disciplinar, ativista, artista e clínico. Na cartografia, somente estes três últimos ganharam estatuto de *relevo*, uma vez tendo irrompido com maior ou menor frequência no diário de campo e nas entrevistas aqui realizadas. Como forma de analisar esses agenciamentos, tomei como limiar a articulação dos conceitos de *atos de fala* (AUSTIN, 1990) e *palavras de ordem* (DELEUZE; GUATTARI, 1995b) discutidos na terceira seção da cartografia, enquanto uma possibilidade de acompanhar o traçado das linhas de composição (2012a) desses processos e os efeitos de subjetividade que suscitam.

O agenciamento ativista (*relevo n° 1*) impôs-se como um relevo predominante na geografia da RNP+/CE. Ele diz respeito, em si, a uma produção de subjetividade que

atravessa a soropositividade. Há, entretanto, como pude tomar nota, diferentes formas de pensar e compor esse território existencial, de que o *ativismo militante* e o *ativismo artístico* são exemplos. No contexto dessa ONG/AIDS, entretanto, o *ativismo militante* ou *ativismo de embate* mostrou-se hegemônico. Assimilou-se a essa forma de expressão o ato de fala/palavra de ordem da *denúncia*, como ato ilocucionário (AUSTIN, 1990) fulcral à fiscalização do cumprimento das políticas públicas voltadas para as pessoas vivendo com HIV/AIDS, trabalho a que a RNP+ vigorosamente se dedica. Exemplo da proeminência desse tipo de manifestação do ativismo está na análise do ato de fala “Socorro ao São José” (tópico 5.1.2) e do *efeito perlocucionário* que deflagrou em uma esfera *molar*, isto é, no nível do discurso político do grupo, no relato da reunião do mês de novembro de 2015.

A despeito de ser tido como incontroversamente relevante, a forma exclusivista com que o ativismo militante foi encarado pela coordenação constituiu matéria de conflito entre os ativistas. Essa recalcitrância acabou por indicar uma política de tipo arborescente — verticalizada, centralizada e baseada em “liderança” — bastante arraigada no seio desse grupo. Foi essa “tutela” que impulsionou a maioria acachapante dos jovens da ONG à fundação de uma nova Rede, amparada na identidade de adolescentes e jovens (tópico 3.3). Esse mesmo fator também incitou o ruidoso *burburinho* (tópico 5.1.3) no espaço-tempo das reuniões mensais, enquanto um clamor de *encontro* que se insurge contra o conservador modo de organização “representantes *versus* representados”. Além disso, efetuou-se também uma resistência na forma de existencialização do grupo no *Whatsapp* (tópico 5.1.5), quando essa ordem do discurso *ritualística* (FOUCAULT, 2012) foi contrariada por atos de fala/palavras de ordem no sentido de uma contestação.

O agenciamento artista (*relevo nº 2*) apresentou-se, de certo modo, como um contraponto ao monopólio militante. Disse, assim, de uma outra forma de agenciar o ativismo e a soropositividade. Correlacionaram-se a essa forma expressiva atos de fala/palavras de ordem poético-musicais performatizados no âmbito das reuniões da Rede. Analisei-os em sua potência de mobilização afetiva e de instauração de um outro espaço-tempo nessa ambiência institucional, de modo a fraturar a rigidez protocolar, produzindo um *encontro* no lugar da *reunião*. Embora tenha se constituído como um tipo de ativismo mais “molecularizado”, esse território subjetivo não se encontrou suficientemente pulverizado em relação ao grupo, sendo monopolizado pela mediação

das reuniões. Houve, todavia, por parte de determinados ativistas entrevistados (inclusive, do próprio mediador), um desejo por disseminá-lo como uma estratégia para ativar uma *clínica* mais efetiva, de modo a conceber um *devir-artista* como uma forma de expressão possível da soropositividade.

O agenciamento clínico (*relevo n° 3*) encampa as práticas de ressignificação da sorologia positiva. Essa função foi engatilhada, oficialmente, a partir dos chamados encontros de *ajuda mútua*, como são designadas as reuniões em que a sorologia positiva é alçada à condição de “tema” a ser debatido pelos soropositivos, sejam eles novatos ou veteranos. Como pude assinalar, o ano de 2015 caracterizou-se por certo escanteamento da ajuda mútua nas reuniões da Rede. Ao curso do trilhar cartográfico, entretanto, certos sinais me indicaram a presença de uma clínica se efetuando colateralmente aos outros agenciamentos. Nesse sentido, tanto o ativismo quanto a arte engendraram vetores moleculares com potência de redimensionamento da AIDS enquanto *sentença de morte*, incubando novas possibilidades de performatizar a soropositividade e de *tramar gritos de fuga* (DELEUZE; GUATTARI, 1995b).

O emaranhamento dos relevos se dá por meio da *máquina abstrata* que torna indiscernível a fronteira entre os agenciamentos (tópico 5.3). Foi isso o que pôde explicar o ativismo e a arte como clínicas — na medida em que afirmaram uma forma de viver outramente a soropositividade, ressignificando o lastro estigmatizado da doença —; mas também a clínica enquanto um meio para a disciplina, quando, por exemplo, a “ajuda mútua” foi apropriada como instrumento para a emissão de palavras de ordem que impuseram, insidiosamente, determinadas “condutas desejáveis” em relação à vivência soropositiva.

Acerca da soropositividade, pode-se dizer que não se circunscreve estritamente a um diagnóstico. Com efeito, este se dimensiona aí como um momento crucial, na medida em que, incorporalmente, conforma um determinado tipo de corpo — o do *soropositivo*, do *aidético*, do *pestilento*, do *pária* — investido por uma legião de palavras de ordem. Mas essa cartografia pôde sinalizar para algo mais: a soropositividade é também matéria de agenciamentos e performances, é também um fazer. Ao adentrar a Rede, ela é conectada a outros territórios existenciais, outras micropolíticas com seus atos de fala/palavras de ordem correlatos indexicalizando processos individuais e/ou coletivos.



Por meio dessa travessia, pude demarcar tanto sentenças quanto fugas. Tais senhas da palavra de ordem, entretanto, variam com os movimentos da paisagem em permanente processo de transformação. A cartografia, vale reiterar, apenas traça um mapa intensivo do grupo em determinado momento de sua formação, não sendo como um presunçoso registro fidedigno, mas como um desenho pragmático, mutante. É, para recuperar expressão acolá utilizada, um “turismo de guerra” que se deixa atravessar pelas intensidades e afectos ambientes. É um atravessamento ou, para melhor dizer com o que aqui escrito, uma dilatação para um *contágio*. Outra epidemia aqui se fez — e desfez.

## REFERÊNCIAS

- ALLIEZ, Éric. **Deleuze: filosofia virtual**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- ALMEIDA, Júlia. **Estudos deleuzeanos da linguagem**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado (Notas para uma investigação)**. In: ZIZEK, S. (org.). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010. (v. 1).
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: Palavras e ação**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2012.
- BERNADET, Jean-Claude. **A doença: uma experiência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BIEHL, João. **Will to live**. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- BORBA, Rodrigo. Interconexões entre Linguística Aplicada e práticas de atenção à saúde: Linguagem e Identidades na prevenção de DSTs/AIDS entre travestis profissionais do sexo. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 21 [4], p.1369-1400, 2011. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=611080&indexSearch=ID>> Acesso em: 2 jul.2014.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- DANIEL, Herbert; Parker, Richard. **AIDS, a terceira epidemia: ensaios e tentativas**. São Paulo: Iglu, 1991.
- DANIEL, Herbert. A AIDS é um tigre de papel... higiênico. In: **AIDS, a terceira epidemia: ensaios e tentativas**. São Paulo: Iglu, 1991.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações [1972-1990]**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013a.
- \_\_\_\_\_. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013b.
- \_\_\_\_\_. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Editora 34, 2011a.
- \_\_\_\_\_. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2011b.

\_\_\_\_\_. **A ilha deserta**: e outros textos; edição preparada por David Lapoujade. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 1. São Paulo: Editora 34, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. São Paulo: Editora 34, 1995b.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 3. São Paulo: Editora 34, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 4. São Paulo: Editora 34, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 5. São Paulo: Editora 34, 2012c.

\_\_\_\_\_. **Kafka**: por uma literatura menor. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Anti-Édipo**: Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2010a.

\_\_\_\_\_. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010b.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

DERRIDA, Jacques. Assinatura acontecimento contexto. In: DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Campinas: Papyrus, 1991.

ESCÓSSIA, Liliana da; TEDESCO, Silvia. O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. In: KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010. (v. 1).

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, Luís Paulo da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FERREIRA, Raimundo Ruberval. **Guerra na língua**: mídia, poder e terrorismo. Fortaleza: EdUECE, 2007.

FONSECA, Tania Mara Galli; FARINA, Juliane Tagliari. Clinicar. In: **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural no Collège de France. São Paulo. Ed. Loyola: 2012.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Roberto Machado (org). 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

\_\_\_\_\_. Moral e prática de si. In: **História da sexualidade**: O uso dos prazeres. São Paulo: Paz e Terra, 2014b. (v. 2).

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade**: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra: 2014c. (v. 1).

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

\_\_\_\_\_. Introdução à vida não fascista. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e escritos**: Ética, sexualidade, política. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (v. 5).

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FUGANTI, Luiz. **Agenciamento**. Disponível em: <[www.luizfuganti.com.br](http://www.luizfuganti.com.br)> Acesso em 10 fev. 2015.

GALVÃO, Jane. **1980-2001**: uma cronologia da epidemia de HIV/AIDS no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: ABIA, 2002.

GUANDALINI JR., Walter. **A crise da sociedade de normalização e a disputa jurídica pelo biopoder**: o licenciamento compulsório de patentes anti-retrovirais. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2006.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2011.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010. (v. 1).

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010. (v. 1).

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. In: KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; TEDESCO, Sílvia (orgs.). **Pistas do método da cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2014. (v. 2).

KROEF, Ada. Identidade(s) e cultura(s): territórios da subjetividade capitalística. **Artefactum** – Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia, ano III, n. 2, p. 05-29, jul. 2010.

LATOUR, Bruno. First Source of Uncertainty: No Group, Only Group Formation. In: **Reassembling the Social**. New York: Oxford University Press, 2005.

- LEMINSKI, Paulo. **Toda Poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LIMA, Fernando Henrique. **A construção do preconceito no sujeito portador de HIV: o poder do discurso midiático na representação do estigma social**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (POSLA), UECE, Fortaleza, 2015.
- MACHADO, Roberto. **Deleuze, a arte e a filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- MANSANO, Sônia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, p. 110-117, 2009.
- MARCONDES, Danilo. A filosofia da linguagem de J. L. Austin. In: **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MARTIN, Denise. Mulheres e AIDS: uma abordagem antropológica. **Dossiê AIDS – Revista USP**, (33): XX-XX, p. 90-101, mar./mai., 1997.
- MARTINS, Helena. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (v. 3).
- MELO, Zélia Maria de Melo. Estigma: a deterioração da identidade Social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE INCLUSIVA, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 1999.
- MISKOLCI, Richard. Não Somos, Queremos: Reflexões queer sobre a Política Sexual Brasileira Contemporânea. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, 2011, v. 1, p. 37-56.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.
- OLIVEIRA, Manfredo. **A reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Loyola, 1996.
- OTTONI, Paulo Roberto. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- PARKER, Richard; AGGLETON, Peter. **Estigma, discriminação e AIDS**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA, 2001.
- PARKER, Richard; CAMARGO JR., Kenneth Rochel. Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 16. sup. 1. p. 89-102, mai. 2000.
- PARKER, Richard. **Na contramão da AIDS**. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Editora 34, 2000.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010. (v. 1).

\_\_\_\_\_. Por uma política da narratividade. In: KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010. (v. 1).

\_\_\_\_\_. Transversalizar. In: FONSECA, Tania Maria Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci. **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PELBART, Peter Pál. Elementos para uma cartografia da grupalidade. In: SAADI, Fátima; GARCIA, Silvana (org.). **Próximo ato: questões da teatralidade contemporânea**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vida Capital**. São Paulo: Iluminuras, 2011.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, Luís Paulo da (org.). **Por uma Linguística Aplicada Interdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-83.

PERLONGHER, Néstor. **O que é AIDS**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

PINTO, Joana Plaza. O corpo de uma teoria: marcos contemporâneos sobre os atos de fala. **Cadernos Pagu**, n. 33, p. 117-138, jul./dez. 2009.

POLLAK, Michael. **Os homossexuais e a AIDS: Sociologia de uma epidemia**. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. **Nova Pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. Atos ilocucionários como jogos de linguagem. In: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, n. 18, Lorena. **Anais...** Lorena: 1989. P. 523-530.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: Estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2009.

REBELLO, Hélio. Diapasão para tom menor. In: ALMEIDA, Júlia. **Estudos deleuzeanos da linguagem**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2014.

\_\_\_\_\_. Pensamento, corpo e devir: Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de Subjetividade**, v. 1, n. 2, p. 241-251, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEARLE, John Rodgers. **Expressão e significado: Estudos da teoria dos atos de fala**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SILVA, Tomás Tadeu da. Identidade e diferença: impertinências. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, ago. 2002.

\_\_\_\_\_. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOARES, Rosana de Lima. Aids e imprensa: escritos do jornal Folha de S. Paulo. **Interface**, v. 2, n. 2, p. 47-74, 1998.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora, AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **The way we live now**. Nova Iorque: The Noonday Press, 1991.

SÓFOCLES. **Édipo Rei**. Porto Alegre: L&PM pocket, 2008.

SOUSA, Edson Luiz André de. Entrevistar. In: FONSECA, Tania Maria Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci. **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SPINK, Mary Jany et al. A construção da AIDS-notícia. **Cadernos de Saúde Pública** [online], vol. 17, n. 4, p. 851-862. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2001000400019&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2001000400019&script=sci_abstract)> Acesso em 14 jul. 2014.

TEDESCO, Sílvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; TEDESCO, Sílvia. **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2014. (v. 2)

VALLE, Carlos Guilherme do. Identidades, doença e organização social: um estudo das 'pessoas vivendo com HIV e AIDS'. **Horizontes Antropológicos** (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 17, p. 179-210, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais**. São Paulo: n-1 edições; Cosac Naify, 2015.

ZAMBONI, Márcio. Dor, ressentimento e negociação: homossexualidade e soropositividade na trajetória de um herdeiro. XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE (CISO). **Anais...** Teresina, 2012. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT05-24.pdf>> Acesso em 30 jun. 2013.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

## APÊNDICES



## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**Uma cartografia do HIV/AIDS no contemporâneo: linguagem e produção de subjetividades em Rede**”. Os objetivos deste estudo consistem em 1) Acompanhar, nas reuniões regulares da RNP+/CE, os processos de produção das subjetividades HIV-positiva, analisando como as performances linguísticas se dão nesses contextos; 2) Descrever e analisar de que modo os encontros, as interações e os dispositivos de que a Rede lança mão (dinâmicas, palestras, exibição de filmes e documentários etc.) influenciam no processo de composição das soropositividades; e 3) Analisar como, através da linguagem, o estigma da doença é subvertido, e como são produzidas percepções vitalistas da soropositividade.

Caso você autorize, poderá: 1) participar de entrevistas; e 2) ter a voz gravada em registro de áudio (a depender da necessidade da pesquisa e do interesse do pesquisando).

A sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir dela. Tal recusa não acarretará em prejuízos na sua relação com o pesquisador ou com a RNP+/CE. Apesar do máximo cuidado com que trabalhará o pesquisador no sentido de evitá-los, alguns riscos de ordem emocional (como *enrubescimento*, *melancolia*, *constrangimento* e *ansiedade*) poderão se manifestar no envolvimento com este projeto. Tudo foi planejado para que estes não ocorram, todavia, caso o pesquisando venha a sentir qualquer desconforto decorrente da participação na pesquisa, o pesquisador deverá 1) procurar tranquilizar o participante (i.e. oferecendo um copo d’água; mudando o tópico debatido; falando palavras de conforto, etc.); 2) conversar sobre o projeto, esclarecendo quaisquer dúvidas sobre os objetivos aqui contemplados, enfatizando o livre arbítrio do sujeito para optar pela desistência da participação.

Você não receberá remuneração pela participação. Ao integrar este estudo, o participante contribui para a ampliação da pesquisa com o mundo social do HIV/AIDS, colaborando para o desenvolvimento de estratégias voltadas para o combate do estigma e da discriminação das Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (PVHA).

As suas contribuições não serão, em qualquer circunstância, divulgadas de forma a possibilitar sua identificação. Além disso, você está recebendo uma cópia deste termo, no qual consta o telefone do pesquisador, podendo, caso sinta curiosidade, esclarecer dúvidas e levantar questionamentos acerca de quaisquer pontos aqui mencionados.

---

Renan da Ponte Castelo Branco  
Mestrando em Linguística Aplicada – POSLA – UECE  
(XX) XXXXXXXXXX

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação.

Isto posto,

(  ) aceito participar

(  ) não aceito participar

Fortaleza, ..... de ..... de .....

---

Assinatura

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UECE, que funciona na Av. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi, Fortaleza-CE, telefone (85) 3101-9890, email cep@uece.br. Se necessário, você poderá entrar em contato com esse Comitê, que tem por objetivo assegurar a ética na realização das pesquisas com seres humanos.

## APÊNDICE B – PROTOCOLOS DE TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO

<b>Dúvidas ou sobreposições</b>	( )
<b>Comentários do analista</b>	(( ))
<b>Ênfase ou acento forte</b>	MAIÚSCULA
<b>Pausas ou silêncios</b>	(+)
<b>Indicação de transcrição parcial ou de eliminação</b>	/.../

Fonte: Manual de organização, redação e apresentação da UECE

**ANEXOS**

## ANEXO A – CARTA DE PRINCÍPIOS DA RNP+/BRASIL

### O QUE É A RNP+/CE

A Rede Nacional de Pessoas que vivem com HIV/Aids - Núcleo Ceará é um grupo formalmente constituído por pessoas que vivem com HIV/Aids, fundada em 05/03/1998, e que tem como missão contribuir para a qualidade de vida das pessoas que vivem com HIV/Aids no Estado do Ceará.

#### Atividades

- Reuniões de ajuda mútua
- Grupos de Tratamento/Adesão
- Oficinas Educativas
- Encontros sobre Cidadania e soropositividade
- Participação em fóruns de Controle Social das políticas públicas de Saúde
- Ações de prevenção secundária Fornecimento orientado de preservativos (masculino e Femininos)

### CARTA DE PRINCÍPIOS RNP+ BRASIL

#### Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS

**Área de Abrangência:**  
A RNP+ Brasil abrange todo o território nacional, buscando a mobilização e integração de todas as pessoas vivendo com HIV/AIDS.

**Objetivos:**  
A RNP+ Brasil é uma organização nacional de pessoas vivendo com HIV/AIDS, sem vínculo político-partidário e religioso, que atua na promoção do fortalecimento das pessoas sorologicamente positivas para o vírus HIV, independente de gênero, orientação sexual, credo, raça/cor ou etnia e nacionalidade.

**Princípios Filosóficos:**  
A RNP+ pretende proporcionar às pessoas vivendo com HIV/AIDS a chance de se encontrar, tomar atitudes frente à sua condição sorológica, preparar táticas mediante as quais se desenvolva o indivíduo, combater o isolamento e a inércia, promover a troca de informações e experiências e melhorar a qualidade de vida de quem vive com HIV/AIDS, através de:

- Troca de experiências pessoais, informações, habilidades e recursos essenciais para estabelecer, manter e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/AIDS;
- Provisão de recursos técnicos, financeiros e humanos que possibilitem às pessoas vivendo com HIV/AIDS: conter o medo, a desinformação, a discriminação e os preconceitos que elas enfrentam em suas vidas;
- Fortalecimento das pessoas infectadas pelo HIV para que elas participem ativamente no processo de combate ao desrespeito aos seus direitos de cidadania;
- Incentivo, por todos os meios, à formação de grupos de Ajuda-mútua, através de capacitação, instrumentalização e formação de novas lideranças em todo o território nacional, objetivando compartilhar experiências, idéias e projetos de integração de soropositivos;

- Criação de oportunidade para que as vozes das pessoas vivendo com HIV/AIDS possam ser ouvidas em nível municipal, estadual, nacional e internacional;
- Denúncia por todos os meios possíveis, de ações governamentais, individuais, religiosas, empresariais, etc, que desrespeitem os direitos humanos, civis, sexuais e reprodutivos das pessoas vivendo com HIV/AIDS.
- Fortalecimento das pessoas vivendo com HIV/AIDS para que participem do processo de construção em nível municipal, regional, nacional e internacional, estimulando o empoderamento, através de informações, treinamentos e capacitações visando suas participações em instâncias de controle social.
- Fomento na formação de frentes parlamentares, ampliando a frente de defesa dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS em municípios, estados e no país junto aos poderes legislativo, executivo e judiciário.
- Fomento junto ao poder público, iniciativa privada e sociedade civil de campanhas contínuas de informação e prevenção ao HIV/AIDS em caráter local, municipal, estadual, regional, nacional e internacional.

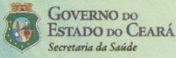
#### Prioridades:

**As prioridades da RNP+ Brasil são:**

- Defesa dos direitos humanos das pessoas vivendo com HIV/AIDS;
- Criação de núcleos de pessoas vivendo com HIV/AIDS, apoiando-os na formação de grupos de ajuda-mútua;
- Realização de encontros locais, municipais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais.
- Apoio institucional: a RNP+ Brasil poderá autorizar o uso de seu nome e logo-marca e se fazer representar pelas pessoas vivendo com HIV/AIDS, apoiando suas iniciativas e resoluções, desde que as mesmas sejam fiéis aos princípios desta carta e membros credenciados junto aos núcleos de pessoas vivendo com HIV/AIDS, devidamente reconhecidos e aprovados nos níveis locais, municipais, estaduais, regionais e nacional.

#### Associação/Representação/Confidencialidade:

Qualquer pessoa sorologicamente positiva para o vírus HIV pode fazer parte da RNP+ Brasil, desde que siga os princípios desta carta e esteja cadastrada em um núcleo da rede. Os membros que participarem dos Encontros poderão se candidatar e serem eleitos para suas respectivas representações, comissões e grupos de trabalho que se fizerem necessárias para a execução dos programas a que se propõe a RNP+ Brasil, desde que estejam qualificados e assumam a visibilidade de sua condição sorológica. Poderão, ainda serem eleitos, mesmo que ausentes, desde que apresentem justificativas apropriadas para sua ausência e sejam representados por outro membro através de procuração particular com firma reconhecida em cartório. A confidencialidade e a privacidade quanto à condição sorológica dos membros da RNP+ Brasil será assegurada por ela mesma, a menos que o indivíduo a autorize, por escrito com firma reconhecida em cartório, a quebra de sigilo quanto à sua sorologia ou a faça publicamente



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria da Saúde

## ANEXO B – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS (CEP)



UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO CEARÁ – UECE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Uma cartografia do HIV/AIDS no contemporâneo: linguagem e produção de subjetividades em Rede

**Pesquisador:** Renan da Ponte Castelo Branco

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 45066315.2.0000.5534

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 1.138.598

**Data da Relatoria:** 19/06/2015

**Apresentação do Projeto:**

Este projeto propõe uma cartografia da produção das subjetividades HIV-positiva (ou soropositividades) no contexto de uma Rede HIV/AIDS situada na cidade de Fortaleza (CE). O objetivo é compreender como o contato e a experiência coletiva propiciada por essa organização agem sobre o processo produtivo. O pesquisador realizará aproximadamente 10 a 15 encontros com 15 sujeitos. Os encontros serão descritos em um diário de campo e não serão gravados, se houver necessidade de gravação, o pesquisador comunicará aos sujeitos da pesquisa.

**Objetivo da Pesquisa:**

Cartografar o processo de produção das soropositividades na Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (RNP+/CE), tomando como vetor de referência a linguagem em seu poder ilocutório.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos da pesquisa são de ordem emocional. O pesquisador relata que durante a realização das entrevistas, os participantes podem manifestar enrubescimento, melancolia, constrangimento e ansiedade. Como forma de amenizar os riscos, o pesquisador compromete-se em acalmar os sujeitos, adotando atitudes tais como: i) oferecer um copo d'água; ii) mudar de tópico (no caso de uma entrevista); e iii) enfatizar o caráter facultativo da participação no projeto.

**Benefícios:**

Esse estudo, ao cartografar as subjetividades e modos de vida presentes no âmbito deste movimento social e político do HIV/AIDS, contribui para a pesquisa social mais ampla desta realidade, subsidiando a criação de estratégias contemporâneas e locais para o combate do estigma e da discriminação que historicamente afetam a vida das pessoas vivendo com HIV/AIDS (PVHA). Além disso, o projeto tenciona amplificar as pautas e reivindicações da instituição com que se trabalhará, através de publicações e intervenções que tomarão corpo ao curso do processo de habitação desse "território existencial", no acompanhar a trajetória das forças (e formas) que lhe produzem.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O estudo contribui para a pesquisa social, subsidiando a criação de estratégias contemporâneas e locais para o combate do estigma e da discriminação que historicamente afetam a vida das pessoas soropositivas.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O pesquisador apresentou todos os termos exigidos pelo comitê de ética em pesquisa. A Carta de anuência e a Folha de rosto estão devidamente assinadas. O TCLE encontra-se em formato de convite, com linguagem acessível, explícita os objetivos da pesquisa e deixa claro os riscos e o que o pesquisador fará para minimizá-los.

**Recomendações:**

O pesquisador deve esclarecer como será escolhida a amostra de 10 a 15 participantes.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

FORTALEZA, 05 de Julho de 2015

---

**Assinado por:  
Ana Carina Stelko-Pereira  
(Coordenador)**

**Endereço:** Av. Silas Munguba, 1700  
**Bairro:** Itaperi      **CEP:** 60.714-903  
**UF:** CE      **Município:** FORTALEZA  
**Telefone:** (85)3101-9890      **Fax:** (85) 3101-9906      **E-mail:** anavaleska@usp.br